

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Valtemira Mendes Vasconcelos

**DINÂMICA ESPACIAL NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS):
UMA ANÁLISE SOBRE FLUXOS POPULACIONAIS E DIFERENCIAIS DE
ESCOLARIDADE**

RECIFE
2017

VALTEMIRA MENDES VASCONCELOS

**DINÂMICA ESPACIAL NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS): uma análise sobre fluxos
populacionais e diferenciais de escolaridade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros.

Co-orientador: Dr. Wilson Fusco (Fundaj).

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

V331d Vasconcelos, Valtemira Mendes.

Dinâmica espacial nos municípios que compõem o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) : uma análise sobre fluxos populacionais e diferenciais de escolaridade / Valtemira Mendes Vasconcelos. – 2017.

261 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros.

Coorientador : Prof. Dr. Wilson Fusco.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2017.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Geografia da população. 3. Educação – Aspectos demográficos. 4. Portos. 5. Dinâmica espacial. 6. Fluxos populacionais. I. Barros, Nilson Cortez Crocia de (Orientador). II. Fusco, Wilson (Coorientador). III. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-143)

VALTEMIRA MENDES VASCONCELOS

**DINÂMICA ESPACIAL NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O COMPLEXO
INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS): UMA ANÁLISE SOBRE FLUXOS
POPULACIONAIS E DIFERENCIAIS DE ESCOLARIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovada em: 30/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Morvan de Mello Moreira (Examinador Externo)
Fundação Joaquim Nabuco

Profa. Dra. Helenilda Wanderlei de Vasconcelos Cavalcanti (Examinadora Externa)
Fundação Joaquim Nabuco

Aos meus pais, Arleide e Walter, com muito amor. Ao professor Nilson Crocia, Wilson Fusco e Maria Lucinda Fonseca pela dedicação e lições. Ao meu marido Breno pela ajuda e paciência. Aos migrantes e à população errante que anda sem rumo a procura de melhores condições de sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata a Deus, ao mestre Jesus e a toda espiritualidade amiga que se fez presente nessa etapa da minha vida me auxiliando e me dando coragem.

Agradecer aos meus pais Walter e Arleide que migraram para a Metrópole do Recife na busca por uma educação melhor para seus filhos, pois queriam dar o que não tiveram. Queriam ver seus filhos formados! Certamente se não fosse por eles eu não teria chegado aqui.

Ao meu marido Breno pelo incentivo, pelas aulas de estatística e de metodologia, pela paciência, pela ajuda nas tarefas domésticas por me apoiar nas minhas escolhas.

Agradecer também aos meus irmãos Radeval, Walterleide, Rubson e Alexandre, a minha avó, aos meus sobrinhos e familiares que compreenderam minha ausência nessa fase da Tese.

Sou grata aos meus orientadores Nilson Crocia, Wilson Fusco e Maria Lucinda Fonseca que colaboraram no desenvolvimento deste trabalho. Aos membros da banca examinadora, aos demais professores da UFPE e a Eduardo, o secretário da PPGEIO.

A equipe de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco, em especial Helenilda Cavalcanti.

Às minhas grandes amigas Grasiene, Suzana e Thamara pelo apoio emocional. Ao meu amigo Hugo e as amigas da Geografia Maria das Neves, Lúcia e Iva pelo incentivo. Ao amigo João Paulo e à amiga Twane que contribuíram com alguns materiais e ajustes da Tese.

Aos meus sogros Macílio e Kátia pelo apoio material e emocional. Agradeço também aos dois bebês, Chico e Lucas, que tornaram o fim desse processo mais leve, servindo de terapia para a tia. E aos cunhados vizinhos Bruno e Vanessa.

Não poderia deixar de agradecer à rede de apoio dos professores, colegas e amigos de Portugal: Fernando Luís Machado; Jorge Malheiros; Katielle; Juliana; Verônica; Elisa; Silvia; Marina; Guebuza; Regiana; Mônica; Maria Amélia; e em especial a Dona Isabel, esta que assumiu o papel de mãe portuguesa.

Agradeço também a todos os pesquisadores e funcionários da Fundação Joaquim Nabuco, pelo estímulo que me deram.

Por fim agradeço a todos os entrevistados que disponibilizaram do seu precioso tempo como forma de contribuir com essa pesquisa.

RESUMO

A presente Tese alinha-se à temática das Dinâmicas Territoriais do Desenvolvimento e Regionalização, dando ênfase aos estudos sobre fluxos populacionais no espaço geográfico. Nesta perspectiva, os estudos buscam compreender como as dinâmicas ocorridas no espaço interferem nos fluxos populacionais em um determinado território. Nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca há evidentemente uma carência na oferta dos serviços públicos à população, sendo a insuficiência dos serviços de educação um dos problemas mais graves. A população dessa região é pouco escolarizada e tem baixa qualificação profissional; disto resulta que a maioria das pessoas em idade ativa não está apta para ser absorvida pelo mercado de trabalho, nos postos gerados pelas empresas do Complexo Industrial Portuário de Suape, fazendo com que estas empresas busquem mão de obra qualificada em outras regiões. As questões que nortearam este estudo foram: como e em que medida a atual dinâmica socioeconômica e espacial da Microrregião de Suape interfere nos tipos de fluxos populacionais para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca? e existem diferenciais de escolarização entre os não migrantes e os migrantes? Considerando a importância socioeconômica que o referido complexo representa para o Estado de Pernambuco, a presente pesquisa se propôs a analisar os aspectos relativos às mudanças socioeconômicas, espaciais e demográficas nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca ocorridas com a implantação do CIPS; bem como analisar os diferenciais de escolaridade entre migrantes e não migrantes nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, ocorridas com a expansão do CIPS. Para isso, criou-se um mosaico metodológico quali-quantitativo construído com dados primários da pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 e das entrevistas semiestruturadas e com dados secundários do IBGE, PNUD e Caged/MT. A atual dinâmica socioeconômica e espacial na região do CIPS tem provocado alterações nos tipos de fluxos populacionais de entrada nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Tais fluxos caracterizam-se por crescente mobilidade temporária, sobretudo a migração temporária e a mobilidade pendular. Contudo, não deixa de ser expressiva a migração permanente. Neste estudo, observou-se que os migrantes são positivamente selecionados, sugerindo a existência da seletividade na migração. Os resultados demonstram que dentre os grupos investigados, os migrantes tendem a apresentar melhores posições sócio-ocupacionais que os não migrantes.

Palavras-chave: Dinâmica espacial. Fluxos populacionais. Diferenciais de educação

ABSTRACT

This thesis is aligned with the theme of Territorial Dynamics of Development and Regionalization, emphasizing studies on population flows in the geographic space. In this perspective, the studies seek to understand how the dynamics occurring in space interfere with the population flows in a given territory. In the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca there is evidently a shortage in the provision of public services to the population, and the inadequacy of education services is one of the most serious problems. The population of this region is little educated and has low professional qualification; It follows that the majority of people of working age are not able to be absorbed by the labor market in the posts generated by the companies of the Suape Port Industrial Complex, causing these companies to seek skilled labor in other regions. The questions that guided this study were: how and to what extent the present socioeconomic and spatial dynamics of the Suape Microregion interfere in the types of population flows for the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca? And are there differences in schooling between non-migrants and migrants? Considering the socioeconomic importance of this complex for the State of Pernambuco, the present study proposed to analyze the aspects related to the socioeconomic, spatial and demographic changes in the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca that occurred with the implementation of CIPS; As well as to analyze the educational differentials between migrants and non-migrants in the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca, which occurred with the expansion of CIPS. For this, a qualitative-quantitative methodological mosaic was constructed with primary data from FUNDAJ / Observatório-PE / LAEPT / 2015 and semi-structured interviews and secondary data from IBGE, UNDP and Caged / MT. The current socioeconomic and spatial dynamics in the CIPS region has led to changes in the types of incoming population flows in the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca. Such flows are characterized by increasing temporary mobility, especially temporary migration and pendular mobility. However, permanent migration is still significant. In this study, it was observed that migrants are positively selected, suggesting the existence of migration selectivity. The results show that among the groups investigated, migrants tend to present better socio-occupational positions than non-migrants.

Key words: Spatial dynamics. Population flows. Differentials of education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Microrregião de Suape - Participação das ocupações (2005-2015).....	137
Gráfico 2 - Cabo de Santo Agostinho- Pessoas ocupadas por setor de atividades (2007-2013)	138
Gráfico 3 - Ipojuca- Pessoas ocupadas por setor de atividades (2007 – 2013).....	138
Gráfico 4 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução da participação dos três grandes setores de atividades (1991-2010)	139
Gráfico 5 - Taxa de crescimento ao ano do Produto Interno Bruto (PIB) - 1999 a 2011	141
Gráfico 6 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução da população (1970-2010).....	152
Gráfico 7 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução da população urbana (1991-2000- 2010)	153
Gráfico 8 - Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – IDHM por Unidade Territorial (1991-2000-2010)	155
Gráfico 9 - Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca- IDHM Educação por Unidade Territorial (1991-2000-2010)	156
Gráfico 10 - Renda Média Apropriada em Reais da População por Unidade Territorial – Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – 2000 e 2010.....	157
Gráfico 11 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Volume da Mobilidade Pendular (2000- 2010)	168

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Obras do Complexo Industrial Portuário de Suape	143
Imagem 2 - Concentração de Peões do Trecho	150
Imagem 3 - Peões do Trecho na Vila Residencial do Consórcio Conest.....	150

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da Microrregião de Suape	108
Mapa 2 - Território Estratégico de Suape - TES	145
Mapa 3 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (1991)...	170
Mapa 4 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2000)...	171
Mapa 5 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2010)...	173
Mapa 6 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (1991).....	176
Mapa 7 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2000).....	177
Mapa 8 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2010).....	178
Mapa 9 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (1991)	180
Mapa 10 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2000)	181
Mapa 11 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2010)	182
Mapa 12 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (1991).....	184
Mapa 13 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2000).....	185
Mapa 14 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2010).....	186
Mapa 15 - Cabo de Santo Agostinho – Origem dos Pendulares (2000)	189
Mapa 16 - Cabo de Santo Agostinho – Origem dos Pendulares (2010)	190
Mapa 17 - Ipojuca – Origem dos Pendulares (2000)	193
Mapa 18 - Origem dos Pendulares (2010)	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca - Volume e saldo de admissões e demissões (2007-2016).....	134
Tabela 2 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Admissões e demissões por setor ocupacional (2008-2016).....	136
Tabela 3 - Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca- Proporção das principais atividades econômicas (1991-2000-2010).....	140
Tabela 4 - Pernambuco, Cabo do Santo Agostinho e Ipojuca - Proporção de pessoas com 18 anos ou mais de idade segundo nível de instrução (1991-2000-2010).....	159
Tabela 5 - Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Média de rendimento <i>per capita</i> em Reais (1991-2000-2010).....	160
Tabela 6 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Distribuição da população segundo faixa etária e razão de dependência (1991-2000-2010)	162
Tabela 7 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução da população segundo status migratório (1991-2000-2010).....	163
Tabela 8 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Proporção de migrantes segundo tempo de residência (2010).....	164
Tabela 9 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Distribuição dos migrantes com menos de dez anos de moradia no município segundo sexo	165
Tabela 10 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Composição etária dos migrantes (1991-2000-2010)	166
Tabela 11 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Imigrantes, Emigrantes e Saldo Migratório (1991, 2000, 2010).....	167
Tabela 12 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Renda Média dos Não Migrantes e Migrantes	195
Tabela 13 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Status Migratório do grupo analisado (2015)	196
Tabela 14 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Distribuição da população segundo faixa etária e razão de dependência (2015)	196
Tabela 15 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Composição etária dos migrantes (2015)	197

Tabela 16 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Proporção de migrantes segundo tempo de residência (2015).....	198
Tabela 17 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Migrantes segundo intenção de permanecer residindo no município (2015)	198
Tabela 18 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - População com 18 anos e mais de idade por status migratório segundo nível de instrução – 2010.....	201
Tabela 19 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de instrução’ - População com 18 anos e mais de idade - 2010	202
Tabela 20 - Teste de correlação (Gama) entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’	203
Tabela 21 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – População com 18 anos e mais de idade por status migratório segundo do nível de instrução – 2015.....	204
Tabela 22 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de escolaridade’ – População com 18 anos e mais de idade - 2015.	204
Tabela 23 - Teste de correlação (Gama) entre as variáveis 'Desde o nascimento sempre morou neste município' e 'Nível de instrução'	205
Tabela 24 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - População com 18 anos e mais de idade por Tempo de Migração segundo Nível de Instrução – 2010	207
Tabela 25 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de instrução’ - População com 18 anos e mais de idade - 2010.....	208
Tabela 26 - Teste de correlação (Gama) e significância (Escore Z) entre as variáveis ‘Tempo de moradia no município’ e ‘Nível de instrução’	208
Tabela 27 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Migrantes com 18 anos e mais de idade por Tempo Migração segundo do nível de instrução – 2015	209
Tabela 28 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de escolaridade’ – População com 18 anos e mais de idade - 2015.	211

Tabela 29 - Teste de correlação (Gama) entre as variáveis 'Tempo de moradia neste município' e 'Nível de instrução'	211
Tabela 30 - Microrregião de Suape - População Ocupada segundo Tipologia ACM	214
Tabela 31 - Microrregião de Suape – Proporção de Migrantes segundo Tipologia ACM	216

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR.....	30
2.1	A IMPORTÂNCIA DOS CONCEITOS DE ESPAÇO, REGIÃO, TERRITÓRIO, REDE E ESCALA PARA O ENTENDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PELO ESPAÇO GEOGRÁFICO	30
2.1.1	Espaço Geográfico Região	30
2.1.2	Região.....	33
2.1.3	Território.....	37
2.1.4	Escala e Redes Globais.....	39
2.2	ABORDAGENS TEÓRICAS A RESPEITO DE FLUXOS POPULACIONAIS, MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO.....	41
2.3	DA MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO À MIGRAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE OS TIPOS DE FLUXOS POPULACIONAIS	54
3	FATORES DE SELETIVIDADE DO DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO PELO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	83
3.1	SELETIVIDADE NA MIGRAÇÃO	83
3.2	REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO.....	93
3.3	ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO	97
4	TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA ESPACIAL E DEMOGRÁFICA DA MICRORREGIÃO DE SUAPE	107
4.1	CONDIÇÃO REGIONAL ANTERIOR A IMPLANTAÇÃO DO CIPS E A HERANÇA DA CANA-DE-AÇÚCAR	109
4.2	DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA MICRORREGIÃO DE SUAPE ANTES DA IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO CIPS.....	118
4.3	A CONDIÇÃO REGIONAL POSTERIOR À IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO CIPS	126
4.3.1	O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)	142
4.4	DINÂMICA DEMOGRÁFICA POSTERIOR A EXPANSÃO DO CIPS.....	147
5	RESULTADOS QUANTITATIVOS.....	154
5.1	PERFIL SOCIOCONÔMICO DA POPULAÇÃO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E DE IPOJUCA.....	154

5.2	PERFIL DOS MIGRANTES E DOS PENDULARES	162
5.3	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS GRUPOS ANALISADOS NA PESQUISA DA FUNDAJ/CIPS	195
5.4	TESTES DE HIPÓTESES	199
5.5	ESTRUTURA DE CLASSES SOCIAIS NA MICRORREGIÃO DE SUAPE POR MEIO DA TIPOLOGIA ACM.....	212
6	RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA.....	217
6.1	TIPOLOGIA DOS FLUXOS POPULACIONAIS NA MICRORREGIÃO DE SUAPE	217
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
	REFERÊNCIAS	243
	APÊNDICE A - TIPOLOGIA DOS FLUXOS POPULACIONAIS – MICRORREGIÃO DE SUAPE	254
	ANEXO A - METODOLOGIA DA PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO-PE/LAEPT/2015.....	255
	ANEXO B - CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS.....	260
	ANEXO C - MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DO INDICADOR INDIVIDUAL DE CLASSE DA TIPOLOGIA ACM	261

1 INTRODUÇÃO

Antes da implantação do Porto de Suape, ocorrida na década de 1970, a região onde está instalado o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) era um espaço tipicamente agrícola, no qual predominava a monocultura da cana-de-açúcar e, secundariamente, atividades pesqueiras e de subsistência. A partir da década de 1990, registrou-se a expansão de atividades voltadas para os serviços turísticos, especialmente a indústria hoteleira. Segundo Garcia (2011), o açúcar era o principal produto, não apenas na Zona da Mata Sul, mas de Pernambuco como um todo, e correspondia, na segunda metade do século passado, a aproximadamente 60% da arrecadação do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC)¹. Entretanto, a decadência da agroindústria canavieira em Pernambuco, que se acentuou na década de 1980 e teve origem em vários fatores, fez surgir inquietações e buscas de novos caminhos para a economia local, por parte de governos e empresários. Foi nesse momento que nasceu a ideia da construção de um porto marítimo em Suape, então considerado como o melhor local, geograficamente, para situar o maior e mais importante porto do Atlântico Sul (GARCIA, 2011).

Da implantação do CIPS, ocorrida na segunda metade da década de 1970, até os dias atuais, a região sofreu gradual transformação espacial e econômica, passando de um espaço predominantemente agroindustrial e de atividades turísticas, para tornar-se um dos complexos industriais mais importantes do país. Essas transformações provocaram alterações marcantes na função econômica dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, cujos territórios abrigam o CIPS², fazendo surgir mudanças no padrão paisagístico, cultural e demográfico. A monocultura da cana ainda está bastante presente, mas atualmente se mistura à massa de indústrias, refinaria, petroquímica e estaleiro, responsáveis por boa parte da economia do estado, o que originou um grande número de postos de trabalho e conseqüentemente um grande número de trabalhadores migrantes na região.

As transformações na estrutura produtiva no Brasil e as novas configurações do desenvolvimento regional que se delinearam especialmente a partir da década de 1970 trouxeram importantes alterações na dinâmica migratória nordestina. O Nordeste, que se caracterizava quase exclusivamente como região *expulsora* de população, começou a se configurar como *receptora*. O processo de desconcentração econômica, amparado pelas

¹ De acordo com Garcia (2011), o antigo Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) foi substituído pelo atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

² O CIPS está implantado nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, sendo que 61% de sua área estão localizadas no primeiro município e 39% no segundo município.

políticas de incentivo ao investimento nas indústrias na região Nordeste, influenciaram o comportamento da migração ocorrido a partir da década de 1980, com destaque para os *fluxos de retorno* (CUNHA e BAENINGER, 2000), além de ajudar a fixar a população em suas próprias localidades, evitando a *emigração* (OJIMA & FUSCO, 2015).

O CIPS pode ser citado como um exemplo do processo de desconcentração econômica que provoca mudanças no fluxo populacional de uma região. Atualmente o CIPS apresenta-se como um dos polos econômicos mais dinâmicos do país, e que tem gerado empregos não apenas para a população natural destes municípios, comotambém para migrantes que para lá afluem atraídos pelas oportunidades de trabalho oferecidas pelas empresas instaladas naquela região. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, o CIPS possui mais de 100 empresas em operação, e já gerou mais de 25 mil empregos diretos. Esse movimento acarretou, por sua vez, a disponibilidade de 15 mil empregos e outros 40 mil empregos na construção civil (SUAPE, 2012).

Tradicionalmente, um dos fatores que contribuem para o crescimento populacional, principalmente em regiões estratégicas de desenvolvimento, é o elevado número de pessoas que se dirigem para essas localidades devido à oferta de empregos. Mas, junto com o crescimento econômico e populacional, é indispensável que haja, também, melhorias dos serviços públicos ofertados para a população, uma vez que, com o crescimento populacional das cidades, a problemática de infraestrutura tende a se agravar, caso não haja uma adequada oferta desses serviços.

Nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca há evidentemente uma carência na oferta dos serviços públicos à população, sendo a insuficiência dos serviços de educação um dos problemas mais graves. A população dessa região é pouco escolarizada e tem baixa qualificação profissional; disto resulta que a maioria das pessoas em idade ativa não está apta para ser absorvida pelo mercado de trabalho, nos postos gerados pelas empresas do CIPS, fazendo com que estas empresas busquem mão de obra qualificada em outras regiões.

Considerando a importância socioeconômica que o referido complexo representa para o Estado de Pernambuco, a presente pesquisa se propôs a analisar os aspectos relativos às mudanças socioeconômicas, espaciais e demográficas nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca ocorridas com a implantação do CIPS.

Assim, pode ser observado que a presente Tese se insere na área de concentração “Dinâmicas Regionais e Sócio-espaciais Contemporâneas”, especificamente na linha de pesquisa sobre “Dinâmicas Territoriais do Desenvolvimento e Regionalização”, uma vez que

diz respeito às dinâmicas espaciais e regionais do CIPS, assim como às dinâmicas populacionais nos municípios que compõem o complexo.

O crescimento econômico do Estado vinculado a Suape tem produzido uma expressiva dinâmica espacial nos municípios da Microrregião de Suape e do seu entorno, assim como uma dinâmica demográfica com diversos e intensos fluxos de população e, conseqüentemente causam também um rápido crescimento da população via migração, não só em direção aos municípios que abrigam o CIPS, como tem favorecido o crescimento da população dos diversos municípios adjacentes que integram o Território Estratégico de Suape (TES). O CIPS tornou-se, assim, uma espécie de ímã para trabalhadores, atraindo pessoas dos municípios vizinhos e de diversos lugares do país que pretendem encontrar na área a oportunidade de emprego.

Essa atual configuração espacial— com a mencionada mudança de caráter agrário e turístico para industrial, nos municípios do CIPS—, como também a atual configuração demográfica principalmente no que diz respeito aos fluxos populacionais, vem influenciando o planejamento urbano das cidades e desafiando as análises do processo de desenvolvimento econômico regional, em particular nas cidades receptoras de população. Vale salientar que a problemática diz respeito também à insuficiência dos serviços e da infraestrutura básica para a população, particularmente de educação, considerado um dos problemas mais sérios na região quando se observa que a infraestrutura educacional é bastante precária.

A problemática vem da falta da qualidade das políticas públicas de educação e ao acesso a elas pela população, uma vez que o déficit e/ou o não acesso adequado à educação, por exemplo, se traduz na não inserção da população local no mercado de trabalho, principalmente quando a demanda tem sido cada vez mais por profissionais qualificados ou técnicos específicos. Tal fato faz com que empresas tendam a buscar mão de obra qualificada fora da região, não absorvendo a população natural. Ou seja, a busca de trabalhadores migrantes só vem agravar a problemática da desigualdade. E mais, para a população ingressar em cursos técnicos é necessário que esta tenha um mínimo de formação na educação básica, o que não é observado entre boa parte da população da área em estudo.

O elevado número de migrantes em direção a uma dada região pode levar ao crescimento de sua população e, conseqüentemente, ao aumento da demanda por serviços urbanos. Nesse sentido, a análise dos fluxos populacionais vinculados às mudanças espaciais ocorridas na área em estudo permitiu conhecer a realidade da dinâmica regional populacional.

O que pode ser afirmado é que o grande dinamismo econômico do Complexo Industrial Portuário de Suape teve rebatimento em modificações no espaço e no destino dos fluxos de população, ou seja, a abertura de postos de trabalho no CIPS e no TES pode ser identificada

como um elemento de atração para novos atores sociais e para novas dinâmicas migratórias. Diante desse contexto de deslocamento, os impactos das novas atividades do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre a dinâmica territorial da região são proporcionais à demanda de trabalhadores para as indústrias que compõem esse polo. Desse modo, os municípios com maior impacto em relação à pressão por infraestrutura são os do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, uma vez que é neles que está instalado o CIPS (CAVALCANTI, SOUSA & ROCHA, 2012).

Há um elevado crescimento no número de migrantes que se dirigiram nos dez últimos anos para os municípios que fazem parte do TES, principalmente naqueles que se encontram na zona de influência direta com o CIPS, dados que poderão ser apreciados mais adiante. Presume-se ainda que, com esse aumento de população, devem estar ocorrendo no TES, além da pressão por habitação, outras demandas que o poder público precisa satisfazer e que exigem investimentos em infraestrutura urbana e de serviços públicos, como maior número de leitos hospitalares, investimento em sistema de transporte e número de escolas normais, técnicas e campi universitários.

A problemática da baixa escolarização e da má qualificação profissional é ainda bastante presente nos municípios que compõem o CIPS. Isso se deve, em parte, ao fato do insuficiente investimento em infraestrutura educacional nessa área. A preocupação só veio surgir quando entraves, como falta de profissionais preparados e especializados para servirem as indústrias do complexo, começaram a aparecer. Atualmente, existem projetos visando expandir e melhorar a oferta de serviços públicos de educação em todos os níveis, incluindo o técnico e o universitário nos municípios em estudo, mas desde a implantação do CIPS se sabia da necessidade do aumento da infraestrutura educacional, a fim de absorver a população local. Entretanto, só depois de anos tenta-se buscar soluções para qualificar a mão de obra dessa região. Ocorre então um atraso: a população local que irá ingressar nos cursos profissionalizantes e universitários, a partir deste momento, ainda terá meses ou anos de estudo para saírem qualificados para o mercado de trabalho.

Desse modo há uma necessidade de se investir primeiramente em educação básica para a população de ambos os municípios, pois não há como garantir que a população local ingresse no mercado via cursos profissionalizantes sem que esta tenha ao menos a formação básica. Em outras palavras, aumentar apenas o número de cursos profissionalizantes nesses territórios sem investir na formação básica de seus habitantes não irá sanar o problema, podendo mesmo agravar a questão da entrada dos fluxos pendulares de pessoas com maior nível de instrução, vindas de outros municípios e em busca da formação profissionalizante.

Diante do exposto, observa-se que a problemática está na criação e implantação de políticas sociais de curto, médio e longo prazo. As duas últimas necessárias para evitar problemas futuros, principalmente os relacionados ao acelerado crescimento populacional decorrente dos fluxos de população, esta que ao constituírem famílias, tendem a demandar por mais creches, escolas e universidades. De acordo com Birdsall (2000), na América Latina, a acumulação de capital humano tem sido fraca e desigual, ou seja, a pouca acumulação de capital humano tem reflexo no acesso desigual dos pobres à educação de qualidade.

Sabe-se que foi a partir do processo de industrialização que muitas cidades começaram a crescer aceleradamente e, conseqüentemente, enfrentarem problemas que dizem respeito à infraestrutura. O processo de industrialização foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento das cidades, mesmo para aquelas que fazem parte dos países com industrialização tardia. A partir daí, o processo de urbanização inicia-se justamente com o surgimento da revolução industrial. De acordo com Santos (1981), a revolução industrial se apresentou como um ponto de partida para a urbanização no mundo, dando origem a uma presença humana cada vez mais importante nas cidades, contribuindo para a multiplicação do número das aglomerações gigantescas. Ainda segundo o autor, a cidade constitui a “*célula-máter*” que atende as necessidades de uma população, variando em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento socioeconômico de seus habitantes. Nesse sentido, o crescimento demográfico resulta da implantação de novas formas de produção, de consumo, e/ou de distribuição.

A falta de infraestrutura urbana adequada e em quantidade suficiente para atender a população crescente e cada vez mais adensada em espaços desprovidos do básico para a obtenção de uma adequada qualidade de vida pode trazer sérios prejuízos, no que se refere à saúde dos habitantes. Do mesmo modo, a falta de escolas suficientes pode acarretar em um baixo nível educacional que pode se traduzir em má qualificação profissional. Atualmente, com o crescimento das cidades e o constante aumento da população, vem se fazendo necessário maior investimento nos meios de consumo coletivo, uma vez que nem sempre a oferta desses bens tem acompanhado o crescimento populacional.

Os fluxos populacionais sempre estiveram presentes na vida social, afetando significativamente a dinâmica espacial dos lugares e de muitas sociedades em todo o mundo. Tal fato faz com que os estudos sobre a mobilidade espacial da população e sobre migração e suas conseqüências se tornem relevantes para muitos trabalhos de caráter geográfico, econômico, político e social. É possível também estudar nos fluxos populacionais os potenciais efeitos sobre a renda e a qualificação profissional, e estimar necessidades de incremento na

infraestrutura urbana, sobretudo em assistência social, tanto para a população dos municípios em foco, como para os recém-chegados. Como afirma Raffestin (1993), as políticas migratórias são de extrema importância porque controlam e administram os fluxos no espaço. Diante disso, o estudo da migração torna-se importante na medida em que pode ser objeto de controle e de gestão de políticas públicas.

A partir do exposto, nota-se a relevância do estudo do processo de dinâmica socioeconômica, espacial e demográfica ao qual vêm passando os municípios do Território Estratégico de Suape, particularmente o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, uma vez que o CIPS é responsável atualmente por parte relevante da dinâmica, não só no Estado de Pernambuco, mas do Nordeste como um todo.

A atual dinâmica socioeconômica e espacial na região do CIPS tem provocado alterações nos tipos de fluxos populacionais de entrada nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Tais fluxos caracterizam-se por crescente mobilidade temporária, sobretudo a migração temporária e a mobilidade pendular. Contudo, não deixa de ser expressiva a migração permanente. Diversos autores que analisam os aspectos das migrações internas no Brasil abordam a questão da relação entre a dinâmica socioeconômica e mudanças nos padrões de deslocamento populacional entre eles Pacheco e Patarra (1997), Cunha & Baeninger (2000), Patarra (2011) e Moura, Branco & Gomes (2005).

Com base no conhecimento construído a respeito da área em estudo, nesta pesquisa questiona-se: como e em que medida a atual dinâmica socioeconômica e espacial da região do CIPS interfere nos tipos de fluxos populacionais para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca? Como forma de tentar responder tal questão, surgem outros questionamentos: 1) Quais mudanças socioeconômicas e espaciais ocorrem na região a partir do processo de expansão do CIPS? 2) Quais os principais tipos de fluxos populacionais de entrada ocorrem na região? 3) Qual a participação desses fluxos populacionais de entrada na composição demográfica da região? 4) Quais os perfis dos principais tipos de fluxos populacionais de entrada identificados? 5) Quais as diferenças e complementaridades entre os perfis identificados? 6) Quais são as principais motivações dos migrantes para se deslocarem para a região? 7) Existem diferenciais de escolarização (maiores níveis de instrução e qualificação profissional) entre os não migrantes e os migrantes?

Como o intuito de tentar responder a esses questionamentos, na presente Tese tem-se como hipótese que os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução e qualificação profissional do que os não migrantes nos municípios da Microrregião de Suape. Isso pode estar relacionado à falta de mão de obra específica e/ou especializada para os padrões de exigência

das empresas do CIPS, acarretando na demanda por mão de obra migrante, caracterizando-se como uma tendência recente na região.

O objetivo geral do presente estudo foi analisar aspectos relativos às mudanças socioeconômicas, espaciais e demográficas, bem como analisar os diferenciais de escolaridade entre migrantes e não migrantes nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, ocorridas com a expansão do CIPS. Para tanto, fez-se necessário: investigar as mudanças socioeconômicas e espaciais ocorridas a partir da expansão do CIPS; investigar as mudanças na dinâmica demográfica em virtude da expansão do CIPS, particularmente em relação aos tipos de fluxos populacionais de entrada na região; identificar as principais motivações dos migrantes para se deslocarem para a região; criar uma tipologia dos fluxos populacionais de entrada na região investigada; comparar os perfis dos tipos de fluxos populacionais de entrada, em termos socioeconômicos e educacionais.

A primeira etapa deste trabalho consistiu na revisão bibliográfica de temas referentes ao crescimento e desenvolvimento econômico, regionalização, fluxos populacionais, urbanização e infraestrutura educacional. O material coletado foi composto por livros, artigos, teses e dissertações encontrados em bibliotecas, arquivos e portais eletrônicos, entre outros. As principais categorias de análise adotadas são: espaço, território, região, fluxos populacionais, migração, mobilidade, redes sociais na migração e seletividade na migração. Todas elas são de fundamental importância, tanto para o entendimento do processo de dinâmica ao qual vem passando a Microrregião de Suape, quanto para que se possam apreender as temáticas acima referidas.

A partir da hipótese principal que - os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução e qualificação profissional do que os não migrantes nos municípios da Microrregião de Suape - construída ainda no período da seleção do doutorado e amadurecida no decorrer do doutoramento (com o curso das disciplinas e com o período de estágio sanduíche na Universidade de Lisboa), criou-se uma estratégia metodológica com a finalidade de responder todas as questões de pesquisa, e assimilar os objetivos propostos. Para tanto, se fez uso de um conjunto de informações acerca da população dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca por meio de dados secundários e primários. Os primeiros foram adquiridos a partir dos microdados do censo demográfico de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pesquisa amostral por domicílios), assim como a partir de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativos ao Desenvolvimento Humano e dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho (Caged/MT). Os dados primários foram levantados a partir do *survey* da pesquisa

FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 – pesquisa a qual a pesquisadora fez parte; bem como por meio de entrevistas em profundidade semi-estruturadas. As entrevistas semi-estruturadas têm a intenção de responder às questões de pesquisa as quais os dados das estatísticas oficiais e da pesquisa da FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 não conseguiram responder.

Segundo Castles (2012), ainda existem divergências entre as disciplinas sobre abordagens metodológicas, que vão desde a ênfase quantitativa ao analisar um conjunto de dados, a exemplo da econometria, com relativa ausência de trabalho de campo, até ao recurso de estudos de caso aprofundados e pesquisa etnográfica em antropologia. Outras disciplinas tentam uma mediação entre estudos quantitativos e qualitativos utilizando-se de abordagens interdisciplinaridades e de métodos misturados, a exemplo de análises sobre migração e/ou desenvolvimento.

A ênfase quantitativa tem sido impulsionada pela disponibilidade de estatísticas de alta qualidade em grandes conjuntos de dados, tais como censos e *surveys* e pelo poder dos pacotes de análise de dados em computadores. Entretanto, confiar apenas em dados oficiais pode ser especialmente problemático em pesquisa sobre migração, pelo fato das estatísticas de migração serem baseadas em diferentes definições e categorias, e pelo fato da metodologia de coleta dos dados ser realizada de maneiras diferentes em cada país, uma vez que refletem políticas e ideologias nacionais de migração divergentes. Nesse sentido, os dados quantitativos como o encontrado em anuários estatísticos são limitadas, sendo necessário assim outras fontes de informações (Castles, 2012 & Oxford, 2012).

Conforme Bose (2012), devido às complexidades da vida dos migrantes e aos padrões de migração, os estudos dessa temática requerem o uso de várias ferramentas. Nesse sentido é necessário saber quais tipos de métodos, modelos e técnicas devem ser utilizados, ao invés de usar esses métodos de forma indistinta pode-se fazer uso de abordagens interdisciplinares que oferecem ao pesquisador uma forma mais sistemática de enquadrar seu uso. Quais combinações de métodos e metodologias – seja dentro ou através de tradições qualitativas e quantitativas – oferece a oportunidade para triangular inquéritos e resultados, isto é, utilizar diferentes técnicas metodológicas e comparar os resultados obtidos por meio de cada uma delas. (BAUER, GASKELL & ALLUM, 2007). Particularmente, quando há diversos padrões de migração que se faz necessária uma abordagem interdisciplinar.

Tomando como base tais reflexões, na presente pesquisa utilizou-se metodologia de triangulação de dados de natureza quali-quantitativa, isto é, a utilização simultânea de técnicas de pesquisa situadas dentro das tradições quantitativa e qualitativa (BAUER, GASKELL & ALLUM, 2007). Esta combinação de múltiplas técnicas é definida também como *mixed-*

methods, que significa a combinação de técnicas qualitativas e quantitativas – e o *multi-methods* é como se houvesse várias técnicas dentro de cada tradição de pesquisa (BLOOR e Wood, 2006; CRESWELL, 1998; DENSCOMBE, 2003 *apud* BOSE, 2012).

A construção dos dados foi dividida em três momentos: busca dos dados estatísticos oficiais e demais informações secundárias, obtidos principalmente nas bases dos Microdados dos Censos Demográficos brasileiros, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) relativos ao Desenvolvimento Humano e dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho (Caged/MT); construção dos dados primários quantitativos, por meio de enquête e posteriormente por meio do *survey*, ambos instrumentos de coleta de dados realizados pela pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015; e a construção dos dados primários qualitativos por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade com cada indivíduo de interesse da pesquisa. Conforme Gaskell (2007), o uso de entrevista qualitativa permite a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e diferentemente da amostra, não tem como finalidade contar opiniões ou casos, mas explorar o espectro de opiniões, ou seja, as diferentes representações sobre o assunto escolhido.

Nos dados secundários, dos microdados da amostra dos Censos Demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010, a amostra utilizada pelo IBGE é probabilística, ou seja, considerada representativa para o universo populacional estudado. Quanto ao processo de seleção dos elementos da pesquisa foi elaborado por meio da construção de *amostra* e de *corpus de pesquisa*³, utilizados nas fases quantitativa e qualitativa da pesquisa, respectivamente. A amostra foi construída por meio de processo de amostragem não-probabilística, que significa a seleção de um conjunto de elementos (indivíduos) que não é representativo do universo da população estudada (DANCEY & REIDY, 2006). Esta amostra foi construída no âmbito da pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015, e com base nessa amostra foram construídos dados primários quantitativos. O segundo procedimento de seleção dos elementos foi a construção de um *corpus* de pesquisa, no âmbito dos dados primários qualitativos. O *corpus* de pesquisa é uma técnica alternativa aos princípios quantitativos, e corresponde a uma seleção sistemática e intencional de elementos que sejam de interesse ao objeto da pesquisa. A

³*Corpus* é “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele era trabalhar” (BARTHESE, 1967 *apud* BAUER & AARTS, 2007, p. 44).

construção do *corpus* de pesquisa garante a eficiência na seleção⁴ de algum material para caracterizar o todo (BAUER & AARTS, 2007).

A construção da amostra da pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015(ver Anexo A) utilizou o critériode seleção de domicílios que residisse pelo menos 1 (um) imigrante⁵. Para tanto, foi utilizada uma sondagem contendo três perguntas: se havia algum residente no domicílio que não havia nascido naquele município; quantas pessoas residiam naquele domicílio; e dos residentes no domicílio, quantos eram migrantes e quantos eram não migrantes naquele município. Com a realização da sondagem, solicitava-se ao respondente permissão para inclusão daquele domicílio na amostra da pesquisa. Além de ajuda na composição da amostra, a sondagem permitiu identificar a proporção entre migrantes e não migrantes presentes na amostra.

No processo de obtenção dos dados primários, o método utilizado foi aplicação de inquéritos (fase da sondagem) e questionários elaborados por meio da construção de uma amostra domiciliar intencional nas áreas urbanas dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, tendo sido incluídos na amostra apenas domicílios nos quais residiam ao menos um migrante. Posteriormente, foram realizadas visitas em campo com finalidade de identificar os diversos tipos de mobilidade que ocorrem na área analisada. Com os tipos identificados construiu-se um *corpus* de pesquisa por meio da seleção de alguns dos tipos de migrantes e trabalhadores pendulares no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca. A partir daí foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade.

O mosaico metodológico acima referido é importante para responder às questões de pesquisa, particularmente em um quadro de complexidade como é o relacionado à diversidade dos fluxos populacionais existentes, bem como ao caráter múltiplo das motivações que dão origem a estes fluxos. Para isso é indispensável construir uma tipologia dos fluxos populacionais de entrada em ambos os municípios. Nesse sentido, a intenção é identificar os principais tipos de fluxos populacionais de entrada, construir o perfil destes tipos e compará-los. Isso será realizado na forma de triangulação das três fontes de dados adquiridos: dados secundários e quantitativos do IBGE (microdados), dados primários do survey da pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015, e dados primários qualitativos construídos a partir de entrevistas semiestruturadas com gestores, secretários municipais de assistência social, assim

⁴ Segundo Gaskell (2007), o termo seleção é usado em vez de amostragem, porque este último carrega conotações dos levantamentos onde, a partir de uma amostra estatística, os resultados podem ser generalizados dentro de limites específicos de confiabilidade.

⁵ A pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 compreende como imigrante o indivíduo que não tenha nascido no município de residência atual, independentemente do tempo de residência neste município.

como com os dois grandes grupos, de migrantes e pendulares, previamente observados em campo, no período de levantamento dos dados do survey da FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015.

Os microdados dos censos demográficos do IBGE são importantes por serem instrumentos com potencialidades para medir e possibilitar a análise dos migrantes com residência permanente nos municípios estudados e pendulares que se deslocam para estes municípios. Tais dados também auxiliam na construção do perfil socioeconômico e demográfico desses grupos. Algumas das variáveis a serem analisadas são as relacionadas a sexo, idade, migração (nasceu no município, nasceu no estado, município de nascimento, Unidade da Federação de nascimento, tempo de moradia no município, tempo de moradia na Unidade da Federação, Unidade da Federação e município ou país de moradia antes de mudar-se para o município atual), pendularidade, educação (sabe ler e escrever, frequenta escola ou creche, curso que frequenta, série que frequenta), setor de atividade em que trabalha e rendimento. No entanto, tais dados têm limitações de ordem teórica e metodológica, na medida em que não contemplam outras modalidades de fluxos populacionais, a exemplo dos migrantes temporários.

Os dados primários da pesquisa amostral realizada pela pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 proporcionam uma visão mais recente no que se refere às características dos migrantes com residência permanente no Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, uma vez que os dados foram construídos em 2015, enquanto os últimos microdados do IBGE dizem respeito ao censo de 2010. Entretanto, tais dados também possuem limitações, uma vez que, como já foi dito anteriormente, nesse survey foi realizada uma amostra domiciliar intencional para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, não sendo, assim, representativo do universo.

A falta de informações a respeito das motivações individuais do deslocamento, tanto nos dados dos censos quanto nos dados da FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015, também impossibilitaria a construção da tipologia dos fluxos populacionais, pois para isso foi preciso identificar os mais diversos tipos de mobilidade existente na área. Diante dessas limitações optou-se também pela metodologia qualitativa com as entrevistas semiestruturadas em profundidade, como forma de contornar todas essas limitações metodológicas.

A operacionalização dos dados quantitativos, primários e secundários, foi realizada por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual permitiu a realização de procedimentos estatísticos descritivos e inferenciais. Com os procedimentos estatísticos descritivos buscou-se compor uma caracterização das bases de dados e apresentação

das principais variáveis utilizadas no estudo. Com os procedimentos estatísticos inferenciais buscou-se analisar, por meio de testes estatísticos, a existência de associações e a força das correlações entre as variáveis utilizadas no estudo.

Ainda no âmbito das análises estatísticas, foi construído um modelo de tipologia de classes sociais, chamado de ACM, cujo objetivo é a mensuração da estrutura socioprofissional e os fenômenos de mobilidade sociais registrados nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Para a composição do ACM, foram utilizados microdados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. O modelo ACM de análise de classes é uma metodologia de construção de tipos sociais por meio da qual é possível mensurar a estrutura socioprofissional em um determinado recorte analítico. Aplicando-se a metodologia em uma série temporal de dados é possível, também, analisar as mudanças estruturais numa determinada hierarquia social bem como a mobilidade social ocorrida dentro dessa estrutura.

Do ponto de vista metodológico, o modelo ACM considera classe social como a composição de três dimensões inter-relacionadas: renda, qualificação escolar/profissional e prestígio. Do ponto de vista operacional, o modelo ACM utiliza a variável referente à “ocupação profissional” como proxy das dimensões renda, qualificação e prestígio. No caso brasileiro, a ocupação profissional é obtida com base no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), disponível no Censo Demográfico realizado pelo IBGE.

O modelo ACM oferece sete posições socioprofissionais que compõem a estrutura socioprofissional de determinada sociedade. Em ordem decrescente de importância, são elas: 1. EDL (Empresários, dirigentes e profissionais liberais); 2. PTE (Profissionais técnicos de enquadramento); 3. TI (Trabalhadores independentes); 4. AI (Agricultores independentes); EE (Empregados executantes); OI (Operários industriais); e AA (Assalariados agrícolas). foram utilizados os dados de 1991 e 2010 como forma de analisar a mudança na estrutura sociocupacional ocorrida com expansão do CIPS.

Quanto aos procedimentos de análise dos dados qualitativos, construídos por meio de entrevistas semiestruturadas, o procedimento adotado foi o da análise de conteúdo clássica. Este é um método de análise de texto utilizado nas ciências sociais que culmina na descrição de algumas características do corpus do texto e que dá considerável atenção aos tipos, qualidades e distinções no texto. A utilização do método de análise de conteúdo justifica-se na medida em que consegue fazer uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais (BAUER, 2007). No caso específico da presente pesquisa, foi realizada a análise de conteúdo dos textos construídos por meio das transcrições das entrevistas.

Os dados qualitativos justificam-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2008). Um dos objetivos foi criar uma tipologia dos fluxos populacionais para os dois municípios que fazem parte do CIPS, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ambos formam a Microrregião de Suape. Para atingir esse objetivo pretende-se identificar os diversos tipos de mobilidade espacial e social na região. Diante disso, o estudo “População Território: do país à área metropolitana” realizado por Fonseca (1990) para a área metropolitana de Lisboa será um dos guias do presente trabalho. Nesta obra, a autora identifica os tipos de percursos geográficos e socioprofissionais mais representativos da área metropolitana de Lisboa, como forma de relacionar a mobilidade da população às mudanças na estrutura do emprego e na composição social da população.

Vale salientar que, com respeito às variáveis de migração, foram utilizados os dados referentes ao estoque, ou seja a população migrante independentemente do tempo de residência no local onde foi recenseada. Essa escolha se deu pelo fato de que na presente pesquisa fez-se necessário analisar o perfil de todos os migrantes, inclusive do grupo de migrantes com 10 anos ou mais de residência, como forma de investigar o processo de integração dos migrantes no local de destino, comparando-os com os migrantes mais recentes.

A análise da estrutura e dinâmica da área em estudo possibilitou a divisão da tese em cinco capítulos, os quais serão inter-relacionados. O primeiro e o segundo capítulo dizem respeito à revisão teórica e ao referencial conceitual, no qual foram discutidos os conceitos de espaço, região, território, rede e escala todos estes relacionados às diversas modalidades de fluxos populacionais, desde os conceitos de migração e migrante, até o conceito de mobilidade espacial da população, a exemplo das demais modalidades de deslocamentos existentes. Também foi feita toda uma discussão teórica a respeito de infraestrutura de educação e trabalho, como forma de se entender a relação desses conceitos com as dinâmicas espaciais e regionais na área.

O terceiro capítulo se refere às transformações na estrutura espacial e demográfica da Microrregião de Suape. Nele foram apresentada a condição regional, bem como a dinâmica demográfica anterior e posterior à implantação e expansão do CIPS, discutindo-se a respeito das heranças da cana-de-açúcar na região Microrregião de Suape, economia dominante, no que se refere à função econômica dos municípios, bem como está apresentado os padrões migratórios e paisagísticos na época, além de fazer um breve histórico do espaço e das características físicas da área, antes, durante e após a implantação do porto de Suape e do CIPS. Particularmente no item sobre a condição posterior à expansão do CIPS, abordou-se o processo de remodelação do espaço, escrevendo a paisagem, os fluxos econômicos, populacionais e

conexões com o exterior, ao abordar os processos de mobilidade populacional com a chegada de novos agentes econômicos.

O quarto capítulo é referente às análises dos resultados quantitativos, onde são apresentados o perfil socioeconômico dos grupos pesquisados, a partir dos dados secundários dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 e dos dados primários da Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015; os resultados dos testes de hipóteses e resultados da aplicação do modelo socioprofissional ACM.

O quinto capítulo é referente às análises dos resultados qualitativos e à tipologia dos fluxos populacionais de entrada na Microrregião de Suape. Por fim estão apresentadas as considerações finais da Tese.

2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

A discussão acerca da distribuição da população não é atual, nem está restrita ao círculo de geógrafos e demógrafos, sendo campo de pesquisa de estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, a exemplo de naturalistas, historiadores, economistas, sociólogos entre outras. Apesar desse fenômeno ocorrer desde os primórdios do surgimento do homem na Terra, no período pré-histórico, as discussões só tomaram corpo em meados do século XX, com o advento das preocupações com o crescimento populacional.

Ainterdisciplinaridade na temática da distribuição da população não pode ser deixada de lado, na medida em que está relacionada com fenômenos demográficos, sociais, econômicos, históricos, entre outros. Mas à Geografia cabe relacionar a distribuição da população aos fenômenos de ordem espacial. De acordo com Zelinsky (1974), a Geografia da População trata dos fenômenos espaciais da população. Para o geógrafo, a dimensão espacial e locacional é central na medida em que estuda a natureza dos lugares e as transformações da população no espaço geográfico, numa busca que vai além do “onde”, ao analisar as causas e efeitos da distribuição da população no espaço geográfico.

2.1 A IMPORTÂNCIA DOS CONCEITOS DE ESPAÇO, REGIÃO, TERRITÓRIO, REDE E ESCALA PARA O ENTENDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PELO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Para que se possa entender o processo dedesenvolvimento regional e as transformações nos padrões dos fluxos populacionais dele decorrentes, faz-se necessário discutir algumas categorias geográficas indispensáveis ao estudo. São elas: espaço, região, território, rede e escala.

2.1.1 Espaço Geográfico

O espaço geográfico é o objeto doutrinário da ciência geográfica, sendo considerado o conceito-chave da Geografia. Nesse sentido, ele é de suma importância para qualquer estudo sobre migrações, pois seu entendimento pode esclarecer questões sobre o direcionamento dos fluxos populacionais.

Durante muito tempo o espaço geográfico não foi considerado como o conceito-chave para a disciplina. Diversas correntes do pensamento geográfico adotavam as demais categorias geográficas como seu conceito principal. Segundo Corrêa (2007), na Geografia Tradicional, a abordagem espacial, associada à localização das atividades dos homens e dos fluxos, era secundária. O espaço para essa abordagem não se constituía como um conceito-chave, apesar de estar presente na obra de alguns estudiosos da época, como Ratzel e Hartshorne.

Ratzel desenvolveu dois conceitos fundamentais em sua antropogeografia, o conceito de território e o de espaço vital. O primeiro está vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo e o segundo vincula-se às necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. Dessa forma, o espaço ratzeliano transforma-se a partir da política, em território, um conceito-chave da geografia (CORRÊA, 2007).

Quanto à visão hartshorniana, o espaço é tido como o espaço absoluto, um receptáculo que apenas contém as coisas, sendo empregado no sentido de área. Na Geografia teórico-quantitativa, o espaço aparece pela primeira vez na história do pensamento geográfico, sendo considerado, de um lado, pela noção de planície isotrópica, e de outro, a partir de sua representação matricial. Na primeira noção, admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme no que se refere à geomorfologia, ao clima e a cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana. Já quanto ao espaço considerado como uma representação matricial vê-se que é mais uma concepção voltada para os economistas espaciais ligados às análises locais, movimentos, redes e hierarquia.

Na Geografia Crítica o debate sobre espaço reaparece como conceito-chave, discutindo-se sobre o espaço na obra de Marx, qual a natureza e o significado do espaço e procurando-se identificar as categorias de análise do espaço. E é tido como o espaço social, vívido, não devendo ser visto como espaço absoluto. Para esta abordagem, o espaço é concebido como locus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, de reprodução da sociedade.

Vê-se, assim, que as abordagens sobre o espaço, tanto em Ratzel, quanto em Hartshorne, são vinculadas à localização da população, à sua fixação. Daí se encontra a importância do entendimento dessas abordagens para os estudos populacionais. Observa-se, também, que para os estudiosos da geografia teórico-quantitativa, o espaço é tido como de grande importância para estudos e análises locais. Nota-se, assim, que tais concepções de espaço podem ser adotadas claramente por demógrafos, economistas e geógrafos da população, particularmente nos estudos sobre migrações.

Milton Santos também trata com bastante ênfase sobre o espaço nos seus estudos referentes às formas e interações espaciais. O espaço para Santos é o principal objeto de estudo da geografia, tornando-se o “corpus” da geografia. E define o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações. As migrações entrariam como os fluxos de populações que mudariam os fixos, a área física, concreta, a ser modificada (SANTOS, 2008).

Mas, além de tratar da categoria espaço não se deve esquecer a importância do conceito de *habitat* geográfico, uma vez que este pode complementar a conceituação e o entendimento do espaço, na medida em que o habitat se refere à organização do homem no meio. Nesse sentido, o *habitat* diz respeito à distribuição da população no espaço.

Segundo George (1993), o habitat diz respeito às relações entre os locais e a população que os ocupa, os organiza, os modifica e os degrada. Sendo assim, o habitat seria o ponto de partida de duas investigações geográficas:

[...] a primeira diz respeito à gênese e evolução das formas dos locais habitados, à utilização destes locais e à diferenciação dos seus modos de ocupação, aplicando-se a segunda às relações entre os locais habitados. A primeira chama-se geografia do povoamento, e a segunda geografia das migrações e geografia das comunicações. (GEORGE, 1993, p. 93).

Max Sorre considerava o espaço como morada do homem e, devido a isto, a ciência geográfica deveria estudar as formas pelas quais os homens organizam seu meio. O autor se reporta ao conceito de *habitat* como sendo uma área do planeta habitada por uma comunidade que a organiza. Trata-se assim, de uma construção humana, uma humanização do meio que expressa as diversas relações existentes entre o homem e o ambiente que o envolve. A geografia de Sorre trataria, assim, da relação dos grupos humanos com o meio em que vivem, em um processo de contínua transformação deste meio pelo homem. Por conseguinte, as condições do meio geográfico, resultante da ação dos homens, seriam diferentes das do meio natural original (VIEITES & FREITAS, 2009).

O espaço geográfico é dessa forma localizável, definindo-se por suas coordenadas, é diferenciado por sua localização e pelas combinações que preside a sua evolução, e é mutável (DOLLFUS, 1991). Essas diferenciações do espaço geográfico são a base do conceito de região. Tal conceito não existiria se não houvesse diferenças significativas entre as diversas localizações do espaço geográfico.

2.1.2 Região

De acordo com Claval (2011), entre 1920 e 1960 era bastante popular a concepção da geografia humana voltada para as configurações espaciais e para as formas de organização regional. No que se refere aos fatos de configuração regional, foram os geólogos que deram partida. Mas foi entre os geógrafos que o conceito de região tomou força. Estes acolhem bem a ideia de região natural. Quanto aos historiadores, estes se dedicaram a história local, no início do século XIX, surgindo daí a ideia de região histórica. Mas foi no decorrer do século XIX que o estudo da distribuição dos homens passou a ocupar um lugar importante na descrição geográfica, principalmente com o progresso da cartografia.

Na primeira metade do século XX, entre a maioria dos geógrafos, a *démarche* regional apreende um misto de suporte natural, formas de ocupação dos solos e atividades humanas dentro de um conjunto territorial. A preocupação não é com a delimitação da área, mas estava voltada para a determinação dos traços específicos. Ou seja, a *démarche* regional clássica destaca as combinações de características da paisagem e das forças sociais e econômicas, não tinha como preocupação a explicação dos comportamentos humanos pela influência do ambiente, também não tinha como objetivo estabelecer relações de causalidade, mas sim, caracterizar cada conjunto pela combinação das formas observadas. A explicação poderia ser feita, mas em um segundo momento, a fim de mostrar como as formas destacadas refletem o conjunto de fatores que agem regionalmente. Entretanto, para a maior parte dos pesquisadores convém em seguida explicar a gênese das determinações das estruturas regionais.

Ainda segundo Claval (2011), a interpretação de Vidal de La Blache acerca das organizações regionais complexas partia de uma ideia de totalidade, ou seja, os fenômenos estão vinculados entre si e entre a realidade de escalas. Demongeon estudou as estruturas espaciais ao relacionar as formas de ocupação dos solos, o hábitat, a organização do espaço e os hábitos, as instituições e os projetos dos grupos. Mas este tinha uma preocupação de caráter mais político e social, e não chegou a apresentar descrição regional. Quanto a Cholley, apesar de ser um geomorfólogo, refletiu muito acerca da geografia humana e da geografia regional, ao levar em consideração o estudo das combinações, ao se reportar aos domínios, meios ou regiões. Para este estudioso, a região geográfica implicava a sobreposição dos limites físicos, biogeográficos e humanos. No entanto, por volta dos anos 1900 ou 1930, a descrição regional não era mais apenas tomar nota de justaposições, mas também, evidenciar a longa duração das combinações na qual os fatos acontecem, dando à geografia um objeto específico, uma estrutura, que seria a região (CLAVAl, 2011).

O contexto acima referido foi adotado por Claval a fim de situar as abordagens relativas ao termo região ao longo do avanço da ciência geográfica, na tentativa de conceituá-lo. Segundo o autor:

Quem diz região diz organização do espaço [...]. Para muitos geógrafos é o estudo dos objetos estáveis, onde se encontram misturados os elementos físicos e as realidades sociais, que constituem as regiões, semeadura dos estabelecimentos humanos ou os mais humanizados. O geógrafo deve elaborar o inventário dessas formas de organização. (CLAVAL, 2011, p. 168-170).

Segundo Barros (2012), o geral e o regional ou corográfico⁶ são “expressões positivas das possibilidades metodológicas encontradas na Geografia”, sendo plenamente possível utilizar ambas as possibilidades em um mesmo estudo, numa relação de complementariedade entre as duas. Ainda segundo Barros (2012):

A consciência da presença estrutural dentro da Geografia dos dois horizontes cognitivos – o horizonte das regularidades nos arranjos espaciais, por um lado, e o horizonte das singularidades dos lugares, por outro – estava nas mentes de protagonistas da iniciativa espacial, pelo menos na mente daquele que produziu o mais influente trabalho no campo do estudo dos assentamentos ou distribuições das populações humanas no espaço, Walter Christaller. (BARROS, 2012, p. 25).

Nesse sentido, a região seria a forma como o espaço se organiza em termos de características específicas, sejam elas, físicas, econômicas ou sociais, ou seja, a organização dessas características do espaço em tipos específicos e comuns, formando regiões geográficas.

Segundo Gomes (2007), a noção de região para a geografia é bastante complexa. Em meados do século XIX, antes de a geografia tomar prestígio acadêmico, a geologia adotava a região como um dos seus conceitos principais, influenciando diversos estudiosos de outras áreas, a exemplo da geografia abordada por Vidal e Gallois. A abordagem da região passa, assim, por diversas e amplas discussões que vão desde a noção de região natural, passando por abordagens positivistas e possibilistas. A região existia, assim como unidades do saber geográfico e não como unidades morfológicas, surgindo a ideia de região geográfica ou região-paisagem, como resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. Foram muitos os

⁶ Com a modernização e institucionalização da Geografia a disciplina assume duas linhas de pensamento e metodologia, por um lado tem-se a Geografia Geral ou das leis gerais que formam teorias, com padrão metodológico generalizador e a Geografia Regional ou especial, com padrão metodológico descritivo, ao dividir o espaço geográfico em tipos de regiões que se diferenciam umas das outras por características particulares. A corografia, do grego *chora*, diz respeito à descrição dos lugares tanto em termos culturais, quanto naturais (BARROS, 2012).

estudiosos que adotavam a região como eixo de discussão geográfica, a exemplo de Humboldt, Gallois, La Blache, Hastshorne, Ritter entre outros.

A região obteve uma posição central na geografia clássica, com o objetivo de identificar e descrever as diferenciações no espaço geográfico. Mas com a crise da geografia clássica, surge a necessidade de uma rediscussão a respeito da noção de região, procurando abordagens que fossem além da perspectiva regional-descritiva. A partir daí a região passa a ser um meio e não mais um produto, surgindo a análise regional. A região, agora sendo uma classe de área e fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios justificáveis no julgamento de sua relevância para uma explicação. Aparecem, então, os termos regiões homogêneas e regiões funcionais.

As primeiras dizem respeito a espaços mais ou menos homogêneos, partindo da ideia de uma seleção de variáveis estruturantes do espaço, onde intervalos nas frequências e na magnitude destas variáveis definem esses espaços. Nas regiões funcionais, a estruturação do espaço é vista a partir das múltiplas relações que circulam e dão forma ao espaço que é internamente diferenciado, a cidade torna-se o centro de organização do espaço, com o termo regiões polarizadas e com a valorização da vida econômica que dá fundamento às trocas e fluxos de mercadorias, serviços e mão de obra. As regiões funcionais foram a base dos modelos espaciais de Christaller, Weber e Thünen.

Mas a partir dos anos 1970 há uma crítica a esse tipo de perspectiva voltada aos modelos econômicos neoclássicos, pois seguindo estas perspectivas, os estudiosos acabariam por naturalizar o capitalismo, como a única forma de conceber o desenvolvimento social. Surge, a partir daí, a corrente crítica da geografia radical, argumentando que a diferenciação do espaço se deve à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista. Alguns geógrafos procurando estabelecer relação entre o conceito de região e os conceitos de economia política de Marx. Como é o caso das regiões vistas sob o prisma das formações socioespaciais. Por volta de meados da década de 1970 surge mais uma corrente crítica, o humanismo na geografia, ao tentar buscar no passado da geografia elementos que seriam importantes resgatar, surgindo elementos como consciência regional, sentimento de pertencimento e mentalidades regionais, a região passa a ser vista como um produto real dentro de um quadro de solidariedade territorial.

O conceito de região surgiu, assim, da necessidade de uma afirmação identitária dos lugares já a partir da antiguidade clássica. Diante disso, Gomes (2007) afirma que a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, e coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a certa área. A região sendo uma discussão entre os limites da

autonomia face a um poder central. Nesse sentido a região auxilia na compreensão do fundamento político, no controle e gestão de um território. Ainda de acordo com o autor, na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial, e o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade continua a se manifestar por todos os lados.

De acordo com Lins (1998), o conceito de região sempre foi utilizado na diferenciação de áreas geográficas, inicialmente possuindo uma noção de lugar ou área de caráter específico, posteriormente incorporado ao vocábulo científico, significando uma área com características próprias, diferente de outros lugares. Entretanto, inovações no conceito de região fizeram com que seu significado variasse no decorrer do tempo, de acordo com as vertentes de pensamento assumidas em cada época, seja por meio de paradgmas positivistas, possibilistas ou por meio de correntes voltadas para o materialismo histórico e par a dialética marxista.

Nos estudos populacionais, especificamente sobre migrações, diversas abordagens sobre o conceito de região podem ser empregadas, na medida em que a temática das migrações pode ser vista a partir de múltiplas perspectivas, sejam elas perspectivas de estrutura do espaço físico, econômico e social, bem como perspectivas psicológicas e identitárias. Todas com sua importância, não existindo um conceito certo ou errado, pois cabe a cada pesquisador utilizar das abordagens mais convenientes e que respondam as suas questões de pesquisa. Observa-se, assim, que a categoria região é indispensável quando se trabalha com desenvolvimento regional e com a regionalização, na medida em que proporciona o entendimento da configuração do espaço em transformação. Pode ser verificado, a partir do contexto, que há uma estreita relação entre as categorias território e região, ambas vinculadas às relações políticas e de poder.

Segundo Lins (1998), na geografia, o termo regionalização passou a ser entendido como um procedimento metodológico semelhante ao da classificação, sendo assim, possível uma infinidade de regionalizações em uma mesma área. A regionalização seria uma técnica de classificação e diferenciação de áreas.

Diante do exposto, podemos concluir que o procedimento de regionalização divide o espaço geográfico em tipo de regiões que se diferenciam umas das outras por características particulares. Um exemplo de regionalização é a divisão do Brasil em grandes regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Cada uma apresentando um conjunto de características, físicas, econômicas e sociais que as tornam diferentes.

De acordo com Santos (2008 a), na história das civilizações, as regiões se configuraram por meio de processos orgânicos expressos pela territorialidade de um grupo, onde se prevalecia identidade, exclusividade e limites. Com o processo de globalização há quem fale do fim das

diferenciações regionais, provocada pela expansão do capital hegemônico. Entretanto, o tempo acelerado, acentua a diferenciação dos eventos e aumenta a diferenciação dos lugares.

[...] já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno da região”. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam [...] As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração do edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. (SANTOS, 2008, p. 246-247).

Nesse sentido, a instalação de indústrias, assim como os deslocamentos populacionais entrariam como os fluxos econômicos e de população, respectivamente, que mudariam os fixos, a área física, concreta, a ser modificada. Assim, a concepção de Santos sobre os fixos e os fluxos deixa clara a ligação e a relevância da categoria território para os estudos sobre fluxos populacionais em territórios que passam por processos de dinâmica econômica.

2.1.3 Território

O território tradicionalmente foi muito utilizado por geógrafos a fim de realizarem estudos sobre a distribuição de componentes populacionais e econômicos no espaço. No entanto, a categoria território ganha força nas discussões de diversos campos do conhecimento, a exemplo dos estudos sobre políticas sociais, uma vez que a análise do território é indispensável para uma adequada formulação das políticas sociais a serem executadas em um determinado espaço.

Segundo Koga (2003, p. 33), “o território representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território”, é nele onde se concretizam as relações sociais, de vizinhança e solidariedade, assim como as relações de poder, e é nele onde as desigualdades sociais tornam-se evidentes. A autora coloca o território como chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva, assim, de acordo com ela, o território pode significar um novo aporte para o debate no campo das políticas públicas.

Santos (2008a) destaca a importância da categoria território para os estudos geográficos. O território, de acordo com o autor, pode ser considerado como o palco de operação de diversos agentes, sejam eles locais ou globais, e se formam a partir das relações entre fixos e fluxos. Os primeiros permitem ações que modificam o lugar; quanto aos fluxos, estes são o resultado das ações que se instalam nos fixos, ao modificar a sua significação e o seu valor.

Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, este forma-se a partir do espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. Entretanto, o autor afirma que o território não é o espaço, mas se apoia nele. O território é, assim, um local de relações, só existindo em função dos objetivos intencionais do ator, podendo ser tido como o espaço apropriado por e a partir das relações de poder. O território é, assim, o “espaço político” por excelência. Nesse sentido, não se pode falar de território sem se voltar ao espaço e nem se pode falar de espaço sem se direcionar ao território, uma vez que o espaço pode ser visto como um território, quando são levadas em consideração as relações de poder existentes. Segundo Zelinsky (1974), o espaço geográfico é diferenciado, nas mais diversas regiões do planeta, que é mutável, com o decorrer do tempo, e que é caracterizado por relações de poder as mais variadas. Relações estas entre diferentes territórios e dentro de um mesmo território, principalmente se pensarmos a partir do ponto de vista de uma escala política ou administrativa.

A desconstrução do território muitas vezes é tida sobre o termo “desterritorialização”, que, segundo Haesbaert (2007), poderia significar a diminuição e o enfraquecimento do controle de fronteiras, aumentando assim a dinâmica, a fluidez, a mobilidade, seja ela de pessoas, bens materiais, capital ou informações. Ainda para este autor, não se pode considerar que o território esteja desaparecendo, ou seja, que haja a aniquilação do espaço pelo tempo, uma vez que podemos conceber uma espécie de “territorialização” no movimento. Deve-se atentar a que tipo de mobilidade está se referindo. No caso do migrante, este é parcela integrante, ou se ainda não o é, está em busca de integração, numa pós-modernidade marcada pela flexibilização e precarização das relações de trabalho. O melhor seria optar pelo qualificativo “desterritorializado”, uma vez que este termo pode ser utilizado para os migrantes de classes subalternas em sua relação de exclusão na ordem socioeconômica capitalista, mas dificilmente pode ser utilizado para as classes privilegiadas. Ainda segundo o autor:

[...] um dos fenômenos mais freqüentemente ligados à desterritorialização diz respeito à crescente mobilidade das pessoas, seja como novos nômades, vagabundos, viajantes, turistas, imigrantes, refugiados ou como exilados – expressões cujo significado costuma ir muito além de seu sentido literal, ampliando-se como poderosas (ou ambivalentes, assim, controvertidas) metáforas [...]. Entretanto, até que ponto a mobilidade geográfica pode ser vinculada à desterritorialização. (HAESBAERT, 2007, 237).

De fato, para parte dos migrantes, há certa perda de identidade no lugar de destino, o que faz fazendo com que o migrante não se sinta parte integrante no atual espaço. Mas este certamente está em busca dessa integração e muitas vezes ele consegue.

Os territórios podem ser construídos tanto ao nível local, quanto ao nível nacional. Cada um sofre alterações em suas distintas escalas espaciais, mas, também, sofre alterações em suas relações sociais com o passar do tempo. Daí a necessidade de se voltar à história da formação territorial de um determinado espaço, como defende Manuel Correia de Andrade. Segundo o autor, o conceito de território liga-se a ideia de domínio ou gestão de uma área, ou seja, “a formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido de territorialidade” (ANDRADE, 1995, p. 20).

Em outras palavras, determinado espaço que possuía relações de poder caracterizadas por servidão entre o trabalhador do campo e seu “senhor” podem sofrer mudanças ao longo do tempo em virtude de uma grande crise nacional na produção de certo produto. Tal crise pode possibilitar a mudança do perfil econômico desse espaço, ou seja, uma área anteriormente produtora de cana-de-açúcar, em virtude de uma crise, tenta buscar outros meios de crescimento e desenvolvimento econômico que não necessariamente impliquem em relações de servidão.

Diante do exposto, a análise do território torna-se crucial para o entendimento sobre fluxos de capital e população, na medida em que tais fluxos, sejam de saída, sejam de entrada de capital ou de população, podem mudar a configuração territorial do espaço. Nesse sentido, a influência do território para a instalação de um polo industrial, por exemplo, pode vir mudar a dinâmica populacional de um determinado espaço, ao atrair população de outras localidades, a fim de servir de mão de obra para esta indústria. A partir daí, as relações sociais anteriormente existentes nesse espaço se transformam, e podem interferir na aplicação das políticas sociais.

2.1.4 Escala e Redes Globais

De acordo com Racine, Raffestin & Ruffy (1983), para que se realize observações coerentes e interpretações no conjunto de um sistema conceitual numa determinada pesquisa, faz-se necessário especificar a escala a qual se quer analisar. Entretanto, a problemática não é tão simples, uma vez que a Geografia toma o conceito de escala emprestado da Cartografia⁷, na medida em que a Geografia não possui seu próprio conceito. Muitas vezes o conceito da cartografia não se adequa às necessidades da Geografia, pois para esta disciplina, o ponto de vista do espaço também é visto sob a ótica social, o que não ocorre na Cartografia. A qualificação do que vem a ser escala geográfica tem que levar em conta a relação que matem

⁷ “A escala cartográfica exprime a representação do espaço em forma geométrica” (RACINE, RAFFESTIN & RUFFY, 1983, p. 124).

as sociedades com a forma geométrica. Desse modo, “a escala geográfica se inscreve num processo contínuo cujo caráter de reversibilidade pode fazer aparecer, em função justamente dessas abstrações” (RACINE, RAFFESTIN & RUFFY, 1983, p. 125).

Segundo Castro (2007), a escala é uma medida que dá visibilidade ao fenômeno geográfico, na medida em que indica a espacialidade de processos decisórios, podendo significar, na geografia, tanto a fração de uma superfície, como um indicador de tamanho do espaço considerado. Nesse sentido, de acordo com a autora:

[...] a escala introduz o problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência. Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas. (CASTRO, 2007, p. 138).

De acordo com Santos (2008 a), a noção de escala pode ser aplicada aos eventos segundo a acepção de escala de origem das variáveis envolvidas na produção do evento e segundo a escala do seu impacto ou de sua realização. Levando-se em conta que os eventos históricos não se dão isoladamente, a escala pode ser considerada também como um dado temporal e não apenas espacial, a variar com o tempo, uma vez que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos.

Nos fenômenos migratórios, a escala própria de pensar é a partir da escala planetária ou global, uma vez que a migração, no geral, é discutida nos diferentes lugares do mundo. Entretanto, quando se está analisando as migrações especificamente em um determinado espaço, se faz um tipo de regionalização, sendo necessário algumas vezes utilizar-se de escalas locais, mas, nunca deixando de ligar a escala local à global.

Pode-se dizer que, na nova era de integração das economias em escala mundial, praticamente todas as economias estão conectadas às práticas do mercado global através do incremento nos fluxos comerciais pelo mundo. Tal processo ocorre com a maioria das atividades econômicas e não apenas com as voltadas para a tecnologia de ponta. Diante disso, não se pode mais pensar em crescimento através de economias totalmente isoladas da nova dinâmica econômica global, uma vez que praticamente todos os lugares estão ligados por fatores econômicos, sociais, culturais e políticos. Chegamos a um ponto em que uma simples mudança seja na produção, seja na comercialização, ou consumo de um produto, pode interferir significativamente na dinâmica econômica de diversas regiões.

Segundo Santos (2008 a), a fase atual é aquela em que a economia se torna mundializada e todas as sociedades terminam por adotá-la de forma mais ou menos total e de maneira mais ou menos explícita (SANTOS, 2008 a). Ainda de acordo com Santos (2008 b), a uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias (SANTOS, 2008 b). Para ele:

[...] a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. (SANTOS, 2008 b, p. 338).

É a partir dessa nova lógica que se faz necessário pensar e agir de forma integrada, principalmente no que diz respeito às propostas de planejamento de uma localidade, observando o processo de articulação da economia local com a dinâmica global, e em particular com a concorrência mundial.

Segundo Amin (2007) não se deve focar somente na economia de crescimento endógeno, baseado apenas nos aglomerados locais. Um estudo da dinâmica econômica da região torna-se importante. A ideia de regiões como locais de circulação deveria redirecionar-se para a realidade de que o grosso das transações econômicas regionais também está associado ao atendimento da demanda local, na medida em que as cadeias de suprimento globais podem ser utilizadas em benefício do local.

Tal fato nos mostra a importância da abordagem multiescalar da economia de um lugar, levando-se em consideração o padrão de competitividade com os demais atores globais. A partir daí será possível uma proposta de planejamento em que pese não apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento da região como um todo.

2.2 ABORDAGENS TEÓRICAS A RESPEITO DE FLUXOS POPULACIONAIS, MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO

A Geografia da População, considerada uma disciplina tópica ou sistemática da Geografia, pode fornecer ideias de grande importância para o geógrafo que busca analisar as modificações no espaço, pois tem como objetivo principal o estudo da distribuição da população pelo espaço geográfico, estando, desse modo, intimamente relacionada aos conceitos de espaço, região e território acima referidos.

A Geografia da População é relativamente recente como disciplina, pois foram as crescentes preocupações quanto à população em meados do século XX que fizeram com que

surgissem maiores interesses em pesquisas profundas vinculadas à demografia. De acordo com Zelinsky (1974) e George (1991), o geógrafo da população analisa as características da população de cada região habitada, mas diferentemente do demógrafo, a dimensão espacial é o propósito primeiro da investigação do geógrafo da população. Este tenta buscar o caráter inter-relacional das coisas, dos lugares, dos povos que variam no espaço, a partir de uma investigação de causa e efeito entre os aspectos, e que dão às regiões suas particularidades e personalidades únicas. Segundo Zelinsky (1974), a Geografia da População:

[...] é a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos. (ZELINSKY, 1974, p. 17).

Devido ao caráter espacial da Geografia, boa parte dos geógrafos da população se interessa mais pela componente migração e mobilidade espacial da população, do que pelas demais componentes demográficas, a exemplo da fecundidade e mortalidade. De acordo com Plane e Rogerson (1994), dentro da disciplina da Geografia, os estudos sobre população têm assumido papel importante por muito tempo, e o maior corpo de estudos populacionais realizados por geógrafos centra-se sobre as migrações. A mobilidade geográfica tem sido de importância central dentro da geografia humana, na medida em que o entendimento de suas causas e efeitos pode ajudar no planejamento de uma determinada região.

A população humana se desloca pelo espaço geográfico desde os seus primórdios. No período paleolítico, ou período da pedra lascada, o homem vivia em constante deslocamento como nômade, ou seja, até o início do neolítico, por volta de 10000 a.C o homem vivia como coletor de alimentos e caçador de animais em uma mobilidade espacial constante como forma de sobrevivência. Alterações climáticas e a escassez de alimentos fazem com que as condições de vida do homem comecem a mudar; este inicia um processo de fixação no espaço geográfico, em áreas que possibilitem uma produção de alimento, e tais alterações marcaram o fim do período paleolítico.

A partir do neolítico houve uma extraordinária transformação na forma de viver do homem com o surgimento da agricultura e domesticação dos animais, a caça e a pesca ainda estavam presentes, mas com a possibilidade de cultivar plantas. A busca por áreas onde houvesse disponibilidade de alimentos, assim como a caça e a pesca, não seriam mais as únicas formas de sobrevivência. A partir de então, houve uma tendência de menor mobilidade do homem pelo espaço - não que o homem deixasse de se mover pelo espaço, havia ainda grandes

deslocamentos de população, mas estes estavam mais relacionados à fuga de grandes desastres naturais, disputas territoriais e guerras, e não à incapacidade de cultivar seu próprio alimento. Tendência esta que se alteraria com o desenvolvimento da agricultura, com o excedente populacional no campo, e com o processo de industrialização nas cidades, fazendo com que houvesse um grande deslocamento de população do campo para as cidades.

A fim de melhor compreendermos o quadro dos fluxos populacionais na área em estudo faz-se necessário, primeiramente, contextualizar acerca do processo de evolução das categorias “mobilidade espacial da população” e “migração”.

Segundo Becker (2006), desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos, grupos populacionais põem-se em movimento, e lutam pela hegemonia de novos territórios, fugindo de perseguições étnicas e repressões múltiplas, vislumbrando a possibilidade de terras e mercados de trabalho mais promissores. A migração, para Becker, “pode ser definida como mobilidade espacial da população”, e por ser um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas e entre essas e o seu ambiente físico (BECKER, 2006, p. 323).

De acordo com Carvalho (2001) há a necessidade de novas abordagens sobre as migrações que sejam capazes de contemplar outras dimensões da existência humana, além das econômicas. E é a partir daí que poderiam ser muito úteis e inspiradoras algumas das ideias presentes nas obras de pensadores como Ratzel, que não tem tido o direito de figurar sequer como pré-história dos estudos populacionais. Ainda segundo o autor:

[...] também nesse tema as possíveis contribuições de Ratzel ou foram esquecidas ou foram desvirtuadas e preconceituosamente apagadas de nossa história. Talvez isso se explique porque, de fato, haveria imensas dificuldades em vincular as formulações presentes nas obras de Ratzel aos reducionismos estatísticos e aos determinismos, sobretudo econômicos e ambientais, presentes nas análises geodemográficas da atualidade. (CARVALHO, 2001, p. 22).

De fato, as abordagens ratzelianas sobre migrações se apresentavam muito vinculadas a preocupações etnográficas, aos movimentos étnicos, a origem e direção dos movimentos étnicos, as diferenciações étnicas (CAPEL, 1981). Entretanto, não se pode deixar de lado a relevante importância desses estudos para a formação das posteriores análises referentes aos fluxos populacionais. Uma vez que Ratzel foi um dos pioneiros a estudar de forma detalhada as migrações. De acordo com Barros (2007):

Frederico Ratzel fez um encontro entre os mecanismos de especiação ou diferenciação externos – migrações/difusões, meio geográfico – e o reconhecimento tipológico areal

(zonas ou regiões culturais) das diferenças nos padrões culturais dos povos pelo mundo. (BARROS, 2007, p. 219).

Há diversas abordagens teóricas e metodológicas que tentam explicar o fenômeno da mobilidade de pessoas pelo espaço, sejam elas de caráter mais econômico, sejam as que se atem mais as características sociais e individuais. Desse modo são várias as correntes de pensamento existentes, desde as clássicas, neoclássicas, histórico-estruturalistas e neomarxistas, bem como as mais recentes como a nova economia das migrações.

Becker (2006), afirma que o fenômeno migratório, até os anos 1970, era considerado a partir de uma perspectiva neoclássica, dentro de uma visão descritiva e dualista, em que a análise estatística, de fluxos e aglomerados era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social. Para essa abordagem a decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da decisão pessoal e não produzida por forças socioeconômicas externas. Foi a partir de meados dos anos 1970 que a migração foi reconsiderada sob a abordagem neomarxista, passando a ser concebida como mobilidade forçada pelas necessidades do capital e não mais como um ato soberano de vontade pessoal. Ainda de acordo com a autora, dentre os estudos tradicionais com enfoque neoclássico são considerados básicos aqueles desenvolvidos por Ravenstein, Lee e Todaro, por estes darem ênfase às características pessoais dos migrantes e alguns fatores condicionantes das migrações entendidos como fatores de atração-repulsão. Quanto ao enfoque neomarxista das migrações, Becker afirma que o contexto de análise da mobilidade espacial da população foi expandido ao se discutir o seu caráter histórico-estrutural.

O enfoque neoclássico dos movimentos populacionais utiliza o mesmo instrumental aplicado ao comportamento dos capitais e serviços, que são componentes de uma dada estrutura econômica. A migração seria um instrumento que possibilita o equilíbrio, a fim de corrigir os diferenciais de renda existentes entre localidades. No que toca à abordagem do capital humano, esta leva em consideração um montante maior de variáveis que exercem papel importante na decisão do trabalhador migrar. A migração, para esta abordagem, é um mecanismo por meio do qual se busca melhor condição de trabalho. A decisão do migrante em sair de seu local de origem é tomada como um investimento qualquer, no qual se ponderam os custos e possíveis benefícios (SCHULTZ, 1973 *apud* NETTO JÚNIOR, MOREIRA, ARAÚJO, 2003). Assim, para esta abordagem, a razão básica que leva o agente à decisão de se deslocar ou não são os diferenciais salariais.

A própria evolução histórica do capitalismo permitiu que as teorias neoclássicas admitissem as relações entre mercado de trabalho e bons salários como fatores de

deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda. O deslocamento espacial seria a expansão geográfica do capital e do trabalho excedente (MENEZES, 2001).

De acordo com Peixoto (2004), Ravenstein pode ser considerado o único autor clássico desse tema, devido ao seu caráter precursor, sendo considerado como um decano das referências bibliográficas das migrações e citado em trabalhos de diferentes ciências sociais. Desse modo, as teorias de Ravenstein são a base dos modelos modernos de ‘atração-repulsão’ ou ‘push-pull’ (PEIXOTO, 2004, p. 05).

As tentativas de divisões didáticas das vertentes acerca das migrações são inúmeras e complexas, não existe uma divisão certa ou errada. Há autores que trabalham apenas com duas grandes divisões, os modelos migratórios de base empírica e a teoria econômica aplicada a migração. Dentro destes dois grandes grupos há subdivisões que contemplam abordagens clássicas, neoclássicas e histórico-estruturais; outros assumem diretamente a divisão entre clássica, neoclássica, histórico-estrutural. Independente da divisão assumida, o importante a ser ressaltado é o fato de não se poder desagregar as migrações das teorias sociais, e sempre levar em consideração o contexto em que cada teoria surgiu.

Dentro dos modelos migratórios de base empírica estão os modelos clássicos, a exemplo do modelo de atração-repulsão, os modelos gravíticos e a teoria da transição da mobilidade. O modelo de atração-repulsão faz uma comparação entre os lugares de origem e destino e teve como base os estudos de Ravenstein no século XIX por meio de suas “Leis das Migrações”, em que descreve regularidades do fenômeno a partir de padrões. Estão na base das teorias de tipo microeconômicas relacionadas à seletividade do migrante e das abordagens sobre atração-repulsão. Os modelos gravíticos fazem uma relação entre migração e distâncias, e migração e massa ou volume, bem como a dimensão econômica. Tendo como um dos autores Lee, ao se reportar às distâncias e oportunidades. Tais teorias se baseiam numa escolha racional do migrante, apresentando uma ligação à perspectiva neoclássica da economia, e se articulam com a análise geográfica devido à importância que dá a dimensão espacial. Já a teoria da transição da mobilidade foi proposta por Zelinsky em 1971, ao relacionar as migrações com a evolução da sociedade.

Para além das abordagens consideradas clássicas, existe a teoria econômica aplicada às migrações que pode se dividir didaticamente em: modelos neoclássicos, a nova economia das migrações, a segmentação do mercado de trabalho, bem como existem as abordagens histórico-estruturais aplicadas às migrações e as abordagens sistêmicas.

Dentre os modelos neoclássicos existe a teoria microeconômica que liga a migração a uma escolha individual e racional, onde são levados em consideração os custos e benefícios

esperados pelo indivíduo ao migrar; e a teoria macro econômica, a qual leva em consideração a conjuntura econômicas e social para explicar a migração, esta seria explicada pelas diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho. Outras perspectivas foram surgindo como uma crítica a visão neoclássica, dentre elas estão autores neomarxistas, a exemplo de Gaudemar e Singer. O primeiro com uma visão mais abrangente ao abordar o fenômeno da migração numa escala internacional e o segundo numa escala interna da migração.

Segundo Gaudemar (1977), uma via possível para explicar a mobilidade seria a seguida pelo materialismo histórico marxista por meio da sua análise da acumulação do capital. A obra “Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital” publicada por Jean-Paul de Gaudemar em 1977 é uma crítica à visão neoclássica. Nesta obra o autor tenta mostrar as limitações dessa abordagem ao afirmar que essa corrente de pensamento tem uma visão conformista, na medida em que a mobilidade espacial do trabalho é percebida apenas como fluxo reequilibrante, seja em matéria de salários, seja em matéria de emprego para os modelos macroeconômicos, seja ao tentar maximizar o lucro individual. Isso faz com que a abordagem neoclássica se torne contraditória. Ainda de acordo com o autor, tanto no plano microeconômico, quanto no macroeconômico, a mobilidade do trabalho está determinada pelo comportamento do capital humano, surgindo como mobilidade, como um fator de produção de uma região ou país para outro, com o intuito de assegurar o equilíbrio geral. Outra problemática diz respeito à recusa de toda heterogeneidade estrutural de longa duração, bem como a recusa da diferença pelo sistema econômico sob a égide da visão neoclássica (GAUDEMAR, 1977).

Singer (1980), ao discutir a respeito do fenômeno migratório, traz a tona o caráter histórico das migrações internas, ao afirmar que o primeiro passo para estudar os fluxos migratórios é encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido eles, na medida em que “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança” (SINGER, 1980, p. 217).

Dentre as abordagens mais recentes, a nova economia das migrações encara a migração como uma decisão familiar e não individual, levando em consideração diferenças existentes no mercado, e não apenas no mercado de trabalho. Segundo Massey (2015), ao contrário da economia neoclássica, a qual tinha como hipótese a migração permanente, um novo paradigma econômico surge e tem como hipótese a circulação e a repatriação de lucros sob a forma de remessas ou de poupança. A tomada de decisão não está nas mãos apenas do indivíduo, reconhecendo, assim, que as pessoas são encaixados em famílias e, portanto, pode se envolver no processo de tomada de decisão coletiva. Ao invés de uma mudança permanente, as pessoas se mudam temporariamente como forma de diversificar os rendimentos das famílias e acumular

dinheiro para em seguida voltar para casa com os meios possíveis de resolver os problemas econômicos domésticos.

De acordo com Massey *et al.* (1998), diferente dos indivíduos, as famílias tendem a controlar melhor os riscos para o seu bem-estar econômico por meio da diversificação de recursos à sua disposição, a exemplo da renda, por meio da atribuição de vários trabalhadores familiares a diferentes mercados de trabalho geograficamente distintos.

Enquanto as condições econômicas nos mercados de trabalho não-locais são negativamente correlacionadas ou fracamente associadas com aqueles na comunidade de origem, as famílias estarão em uma posição para controlar os riscos através da diversificação. (MASSEY, 1998, p. 22).

Quanto à teoria da segmentação do mercado de trabalho ou mercado dual, desenvolvida por Piore em 1979, relaciona a migração à necessidade do recrutamento de mão de obra, como uma forma de força de trabalho complementar e muitas vezes mais flexível. Esta teoria liga a imigração às necessidades estruturais das economias modernas do mundo ocidental, ou seja, contrariamente a “nova economia” das migrações, enfatiza os fatores que explicam a procura permanente de trabalhadores imigrantes nos países de acolhimento, considerando-os uma força de trabalho complementar. Estes ligados a um mercado de trabalho secundário (menos qualificado e com baixos salários), enquanto os naturais ou não migrantes ocupariam postos de trabalho no setor primário (mais qualificados e com salários mais elevados). Nesse sentido, esses grupos desprotegidos ajudam a alimentar esse fluxo de informalidade e precarização e flexibilização.

Massey (2015), ao se reportar à migração mexicana para os Estados Unidos entre os anos de 1942-1965, afirma que a migração foi um processo iniciado por programa de recrutamento de trabalhadores temporários ou flutuantes (no que diz respeito às mudanças nas condições de oferta e procura de trabalho em ambos os lados) a mando do governo ou dos empregadores. Esse perfil de migrante tende a se expandir por causa da elaboração de redes de migrantes, mas também tende a ser uma migração esmagadoramente circular, com os homens migrantes se deslocando para “trás” e para “frente”. Processo este que derivada da nova economia da migração laboral e da recente reformulação da economia neoclássica. Situação esta que mudou a partir de 1965 quando passou-se de uma circulação de homens trabalhadores para uma migração definitiva da família. Assim, de acordo com Edwards, Gordon e Reich (1973, p. 361), “a segmentação do mercado de trabalho surgiu tanto de estratégias conscientes e forças sistêmicas”.

Segundo Piore (1979), os migrantes seriam uma forma de complementar o trabalho da população natural no local de origem, ao assumir os postos de trabalho que a população local não quer. A segmentação do mercado de trabalho seria um meio de superar a escassez de trabalhos críticos ou precários. Ainda de acordo com o autor, a imagem que temos da migração é bem particular, ao observarmos o migrante numa tomada de decisão deliberada para migrar supomos que o movimento é visto como permanente. Entretanto, este ponto de vista está errado se estamos falando de migrações contemporâneas entre as sociedades industriais e áreas menos desenvolvidas, na medida em que a maioria de tais migrações no início são temporárias. O migrante planeja passar pouco tempo na área industrial para em seguida voltar para casa.

Segundo Massey *et al.* (1998), há um ponto em comum entre a teoria neoclássica e a nova economia da migração. Este ponto diz respeito a ambas serem essencialmente modelos de decisão de nível micro, mesmo que elas levem a conclusões divergentes sobre as origens e a natureza da migração.

O que difere são as unidades assumidas para tomar a decisão (a pessoa ou o agregado familiar), a entidade que está sendo maximizada ou minimizada (renda, capital, ou risco), suposições sobre o contexto econômico dos mercados de tomada de decisão (completo e que funciona bem contra falta ou mercados imperfeitos), e a medida em que as decisões da migração é socialmente contextualizada (se a renda é avaliada em termos absolutos ou em relação a algum grupo de referência). Estando distintamente além destes modelos de escolha racional, no entanto, é a teoria do mercado de trabalho segmentado, que volta suas atenções longe de decisões tomadas por indivíduos e argumenta que a migração internacional decorre da demanda do trabalho intrínsecas das sociedades industriais modernas. (MASSEY, 1998, p. 28).

A abordagem histórico-estrutural relacionada às migrações fundamenta-se na economia política marxista, enfatizando as diferenças mundiais na distribuição do poder econômico e político, e está associada à expansão do capital, a globalização e às relações neocoloniais. De acordo com Gonçalves (2009), a abordagem histórico-estrutural é proposta em modelos macroeconômicos, muitas vezes ligada a autores marxistas, sendo a migração uma consequência da desigualdade econômica entre as regiões. Segundo Peixoto (2004), a ênfase se dá por meio das variações espaço-temporais das características das migrações. “Tanto as escolas estrutural-funcionalista (sobretudo pela sua raiz durkheimiana) como as teorias marxistas e neo-marxistas se afirmaram pela defesa da actuação de forças sociais estruturadoras da acção individual” (PEIXOTO, 2004, p.22).

A corrente histórico-estrutural de inspiração marxista liga a migração à produção capitalista do espaço. Tal corrente surgiu como forma de explicar as migrações internas, particularmente voltadas para a mobilidade rural-urbana. Entretanto, essa abordagem foi

difundida para explicar as migrações internacionais, bem como outras modalidades de deslocamento. Conforme Massey *et al.* (1998), entre as décadas de 1960 e 1970 esta corrente de pensamento centrava-se sobre o deslocamento de trabalhadores agrários pela penetração das forças de mercado, pela concentração espacial da população em cidades, e pelo rápido crescimento das aglomerações urbanas, assim como o surgimento de uma economia urbana informal. Nesse sentido, a má distribuição do poder político faz com que a expansão do capitalismo global atue para perpetuar ainda mais as desigualdades, reforçando, assim, uma ordem econômica estratificada. A migração, estaria assim, ligada a essas forças econômicas.

Em contraste com teóricos da economia, tais como Todaro (1969, 1976) e teóricos da sociologia, como Lee (1966), que viram a migração como um cálculo racional feito por indivíduos para garantir a sua melhoria material, teóricos histórico-estruturais da migração ligada ao macro-organização das relações sócio-econômicas, a divisão geográfica do trabalho e os mecanismos políticos de poder e dominação. Singer (1971, 1975) e outros investigadores que aplicaram princípios histórico-estruturais para o estudo da migração interna (ver Muñoz *et al.*, 1977; Raczynski 1983; Stern 1988) procurou ligar movimentos rurais para as urbanas para contextos históricos específicos e particulares transformações na estrutura econômica das zonas rurais e urbanas. (MASSEY, 1998, p. 35).

Singer relaciona a migração aos procesos sociais, provocados por mudanças estruturais e espaciais da economia e não a uma escolha deliberada do indivíduo. Fatores de atração, no local de destino determinam a orientação dos fluxos, sendo que a demanda por força de trabalho é um dos fatores de atração mais importante. De acordo com o autor, “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas (SINGER, 1980, p. 223)”. Desse modo, os fluxos migratórios para o autor, são condicionados por determinados fatores estruturais. A abordagem de Singer foi muito utilizada por estudiosos da temática das migrações para explicar o fenômeno da migração rural-urbana. Fenômeno este que se daria devido aos fatores estruturadores, que se dariam no campo e impulsionariam a população para áreas urbanas necessitadas de mão de obra.

De acordo com Suarez (1977), o fenômeno das migrações rural-urbana é analisado sob a ótica das teorias da modernização, que vinculam as migrações ao processo de demanda por mão de obra nos centros urbanos. Entretanto, conforme a autora, nos países subdesenvolvidos a emigração da população rural não corresponde a uma demanda de mão de obra na cidade. Não haveria, assim, uma correlação entre os fatores de expulsão e atração nos países subdesenvolvidos. A migração rural-urbana, nos países da América Latina, se situaria dentro do enfoque histórico-estrutural, em que relaciona o fluxo populacional com o processo geral de

mudança socioeconômica da sociedade. Uma vez que nos países latino americanos o processo de mudança social se dá em termos diferentes se comparado com os demais países desenvolvidos. As diferenças, estas que se dão devido a fatores históricos da própria formação desses países. Assim, a teoria da modernização não consegue explicar o fenômeno da migração rural-urbana no Brasil, e principalmente na Região Nordeste do país.

Segundo Fonseca (1990), deve-se levantar algumas questões sobre a validade das perspectivas neoclássicas e marxistas. As primeiras excluem os movimentos intersetoriais dentro da mesma região; supõe a existência de uma flexibilidade perfeita no preço dos fatores de produção, capital e trabalho; não consideram os efeitos das economias de escala e não levam em consideração as diferenciações regionais. Já as perspectivas marxistas erram por assumir uma rigidez na sua formulação, na medida em que não leva em conta a interferência dos fatores individuais no processo de mobilidade, a exemplo das aspirações e contatos pessoais de cada indivíduo.

Outras abordagens surgiram como forma integrar as diversas dimensões, a exemplo das abordagens sistêmicas e a teoria dos sistemas migratórios, que procuram incorporar todas as dimensões dos processos migratórios nos diferentes níveis de análise, micro, meso e macro. Nesse sentido, leva em consideração tanto a componente individual, quanto as componentes econômicas e sociais, todas interligadas. Alguns autores que tratam dessa abordagem são Kritz *et al.* (1992) e Massey *et al.* (1998). Segundo Fazito e Rios-Neto (2008), a difusão da abordagem sistêmica dos fenômenos migratórios se deu a partir da década de 1970.

A partir da década de 80, a abordagem processual contribuiu para a consolidação da idéia de que o sistema migratório internacional fosse entendido como uma “rede de países ligados por interações migratórias, cuja dinâmica é amplamente condicionada pela operação de uma variedade de redes que conectam atores migrantes em diferentes níveis de agregação (KRITZ; ZLOTNIK, 1992, p. 15 *apud* FAZITO & RIOS-NETO, 2008, p. 305).

Segundo Massey (1998), surgem novas condições, além das diferenças salariais, dos riscos relativos, dos esforços de recrutamento e da penetração no mercado que levam as pessoas a se mover. Exemplos disso são: a propagação das redes de migrantes, desenvolvimento de instituições de apoio ao movimento transnacional, e a mudança do significado social de trabalho nas sociedades de acolhimento.

Todas as abordagens apresentadas tiveram seu auge e suas características particulares. Diante disso, deve ser levado em consideração o contexto em que tais abordagens surgiram, bem como a dimensão assumida por cada uma, seja uma dimensão, individual e racional;

psicológica, a exemplo dos mapas mentais, e das representações dos indivíduos com os lugares; a dimensão familiar ou grupal, a dimensão espaço-temporal; econômica e social.

Outras abordagens surgiram como forma de explicar as novas realidades e contextos em que se dão os deslocamentos populacionais na atualidade, como uma tentativa de conectar diversas dimensões e características. Uma vez que novas migrações, necessariamente dão origem a novos conceitos e novas abordagens teóricas. Perspectivas estas que devem ser interdisciplinares e não apenas limitadas por apenas uma abordagem, ao fazer uso de diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Conforme Peixoto (2004, p. 8), “a análise da ‘circulação’ e de todas as formas de mobilidade que se afastam da ‘migração’ mais corrente (incluindo a mobilidade ‘virtual’) obriga, certamente, a uma conjugação reforçada de perspectivas teóricas”.

Massey *et al.* (1998, p. 3) se reporta à insuficiência das abordagens tradicionais para explicar as migrações na atualidade. Surge, assim, a necessidade de novas perspectivas ao trabalhar com questões sobre migração internacional, esta enraizada em “condições históricas específicas que definem um contexto social e econômico específico”. Diante disso, quadros-históricos universais, leis imutáveis e regularidades não conseguem dar conta de compreender os novos padrões de movimento internacional. Boa parte das teorias das migrações foram originadas na era industrial que apesar de terem durado décadas, ficaram rígidas ao longo do tempo, não se adequando as atuais condições. É chegada a hora de reavaliar as teorias da migração internacional e trazê-las em conformidade com novas condições empíricas. Cientistas sociais começam a questionar a viabilidade das abordagens tradicionais, tanto ao nível micro, ao questionar o conceito de migrante como ator racional que responde às disparidades econômicas, quanto ao nível macro, ao indagar a abordagem do push-pull, em que a migração é vista como um meio de estabelecer o equilíbrio entre regiões de oferta e de procura de trabalho. Nesse sentido, as disparidades econômicas não são suficientes por si só para explicar o movimento internacional. Mas ainda segundo o autor, conseguem explicar em parte a migração interna. Do mesmo modo, as teorias acerca das migrações internas devem se adequar a nova realidade de fluxos constantes e com motivações diversas.

Tais perspectivas apontadas por Massey (1998) perpassam por algumas questões referentes à migração interna, ou seja, do mesmo modo que as migrações internacionais precisam ser observadas e analisadas por meio de uma nova ótica, as migrações internas necessitam de aportes conceituais e metodológicos que consigam dar conta dos contextos socioeconômicos de hoje, bem como das especificidades regionais inerentes de cada país. Segundo Martine (1980), o significado das migrações internas é uma tarefa complexa que

necessita de uma abordagem multifacetária, onde nenhum enfoque pode ser absoluto por si mesmo.

Diante do exposto observa-se que, apesar das abordagens neoclássicas não conseguirem explicar boa parte da atual configuração dos fluxos e dos tipos de movimentos populacionais pelo espaço, ainda pode ser aplicada aos movimentos internos, particularmente à migração permanente de trabalhadores em regiões ainda pouco desenvolvidas economicamente, a exemplo da região Nordeste do Brasil. Entretanto, não conseguem explicar os fluxos temporários e circulares com mudança de residência temporária, tão em voga na atualidade, estes contemplados pela Nova Economia das Migrações, que levam em consideração a tomada de decisão familiar/coletiva e não apenas individual, bem como pela abordagem histórico-estrutural, que analisam os deslocamentos sob a ótica das desigualdades econômicas e das forças sociais estruturadoras do espaço. Os modelos neoclássicos de base microeconômica também não dão conta de explicar as migrações internas de trabalhadores rurais para áreas urbanas, de décadas anteriores, que tiveram como causa as desigualdades econômicas, estes mais relacionados com a abordagem histórico-estrutural.

Podemos concluir que algumas teorias gerais conseguem explicar a realidade da mobilidade interna no Brasil, outras conseguem explicar apenas em parte. Por exemplo, a teoria da segmentação do mercado de trabalho ou o dualismo econômico consegue dar conta apenas de algumas das modalidades de fluxos populacionais internos. Tal teoria consegue explicar a migração em regiões onde há um desenvolvimento econômico mais antigo e onde a população nativa, ou natural da região já tenha certo grau de qualificação profissional, e quando esta população natural não se submeta a cargos de trabalho menos qualificados. No caso em que a população natural da região não tenha um bom nível de instrução e não tenha qualificação profissional suficiente para ocupar postos de trabalho no setor primário, essa teoria deixa de ser aplicável. É o que ocorre na região em estudo, onde a população natural não é qualificada o suficiente para ocupar postos de trabalho no setor secundário. Se pensarmos apenas em relação ao processo de contratação de migrantes pelas empresas por questões de facilidade em desmobilizar trabalhadores migrantes, há uma chance dessa teoria ser aplicada no caso da região em estudo. Do mesmo modo, a abordagem Sistêmica ou Teoria dos Sistemas Migratórios, se aplica apenas para casos em que a componente rede migratória é acionada. Já os deslocamentos de um segmento da população com maior qualificação e aposentados que entram na região por outras motivações que não o trabalho pode ser explicado por abordagens que se aproximam mais de motivações individuais.

No caso particular da migração temporária de trabalhadores sazonais, a exemplo dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar possui características que mais se conectam com as teorias histórico-estruturais, que levam em consideração não a escolha individual, mas estruturas sociais, econômicas e políticas que dão a origem à migração. No entanto, o caso dos migrantes temporários da construção civil, por exemplo, que seguem as grandes obras estruturadoras do país, parecem ter mais relação com a abordagem da Nova Economia das Migrações.

Santos (1993) afirma que é fundamental a realização de um exercício teórico que busca articular perspectivas estruturais e individuais, esta última entendida como interiorização das determinações estruturais.

Vale salientar que para se compreender a complexidade da atual configuração da mobilidade espacial da população é preciso ter em mente, segundo Salim (1992), a existência de fatores que se situam na mediação entre as condições estruturais e as motivações estritamente individuais. São campos privilegiados para avançar nessa direção a análise dos sistemas urbanos, dos movimentos sociais, das redes sociais e das políticas públicas, onde encontramos elementos que podem influir no quadro mais amplo que define o volume e a direção dos fluxos migratórios (SALIM, 1992).

Do mesmo modo que é necessário buscar fatores de mediação entre as condições histórico-estruturais e as motivações individuais, deve haver, também, uma tentativa de se criar novas perspectivas de análise do fenômeno nas mais diferentes dimensões: espacial, histórica, social e política. Mas deve ser levado em consideração as diversas abordagens existentes, bem como ficar atento às condições que se dá ou deu cada tipo de mobilidade. Na medida em que para cada um desses tipos pode haver uma abordagem que melhor explica o fenômeno, ou seja, para cada contexto econômico, social, político e temporal, há uma teoria mais elucidativa. Hoje a diversidade de tipos de mobilidades, bem como a diversidade das motivações dos migrantes e de suas famílias, são muitas tornando, assim, necessário um arcabouço conceitual e metodológico que consiga contemplar a heterogeneidade dos fluxos nas diversas escalas geográficas. De acordo com Massey (1998):

[...] dado o fato de que as teorias conceituam processos causais em diferentes níveis de análise - individual, familiar, nacional e internacional - elas não podem ser assumidas, a priori, inerentemente incompatíveis. É bem possível, por exemplo, que os indivíduos agem para maximizar o rendimento, enquanto as famílias se organizam para minimizar o risco, e que o contexto em que ambas as decisões são tomadas é moldado por forças estruturais que operam nos níveis nacional e internacional. No entanto, os vários modelos refletem diferentes objetivos de pesquisa, se concentra, interesses e formas de decompor um assunto extremamente complexo em partes

gerenciáveis analiticamente. Uma base sólida para avaliar a sua consistência exige que lógicas internas, proposições, suposições e hipóteses de cada teoria, sejam claramente especificadas e bem compreendidas. (MASSEY et al., 1998, p. 18).

2.3 DA MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO À MIGRAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE OS TIPOS DE FLUXOS POPULACIONAIS

A tentativa de conceituar o que vem a ser mobilidade da população e migração, bem como identificar quem é ou não migrante é um desafio para diversos estudiosos, sejam eles demógrafos, geógrafos, sociólogos, economistas, psicólogos, entre outros. Do mesmo modo, as instituições responsáveis pelas estatísticas oficiais, em todo o mundo, também se deparam com essa problemática, na medida em que entraves teóricos e metodológicos limitam a identificação das várias modalidades de deslocamentos da população pelo espaço geográfico. Desse modo, cabe apresentar na presente pesquisa, as distinções existentes entre tais modalidades.

O termo fluxo populacional é mais abrangente e comumente utilizado para designar as diversas modalidades de deslocamentos da população pelo espaço, a exemplo das migrações e demais mobilidades espaciais da população. Primeiramente, ressalta-se que os conceitos de “migração” e de “mobilidade” não são sinônimos, apesar de apresentarem algumas vezes características semelhantes que acabam por proporcionar uma confusão teórica e metodológica. O termo migração é comumente utilizado para fluxos populacionais com escalas espacial e temporal mais bem definidas do que as demais mobilidades espaciais de população, a exemplo de alguns deslocamentos com escala espacial e temporal menores, como a mobilidade pendular que se dá cotidianamente, e outras mobilidades a curtas distâncias que se dão dentro de uma mesma unidade territorial. Já o termo mobilidade é mais complexo e pode abranger tanto a mobilidade espacial, termo abrangente que contempla diversas formas de distribuição horizontal da população pelo espaço geográfico, quanto a mobilidade social da população, que diz respeito a distribuição vertical da população em uma dada estrutura socioeconômica.

A mobilidade espacial é considerada por Corrêa (1997) como um dos elementos que integram as interações espaciais. Estas que se referem ao fluxo e ao refluxo de indivíduos trabalhadores, consumidores e turistas, além de produtos e informações que se dinamizam e reproduzem o espaço. Já o conceito de mobilidade da população, de acordo com Fonseca (1990), vai além do termo “movimento espacial”, por ser um processo social e econômico complexo e multifacetado, ao englobar diferentes tipos de deslocamentos no território, transferências de população ativa entre regiões, setores, empresas e grupos sociais. Ainda segundo a autora, mudanças nos padrões locacionais das atividades produtivas decorrentes das vantagens

comparativas das diferentes localizações, é consequência das deseconomias de escala e de aglomeração que estão vinculadas a elevada mobilidade do capital e a expansão das tecnologias de informação. Estas responsáveis pela desconcentração produtiva e geográfica do setor industrial.

A mobilidade geográfica e profissional da força de trabalho muitas vezes é promovida por volume de investimentos em capital fixo, como infraestruturas de transporte, equipamentos variados no domínio da saúde, educação, habitação, recreio. Em outros casos é o capital que se desloca a fim de encontrar mão-de-obra barata e com fraco poder reivindicativo (DICKEN, 1986; FERRÃO, 1985-a; MATEUS e DUARTE, 1983; LAPPLE, 1985 *apud* FONSECA, 1990).

Ao nível de cada país, observam-se também reestruturações importantes na localização, nos processos organizativo-tecnológicos e na força de trabalho dos diferentes ramos de actividade económica e, por conseguinte, intensifica-se a mobilidade sectorial e socioprofissional da população activa nas áreas mais dinâmicas do ponto de vista económico e registram-se modificações importantes na composição e estrutura regional dos fluxos migratórios da força de trabalho, ao nível interno e internacional. (FONSECA, 1990, p. 16).

Em outros casos atividades industriais são atraídas para algumas regiões que oferecem isenções e subsídios fiscais. Política económica é utilizada por governos de alguns países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, como forma de dinamizar áreas estagnadas e promover o desenvolvimento regional.

Diante do exposto, nota-se que a mobilidade espacial da população é um termo abrangente que contempla diversas formas de distribuição horizontal da população pelo espaço geográfico, sendo um importante instrumento de análise do desenvolvimento das sociedades, particularmente na atualidade com o acelerado processo de transformação social no mundo. Processos estes responsáveis pelo surgimento de novas formas de mobilidade com numerosas motivações.

Segundo Balbim (2004), a noção de mobilidade ainda é confundida com outros conceitos, a exemplo de circulação e acessibilidade. Entretanto, seu uso pelas ciências é mais recente e seu surgimento não se deu em substituição aos demais. O termo mobilidade apareceu como forma de explicar as novas transformações sociais advindas da divisão social do trabalho⁸. Nesse sentido, “todas as formas de mobilidade estão ligadas à divisão social e territorial do

⁸A expressão “divisão social do trabalho” tem sido utilizada para indicar o processo crescente de especializações de funções no modelo produtivo capitalista e suas consequências para a organização social moderna e contemporânea. Para mais informações consultar (GRINT, 2002).

trabalho e aos modos de produção, que configuram o espaço – tanto social quanto territorial, em suas múltiplas escalas” (BALBIM, 2004, p. 23). O autor argumenta que a mobilidade deve ser vista por meio de uma perspectiva sistêmica nas diversas formas que o conceito assume, tanto na escala dos indivíduos e de suas estratégias de deslocamento, quanto na da sociedade e do seu cotidiano. Assim, a noção de mobilidade, de acordo com o autor, ultrapassa a ideia de deslocamento físico, não se resumindo a uma ação, mas tentando integrar esta ação de deslocar a uma ação física, virtual ou simbólica e às condições e posições dos indivíduos e da sociedade. Diante do exposto, o conceito de mobilidade, nas ciências sociais, designaria:

[...] o conjunto de motivações, possibilidades e constrangimentos que influem tanto na projeção, quanto na realização dos deslocamentos de pessoas, bens e ideias, além, evidentemente, dos movimentos em si, mas essa é só a expressão da mobilidade. (BALBIM, 2004, p. 27).

No que concerne à mobilidade espacial ou geográfica, que implica mudança de lugar, segundo Balbim (2004), pode ser sistematizada por meio de uma matriz articulada envolta das dimensões temporal e espacial do movimento. Sendo que a dimensão divide-se em: movimento recorrente, com intensão de retorno em um curto espaço de tempo (movimento circular de ida e volta) e movimento não recorrente na ausência de intenção de retorno breve (movimento linear). Já a dimensão espacial divide-se em: deslocamentos internos ao lugar de vida e deslocamentos para além do lugar de vida, para outras cidades, países etc. Como resultado, o autor define quatro tipos de mobilidade geográfica, são elas:

[...] mobilidade cotidiana (movimentos interno e cíclico); mobilidade residencial (movimento interno e linear); o turismo, tanto de lazer quanto de negócios, ou até mesmo os deslocamentos para trabalhos sazonais; e as migrações (movimentos externo e linear). Cada um dos tipos de mobilidade tem ligações fortes entre si, o que leva à ideia de que os fluxos e os vetores das diferentes mobilidades não são isolados uns dos outros, mas estabelecem relações de causalidade, complementaridade, substituição, incompatibilidade etc. (BALBIM, 2004, p. 29-30).

Diante do exposto, observa-se que a mobilidade é um conceito amplo que designa tanto uma mudança ou deslocamento físico (mobilidade espacial), quanto simbólico (mobilidade social). Quanto a migração, esta faz parte de um dos tipos de mobilidade espacial da população, sendo mais restrita para deslocamentos com mudança de residência e com dimensões espacial e temporal bem definidas, bem como com motivações bem definidas. Além do mais, ao conceituar migração devem ser levadas em conta as expectativas de retorno, à origem, dos indivíduos ou grupos, sob a ótica da dimensão temporal, a fim de conseguir ultrapassar

possíveis problemas de cunho teórico que acabam, muitas vezes, por criar sinônimos para modalidades de fluxos com características diferentes.

O geógrafo francês Max Sorre foi um dos primeiros estudiosos a criar uma tipologia para os deslocamentos populacionais. Seus trabalhos a respeito dessa temática foram realizados sob a ótica das ciências da natureza, adaptando tais perspectivas ao homem. Para isso o autor utilizou-se da noção de ambiente, ecúmeno⁹ e gênero de vida por meio da abordagem da ecologia. De acordo com Sorre (1984):

O termo migração, em seu sentido mais amplo e original aplica-se à ideia de movimento, de mudança de lugar e de moradia, podendo também ser utilizado para ‘transportes’ ou circulação de grupos humanos através dos oceanos, sem expectativa de volta, para movimentos sazonais de grupos à procura de trabalho e para deslocamentos periódicos de espécies animais, aves ou peixes, descritos pelos naturalista. (SORRE, 1984, p. 124).

Sorre (1984) já tinha atentado para a restrição do termo migração, ao prestar-se, no vocabulário das ciências humanas a usos específicos, servindo à normas e particularidades em termo de nações com a finalidade de reconhecer o direito do migrante. Mas tal uso e especificidades empobreceu o termo, tornando-o limitado, pois, embora essas restrições tenham permitido delinear o estudo de uma categoria de movimento, não conseguem dar conta das migrações definitivas ou sazonais ocorridas dentro das nações. Os estatísticos ao propor uma definição conveniente para os objetivos de economistas e sociólogos, por exemplo, acabam por torná-lo mais restrito. Entretanto, para Sorre (1984, p. 126), “o geógrafo não pode se isolar num atualismo estreito”, na medida em que para o geógrafo as migrações são a expressão da mobilidade do ecúmeno.

Ainda segundo o autor, as ciências, no geral, assumem a existência da dualidade entre os temos permanência e mobilidade. O caso específico do termo permanência assume um significado de estabilidade relacionado à ecologia. Diante disso, a impressão de permanência, na geografia, pode ser considerada uma ilusão, pois as morfologias físicas sempre estão em mudanças ao longo do tempo. Assim, a noção de estabilidade é sempre relativa, sendo necessário acrescentar a explicação científica o sentido da mobilidade e, portanto, das migrações. Até mesmo as sociedades mais arraigadas estão em movimento, ora sendo ponto de partida, ora de atração, a exemplo dos deslocamentos sazonais de trabalhadores. Mesmo entre populações tidas mais estáveis, observam-se grupos sem habitat fixo, cujos deslocamentos não

⁹ De acordo com Sorre (1955), ecúmeno para os gregos era a área de extensão do homem, ou seja, que possibilitaria a ocupação pelo homem, sua fixação e estabilidade.

sesujeitam a nenhuma lei. Há, desse modo, formas de mobilidade com características e finalidades diversas daquelas que resultaria em uma mudança definitiva de habitat.

A própria figura do ecúmeno e seu conteúdo seriam incompreensíveis sem o recurso constante à longa história a qual as migrações formam a trama. [...] No decorrer dos tempos pré-históricos e históricos, uma tensão contínua foi exrecida sobre os limites do ecúmeno para fazê-lo coincidir com a terra habitável. Manifestação de sua mobilidade essencial. (SORRE, 1984, p. 129).

Sorre (1984) expõe os graus de mobilidade no *habitat* por meio de tipos de mobilidade em função do equilíbrio de recursos. Tais tipos podem ser: desde a ausência da mobilidade, passando por uma mobilidade temporária, a exemplo da migração temporária, ao implicar uma volta ao habitat inicial (periódicas o não); os deslocamentos rítmicos, diários ou sazonais, quando se dá uma separação entre residência e local de trabalho, o habitat dissociando-se de uma área extensa ou de um território cujas partes não são todas acessíveis durante o ano; as migrações com caráter definitivo, quando o habitat original é totalmente abandonado, a mobilidade se manifestando sob pressão das necessidades, e o grupo ou indivíduo constituindo um novo habitat. Particularmente, nesse último caso, a mobilidade pode ressurgir quando este novo habitat não atende as expectativas dos migrantes.

Ao criar essa tipologia, Sorre (1984) identifica casos em que a mobilidade geográfica atinge o máximo da escala da mobilidade. Nesse caso, observa-se a existência de movimentos de caráter perfeitamente rítmicos de indivíduos ou grupos, muitos destes étnicos, tidos como errantes perpétuos, que não matêm ligação alguma com o solo. Cujas mobilidade é total, não conhecendo, assim, o habitat no seu sentido verdadeiro, a exemplo dos ciganos, tziganes, zigeuner, romaniachels, etc. O autor via a mobilidade total ou extrema como sinônimo de incapacidade de fixação, transpondo essa incapacidade aos grupos que ele considerava como refratários à disciplina social, os tidos “vagabundos” e degradados. Ao mensurar a mobilidade nos Estados Unidos, o autor afirma que os movimentos elementares apresentam uma extensa escala. Na base estão os deslocamentos individuais que não obedecem a regra, como os vagabundos e estáveis. Nesse caso, a migração pode ser considerada como um movimento de conjunto de tipo coletivo que obedece a um mesmo impulso, podendo ser atraídos por uma terra prometida sem qualquer acordo prévio. Entre os deslocamentos individuais, anárquicos estão os deslocamentos intermediários que se aproximam de uns e de outros, a exemplo de deslocamentos de famílias, clãs ou tribos. Nestes deslocamentos cada corrente migratória possui sua estrutura definida. Logo depois estão os indivíduos isolados, mas que possuem um destino comum; seguido pelos indivíduos isolados reunidos por uma intervenção exterior

organizada por agências de recrutamento, de transporte, de colonização; e os grupos naturais ou políticos (familiares, aldeias, tribos) que preservam sua coesão orgânica com ou sem coesão externa.

Apesar do pensamento estereotipado de Max Sorre ao relacionar os grupos mais vulneráveis da sociedade norte americana ao termo vagabundo, não podemos desconsiderar a validade da sua tipologia para a mobilidade geográfica, particularmente ao contemplar as diversas modalidades de deslocamentos, não se restringindo apenas à migração. Para além disso, o autor consegue mensurar tais deslocamentos em termos de estrutura e volume o que enriquece a análise geográfica, dando luz ao conceito de habitat sobre a ótica da ecologia humana. Assim, concordamos com Sorre (1984, p. 134) ao afirmar que “a mobilidade geográfica só pode ser definida em função do habitat, com base no volume dos movimentos migratórios, tomados isoladamente ou considerados no quadro das correntes internas ou internacionais”.

Hoje, sabemos que com o desenvolvimento das sociedades, com o advento da tecnologia e a expansão sem precedentes do sistema de transporte a mobilidade tem sido cada vez mais extrema, não se restringindo apenas aos casos isolados de grupos instáveis como exposto por Max Sorre. Atualmente são muitos os casos e tipos de mobilidade extrema que estão diretamente relacionados ao processo de globalização. Do mesmo modo, são inúmeras as empresas mundiais que têm seu capital humano disponível a essa nova lógica de mobilidade extrema. Grupos estes que vivem numa mobilidade sem precedentes, num ritmo cada vez maior, sem residência fixa, ou com dupla residência. Nesses casos, e concordamos com Sorre (1984), o conceito de permanência não se aplica. Um exemplo disso são os trabalhadores altamente qualificados que vivem num fluxo constante de um território para outro em função das atividades exercidas na empresa.

Um artigo publicado por Lévy (2000) consistiu em analisar práticas de mobilidade segundo vários aspectos, numa tentativa de propor alguns instrumentos operacionais de classificação por meio de um olhar mais sintético. O autor expõe os diversos tipos de mobilidade, desde a mobilidade reduzida ao mero deslocamento até a mobilidade social e comunicacional. Assim, segundo o autor:

[...] pode-se definir a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade deles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares. Por esta definição, excluimos duas outras poções: aquela que reduziria a mobilidade ao mero deslocamento (COUNTRAS, 1999), eliminando assim as suas dimensões ideais e virtuais, e aquela que daria um sentido muito geral a este termo [...]. (LÉVY, 2000, p. 01).

Nesse sentido, para Lévy (2000) a mobilidade deve ser considerada como um fato social de grande riqueza, uma vez que se relaciona com a escala, no sentido de distância, com a urbanidade, com as redes, adquirindo diversos sentidos. Na relação com a escala espacial, com a urbanidade e com as redes observa-se a redução dos custos de transportes e a facilidade de conexões entre um lugar e outro, permitindo um crescimento das mobilidades em grande escala. Basta verificarmos que a mobilidade está em expansão nas sociedades contemporâneas. A mobilidade passa, assim, a ter um sentido de possibilidade que poderia ser explicada por meio da acessibilidade dos transportes, esta vista como componente da urbanidade. Do mesmo modo, Trewartha (1974), afirma que a mobilidade tem aumentado com o progresso econômico e tecnológico e como consequência de aumento, cresce também os fluxos migratórios.

O conceito de migração mais comumente utilizado pelos pesquisadores varia bastante segundo a pesquisa e as características dos dados existentes e disponíveis. Da mesma forma as demais modalidades de mobilidade populacional pelo espaço variam bastante, sendo chamados, muitas vezes, de deslocamento, movimento ou fluxo populacional. Estes podendo ser temporários, diários, bem como se dá pelos mais variados motivos. Deve-se, assim, ficar atento ao fato de que a migração é um tipo de deslocamento ou fluxo de população, mas nem todos os tipos de deslocamento ou fluxo populacional podem ser considerados como migração.

Segundo Trewartha (1974), o termo migração possui vários significados, e é comumente utilizado no sentido de um movimento que resulta em mudança de residência permanente. Entretanto, o autor estende a definição usual de migração de modo a poder contemplar uma faixa mais ampla da mobilidade populacional, uma vez que uma definição tão restrita excluiria outros tipos de mobilidade humana, a exemplo dos deslocamentos sazonais de trabalhadores e movimentos temporários e irregulares, da agenda de pesquisas sobre a temática.

No entanto, vale salientar, que a visão de Trewartha (1974) de expandir o conceito de migração para muitas modalidades de movimento espacial, apesar de bem intencionado, estaria limitada pelo fato de que o termo mobilidade espacial contemplaria mais adequadamente os demais tipos de fluxos populacionais existentes. Entretanto, na época em que o presente autor fez suas análises, o conceito de mobilidade espacial ainda estaria pouco desenvolvido entre as ciências humanas, que segundo Balbim (2004), ganhou maior visibilidade com as pesquisas desenvolvidas pelo urbanismo moderno.

Conforme Tilly (1976), o termo migração traz consigo problemas teóricos decorrentes, muitas vezes, à definição ou classificação do fenômeno, principalmente quando há uma tentativa de padronizar o fenômeno a ser analisado. Tal fato se deve em parte à burocracia, que

produz definições com o intuito de servir a sua própria finalidade, a exemplo dos economistas que preocupados em registrar, enumerar, tributar e vigiar a população, acabam por racionalizar as definições, na medida em que um vagante, ou seja, uma pessoa sem um domicílio, dá problemas não apenas à polícia, mas também às definições de migração. Ao questionar se os ciganos são migrantes ou não migrantes, o autor traz a reflexão sobre o processo de surgimento da resposta, ao afirmar que tal resposta surgiu com a consolidação dos Estados nacionais e com as burocracias estatais. Surgem, assim, as definições nítidas e estatísticas.

Diante do exposto, observa-se que o processo de construção da definição do termo migração e migrante sempre esteve relacionado à questão do poder territorial. Segundo Raffestin (1993), a necessidade de controlar os fluxos de entrada de população em seus territórios fez com que os Estados Nacionais criassem conceitos para migração e para migrantes interessados em modificar as repartições ou distribuições dos homens pelo espaço.

Ainda segundo Tilly (1976), a conceituação de migração carrega consigo invariavelmente três questionamentos: Quem mora aqui agora? Onde eles viveram? Quem mais viveu aqui?. Todas essas questões são bastante problemáticas e vulneráveis para os órgãos administrativos. Diante disso, o autor, ao analisar a migração européia, adicionou um conteúdo social a sua classificação de mobilidade, ou seja, faz uma análise da organização social do movimento, com a finalidade de dar sentido às mudanças a longo prazo na migração. Assim, segundo o autor, migração “trata-se de movimentos que são relativamente longos e relativamente definitivos”. Observa-se que as variáveis “distância” e “tempo” são indispensáveis para a classificação de Tilly. Para tanto utilizou-se destas duas variáveis para criar um esquema didática que explica os tipos de migração. Neste esquema o autor classifica os movimentos de indivíduos, domicílios ou outras unidades sociais.

Sua primeira dimensão é a distância, lá nós temos a escolha da distância geográfica simples; tempo, despesa, distância cultural, ou alguma combinação deles. Abaixo alguma distância mínima, nenhum movimento (ainda que definitivo) constitui migração. Embora qualquer mínimo seja arbitrário, é improvável que tenhamos um movimento de uma casa para a casa ao lado para se qualificar como a migração. A segunda dimensão é a extensão da ruptura da unidade social com a área de origem. Em um extremo, movimentos de mentira que não dos laços sociais; na outra, a ruptura completa dos laços no movimento lugar de origem. Abaixo de uma quantidade mínima de ruptura, nenhum movimento (no entanto distante) constitui migração. Esse requisito mínimo responde prontamente a nossa relutância intuitiva de considerar uma viagem longa de volta ao mundo como migração; nossas intuições, a manutenção de uma casa "de volta para casa" diz que muito poucos laços foram quebrados. (TILLY, 1976, p. 4-5).

A partir do esquema observa-se que Tilly (1976) classifica em quatro os padrões de migração: migração local, circular, em cadeia (ou rede) e migração de carreira. Na migração local o indivíduo ou agregado é deslocado dentro de uma mesma área geográfica a uma distância pequena por meio de motivações de mercado de trabalho, ou talvez um casamento. Em consequência disso, a extensão da ruptura com o lugar de origem também é pequena, o migrante já estando bastante familiarizado com o destino. Na migração circular uma unidade social é direcionada para um destino por meio de um conjunto de arranjos com um retorno certo à origem após um intervalo de tempo bem definido. O trabalho sazonal nas colheitas, os pedreiros e trabalhadores da construção, os jovens em serviço doméstico, os circuitos de indivíduos que trabalham como professores em outras localidades, bem como os soldados ou artesãos antes de seu longo planejado de retorno às montanhas com o capital acumulado representam variantes de migração circular. Na migração em cadeia existe o deslocamento de indivíduos de um local para outro por meio de um conjunto de arranjos sociais formados por pessoas no destino que fornecem ajuda, informação e encorajamento aos novos migrantes. Esse padrão de migração tende a produzir consideráveis movimentos experimentais com grande refluxo à origem. Já no destino os migrantes tendem a formar verdadeiras “aldeias” comunitárias de indivíduos de mesma etnia, nacionalidade, etc. O quarto padrão diz respeito a migração de carreira, em que os movimentos podem ser considerados como mais ou menos definitivos. Na migração de carreira, as pessoas se deslocam em resposta a oportunidades de mudança de posição dentro ou entre grandes estruturas: empresas, governos, redes mercantis, negociações organizadas, etc. Há possibilidade da existência de circuitos ou redes, mas se houver, não se baseiam em laços sociais no lugar de origem, mas sim na lógica da grande estrutura. Exemplos desse padrão são: as migrações de cientistas, técnicos, oficiais militares, sacerdotes, burocratas e indivíduos com maior nível de qualificação.

O autor destaca que os tipos se sobrepõem e podem mudar de um movimento para outro, a exemplo da migração circular, que às vezes deixa um resíduo com perfil mais ascendente no destino, passando assim de uma migração circular temporária para um padrão mais definitivo e eventualmente de cadeia. Em outros casos de sobreposição, os sistemas locais de migração fornecem a base para a migração em cadeia de longa distância. Entretanto, apesar da possibilidade de sobreposição, os padrões apresentam algumas diferenças. No caso da migração circular há uma seletividade forte na variável, dependendo da ocupação no trabalho a ser exercido no destino, migram mais homens ou mulheres. Já na migração local e profissional, migram famílias inteiras ou a corrente compreende homens e mulheres, não existindo muita seletividade por sexo. Há diferenças também em termos de padrão geográfico. Na migração em

cadeia existe uma ligação entre determinada origem com alguns destinos possíveis, a uma distância considerável. No caso da migração circular pode ocorrer o mesmo, mas é um pouco mais provável para dispersar os trabalhadores disponíveis entre uma série de oportunidades. Quanto a migração local, há muitos destinos dentro de um intervalo. Por fim, a migração de carreira tende a deslocar indivíduos em destinos mais longos. Tais diferenças geográficas foram apresentadas por Tilly (1976) por meio de um agrupamento de padrões de mobilidade ilustrado em um quadro abaixo.

Quadro 1 - Padrões de Mobilidade

Informações sobre Oportunidades	Fornecimento de Habilidades Relevantes		
		Geral	Especial
	Alto	Cadeia	Circular
	Baixo	Local	Carreira

Fonte: TILLY (1976). Adaptado.

Outras diferenças e sobreposições entre os padrões são expostas por Tilly (1976) em termos de custos materiais (financeiros) e/ou imateriais (psicológicos, adaptação, etc.). Como forma de combater altos custos de informação sobre oportunidades de emprego e imóvel para residir, por exemplo, é mais fácil que ocorra a migração em cadeia ou circular. Na medida que tais custos diminuem, a migração em cadeia e circular pode dar lugar à migração local e de carreira. Mas, quando todas as competências profissionais são distribuídas de forma desigual, a migração circular e de carreira tende a suplantam a migração local e a cadeia.

Vale salientar que Tilly chamou atenção para a limitação de sua classificação, ao afirmar que esta não esgota as distinções e demais tipos que podem vir a surgir. Do mesmo modo, explica que sua classificação não consegue dar conta da diferença importante entre migração individual e coletiva, como também não inclui a distinção entre migração forçada e voluntária.

A classificação em migrações locais, circulares, de cadeia e de carreira separa alguns arranjos sociais significativamente diferentes uns dos outros, mas não faz todas as distinções que se poderia desejar empregar. Para fazer isso, é preciso histórias de vida, relatos detalhados de intenções e relações sociais no momento dos movimentos, ou ambos. (TILLY, 1976, p. 14).

Segundo Plane e Rogerson (1994), na migração não há definições precisas, o resultado depende de como é feita sua mensuração. Os autores chegam a sugerir alguns auto questionamentos, a exemplo: Quantas vezes eu me mudei? Uma mudança de dormitório para outro, no mesmo prédio pode ser contabilizado como migração? Um semestre estudando no

exterior conta como migração, mesmo mantendo uma residência legal na cidade de origem? Uma mudança de um bairro para outro, mas na mesma cidade também conta? De acordo com os autores:

Para lidar com estas questões, para diferentes tipos de movimentos são normalmente dados nomes diferentes. Uma importante distinção é feita entre migração internacional e interna (dentro da mesma nação), com o papel de regulações governamentais tipicamente desempenhando um papel maior no primeiro caso. Para a migração internacional, as pessoas que entram em um país para assumir residência são geralmente chamados de imigrantes, e aqueles que abandonaram a sua morada para ir para outro país são chamados emigrantes. Para a migração interna, pessoas que entram em uma unidade de área específica são mais apropriadamente chamadas de migrantes para dentro, enquanto aqueles que se deslocam por distâncias são conhecidos como os migrantes para fora. Mobilidade espacial (em oposição a mobilidade social-mudança entre os grupos sociais) é o termo que abrange uma enorme variedade de diferentes tipos de movimento, incluindo (a) comportamento de viagem, como deslocamento entre casa e local de trabalho, (b) movimento sazonal ou temporário, como a realizada por trabalhadores migrantes, transeuntes, nômades, e estudantes (alguns destes tipos de movimentos repetitivos, por vezes, ser referidos também como circulação), (c) mobilidade residencial intraurbana, o que pode ser pensado como mudar de unidades habitacionais sem necessariamente mudar de emprego ou deixando a área do mercado de trabalho funcional, (d) realocação para outra área de sua região ou para outra região do país, normalmente envolvendo uma mudança de emprego ou no estatuto da força de trabalho, e (e) movimento internacional. Nesta tipologia de mobilidade espacial apenas as categorias (d) e (e) são normalmente referidas como migração. Como a distinção entre (c) e (d) é feita? a noção de que a migração interna (d) pode envolver uma mudança de emprego, enquanto a mobilidade residencial (c) não é conceitualmente útil, mas, na prática, é necessária alguma outra regra para fornecer uma distinção operacional clara. (PLANE & ROGERSON, 1994, p. 92).

Nesse sentido, segundo Plane e Rogerson (1994), a migração é na maioria das vezes definida operacionalmente como um movimento através de uma fronteira política de algum tipo, podendo ser considerado como migrante apenas as pessoas que mudam o seu local de residência habitual em uma escala mínima que vai de um município para outro. Plane e Rogerson não chegam a mencionar a questão da escala temporal, em uma mudança de residência de uma fronteira política ou administrativa para outra, em período de tempo pre-estabelecido, a exemplo da migração sazonal ou temporária, termos comumente utilizados na literatura brasileira. Apenas afirmam que a mudança para outra área da mesma região ou para outra região do país, por motivos de mudança de emprego ou no estatuto da força de trabalho, assim como o movimento internacional são considerados como migração.

Conforme Arévalo (1970), as diferenças na conceituação do termo migração se devem a diferentes enfoques do movimento espacial e a diferentes propósitos de cada pesquisador, sendo difícil a utilização de uma definição única de migração que sirva aos tais diferentes propósitos. A migração para os demógrafos é um movimento que implica a mudança de residência de um

lugar de origem a outro lugar de destino, através de fronteiras nacionais, a exemplo da migração internacional, ou dentro de uma mesma fronteira nacional, a exemplo da migração interna. Mas sempre tendo um caráter permanente ou prolongado de mudança de residência. Entretanto, segundo Arévalo (1970), deve-se ater a alguns questionamentos:

Quanto tempo é prolongado? Permanente equivale a fixo, imutável? [...] Caracterizar o conceito de residência pela duração da mesma gera, evidentemente, problemas não fáceis de resolver. Deve-se levar em consideração certas condições ao empregar o termo residência para definir migração. (ARÉVALO, 1970, p. 533-534).

Ainda segundo o autor, com a finalidade de investigar se uma pessoa pode ou não ser considerada como migrante, por meio da configuração de residência, é necessário cumprir algumas condições, a exemplos de estabelecer um lugar, trabalho, estudo e relações informais. Mas para cumprir tais condições leva-se um tempo variado, assim, no momento da realização do recenseamento a pessoa a ser investigado poderia não ter cumprido nenhuma dessas condições. Nesse caso, o indivíduo não seria um migrante, mas sim um transeunte. O que caracteriza um transeunte pode ser qualquer propósito de seu movimento, exceto o de querer viver no lugar. Como forma de resolver tal problemática, a saída seria abrir uma nova categoria, a exemplo de aspirante a residente, ou então, caracterizar a residência segundo o propósito de querer viver no lugar. Entretanto, tal indivíduo está passível de mudar sua opinião em relação à fixação ou não no lugar, o que representaria maiores problemas teóricos e práticos. Além do mais, como se obter tal informação? As pessoas distinguiriam claramente o propósito que os conduziriam ao deslocamento? Diante de tais questionamentos, observa-se que “a existência de um movimento territorial é fundamental para caracterizar a migração”. Mas surge outra questão: qualquer movimento territorial pode ser considerado como migração? (ARÉVALO, 1970, p. 534).

Conforme reportado em item anterior, a escala a ser analisada é fundamental para definir e caracterizar qual seja o movimento ou fluxo populacional pelo espaço. De acordo com Arévalo (1970), a definição do que vem a ser migração passa pela questão da escala, ou seja, a diferença entre movimentos locais e migração interna. Mas que distância pode ser considerada como migração, uma vez que a migração é considerada como mudança de residência de um lugar para o outro separados por uma distância previamente estabelecida? A dimensão da distância deve prestar ao interesse específico de cada estudo e não a ideia de uma distância ideal. Diante do exposto, na definição de migração para o autor deve ser levado em consideração os limites geograficamente estabelecidos que correspondem às divisões político-

administrativas. A migração seria “a mudança de residência de um lugar a outro geograficamente delimitado” (ARÉVALO, 1970, p. 535).

Diante disso, observa-se que a definição de migração deve passar inevitavelmente pela questão da escala espacial: se é um deslocamento internacional ou dentro das fronteiras de um Estado Nação (interno). Neste último caso, a escala ainda é mais importante, pois cabe ao pesquisador estabelecer seu objetivo é analisar um movimento entre regiões ou um movimento em uma escala mais micro, que se dá entre municípios ou zonas dentro do mesmo município (movimentos rural-urbano). Assim, para um estudo de caso, a escolha do conceito que mais se adequa ao fluxo em análise, deve estar atrelada a um procedimento metodológico anterior.

Do mesmo modo a escala temporal deve ser levada em consideração ao investigar o status migratório de uma pessoa. Arévalo (1970) traz o seguinte questionamento: o indivíduo que reside num lugar diferente daquele onde nasceu, qual tempo de residência deve ser levado em conta? Ou seja, se uma pessoa apenas nasceu num lugar, mas logo depois do seu nascimento se mudou “definitivamente” para outro lugar. Como devemos proceder teroricamente e metodologicamente em casos como esses? Muitos autores, utilizam a variável lugar de residência anterior agregado ao quesito tempo, como forma de contornar tal problema. Entretanto, a limitação dos dados oficiais, muitas vezes pode dificultar essa investigação, na medida em que, alguns transeuntes são contabilizados como migrantes. Assim, a saída muitas vezes é perguntar ao indivíduo o lugar o lugar de residência há cinco anos antes da data da aplicação da pesquisa. No caso do censo brasileiro a variável mais indicada é a migração de data fixa.

O fato é que não há uma precisão conceitual sobre o que é ou não migração, principalmente quando se refere as questões interdisciplinares. Certamente para boa parte dos demógrafos e geógrafos mais quantitativistas, assim como para as instituições de pesquisa quantitativa sobre migrações, o indivíduo que se desloca temporariamente ou sazonalmente, não é considerado como migrante. Já para boa parte dos sociólogos, antropólogos, psicólogos, e mesmo geógrafos, e demais estudiosos que buscam pesquisar questões de fluxo de população pelo espaço de uma forma mais densa, o conceito de migração vai além das dificuldades metodológicas de captação de certo grupo de indivíduos, guiados pelo fato de que a metodologia quanti é bem limitada para captar alguns tipos de migrantes.

Com a intenção de melhor compreender todos os meandros que envolvem a discussão a respeito da mobilidade humana pelo espaço geográfico, Zelinsky, ainda em 1971, publica sua hipótese da transição da mobilidade, onde tenta demonstrar os padrões e tipos de mobilidade de pessoas numa escala espacial e temporal. Em sua hipótese, Zelinsky (1971) afirma que

existem definitivas regularidades no crescimento da mobilidade de pessoas através do espaço e do tempo, sendo que essas regularidades compreendem um componente essencial do processo de modernização. Em uma das oito demonstrações que o autor elucida em sua transição da mobilidade, é importante destacar no presente trabalho: o fato de que há grandes mudanças na forma e na intensidade da mobilidade espacial por vários estágios da transição, a exemplo de alterações na função, troca, duração, periodicidade, distância, rotas, categorias, assim como classes, origem e destino dos migrantes. O autor afirma que as razões essenciais encontradas nas questões sobre mobilidade humana no espaço dizem respeito à natureza intrínseca do fenômeno, em problemas de definição e em dificuldades de obtenção e análise de dados.

Mas exatamente quem é migrante, e o que queremos dizer por ou com a migração? Provavelmente não há consenso geral durante algum tempo, uma vez que somos confrontados aqui por uma transação físico-social, e não apenas por um evento biológico inequívoco. Várias perguntas subsidiárias devem ser respondidas, por exemplo: O quanto (ou quão rapidamente) precisa percorrer ou estar fora e por quanto tempo para ser classificado como um migrante? Quão diferentes são as origens e os destinos? Como lidamos com viagens repetitivas? Mas a mais profunda dificuldade é a íntima, ainda ambígua, de ligação entre a mobilidade territorial e social. Claramente é uma parte, mas não totalmente convertida em outra, de modo que uma negocia contra a outra, até certo ponto [...] Migração genuína. Obviamente, significa uma mudança perceptível e simultânea em ambos os lócus espacial e social, de modo que o estudioso não pode realisticamente medir um tipo de movimento enquanto ele ignora outros [...] mas dada a escassez de técnicas e dados para lidar com movimento puramente social, somos forçados a confiar quase que exclusivamente sobre os movimentos territoriais, como um substituto malfeito para total mobilidade. (ZELINSKY, 1971, p. 223-224).

Obviamente, muitas vezes guiados pelo caráter espacial da ciência geográfica, boa parte dos estudos sobre migração realizados por geógrafos, a componente social não tem destaque tão relevante, como tem para outros pesquisadores sociais. E também pelas razões citadas por Zelinsky. Mas no presente estudo algumas variáveis de caráter social serão contempladas como forma de criar-se uma tipologia dos fluxos populacionais na área em análise. Para tanto, abordagens que vão além da geografia e da demografia serão contempladas. Daí a discussão a respeito da trajetória e evolução do conceito de migração se justificar.

Segundo Becker (2006, p. 323), a migração “pode ser definida como mobilidade espacial da população”, e por ser um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas e entre essas e o seu ambiente físico.

Atualmente, nas abordagens sobre migrações, tem sido dada maior ênfase àquelas mais voltadas para as teorias econômicas, uma vez que o período em que vivemos se passa em um tempo em que a produção capitalista é o motor das relações sociais. Nesse sentido, muitos dos fluxos populacionais se dão a partir de alterações econômicas ocorridas em determinados locais,

a exemplo do caso em estudo. São inúmeros os tipos de deslocamentos populacionais e migrações, podendo variar nas formas, durações e escalas, e realizados nas mais diversas épocas e lugares, tornando-se, assim, importantes para a construção histórica de qualquer espaço.

Ravenstein (1980) em seu estudo sobre as leis da migração chegou a fazer uma classificação dos migrantes dentro do Reino Unido, mas que até hoje serve de comparação para muitos outros países. Segundo o autor, as migrações podem variar muito segundo a distância e as características ou tipos dos migrantes, estes que podem ser: o migrante local, aquele cujo deslocamento limita-se às partes de uma mesma cidade ou paróquia de nascimento; o migrante de curta distância, aquele em que a cidade de origem é vizinha ou bem próxima da cidade de destino; o migrante por etapas, aquele que viaja de cidade em cidade em busca de emprego – radicando-se aqui e ali até que se encontre em um local bem distante do de nascimento; o migrante de longa distância que sai do local de origem diretamente para outro bem afastado; e o migrante temporário, constituem o elemento “população flutuante” que existe em cidades de composição complexa e são exemplos os marinheiros, os colhedores, trabalhadores agrícolas, presos, estudantes em universidades e internatos etc. Do mesmo modo, os motivos que levam o migrante a abandonar o lar são inúmeros, mas na maior parte dos casos estão associados à busca de trabalhos mais bem remunerados e atraentes do que os disponíveis nos locais de origem: a procura de mão de obra em nossos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias.

Já de acordo com Lee (1980), são quatro os fatores do ato migratório: os fatores associados ao local de origem, os associados ao local de destino, os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais. Estes são os fatores decisivos que levam o indivíduo a sair do local de origem. Nesse sentido, Lee considerou migração como mudança permanente ou semipermanente de residência, não importando a distância ou a natureza, seja voluntária ou involuntária do deslocamento e não se estabelecendo distinção entre a migração internacional e a interna, mesmo que estas apresentem diferenças imensas. No entanto, ficam de fora da definição todas as classes de mobilidade espacial como os nômades, os trabalhadores migrantes sem residência durante período prolongado, e os deslocamentos temporários, mas o conceito independe dos obstáculos, tais como distância, condições climáticas adversas e falta de conhecimento do local de destino, por exemplo.

De acordo com Singer (1980), nos estudos sobre migração é necessário primeiro encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a dado fluxo migratório, mas foi com o processo de industrialização que os estudos migratórios começaram a ganhar cada vez mais importância. Segundo o autor, as migrações internas, como também boa parte das

migrações internacionais, podem ser consideradas como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Assim, as motivações das migrações podem ser traduzidas por motivos econômicos – procura de trabalho e melhores condições de vida; ou quando o migrante vai acompanhar a família.

Os diversos tipos de deslocamentos populacionais pelo espaço geográfico sejam eles as migrações em suas mais diversas modalidades - de longa ou curta distância, definitiva, temporários ou sazonais, sejam outras mobilidades espaciais que não são considerados como migração - são modalidades de fluxos populacionais e devem ser tratados como cruciais para o entendimento da dinâmica regional de um lugar.

Domenach (2011) em seu artigo a respeito dos desafios teóricos e metodológicos da mobilidade espacial da população questiona como se deve discutir tais fluxos frente às mudanças nas nossas sociedades, e com o surgimento de novos padrões de deslocamento, bem como a perda de importância de outros tipos de deslocamentos. Segundo o autor, as respostas podem ser encontradas com estudos sobre as mutações pós-modernas sobre migração, e sobre a diversidade de perfis com o surgimento de outras categorias de mobilidade. Um dos principais problemas é que os movimentos populacionais são cada vez mais flexíveis e as estatísticas oficiais insistem em subestimar os dados reais limitando-se a definição restritiva da migração, baseada unicamente na mudança definitiva de residência. A reestruturação intensa de territórios e costumes tem acarretado esse processo de mutação pós-moderna sobre a migração.

Até o século passado boa parte dos estudos abordava a temática dos deslocamentos espaciais de população de forma generalizada, muitas vezes limitando-se aos dados estatísticos e ao termo migração. Também, durante muito tempo, a geografia e as demais ciências sociais analisaram as migrações a partir das motivações e liberdades individuais dos migrantes, ou então a partir do processo da generalização da mobilidade da força de trabalho como causa socioestrutural. Segundo Salim (1992), a mobilidade da força de trabalho faz uma reeleitura dos economistas clássicos, procurando “reinventar” a análise da migração no processo geral de acumulação capitalista.

Segundo Lee (1980), no século passado, até meados dos anos 1960, ainda não se tinha conduzido incursão aprofundada no campo de uma teoria sobre a migração. Parte dos estudiosos abandonou o estudo da população; entretanto, surgiu boa quantidade de demógrafos interessados na temática das migrações, mas contentavam-se mais com resultados empíricos. De acordo com o autor, Ravenstein pareceu ter sido, em sua época, um dos poucos estudiosos a realizar uma comparação detalhada sobre o volume das migrações internas ou das características dos migrantes com base em um número considerável de nações.

Como pode ser observado, são muitos os estudiosos que defendem o fator econômico como uma das principais motivações no ato de migrar. Ou seja, a atração de população que exercem os polos econômicos é bastante significativa para a população, particularmente àquela que reside em lugares poucos dinâmicos e que tem pouco a oferecer em termos de trabalho, renda e qualidade de vida. Tal fato faz com que a mudança de município, Estado, ou país, relacionada às questões econômicas seja ainda bem significativa.

Conforme Baeninger (2000), desigualdades nas taxas de crescimento econômico, na oferta de empregos e no nível de salários tendem a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos populacionais em busca de trabalho ou melhores rendimentos. Do outro lado, a disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas se constituem em fatores que potencializam a migração.

Entretanto, outras motivações e fatores, além dos econômicos e estruturais devem ser levados em consideração na atualidade, principalmente ao constatar a grande diversidade de categorias de mobilidade que vem surgindo. De acordo com Oliveira & Januzzi (2005), um levantamento sobre os motivos de migração da Pesquisa Nacional por Domicílio de 2001 no Brasil, aponta que acompanhar a família é o motivo mais mencionado na pesquisa, por quase metade dos migrantes respondentes, seguido de motivações relacionadas ao trabalho, apontado por pouco mais de um quarto dos entrevistados como a principal razão do último deslocamento no país. Motivos relacionados ao custo da moradia figuram como terceiro motivo mais importante para migração. O motivo relacionado à busca por trabalho não ficou em primeiro lugar entre as respostas devido ao fato de que o quesito sobre motivações da migração foi aplicado a todos os indivíduos do domicílio, indistintamente da idade, ou seja, é natural que para cada chefe de família migrante, existam os cônjuges e filhos.

O contexto acima referido nos indica que apesar de existirem outras motivações importantes, além das ligadas ao trabalho, quando se analisa a motivação do chefe de família, às questões relativas ao trabalho e renda são bem significativas, pois os indivíduos que migram para acompanhar a família seguem o chefe que na maioria das vezes migra em busca de trabalho.

Com o processo de modernização as configurações dos movimentos populacionais pelo espaço começam se alterar. Surgem assim, novas características na mobilidade, a exemplo das motivações e tipos de fluxos. O avanço no sistema de transporte em áreas cada vez mais desenvolvidas tem facilitado os deslocamentos de longas distâncias, do mesmo modo a disseminação e o barateamento do sistema de aviação tem contribuído significativamente para o aumento da mobilidade temporária.

Zelinsky (1971) chega a utilizar o conceito de mobilidade territorial como forma de abranger a totalidade da mobilidade social e física. Segundo o autor o termo mobilidade territorial é abrangente e combina a migração convencional ou residencial com a circulação. A migração definida geralmente como mudança permanente ou semi-permanente de residência, o que não ocorre na circulação. Esta diz respeito a uma grande variedade de movimentos de curto prazo, repetitivos ou circulatorios, mas todos têm em comum o fato da ausência de intenção declarada de uma mudança permanente ou de longa duração na residência de destino. Na realidade, parte significativa da mobilidade territorial passa sem ser registrada, devido às deficiências nos sistemas de dados, estes na maioria das vezes coletados por meio de censos, onde são captados apenas os movimentos permanentes entre unidades territoriais políticas ou administrativas e que interceptam os intervalos de tempo utilizados pela metodologia dos recenseadores. Nos movimentos circulatorios:

[...] pode-se incluir esses itens tão díspares como fim de semana ou movimentos sazonais de estudantes; férias e viagens de fim de semana; viagens de compras; visitas em hospital e igreja; peregrinações religiosas; viagens para convenções profissionais e empresariais; viagens de governo e de negócios executivos; vendedores, atletas, movimentos de trabalhadores agrícolas e afins; visitas sociais; e muito aparentemente sem rumo ou diversão em busca de cruzeiro por jovens. (ZELINSKY, 1971, p. 226).

Vale destacar que, para Zelinsky, a migração sazonal de trabalhadores agrícolas não deve ser considerada como migração, uma vez que não há uma intencionalidade de mudança permanente ou de longa duração. Os trabalhadores sazonais da agricultura se deslocam com um período pré-estabelecido de retorno que, na maioria das vezes não ultrapassa seis meses.

Diante do contexto, observa-se que novas modalidades de fluxos populacionais poderiam ser mais bem discutidas e analisadas, na medida em que podem ser uma nova face do modo como se desenvolvem os atuais fluxos de população. De modo geral a migração e a mudança de residência muitas vezes podem não ser mais tão vantajosas. O migrante, ao procurar novas estratégias, altera o modo como se processavam as migrações, quando os movimentos eram de médias e longas distâncias correspondiam a mudanças definitivas de residência. Como consequência, surgem a migração temporária e a mobilidade pendularidade, além de outras novas modalidades de movimentos populacionais, que poderiam ser vistas como faces do modo como se transformariam os fluxos populacionais.

De acordo com Zelinsky (1971), melhorias recentes em tecnologia dos transportes, aumento no nível de vida de algumas sociedades, bem como a ampliação no campo das informações tem feito com que o indivíduo faça escolhas em termos de distância e tempo a

percorrer, interferindo na decisão sobre uma migração permanente. Nesse sentido, a passagem de uma mobilidade tradicional, como a migração, para uma mobilidade mais fluida é cada vez mais visível, particularmente em sociedades avançadas e modernas que já passaram pelo período de industrialização pesada e que já vivenciam os últimos estágios da transição da mobilidade proposta por Zelinsky. Assim, a definição convencional de migração pode servir para a totalidade da mobilidade territorial apenas nos primeiros estágios da transição da mobilidade, mas a intensidade, volume e natureza da circulação é tal, em sociedades avançadas, que não existe alternativa realista para se tratar de toda a mobilidade territorial como única e contínua, se trata também de movimentos mais curtos, mais rotineiros e interativos.

A Transição da Mobilidade é a sequência de cinco estágios temporais relacionados a mudanças nos padrões de mobilidade populacional, primeiramente analisada nos países desenvolvidos e posteriormente difundida nos países em desenvolvimento. Na fase I a migração verdadeira, através de intervalos físicos e sociais significativos era rara, havendo algumas circulações dentro de espaços bem definidos e na maioria dos casos as únicas pessoas que atravessavam as fronteiras livremente eram aristocratas, peregrinos religiosos, estudiosos, comerciantes, guerreiros e alguns outros. Na fase II há tendências temporais e padrões espaciais, este é o período do início da modernização, caracterizando grande agitação dos migrantes do campo; assim como uma propagação espacial-temporal de maior mobilidade para fora de alguns países. Na fase III e IV as correntes migratórias são mais complexas do que as observadas nas fases I e II. Na Fase III boa parte das características dos movimentos, do período anterior, persistem, mas são diminuídos; a migração interna residencial pode começar a desacelerar, mas alguma estagnação na migração internacional é contrabalanceada por um maior movimento de circulação, inclusive com o aumento dos movimentos migratórios e circulatórios complexos dentro da rede urbana, surgindo muitos novos tipos de circulação, sendo que nem todos são puramente econômicos. A fase IV é caracterizada pelo surgimento de condições de mobilidade ainda mais complexas. Com diminuição do êxodo rural. Na escala nacional, os movimentos migratórios e circulatórios mais significativos ocorrem dentro de uma rede altamente elaborada de metrópoles maiores e menores, e com as mais variadas motivações, um indivíduo podendo começar com a migração para estudo, seguindo por movimentos incidentes no serviço militar, casamento, atribuições de trabalho e finalmente para o local de aposentadoria. No cenário internacional existe uma circulação de uma elite móvel construídas de profissionais, celebridades, ricos, profissionais altamente qualificados. Uma das características marcantes da fase IV é o surgimento de motivações não econômicas para os migrantes e circuladores. Na fase V as motivações não econômicas tendem a aumentar ainda mais; e mudança quase constante e

movimento se tornam um modo de vida. Nesta fase o sistema social é altamente complexo e intensamente interativo cujos participantes se deslocam ininterruptamente, em movimentos diários, semanais ou sazonais dentro de zonas espaciais e sociais em movimentos temporários e irregulares, e migram frequentemente, no sentido da educação formal com mudança de residência (ZELINSKY, 1971).

Muitos estudiosos se utilizam de abordagens voltadas para a análise da migração temporária ou circular, particularmente pesquisadores que se voltam para as questões sociais e psicológicas da migração, na maioria das vezes analisada sob um prisma qualitativo devido aos limites metodológicos da análise quantitativa desse tipo de mobilidade, que é flutuante no espaço e no tempo. Silva (1999) chega a nomear a migração temporária como correntes invisíveis. Este tipo de migração, segundo a autora, muitas vezes não é contabilizada pelas estatísticas oficiais, denotando sua invisibilidade, um exemplo dela é a migração de trabalhadores das safras da agricultura. Outro grupo que poderia ser encaixado como migrante temporário seria o dos trabalhadores da construção civil.

De acordo com Coutinho (1975), em toda obra da construção civil há fases de contratação de trabalhadores específicos para cada uma das etapas. As primeiras fases, de limpeza do terreno e da implantação do canteiro de obras são feitas por operários da construtora. Com a implantação do canteiro de obras, passa-se a demarcação do terreno feita pelos engenheiros e mestres de obra. Após esta fase, inicia-se a fundação que é feita por firma especializada. Com o fim desta fase dá início a estrutura da obra quando é muito intenso o recrutamento¹⁰ de serventes, pedreiros e carpinteiros. Posteriormente a esta fase, começa o acabamento onde é empregada mão de obra altamente técnica, a qual, parte é contratada pela própria construtora e parte por empresas especializadas.

Vale salientar que em todas essas fases a contratação é temporária e muitas vezes se utiliza mão de obra imigrante composta por trabalhadores oriundos de outras obras realizadas em outras regiões. A contratação de mão de obra imigrante se deve ao fato das firmas especializadas subcontratadas pela construtora já possuírem um quadro de trabalhadores habituados a seguir o fluxo das obras estruturadoras. Este quadro é composto por mão de obra com baixo nível de instrução, mas que podem ter qualificação profissional, ou mesmo por trabalhadores com bom nível de instrução, a exemplo de engenheiros. Entretanto, a fase de maior recrutamento de mão

¹⁰ O recrutamento segundo Coutinho (1975), pode ser direto, ou seja, pelo mestre da obra; feito pelas firmas especializadas; ou feito pela construtora ou empresa contratada para a execução das distintas fases da obra.

de obra imigrante é justamente a fase de estrutura da obra, quando é necessária uma grande quantidade de trabalhadores.

Tudo leva a crer que a ocorrência da migração temporária dentro do Brasil se dá devido às alterações na estrutura econômica do país que leva a necessidade de muitos trabalhadores se deslocarem para áreas mais dinâmicas e com maior oportunidade de trabalho. De acordo com Silva (2005), a economia depende dessa mão de obra dos migrantes, e a migração temporária aparece como uma estratégia material, na medida em que é uma mão de obra mais flexível.

Dentro da perspectiva da migração temporária, existe a migração sazonal, caracterizada pelo deslocamento de trabalhadores para áreas onde há demanda de mão de obra para a safra de alguma cultura. Vettorassi (2005) afirma que a migração temporária é demasiadamente comum na vida desse tipo de migrante, chegando ao ponto de se poder falar em “migração temporária permanente”, pelo fato de que já faz parte do cotidiano do migrante temporário o seu constante ir e vir, sendo constantemente imigrante, para a terra que o recebe, como também emigrante, para a terra de origem. De acordo com o autor, o migrante sazonal torna-se introspectivo, e mantém apenas relações horizontais com os demais indivíduos da região, pelo fato de estar sempre no movimento de ir e vir.

Nesse sentido, até que ponto o migrante temporário de outras atividades econômicas pode ser considerado como migrante sazonal? Os migrantes temporários, da construção civil que se caracterizam pelo deslocamento constante em função da necessidade de mão de obra para as grandes obras em um determinado período tempo, podem ser contemplados com a mesma denominação de “migrante sazonal” dos trabalhadores do agronegócio, uma vez que ambos são conhecidos como peões de trecho¹¹? Em parte, tal semelhança deve ser considerada, mas levando-se em conta algumas diferenças. Os migrantes sazonais das safras de culturas, a exemplo da cana-de-açúcar, os bóias-frias¹², na região Centro-Sul do País e os corumbas¹³, na Zona da Mata do Nordeste, seguem os períodos de safra das plantações e tendem a migrar para os mesmos destinos, enquanto que os peões de trecho da construção civil seguem os períodos

¹¹ Para mais informações a respeito dos fluxos de trecho ver: FONTES, Edilza. O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. **Novos Cadernos NAEA**. v. 6, n. 1, p. 65-82, jun. 2003. ; BALSADI, Otavio Valentim. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Relatório de Pesquisa. Brasília: FAO**, 2008. ; RUMSTAIM, A. Peões no trecho: estratégias de deslocamento de trabalhadores no Mato Grosso. **Peões no trecho: estratégias de deslocamento de trabalhadores no Mato Grosso**, 2009.

¹² Segundo D’Incao (1979) e Silva (1999), o “bóia-fria” é o trabalhador do meio rural marginalizado pelo trabalho volante que segue os ciclos da produção agrícola e que recebe por tarefa cumprida ou por dia de serviço. Desse modo é um trabalhador que segue um ritmo irregular e que na maioria das vezes é banido da legislação.

¹³ Segundo Suarez (1977), “corumba” é um termo utilizado na Zona da Mata Nordestina para o trabalhador migrante sazonal e assalariado oriundo do Agreste ou do Sertão que se deslocam de seus lotes de terra para trabalhar na safra da cana-de-açúcar na Zona da Mata.

das grandes obras, que ao serem concluídas tendem demitem esses trabalhadores ou os aproveitam para áreas onde se iniciam outras obras. Outra diferença está no fato de que entre os migrantes sazonais do agronegócio as condições de trabalho são bem mais degradantes e na maioria das vezes eles não são formalizados, enquanto que entre os peões de trecho da construção civil as condições de trabalho são um pouco menos degradantes e estes são quase todos formalizados. Vale ressaltar, também que entre os migrantes temporários da construção civil há a possibilidade de ascensão profissional dentro do próprio setor de atividade, e como consequência uma ascensão social, o que não ocorre com os bóias-frias e corumbas.

De acordo com Coutinho (1975), é comum a perspectiva de ascensão social pelo migrante da construção civil, principalmente entre os trabalhadores mais qualificados. Ascensão esta apontada como uma das motivações mais influentes da migração e vista como um projeto de carreira que se dá pela ascensão profissional. Desse modo, a mobilidade horizontal, no espaço, levaria à mobilidade vertical, ou ascensão socioprofissional do migrante. Ainda conforme o autor:

As aspirações sociais mais evidentes desses operários sintonizam-se num projeto de ascensão dotado de características específicas, pois a sua consecução é vista pelos sujeitos nos termos de progressão na carreira, isto é, no próprio setor de atividades econômicas em que estão inseridos. A meta é a profissionalização, entendida como o processo que leva o indivíduo à aquisição de capacidade e habilidade para exercer um ofício. Não se trata, portanto, de aspirações que impliquem a rejeição da condição operária. (COUTINHO, 1975, p. 82).

No entanto, segundo Coutinho (1975), entre os trabalhadores que emigram de áreas rurais para centros urbanos não há uma motivação pela perspectiva de ascensão social, mas pela necessidade de sobrevivência. A perspectiva de ascensão social entre estes migrantes só é incorporada posteriormente. Fato que também ocorre entre os migrantes temporários do agronegócio.

Apesar das diferenças e semelhanças, devemos nos ater ao fato de que tanto os migrantes temporários da construção civil, quanto migrantes temporários do agronegócio, não são contemplados na maioria das estatísticas governamentais, o que os caracterizam como “invisíveis” se analisados do ponto de vista do Estado. Além do mais, como explicitado anteriormente, a migração temporária de trabalhadores sazonais do agronegócio é mais bem explicada por meio da corrente de pensamento histórico-estrutural, enquanto a situação dos migrantes temporários da construção civil, por exemplo, é melhor explicada pela abordagem da Nova Economia das Migrações.

O fenômeno migratório que se dava em função do desenvolvimento das atividades da cana-de-açúcar, na Zona da Mata Nordestina e cidades do entorno, é entendido, segundo Suarez (1977), como um dos elementos do processo de mudança social, sendo desse modo, o resultado de transformações estruturais da sociedade e dos fatores que determinam tais transformações. Diante disso, a definição dos migrantes internos, nesse caso, deve ser entendida como parte de um contexto de mudança social, sendo condicionados por causas estruturais que os impulsionam a se mobilizarem num determinado espaço geográfico.

Outra modalidade de deslocamento populacional que merece destaque são os fluxos pendulares, antes característicos das grandes cidades e que hoje crescem também nas médias e pequenas cidades de todas as regiões do país. A pendularidade, apesar de ser significativamente diferente da migração temporária, tem tido bastante visibilidade por parte dos órgãos governamentais, pelo fato delas impactarem as infraestruturas urbanas das cidades e também pelo fato delas serem mais facilmente contabilizadas estatisticamente do que as migrações temporárias.

Vale destacar que pendularidade não deve ser considerada como migração. Há várias discussões em relação ao conceito de mobilidade pendular, devido este tipo de fluxo ser considerado apenas como mobilidade populacional, não entrando no conceito de migração. Atualmente, tem-se discutido bastante entre os estudiosos que trabalham com fluxos populacionais e entre os demógrafos, a questão da inserção da mobilidade pendular como um tipo de migração, mas ainda pode-se observar que tal mobilidade não foi empregada como migração pelos estudiosos.

Excluem-se da definição de migração os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino. Refere-se, portanto, às mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais pré-definidas (CARVALHO & RIGOTTI, 1997). Nesse sentido, se torna pertinente revisar o conceito de "migração pendular", e a discussão atual que sugere outra denominação, qual seja a de movimento pendular.

O estudo da dinâmica metropolitana com base nos movimentos pendulares está vinculado a uma das linhas tradicionais de pesquisa em Geografia Urbana com a identificação de áreas de influência ou regiões funcionais. Portanto, a discussão do movimento é indissociável da de mobilidade. É esta que vai caracterizar a vida urbana atual, acentuando a importância dos transportes. Nessa discussão, deve ser considerada a própria diversidade de uso do termo em expressões, ora aparecendo como "migração pendular", ora como "movimento pendular". Ainda para as autoras, o conceito de "migração pendular" é antigo na Geografia, pois aparece nas análises de Beaujeu-Garnier e Derruau, dentre outros, com ênfase em Geografia da

População. Para estes não há uma denominação única a essa ordem de deslocamentos, na medida em que ora se referem à "migração" ora a "movimento". Assim, enquanto a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica (BRANCO, FIRKOWSKI & MOURA, 2005).

Desse modo, a natureza dos deslocamentos pendulares difere substancialmente da compreendida pelos movimentos migratórios, embora ambos impliquem fluxos de pessoas no território. No "movimento" ou "deslocamento" pendular se entende que a dinâmica envolve um deslocamento diário e que, portanto, não implica transferência para outro lugar ou fixação definitiva.

Para Ojima (2007), essa modalidade de movimentos de ir e vir é normalmente denominada como “deslocamento pendular”, por se considerar que trabalhando ou estudando em municípios distintos este movimento possui uma regularidade cotidiana. E uma das maneiras de captar empiricamente a dinâmica populacional que configura esses movimentos é a utilização da informação censitária que registra o município que a pessoa trabalha ou estuda. Nesse contexto, verifica-se que o uso da informação de deslocamento pendular com objetivo de trabalho ou estudo é uma importante ferramenta para entender os processos de metropolização, pois permitem verificar o grau de extensão da circularidade de pessoas em uma determinada área.

Segundo Oliveira (2006), mobilidade espacial de pessoas no Brasil passa a ser rediscutida de outras formas surgindo noções como circularidade, retorno, contra-urbanização e residência base, fazendo aparecer tipos de deslocamentos com destinos, duração e periodicidade diversos, que não necessariamente impliquem em mudança de residência. As estratégias dos migrantes se alteram em função da nova realidade, da flexibilidade produtiva e precariedade do mercado de trabalho. No caso brasileiro outra modalidade de deslocamento populacional, que não é considerada migração e que tem tido pouca relevância nos estudos sobre “movimentos populacionais” é a mobilidade pendular.

Essa realidade traz mudanças significativas nos movimentos populacionais no Brasil, e em particular na região Nordeste. Considerada um polo expulsor de população durante anos, atualmente essa região consegue reter sua população e atrair mão de obra de outras regiões. Os fluxos que se davam anteriormente como emigração, a saída ou fuga da população para outros lugares, hoje vêm se tornando relevantes os fluxos de entrada, a exemplo da migração e migração de retorno. Somados a estes também há outras modalidades de fluxos com características sazonais ou temporárias. Estes são os migrantes temporários, citados

anteriormente, das mais diversas atividades econômicas, desde os trabalhadores da construção civil, como os peões de trecho, até trabalhadores pendulares que se deslocam diariamente num fluxo constante. Os dois primeiros dizem respeito aos fluxos de trabalhadores de outras localidades, na maioria das vezes de outros estados que são “recrutados” por empresas instaladas nos polos industriais para servirem de mão de obra. Os demais se dão entre municípios vizinhos, podendo ser dentro de uma mesma região metropolitana ou não, e se dão quase que diariamente. Os diversos tipos de migração seja ela de longa ou curta distância, temporária ou sazonal, assim como a mobilidade pendular são modalidades de fluxos populacionais e devem ser tratados como cruciais para o entendimento da dinâmica regional.

Em meio ao processo de desenvolvimento ao qual vem passando os estados da região Nordeste, verifica-se que a discussão sobre fluxos populacionais torna-se relevante para o atual contexto regional.

Região marcada pela desigualdade de renda tanto entre os demais Estados do país, quanto entre suas populações, o Nordeste tem passado atualmente por um novo desenvolvimento econômico marcado pela implantação de polos em seus diversos espaços. Polos estes que se caracterizam pela industrialização pesada, anteriormente instalados em regiões onde a economia já era bastante desenvolvida, a exemplo dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil.

De acordo com Becker (2006), “no âmbito das migrações internas, igualmente diversificada tem sido a tipologia dos deslocamentos”. Intensos fluxos rural-urbano ocorreram nas décadas de 50 e 60, representativos de um período marcado por crescente concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro. Estabeleceram-se migrações interestaduais de longa distância na década de 70, especialmente a de nordestinos para o eixo Rio - São Paulo e a de sulistas para áreas do Centro-Oeste e da Amazônia. Multiplicaram-se as migrações temporárias de volantes e bóias-frias para as colheitas de cana-de-açúcar e laranja. Fomentaram-se os deslocamentos de “barrageiros” para a construção de grandes obras. Mas, por outro lado, intensificou-se a mobilidade intermunicipal e intramunicipal, seja rural-urbana ou rural-rural, em decorrência da falta de terra. Outras formas e escalas de mobilidade ainda poderiam ser lembradas, a exemplo dos movimentos pendulares (BECKER, 2006, p. 321-322). Processo observado nos municípios que fazem parte do TES, ao perceber que boa parte dos trabalhadores mora em municípios vizinhos e se dirigem, diariamente, para o CIPS, a fim de exercerem suas atividades.

Diante do exposto, observa-se que a distribuição da força de trabalho depende, entre outros fatores, da demanda e oferta de empregos de uma dada região. Mas tal fato pode levar ao crescimento populacional acelerado dessa região, e conseqüentemente ao aumento da

demanda de infraestruturas para atender as novas necessidades. Nesse sentido, a entrada de mão de obra especializada para determinadas atividades econômicas, em uma dada região, considerada como uma solução de curto prazo, pode vir a se tornar um sério problema se considerado do ponto de vista da infraestrutura do território.

Como se pode observar, inúmeros os tipos de deslocamentos populacionais e migrações, podendo variar nas formas, durações e escalas, e realizados nas mais diversas épocas e lugares, tornando-se, assim, importantes para a construção histórica de qualquer espaço. O contexto acima nos indica que a discussão sobre fluxo de mão de obra torna-se muitas vezes indispensável para o entendimento de algumas políticas públicas de corte social, a exemplo das políticas públicas de educação. Na medida em que são muitos os fluxos de mão de obra especializada para áreas onde há um aumento repentino da demanda por profissionais com formações específicas.

No território que hoje diz respeito ao Brasil, antes mesmo da chegada dos portugueses, havia deslocamento de população pelo espaço. As populações tradicionais tinham seus movimentos específicos, como forma de sobrevivência e por questões “territoriais” dos aldeamentos, ou seja, as comunidades indígenas tinham suas disputas e seus processos de aldeamento. Mas foi a partir da chegada do europeu a esse território que se iniciou um processo de contínua dinâmica de população pelo espaço. O início da colonização fez entrar grande quantidade de população em nossas terras. Primeiro os portugueses, depois espanhóis, holandeses, já com as disputas do território brasileiro, depois os africanos escravizados para as lavouras de cana-de-açúcar e para os trabalhos braçais da colônia, os italianos, japoneses e muitas outras nacionalidades que imigravam para o Brasil a fim de servir de mão de obra para agricultura. Ou seja, segundo Andrade (2004), durante muito tempo, desde o início da colonização, em 1500, até o período do *boom* do café, se destaca o processo de imigração de estrangeiros no Brasil, que a partir daí se espalhavam pelo litoral e mata atlântica e depois para interior em conquistas de terras, como forma de resgatar os índios fugitivos que não se submeteram à escravidão, assim como para povoar (com o europeu) e integrar todo o território; e como também para arranjar terras para a criação de gado extensivo. O povoamento foi integrando ao território áreas anteriormente vazias ou ocupadas por índios que se mantinham afastadas do processo de integração nacional, a expropriação da população nativa e a devastação da floresta para o cultivo da cana iniciaram-se no século XVI, justamente com o povoamento e colonização.

De acordo com Patarra (2003), os movimentos migratórios internos no Brasil assumiram grande expressão a partir dos anos 1950 num processo concomitante com a intensa urbanização

do período e um acirramento das desigualdades regionais, estando interligados muitas vezes à concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população.

Os fluxos populacionais nessa época tinham um caráter essencialmente rural-urbano (o êxodo rural), de caráter sazonal e de povoamento, este último referente aos deslocamentos de massas de pessoas para povoar áreas pouco habitadas. Além de se direcionarem para grandes áreas metropolitanas, como São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, os deslocamentos se apresentam com novas características, atualmente, tornam-se cada vez mais comuns os deslocamentos temporários e os fluxos diários de pessoas, além dos fluxos começarem a atingir regiões onde antes eram caracterizadas como expulsoras de população por não possuírem uma dinâmica econômica expressiva. Tornam-se necessárias, assim, novas abordagens teóricas que vão além das migrações clássicas.

Segundo Cunha (2003), a partir dos anos 1980, e isto para quase toda a América Latina, as dinâmicas econômica, social e demográfica brasileiras passaram por significativas transformações que tiveram profundas implicações nos seus processos de redistribuição espacial da população e urbanização, principalmente no que se refere ao padrão concentrador de algumas regiões, que durante décadas caracterizou a dinâmica demográfica nacional. Nesse sentido, diversificaram-se as formas de assentamentos humanos, como também ganharam importância, na dinâmica demográfica nacional, novos espaços regionais e outros tipos de mobilidade populacional, com claras consequências nos padrões locais da população dentro e fora dos grandes centros urbanos, caracterizando, assim, uma relativa desconcentração demográfica.

Entretanto, há de se concordar que tais acontecimentos não são exclusivos do Brasil ou da América latina. Em todos os lugares do mundo há padrões de concentração econômica e de população, com algumas semelhanças e diferenças, a depender do desenvolvimento de cada lugar, e a depender da escala e do tempo em análise. O fundamental, no entanto, é saber que os termos fluxo de população, mobilidade populacional ou deslocamento populacional pelo espaço geográfico, e mesmo a migração, não são termos rígidos e amarrados, pela própria natureza de ser, e pelo objeto que estuda, que é a dinâmica da população pelo espaço. Tais termos são flexíveis e se moldam de acordo com a escala espacial e temporal analisada, de acordo com a conjuntura socioeconômica investigada, e é claro de acordo com a área acadêmica do estudioso, este que pode ser um geógrafo, um demógrafo, um sociólogo, um biólogo, etc. Pelo caráter

volátil da população é difícil se estabelecer terminologias fechadas, uma vez que, metodologicamente, não é fácil investigar o constante vai-vem da população.

Segundo Oliveira e Jannuzzi (2005), as desigualdades das taxas decrescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos. Nesse sentido, a busca por trabalho e acesso a serviços sociais deveriam ser as principais motivações para a migração declaradas pelos migrantes no levantamento de motivos de migração da PNAD 2001 no Brasil. Entretanto, segundo o autor, os dados da PNAD indicaram várias motivações para migrar, a exemplo de: acompanhar a família, motivos relacionados ao custo da moradia, migração motivada por estudo ou por questões de saúde, migração de retorno, além da mudança motivada por busca de trabalho (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2005). Ainda de acordo com os autores:

[...] a não primazia do trabalho como motivação principal para migração na PNAD devesse, ao fato de que o quesito acerca dos motivos de migração foi aplicado a todos os indivíduos que fizeram um deslocamento nos últimos 4 anos, indistintamente da idade. Assim, é natural que para cada chefe de família que declarasse migrar em busca de trabalho, houvesse cônjuge e filhos que declarassem que o deslocamento decorria – para eles – como a necessidade de acompanhar o chefe ou os pais. (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2005, p. 4).

Os autores ainda chamam atenção ao fato das transformações na estrutura produtiva brasileira e as novas configurações do desenvolvimento regional que se delineiam a partir da década de 1970 trazerem importantes alterações na dinâmica migratória nordestina. O processo de desconcentração econômica vinculado às políticas de incentivo ao investimento industrial no Nordeste influencia o comportamento da migração nordestina na década de 1980, onde se destacam os fluxos de retorno (OLIVEIRA & JANNUZZI, 2005).

Segundo Martine (1989), qualquer modificação nas formas de uso do solo, percebida ou analisada pela geografia regional, tem efeitos sobre as condições de existência da população e, consequentemente, sobre as tendências da sua mobilidade: efeito atrativo ou efeito repulsivo. De acordo com a terminologia recente, a reduplicação das atividades industriais é acompanhada por uma nova distribuição da população e das suas componentes sociais. O autor afirma ainda que “o problema da migração não é apenas histórico, geográfico ou demográfico; é, ao mesmo tempo e, sobretudo, sob certos aspectos, um problema social e político” (MARTINE, 1989, p.121-122).

Dessa maneira, o estudo tanto das migrações, quanto das demais modalidades de mobilidade espacial tornam-se importante para o entendimento do processo de expansão do

capital, a fim de entender as desigualdades que se encontram, não apenas entre as regiões do país, mas entre municípios de uma mesma Unidade da Federação, ou mesmo entre municípios da mesma microrregião.

Diante disso, o referencial teórico da presente pesquisa está embasado nos conceitos de mobilidade espacial da população e de migração abordados por Sorre (1984), Fonseca (1990), Balbim (2004), Becker (2006), Tilly (1976) e Lee (1980), uma vez que tais autores se apropriam dos conceitos de mobilidade espacial da população e de migração numa visão mais ampla dos deslocamentos populacionais, não se restringindo ao conceito de migração utilizado por boa parte dos institutos oficiais de pesquisa.

Desse modo, o conceito de mobilidade espacial da população, para o presente estudo, diz respeito as diversas formas de deslocamento da população, desde a migração, seja ela temporária, sazonal, semi-permanente ou permanente, até as modalidades de deslocamentos diários, pendulares ou repetidos que não necessariamente precisam de mudança definitiva de residência. Observa-se, assim, que a variável tempo é relativa. Já a migração é assumida como o deslocamento de população entre, no mínimo, unidades territoriais na escala municipal. Ou seja, migrante é aquele indivíduo nascido fora do município investigado, ou que tenha nascido no município, mas emigrado e retornado ao município investigado. A depender do tempo de permanência no município, o migrante pode ser considerado como um migrante “permanente” ou temporário.

3 FATORES DE SELETIVIDADE DO DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO PELO ESPAÇO GEOGRÁFICO

As motivações para o deslocamento de pessoas pelo espaço geográfico são muitas, e boa parte está relacionada com fatores econômicos, especialmente a busca por trabalho e/ou ascensão profissional, particularmente em economias pouco desenvolvidas. Acompanhar a família também é um dos principais motivos para o ato migratório, mas muitas vezes tal motivação está intimamente relacionada ao deslocamento da pessoa responsável pela família, que ao migrar e conseguir se estabelecer no lugar de destino, tende a buscar sua família no lugar de origem. Este é um exemplo típico de passagem de uma migração temporária para uma migração permanente. De outro modo, fatores relacionados com a busca por melhor qualidade de vida e ascensão educacional também devem ser levados em consideração.

Independente da motivação para a migração, os indivíduos ou grupos de pessoas tendem a levar em consideração componentes que podem facilitar o deslocamento, a exemplo das redes sociais na migração. Diante disso, a questão da seletividade está diretamente relacionada ao ato de migrar ou não migrar.

3.1 SELETIVIDADE NA MIGRAÇÃO

Uma questão que merece destaque nos estudos sobre mobilidade espacial de população é a seletividade na migração, em que os potenciais migrantes são selecionados positivamente no ato de migrar. A seletividade pode ser definida como:

[...] um conjunto de escolhas e preferências que se manifestam em relação a uma situação específica. Assim, seria uma restrição que se faz a algo ou a alguém em detrimento do outro, num processo de diferenciação. Na demografia, a seletividade relaciona-se com a ocorrência de um evento demográfico em indivíduos com características específicas dentro de uma população. Sua expressão se manifesta quando estes eventos, como o nascimento, a morte, o casamento ou a migração, ocorrem em indivíduos selecionados entre os demais. (CAMPOS, 2015, p. 189).

Vale salientar que a questão da seletividade na migração está contida em muitas das abordagens teóricas sobre o tema, tanto no nível macroeconômico quanto no microeconômico. A depender da abordagem, a seletividade pode ser apresentada sob uma ótica do indivíduo, a exemplo de abordagens microeconômicas, ou estar mais relacionada a uma seletividade espacial ou regional, no caso abordagens com características macroeconômicas. Entretanto, a

questão da seletividade na migração é mais nitida entre os estudos microeconômicos, pelo próprio papel dado às motivações individuais nestes estudos.

Campos (2015) buscou debater como a seletividade na migração é explorada dentro das diversas abordagens teóricas sobre migração, como a seletividade está interligada às causas e aos estímulos dos movimentos migratórios e como se expressa em relação às características demográficas dos migrantes. De acordo com o autor, a seletividade é uma característica marcante das migrações, independentemente da escala de análise e da abordagem teórica utilizada, dado que os migrantes são indivíduos com características bem definidas.

A seletividade na migração é basicamente determinada por questões socioeconômicas, que são expressas por meio de diferentes variáveis. As principais variáveis são a idade e o sexo. Todavia, a escolaridade, a renda, a situação ocupacional, as condições de saúde e a localização espacial também são destacadas como aspectos importantes na seleção dos migrantes. As variáveis idade e educação relacionadas à seletividade são destacadas na abordagem microeconômica, permeando os pressupostos da Teoria do Capital Humano e da Nova Economia da Migração do Trabalho, neste caso dentro do processo de ganho intradomiciliar. Já a seletividade vinculada às diferenças espaciais na distribuição dos fatores de produção e a importância dos processos agregados são destacados nas abordagens contextuais e estruturais. Assim, a seletividade é abordada de outra forma nas teorias macro, estando relacionada à forma como a distribuição espacial dos fatores de produção podem influenciar diferentes indivíduos a migrar.

A seletividade na migração pode ser observada em autores clássicos como Ravenstein (1980) e Lee (1980). Tal teoria também está fortemente interligada à teoria do capital humano, de caráter microeconômico, abordada por Sjaastad (1962) e Becker (1964).

Em *Leis da Migração* de Ravenstein (1980), podemos observar a questão da seletividade na migração interna na Inglaterra, quando o autor apresenta que os naturais de áreas rurais tendem a migrar mais do que os naturais de cidades. Do mesmo modo, as mulheres migram mais do que os homens. De uma forma mais direta, Lee (1980), ao se reportar às características dos migrantes, aponta para o fato de as migrações serem seletivas. Tal seletividade se dá pela razão de que os migrantes não se constituírem uma amostra aleatória da população de origem; pela razão dos migrantes responderem a fatores positivos, preponderantes no local de destino - sendo assim uma seleção positiva, quando se dá a seleção de migrantes de “alta qualidade” que não têm necessidade de migrar, mas o fazem ao perceber as oportunidades existentes como forma de ascensão – ou quando os migrantes respondem a fatores negativos

prevalecentes no local de origem, constituindo uma seleção negativa, quando os migrantes são menos qualificados, sem instrução ou instáveis.

Ainda conforme Lee, o grau de seleção positiva tende a aumentar com os obstáculos intervenientes e dificuldades decorrentes. Tais obstáculos seriam uma forma de selecionar os mais fortes e aptos. Do mesmo modo, a seleção pode ser maior e mais positiva em certas etapas do ciclo vital. A migração sendo mais intensa entre a população economicamente ativa.

As migrações são seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevalecentes nos locais de origem e de destino, terem capacidades diferentes para superar as séries de obstáculos e diferenciam-se entre si em termos dos fatores pessoais. (LEE, 1980, p. 111).

Autores como Chlswick (1999), Borjas (1997) e De Haas (2010) abordam a seletividade na migração em suas análises sobre migração internacional. Alguns estudiosos sobre migração interna no Brasil, como Campos (2015), já fazem uso dessa teoria para explicar o possível melhor desempenho dos migrantes em relação aos naturais em termos de renda, posição no trabalho, bem como nível de escolaridade e qualificação profissional.

Sjaastad (1962) aborda a questão da seletividade na migração por meio da análise da migração interna nos Estados Unidos. Partindo do pressuposto de que as medidas dos custos psicológicos para a migração são de difícil mensuração, seu principal objetivo foi determinar os retornos reais advindos do investimento migratório numa tentativa de ver o papel da migração como mecanismo de equilíbrio de economias em transformação. O autor indentificou que a migração líquida é pouco sensível às diferenças de remuneração, tendo assim pouco valor para avaliar a eficácia da migração como fator de promoção do equilíbrio. Diante disso, de acordo com Sjaastad (1962), a saída seria medir os custos e retornos advindos da migração.

Uma melhor alternativa, pelo menos em termos analíticos, seria considerar a migração estritamente sob o prisma de um problema de alocação de recursos. Para isto, deve-se tratar a migração como um investimento que incrementa a produtividade do recurso humano, ou seja, um investimento que apresenta custos mas também rende retornos. (SJAASTAD, 1962, p. 126).

Sjaastad (1962) concluiu que os investimentos complementares no indivíduo são tão ou mais importantes do que o progresso migratório.

Nesse contexto, a migração deve ser considerada em conjunto com outros processos, e não considerada de forma isolada.

[...] a) a migração bruta é conceptualmente mais relevante do que a migração líquida para o estudo dos retornos da migração e do impacto desta sobre os diferenciais de remuneração; b) as taxas migratórias não constituem medida apropriada para estimativa dos efeitos migratórios; c) a idade é uma variável que exerce significativa influência na migração, devendo ser considerada quando de interpretações concernentes aos diferenciais de renda prevalecentes entre áreas e entre ocupações; a relação entre os custos privados e os custos sociais da migração, assim como entre os retornos respectivos depende da estrutura de mercado, da mobilidade dos recursos em geral e das políticas tributárias dos governos estaduais e locais. (SJAASTAD, 1962, p. 143).

Assim, o capital humano é visto em Sjaastad (1962) por meio da expressão recurso humano, que é interligado à seletividade na migração. Chiswick (1999) vai diretamente ao conceito de capital humano ao abordar a seletividade na migração por meio de um modelo de capital humano para a migração, em seguida considerando especificações alternativas do modelo de migração que são relevantes para a questão da seletividade dos migrantes.

Segundo Chiswick (1999), na literatura sobre migraçõesuma das proposições padrão é que os migrantes econômicos tendem a ser "auto-selecionados" positivamente para o sucesso do mercado de trabalho, tendendo a ser mais capazes, ambiciosos e empreendedores do que indivíduos semelhantes que optam por permanecer no seu local de origem. Nesse sentido, os imigrantes, por ser um grupo auto-selecionado, podem ser mais capazes e mais motivados do que os nativos. Entretanto,

[...] a seletividade favorável para o sucesso no mercado de trabalho dos migrantes seria menos intensa entre aqueles para os quais outros motivos são importantes na sua decisão migratória, tais como os afastados, os refugiados e aqueles que se deslocam por razões ideológicas. (CHISWICK, 1999, p. 52).

Ainda conforme Chiswick (1999), apesar de nos últimos anos ter havido desafios à proposição geral da seletividade favorável dos migrantes, sua análise é importante para entender as consequências da migração para as regiões de origem e de destino, bem como para os próprios migrantes.

Os mais bem favorecidos são os migrantes e mais bem sucedido será o seu ajuste no destino, e mais favorável o seu impacto sobre a economia de destino e da sociedade. Além disso, quanto mais favoravelmente forem selecionados os migrantes, maior será, em geral, o efeito adverso de sua partida na sua origem. (CHISWICK, 1999, p. 52-53).

Assim, o modelo proposto por Chiswick (1999) mostrou que a maior capacidade do indivíduo aumenta a eficiência no mercado de trabalho tanto na origem como no destino. Ainda como forma de testar a hipótese da seletividade favorável dos migrantes, o autor acrescenta o

pessuposto de que aqueles que são mais capazes também são os mais eficientes na migração, ou seja, a maior capacidade pode aumentar a eficiência no investimento em capital humano. O autor chega a algumas conclusões a respeito das suas hipóteses: 1) se os mais capazes forem mais eficientes na utilização do tempo, os diferenciais relativos de competências que não variam entre regiões geram seletividade favorável na migração; 2) quanto maiores são os custos da migração, menor é a propensão para migrar, mas menor é a taxa de migração de retorno e maior é a propensão para uma seletividade favorável na migração; 3) a seletividade favorável dos migrantes é ainda maior se o diferencial salarial relativo entre o destino e a origem for maior para os trabalhadores de alta capacidade. A seletividade favorável é menos intensa se a proporção de salários no destino para aqueles na origem for menor para a alta capacidade (CHISWICK, 1999). As análises mostram, portanto, que os ganhos da população imigrante é mais acentuado do que os ganhos da população nativa, indicando, desse modo, a existência de uma possível seletividade favorável na migração. Tal seletividade seria explicada em termos de estrutura do capital humano.

Chiswick também argumenta que a renda dos imigrantes ultrapassaria a dos trabalhadores nativos após um período de adaptação relativamente curto dos imigrantes. Estes têm, sem dúvida, incentivos de investimento mais fortes do que os trabalhadores nativos e, portanto, os ganhos dos imigrantes crescem mais rapidamente do que os ganhos dos nativos (CHISWICK, 1978 *apud* BORJAS, 1987). Entretanto, segundo Borjas (1997), mais recentemente os estudos sobre seletividade na migração passou a ser abordado por meio de estudos de grupos ou por dados longitudinais ao invés de abordar tal questão apenas sobre conjuntos de dados de seção transversal única.

O achado transversal de que os ganhos de imigrantes e os anos desde a migração são correlacionados positivamente pode ser explicado em termos de um efeito de envelhecimento (isto é, assimilação) ou pode ser devido a diferenças de qualidade do grupo. Esses estudos recentes, na verdade, trazem à tona a questão de como a qualidade do grupo e a auto-seleção de imigrantes estão relacionadas. (BORJAS, 1997, p. 531).

Borjas (1987) aborda a questão da seletividade na migração ao analisar a forma como os rendimentos da população imigrante podem ser diferentes dos ganhos da população nativa, justamente por causa da endogeneidade da decisão de migrar. Conforme o autor, as diferenças nos salários dos imigrantes, com as mesmas habilidades medidas, mas de diferentes países de origem, são atribuíveis às variações nas condições políticas e econômicas nos países de origem no momento da migração. A análise do referido autor assume que os indivíduos comparam os

rendimentos potenciais no país de destino com os rendimentos nos países de origem, tomando, assim, a decisão de migração com base nesses diferenciais de renda e nos custos líquidos da mobilidade, verificando que a variação da renda dos imigrantes é substancial. Mas, com base na teoria, observa-se que a variância nas medidas da qualidade dos imigrantes pode ser explicada por algumas variáveis-chave que descrevem as condições econômicas e políticas nos países de origem. Borjas (1987) concluiu que:

1) Se os emigrantes potenciais são maximizadores de renda, as pessoas nascidas no estrangeiro nos Estados Unidos não precisam ser retirados dos mais capazes e mais ambiciosos no país de origem. Duas condições devem ser satisfeitas para que haja seleção positiva: a) há uma forte correlação positiva entre os ganhos que um trabalhador pode esperar no país de origem e os ganhos iguais; b) os Estados Unidos têm uma renda mais desigual do que a dos Estados Unidos (a correlação em ganhos é positiva e forte), os emigrantes serão escolhidos da parte inferior da distribuição de renda no país de origem. 2) A análise empírica dos ganhos de imigrantes de 41 países diferentes usando os censos de 1970 e 1980 mostra que há fortes efeitos fixos específicos do país na qualidade (do mercado de trabalho) de pessoas nascidas no exterior. Em particular, as pessoas de países da Europa Ocidental se saem muito bem nos Estados Unidos, e seus grupos exibiram um aumento geral nos ganhos (em relação às suas habilidades medidas) durante o período pós-guerra. Por outro lado, pessoas de países menos desenvolvidos não se saem bem no mercado de trabalho dos EUA e seus grupos apresentaram uma diminuição geral dos ganhos (em relação às suas habilidades medidas) no período pós-guerra. 3) A análise empírica da variação em várias dimensões dos rendimentos dos imigrantes mostra que algumas variáveis que descrevem as condições políticas e econômicas nos vários países de origem explicam mais de dois terços da variância entre os rendimentos médios dos imigrantes nos Estados Unidos com as mesmas habilidades medidas. Os imigrantes com altos rendimentos nos Estados Unidos em relação às suas habilidades medidas vêm de países com altos níveis de PNB, baixos níveis de desigualdade de renda e sistemas politicamente competitivos. (BORJAS, 1987, p. 551-552).

Os estudiosos, a exemplo de Lee (1980), Chiswick (1999), Borjas (1997) e De Haas (2010), analisam a questão da seletividade na migração com o olhar sobre a origem e os potenciais migrantes, ou seja, analisam a existência ou não da seletividade antes do ato migratório do indivíduo. Este tende a fazer uma avaliação sobre a origem e o destino, ponderando os possíveis custos e retornos. Após essa avaliação prévia, os mais “fortes” tendem a migrar. Entretanto, na presente Tese o olhar será sobre os migrantes no destino, após o ato migratório, numa tentativa de comprovar a existência da seletividade na migração.

Conforme De Haas (2010), a estratégia de subsistência do potencial migrante pode ser definida como uma escolha de uma combinação de atividades pelas famílias e seus membros individuais para manter, proteger e melhorar seus meios de subsistência. Tal escolha é baseada no acesso seletivo aos ativos, nas percepções de oportunidades, bem como nas aspirações dos atores, uma vez que as estratégias de subsistência tendem a ser heterogêneas.

Do mesmo modo que são heterogêneas as estratégias de sobrevivência dos potenciais migrantes, também são heterogêneas as estruturas socioespaciais tanto na origem quanto no destino desse grupo. Diante disso, ao analisar o processo de seletividade na migração não podemos deixar de inserir, nessa análise, toda a estrutura econômica, social e política à qual o pontecial migrante está inserido. Tal fato no leva a pensar no processo de desenvolvimento espacial nos lugares de origem e de possível destino.

De Haas (2010) aborda a questão da seletividade na migração sob a ótica do desenvolvimento ao afirmar que o debate sobre migração e desenvolvimento deve ser visto numa perspectiva mais ampla da teoria social e da migração. No final dos anos 80 e 90 houve um reconhecimento cada vez maior da heterogeneidade dos impactos da migração sobre o desenvolvimento, correspondendo a uma mudança de paradigma na teoria social contemporânea, em direção a abordagens não determinísticas e mais pluralisas, híbridas e que levam em conta a agência e a estrutura.

Assim, as pesquisas não devem isolar a migração do seu contexto social e econômico mais amplo a fim de recorrer na incapacidade de avaliar a relação da migração com os processos de transformação incorporados no termo desenvolvimento. Ainda de acordo com De Haas (2010), uma saída para os impasses advindos das diversas abordagens teóricas nos estudos sobre migração, seriam as tentativas de combinar diferentes perspectivas teóricas. Entretanto, tais tentativas são mais problemáticas do que às vezes sugeridas.

Em vez disso, precisamos considerar a migração como (1) um processo que é parte integrante de processos de transformação mais amplos incorporados no termo "desenvolvimento", mas (2) também tem sua dinâmica interna, auto-sustentável e auto-debilitada, E (3) impactos em tais processos de transformação em seu próprio direito. Essa contextualidade tem importantes implicações teóricas. Como a migração não é uma variável exógena, mas parte integrante de processos sociais e de desenvolvimento mais amplos, os impactos sobre o desenvolvimento da migração também são fundamentalmente heterogêneos. (DE HAAS, 2010, p. 246).

Martine (1980), em estudo sobre a adaptação dos migrantes, aborda a seletividade na migração numa perspecitiva de adaptação dos mais fortes. Neste estudo, o autor relata sobre a existência de diversas pesquisas que utilizam do método de comparação entre as características socioeconômicas de migrantes e não-migrantes, com a finalidade de investigar a adaptação dos migrantes e de testar a existência da seletividade na migração. Segundo o autor, há divergências nos resultados obtidos nesses estudos, não havendo consenso sobre qual dos dois grupos se encaixa numa situação melhor. Tais divergências podem ser explicadas devido às diferenças conceituais e metodológicas acerca da definição de migrante e não-migrante segundo

dimensões temporais (tempo de residência) e espaciais (distância percorrida pelo indivíduo), ambas relacionadas ao termo residência. A maneira como as variáveis são operacionalizadas, também pode resultar em divergências nos dados. A ausência de variáveis “controle” sobre fatores intervenientes como sexo e idade em alguns estudos, ou seja, diferenças entre dois grupos podem existir pelo simples fato de haver diferenças na estrutura demográfica dos grupos. Em outras palavras, as discrepâncias conceituais nos estudos sobre migração se devem:

[...] por um lado, à seletividade demográfica dos fluxos e, por outro, à evolução do nível de participação na força de trabalho segundo a experiência, a produtividade, os contatos e a capitalização, fatores estes que variam significativamente em função da idade e sexo. Desta forma, uma maior proporção de migrantes antigos no fluxo leva, *'ceteris paribus'*, a um melhor posicionamento do grupo, na medida em que não se controla idade, da mesma maneira, os fluxos com baixo índice de masculinidade terão um posicionamento e níveis de participação mais baixos que outros onde os homens são mais representados. (MARTINE, 1980, p. 959).

Martine (1980) chama atenção para a forma como os estudos são feitos em termos de análises dos dados, a maioria revelando padrões evolutivos idênticos com respeito ao posicionamento dos migrantes segundo tempo de residência. Ou seja, na medida em que aumenta o tempo de residência, melhora a situação socioeconômica do migrante. Entretanto, de acordo com o autor, devem ser levadas em consideração as transformações na estrutura socioeconômica, política e demográfica nas sociedades receptoras ao longo do tempo, uma vez que tais transformações influenciam na inserção tanto da população natural como da população migrante em períodos diferentes. Mesmo comparando apenas os migrantes segundo tempo de residência, observa-se que os mais antigos já teriam a oportunidade de se inserir num contexto estrutural diferente daquele encontrado pelos migrantes recentes.

Ainda em seu estudo, Martine (1980) fala da existência de análises que relacionam a seletividade na migração aos movimentos múltiplos ou por etapas. Uma hipótese clássica que explicaria a movimentação repentina que aumenta com a idade seria a migração por etapas, em que o migrante faz estágios em locais cada vez maiores e mais distantes, adquirindo experiência e qualificação, o que lhe permitiria uma fixação. No entanto, esta hipótese, apesar de se ajustar ao enfoque da modernização e da evolução progressiva da sociedade dualista, não é comprovada no contexto latino-americano. Assim, de acordo com o autor, pode-se contrapor outra hipótese, a qual os baixos rendimentos de segmentos significativos da população, faria com que proporção significativa dos migrantes reemigrem em busca de subsistência. Outros estudos demonstram que fatores de atração tendem a impulsionar a reemigração de elementos mais capacitados e dinâmicos; e de outro modo, ao prevalecer fatores de expulsão, pode haver maior saída de população não-qualificada ou menos capacitada para o mercado de trabalho. Isso chegaria à

conclusão de que os migrantes mais antigos apresentam níveis de escolaridade mais alto do que os migrantes recentes, nas áreas metropolitanas mais desenvolvidas, mesmo os migrantes mais antigos terem passado por um sistema escolar mais precário, como era na época. Entretanto, de acordo com o autor, existem duas interpretações da melhoria da situação do migrante por tempo de residência:

Por um lado, é sustentável que os migrantes se adaptem progressivamente ao novo meio, até se equipararem ou superarem a população natural. Por outro, pode estar havendo um processo de evasão dos elementos menos capacitados, o que redundaria na mesma observação [...]. Contudo, a evidência de algumas investigações diretas, aliada aos resultados de cálculos experimentais e à interpretação dos dados sobre escolaridade por tempo de residência numa população pouco suscetível a melhorias após a chegada, converge para sugerir que a hipótese de retenção seletiva dos elementos mais capacitados (ou da migração repetida nos segmentos populacionais mais marginalizados) parece mais aceitável. Com base nestas informações, poder-se-ia postular, inclusive a existência de um substrato de verdadeiros nômades na população brasileira, substrato este que incluiria não somente os trabalhadores volantes e ‘bóias-frias’, mas também outros itinerantes em busca de uma difícil subsistência. (MARTINE 1980, p. 971).

Em estudo sobre migração e seletividade na região Nordeste do Brasil, Dantas e Freire (2015) tiveram o objetivo analisar empiricamente o efeito da migração sobre o diferencial de renda entre os migrantes e não-migrantes nordestinos, com a intenção de verificar se os migrantes são um grupo positivamente selecionados. Para tanto, os autores traçaram um perfil das imigrações, bem como se utilizaram de métodos de análise descritiva e inferenciais, como análise de correspondência e um modelo econométrico. Os autores afirmam que boa parte das análises da relação entre migração e desigualdade de renda agrega a questão da autosseleção, ao chamar atenção para os migrantes positivamente selecionados em termos de qualificação, habilidade e espírito empreendedor, numa tentativa de verificar se a seletividade na migração aumentaria a desigualdade de renda, entre grupos de migrantes e/ou migrantes e não-migrantes e/ou migrantes, na região receptora.

Entretanto, não há consenso a respeito dessa relação. Há estudos que indicam que a migração tenderia a aumentar a desigualdade de renda nas áreas receptoras de população, como também existem os que apontam para uma diminuição das desigualdades. Estes últimos são análises que abordam a migração em modelos de crescimento econômico e de convergência regional de renda, indicando que a queda na desigualdade pode ser devida ao aumento da renda média dos estados. Ainda segundo os autores, “a questão da seletividade está intimamente ligada a desigualdade de renda, visto que os indivíduos positivamente selecionados recebem, relativamente, maiores salários” (DANTAS & FREIRE, 2015, p. 53).

No estudo referido, Dantas e Freire (2015) – apesar da maioria dos estudos sobre seletividade utilizar a variável lugar de nascimento – adotaram a variável “data fixa” para definir quem é migrante (aquele indivíduo que residia exatos cinco anos antes daquele censo em lugar diferente do que estava residindo no momento do censo). O critério se deu pelas limitações na variável “lugar de nascimento”, esta que não consegue identificar com exatidão a idade do indivíduo quando decidiu migrar, e pela limitação referente ao tempo de migração. Um dos achados desse estudo para o Nordeste demonstrou que os migrantes possuíam nível de escolaridade mais elevado, inclusive na categoria de ensino superior, eram mais qualificados e mais bem pagos, em média, do que a população não-migrante, reafirmando o pressuposto de autosseletividade positiva, ou seja, os migrantes possuem características que os diferenciam dos não-migrantes. Observou-se também, que os migrantes do sexo masculino assumem mais a posição de empregadores do que os não-migrantes.

Verificou-se também, uma migração positiva de indivíduos provenientes de todas as regiões, mas os migrantes originários do Sul tinham ganhos maiores do que os provenientes de outras regiões do país. Em resumo, as variáveis relacionadas à migração apresentaram coeficientes positivos e significativos para todas as estimações, corroborando com boa parte da literatura - que demonstra que migrantes positivamente selecionados contribuem para aumentar a desigualdade de renda – reforçando, assim, a hipótese de viés de seletividade positiva nas migrações dirigidas ao Nordeste. Nesse sentido, os diferenciais de renda podem ser explicados pela presença de características não-observáveis positivamente associadas a indivíduos mais habilitados, podendo então impactar na distribuição de renda. Assim, conforme Dantas e Freire (2015):

Em um quadro recente de transformações nos fluxos migratórios no Brasil, em que a direção da migração não mais se dá tão expressivamente de regiões mais pobres para regiões mais ricas, encontra-se o Nordeste, no qual se configura como região com maior retenção populacional e migração de retorno para seus estados [...]. As consequências da migração podem estar relacionadas a outros fenômenos sociais que se relacionam com o próprio processo de mudança estrutural. Nesse contexto, as migrações internas na região Nordeste podem ser historicamente condicionadas, de acordo a abordagem histórico-estrutural. (DANTAS & FREIRE, 2015, P. 78).

Diante do exposto, no que se refere ao caso da migração interna no Brasil, acredita-se que a hipótese que melhor explicaria a seletividade na migração em regiões menos desenvolvidas economicamente seria a de que estaria havendo uma retenção seletiva de grupos mais qualificados. Somado a este fato, estaria havendo uma emigração da população mais marginalizada. Todavia, tal hipótese será melhor discutida no capítulo referente aos resultados

do presente estudo, onde será testada e analisada, uma vez que a Região Nordeste se caracteriza por um perfil de população com níveis de escolaridade e desenvolvimento dos mais baixos do país, até hoje apresentandoos piores indicadores sociais do Brasil. Assim, não é de se surpreender que uma parcela significativa da população de outras regiões do Brasil que se direciona para o Nordeste seja positivamente selecionada em termos de educação e qualificação profissional. Nesse sentido, teorias que se aplicam aos países ou regiões mais desenvolvidas não necessariamente se adequam à realidade particular dos fluxos ocorridos no Nordeste. Além do mais, deve-se levar em consideração o tempo em que tais teorias foram aplicadas, bem como o contexto em que os fluxos em análise se deram.

3.2 REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO

Na atualidade, devido a importância relativa assumida pela mobilidade, observa-se que os lugares passam a ser definidos pela condição de mobilidade das pessoas que os ocupam e das redes que elas acessam e movimentam (BALBIM, 2004).

De acordo com Dias (2005), nos últimos anos houve grande difusão da noção de rede num contexto caracterizado pela aceleração de quatro grandes fluxos que atravessam o espaço geográfico, são eles: os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias; os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros. Todos estes, contidos, durante muito tempo, dentro dos territórios nacionais, e hoje atravessam fronteiras, introduzindo novos problemas gerados pelos sistemas reticulares cada vez mais livres do controle do território nacional. Entretanto, segundo Dias (2005), o termo rede não é novo, provém do latim *retis*, aparecendo no século XII para designar um conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós. Já o conceito moderno de rede se forma na filosofia de Saint-Simon, ao fazer uma correlação entre organismo humano e o sistema de redes.

Na atualidade, do mesmo modo que a seletividade na migração é um fenômeno observado pelos estudiosos da temática dos fluxos populacionais, o fenômeno das redes sociais também apresenta relevância para a temática da migração. A diferença está no fato de que a seletividade na migração se relaciona mais fortemente aos processos histórico-estruturais do espaço, a nível macro, enquanto as redes sociais na migração se vinculam aos processos ao nível de indivíduos ou grupos. Segundo Santos (2005), a experiência cotidiana dos emigrantes, suas práticas sociais, suas estratégias e os recursos de que se disponibilizam, assim como as relações de

contato no trajeto da migração, de sociabilidade entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo apresentam-se ausentes nas análises macroestruturais.

Entretanto, vale salientar que ambos os fenômenos não devem ser analisados separadamente, na medida em que tanto a seletividade na migração quanto as redes sociais na migração se formam ou ocorrem antes, durante e depois da ação migratória. Além disso, o fato do processo migratório ser seletivo, ou seja, nem todas as pessoas de um mesmo local de origem migram (TILLY, 1990 *apud* SANTOS, 2005, p. 54), faz com que um “potencial” migrante busque nas redes sociais e de contato uma forma de facilitar a superação dos obstáculos intervenientes. Santos (2005), ao citar Tilly (1990), explica que as redes sociais na migração devem ser vistas a partir de uma ótica de estrutura comunitária e não apenas por meio de características individuais e que “a organização social dos emigrantes constrange e ou facilita o movimento das pessoas” (TILLY, 1990 *apud*, 2005, p. 54).

O entendimento do conceito de rede é indispensável para a compreensão das mudanças em um dado território e como elas podem interferir nos fluxos populacionais. Ratzel e La Blache atribuíram grande importância ao conceito de rede. Ambos tentavam entender a organização do espaço geográfico em suas relações entre o homem com o seu ambiente, e para isto observavam o processo de distribuição e circulação da população pelos diferentes territórios, sendo as técnicas e os transportes os facilitadores das conexões ou redes. Embora houvesse diferenças nas abordagens utilizadas por eles, Ratzel com uma visão mais determinista ou evolucionista e La Blache com uma visão mais possibilista.

Segundo Claval (2011) e Capel (1981), Ratzel em sua *Antropogeografia* começa discutindo o problema da mobilidade e da migração dos povos, a origem e direção dos movimentos, permitindo, assim, a discussão a respeito dos posicionamentos dos territórios, estes que podem ser centrais ou periféricos. Distingue também as diferenças entre os “povos de natureza” e “os povos de cultura”. Entre estes últimos as técnicas seriam um facilitador da circulação, esta que pode ser considerada como um dos fatores essenciais da organização do espaço. Conforme Claval (2011), os princípios de conexão e circulação permearam as análises de La Blache que se utilizou do termo gênero de vida para interpretar as diferentes relações dos diversos grupos humanos e o seu ambiente. Ele insistiu no papel da iniciativa humana na transformação das paisagens, no seu ordenamento e na sua valorização. A perspectiva de La Blache foge do determinismo devido justamente ao lugar que atribui aos deslocamentos e a circulação, ou seja, os homens tendem a tirar partido de invenções externas do que inventar novos sistemas.

A deslocalização de atividades industriais¹⁴ faz com que toda uma rede de fluxos de capital, de recursos materiais e humanos se direcione para um novo território onde serão distribuídas essas atividades, gerando toda uma rede global de informações. Conforme Dias (2005), a deslocalização das implantações industriais e a especialização produtiva promovem os fluxos de mercadorias, bens materiais e serviços imateriais, pelos territórios soberanos, gerando fluxos informacionais, estes voláteis e menos controláveis. Em muitos casos, por meio das redes, o sistema financeiro se integra à escala mundial.

Nesse sentido, observamos a ligação entre os conceitos de território e rede a partir do processo de circulação de mercadorias, pessoas ou informações. As redes, por exemplo, conectam territórios por meio de transporte e tecnologias de informação, tendo o poder de mudar o espaço geográfico. Segundo Castells (2003), rede é um conjunto de nós interconectados, são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. As redes constituem a nova morfologia da sociedade, e a difusão de sua lógica modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Esta lógica gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes. Nesse sentido, o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder.

Diversas abordagens teóricas sobre fluxos dos mais variados tipos, sejam eles econômicos, de pessoas, virtuais, etc. se utilizam do conceito de redes para explicar a dinâmica desses fenômenos. Na temática sobre fluxos populacionais pelo espaço geográfico, é comum a articulação da categoria território à noção de redes. De acordo com Santos Júnior, Menezes Filho e Ferreira (2005), é necessário ultrapassar o campo de uma única disciplina para compreender a complexidade da mobilidade humana. Para tanto, algumas abordagens se utilizam do termo redes sociais na migração, estas que se formam a partir de redes pessoais que existem antes da ação migratória.

No fenômeno migratório há a presença de fatores que podem facilitar, ao indivíduo ou um grupo, não apenas a inserção no lugar de destino, mas também no seu deslocamento da cidade de origem até seu destino. Segundo Lee (1980), os fatores reais preponderantes nos locais de origem e de destino não levam tanto à migração quanto a percepção que se tenha a respeito de tais fatores. Assim, é importante estar atento para a existência dos fluxos de conhecimento originários dos locais de destino para os de origem. Estes fatores possibilitam a aquisição de informações acerca do local de destino, e até mesmo de origem, quando o migrante, por tomar

¹⁴ Para mais informações a respeito da deslocalização de atividades industriais ver Dias (2005) e Silveira (2011).

conhecimento de condições vantajosas, decide retornar, muitas vezes, também, levando parentes e amigos do local de destino para o de origem. Isto, no entanto, depende muito dos contatos pessoais que o migrante venha a ter, por intermédio de parentes, amigos ou companheiros.

Para Fazito (2002), regiões se conectam através de fluxos de ordens variadas; pessoas migram através de uma “instituição invisível”, que são as redes familiares ou pessoais; o contato com indivíduos e canais responsáveis pela facilitação da viagem. Estes seriam exemplos da existência de uma rede social da migração (FAZITO, 2002).

Entretanto, Fazito (2002), em seu estudo “A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade”, deixa clara a necessidade de diferenciar rede social na migração de rede migratória. Segundo ele:

[...] é preciso diferenciar a “rede social na migração” da “rede migratória” propriamente dita. Quando se fala de “rede migratória”, na perspectiva da ARS, especifica-se um tipo de rede social que tem como elementos fundamentais os fluxos populacionais trocados por regiões ou territórios que compõem um sistema social. No caso das redes sociais na migração, salienta-se o conteúdo e diversas dimensões das relações sociais que participam no processo social da migração. (FAZITO, 2002, p. 14).

Devido à noção de redes sociais na migração ser mais facilmente compreendida a partir de uma perspectiva micro, centralizada nas ações e interações individuais, ocorre o equívoco frequente de identificá-la com as “redes interpessoais” (FAZITO, 2002).

Nas relações sociais de migrantes, é comum entrar a ajuda e solidariedade dos migrantes mais antigos, da área de destino, para os recém-chegados. E são estas redes, na maioria das vezes, que encaminham os migrantes aos mercados de trabalho.

Segundo Fusco (2002), a migração é um processo criador das redes sociais, na medida em que desenvolve uma densa gama de contatos entre locais de origem e destino. Nesse sentido, a rede social é um sistema dinâmico repleto de canais por onde passam informações, dinheiro, solidariedade e pessoas. As redes sociais mostram locais onde o migrante pode se beneficiar com a presença de pessoas conhecidas que já estão incorporadas no lugar, e com informações indispensáveis para sua entrada no mercado de trabalho.

Em outro estudo o autor afirma que um dos mecanismos que promove a circulação de recursos pelas redes sociais é a reciprocidade como norma de comportamento:

[...] a ajuda para encontrar hospedagem, por exemplo, não necessariamente é fornecida pelos laços sociais fortes: se um parente fornece essa ajuda, ele pode hospedar o migrante em sua própria residência, ou, ainda, fornecer informações ou

indicações de possíveis locais, nos quais outros imigrantes devam algum favor àquele parente, ou ainda a outro imigrante. O mesmo ocorre para a ajuda na obtenção do primeiro emprego. (FUSCO, 2007, p. 274).

E a ajuda ou solidariedade vai além de contribuições sobre informações de moradia e trabalho, chegando, às vezes, a ajuda com custos financeiros, que podem ir da viagem à hospedagem. Os antigos apóiam os mais novos, tanto materialmente, quanto com oportunidades de trabalho. De acordo com Singer (1980), torna-se importante considerar que laços de solidariedade familiar, que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na interação do migrante à economia e à sociedade de destino. Nesse sentido pode-se considerar que as redes sociais se tornam, muitas vezes, um mecanismo de sustentação dos fluxos migratórios, uma vez que são uma motivação a mais para a migração.

Segundo Fusco (2007), quando alguns migrantes pioneiros se estabelecem, após enfrentarem os custos e os riscos, há o primeiro estágio de um fluxo maior. Entretanto para que se dê uma evolução desse processo é necessário que os pioneiros mantenham e cultivem os laços sociais com o de origem. O deslocamento de alguns migrantes, juntamente com suas redes pessoais, associado à ampliação dessas redes no local de destino faz com que se inicie o processo de expansão da migração, pois os demais membros do grupo original do migrante passam a ter mais contatos no destino, configurando-se como potenciais fontes de recursos. Esse aumento do alcance das redes sociais amplia a esfera de inclusão para potenciais migrantes.

Diante do exposto, podemos observar que as redes são importantes nos estudos sobre migração, uma vez que conectam, primeiramente, potenciais migrantes com migrantes, e como consequência disto conectam migrantes com territórios diversos, nas mais diferentes escalas espaciais. Ou seja, existem vários tipos de deslocamentos populacionais em escalas diferentes, que vão desde a migração internacional ou fluxo internacional de pessoas, observados em nível global, até migração ou fluxos populacionais entre regiões geográficas e entre territórios ou unidades políticas administrativas de um mesmo país, a exemplo dos deslocamentos inter-regionais, intra-estaduais e intermunicipais.

3.3 ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO

Segundo Zelinsky (1971), o crescimento da mobilidade individual tem sido surpreendente em sociedades modernizadas. Atualmente, em sociedades mais avançadas, muitos indivíduos

se deslocam com relativa facilidade no espaço social, entre empregos e carreiras devido à diminuição nas barreiras socioeconômicas ao longo do tempo, fazendo com muitas vezes seja necessária também a mobilidade espacial.

A mobilidade intelectual não é apenas para fora, para todas as partes da terra, ou para trás e para frente através do tempo, mas para outras dimensões, bem como – o psicológico, o estético e o científico. Todas essas formas de movimento são intimamente relacionadas, o aumento a liberdade do movimento espacial é causa e efeito de outras formas de mobilidade melhorada. (ZELINSKY, p. 225).

De acordo com Harvey (2006 a), as mudanças geográficas na circulação do capital, e a distribuição da força de trabalho podem ter impacto devastador sobre as infraestruturas físicas e sociais. Diante disso, o Estado tem um papel importante no provimento de bens públicos e infraestruturas necessárias para o interesse coletivo.

Entretanto, um problema se impõe e diz respeito ao fato das cidades, muitas vezes, não estarem adaptadas, nem possuírem infraestrutura para comportar o crescente aumento da população via migração em tão pouco tempo. O poder político local, quase sempre, deixa tanto parte da população local, quanto os novos moradores desprovidos do básico, mas necessário, para uma vida mais digna. Surgem, então, as desigualdades devido a falta de acesso da população aos serviços públicos, sejam eles de educação, saúde, transporte, lazer, entre outros.

De acordo com Roxo (1975), a infraestrutura urbana visa atender a funções de uma cidade, a exemplo da habitação, trabalho, recreação e circulação, ou seja, é formada por diversos equipamentos físicos e sociais necessários a população. Para ele, a infraestrutura urbana divide-se em duas categorias: as infraestruturas físicas e as infraestruturas sociais. A primeira corresponde à energia domiciliar, iluminação pública, e principalmente, ao saneamento básico, (água potável, esgotos), e se a isso juntarmos a limpeza urbana, tem-se não só o saneamento básico, mas o saneamento urbano. Somados à infraestrutura física, existem os transportes públicos, coletivos ou não. O sistema viário entraria como infraestrutura urbana. A segunda categoria, que diz respeito à infraestrutura social, corresponde à habitação, educação, saúde, comércio, indústria, recreação e alguns tipos de prestação de serviços públicos. Ainda de acordo com o autor:

[...] o Banco Nacional de Habitação, nos seus projetos que dizem respeito a desenvolvimento urbano - não nos projetos especificamente habitacionais - costuma distinguir essas duas categorias com outra denominação: infra-estrutura e superestrutura. Pessoalmente, prefiro adotar infra-estruturas físicas e infra-estruturassociais, porque na verdade todas elas não deixam de ser infra-estruturas e com essa expressão “superestrutura” poderia parecer que estamos tratando somente

daquilo que fica para cima do nível do solo e com infra-estrutura o que fica abaixo. (ROXO, 1975).

A falta de infraestrutura social adequada e em quantidade suficiente para atender a população crescente e cada vez mais adensada em espaços desprovidos do básico para a obtenção de uma adequada qualidade de vida pode trazer sérios prejuízos à população. Desse modo, a falta de escolas suficientes pode acarretar em um baixo nível educacional que também pode se traduzir em má qualificação profissional.

No entanto, deve-se ir além da questão referente à infraestrutura. Há cada vez mais a necessidade de se avaliar as políticas públicas de educação, buscando observar não apenas a quantidade dos cursos básicos e técnicos oferecidos, mas a qualidade destes, e principalmente, a qualidade da educação básica. Os investimentos têm que ir além dos números por profissionais demandados pelo mercado. Até porque a má formação na educação básica inviabiliza a entrada da população nos cursos técnicos, ou seja, é necessário pelo menos que a pessoa tenha o ensino médio para ingressar nos cursos técnicos.

De acordo com Pereira (2008), “a política, na sua configuração recente e restrita, tem a conotação de política pública a qual engloba a política social” (PEREIRA, 2008, p. 92-96), referindo-se a medidas e formas de ação formuladas e executadas com vista a atender as necessidades sociais, sendo a política social uma espécie do gênero política pública. Ainda segundo a autora, a política pública não é sinônimo de política estatal, não tendo identificação exclusiva com o Estado. Mas a política pública implica sempre a intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores, governamentais e não governamentais, “seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante controle democrático já referido”. Entretanto, trataremos aqui da Política Pública do Estado com corte social, mais especificamente tratando da política pública de educação.

No Brasil, a Política Educacional ou Política de Educação faz parte das Políticas Públicas de corte social, sendo através da Legislação Educacional, por intermédio das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que esta política é discutida, alterada e aplicada ao longo dos anos.

Segundo Castro (2008), “o debate sobre o poder da educação como elemento à pobreza reaparece, no Brasil, nos anos 1990 com a reforma educacional” (CASTRO, 2008, p. 242). A autora afirma que são muitos os estudos que indicam a relação entre pobreza e baixa escolaridade, demonstrando que a educação é um dos maiores canais de mobilidade social, uma vez que existe correlação estatística significativa entre os níveis educacionais e as remunerações que os indivíduos podem atingir. De acordo com Buffa (2003) “a educação é um dos direitos

do cidadão, mas o que se tem oferecido à maioria da população é uma rede escolar precária” (BUFFA, 2003, p. 29). O que inviabiliza a formação educacional e profissional da população, principalmente àquela que faz parte das camadas mais pobres a sociedade.

A problemática da educação é ainda bastante presente no Brasil, e isso se deve em parte ao fato do pouco investimento em infraestrutura educacional e em formação básica de qualidade. Em muitas cidades do país, a preocupação só surgiu quando entraves, como falta de profissionais preparados e especializados para servirem as exigências do mercado de trabalho, começaram a aparecer. Atualmente, está havendo um aumento nos níveis de escolaridade da população brasileira, e a taxa de analfabetismo tem caído nos últimos anos, mas vale destacar que esta queda está muito vinculada a universalização da educação entre as crianças e jovens, enquanto que o grupo dos adultos, que carrega a herança da falta de investimentos em educação durante décadas, ainda tem sérios problemas para se inserir no mercado de trabalho, e é justamente esse grupo que está, hoje, em idade ativa, que deveria estar pronto para ingressar no mercado de trabalho.

É devido a essa problemática que atualmente há dificuldades na oferta de mão de obra qualificada na grande maioria das cidades brasileiras, principalmente nas regiões mais pobres do País. Tem se assistido, assim, a uma corrida contra o tempo visando expandir e melhorar a oferta de serviços públicos de educação em todos os níveis, incluindo o técnico e o universitário. Outra problemática se impõe, e diz respeito ao acesso à educação pública de qualidade pela população mais carente, que no Brasil ainda está longe de atingir esse grupo.

Entretanto, boa parte dos investimentos em educação, no País, está diretamente vinculada à formação técnica de profissionais para atender à demanda do mercado, e um exemplo disso pode ser visto nos cursos técnicos e de pós-graduações. De acordo com Castro (2008), há uma tendência das pós-graduações, no Brasil, em investir em capital humano estruturado em bases técnicas, a fim de forjar uma força de trabalho demandada pelo mercado cada vez mais globalizado.

Nesse sentido, a tendência da política de educação, no Brasil, está fortemente relacionada a medidas de curto prazo voltadas para os interesses do mercado, deixando em segundo plano a ênfase à educação básica, que vem sendo demonstrada como crescente, mas que na maioria das vezes são indicadas nos quantitativos de alunos formados e não na qualidade do ensino.

De acordo com Birdsall (2000), no Brasil, o desafio que se apresenta para o aumento da demanda entre os pobres é o de aumentar a qualidade e os ganhos esperados da educação pública. O fato de que a maioria das famílias matricula seus filhos no primeiro ano sugere que

o acesso físico não é um problema, e sugere também que já existe uma demanda, entre os pobres, por educação que funcione. Ainda segundo Birdsall (2000):

Atualmente a maior demanda por mão de obra qualificada vem aumentando os retornos privados advindos da escolaridade, e gera um interesse renovado do setor de negócios por um sistema educacional público mais aperfeiçoado. (BIRDSALL, 2000, p. 125).

Assim, de acordo com Birdsall (2000), o atraso na educação torna-se um obstáculo para o crescimento de uma dada região, na medida em que sua distribuição desigual limita o crescimento e exacerba a desigualdade de renda.

E isso se deve em parte à pouca preocupação com políticas públicas de educação que funcionem plenamente para todas as camadas da população brasileira, e que possam ir além da universalização do acesso ao ensino básico. Deve-se levar em consideração não apenas a formação de mão de obra capaz de ser absorvida pelo mercado, mas, principalmente na socialização da população, na formação de seres pensantes, capazes de seguirem a carreira que escolheram. Martins (2006) afirma que a educação é um processo de formação da racionalidade humana e de enquadramento do uso dessa racionalidade no espaço cultural da sociedade, e nesse processo se incluem as dimensões de socialização e instrução.

A partir desse contexto observa-se que todo o processo educacional deve ser levado em consideração, pois ele é em si um processo social e de construção histórica que carrega a herança de passados educacionais ruins e que precisa ser melhorado continuamente, não se restringindo apenas na universalização da educação básica.

Segundo Alves (2006), apesar da pujança do Brasil, há pouco investimento em educação e a distorção entre a educação básica e a superior gera sérias consequências. Pode ser percebido que há uma universalização de acesso ao ensino básico, mas também há uma grande defasagem quanto ao acesso ao ensino superior. Somamos a isso a defasagem no acesso ao ensino profissionalizante.

De acordo com Souza e Lamounier (2010), os principais problemas no sistema educacional brasileiro dizem respeito à qualidade da educação e à equidade na distribuição de oportunidades educacionais, e o destaque são para as deficiências dos níveis fundamental e médio. Mesmo em queda, a desigualdade educacional, no Brasil, ainda está bastante presente, sendo esses progressos insuficientes para aproximar os nossos índices aos dos países competitivos economicamente.

Em um estudo sobre educação, Schwartzman (2007) indicou as perspectivas para os próximos 15 anos, mostrando que a educação continuará a ter um importante papel em termos culturais e pessoais, assim como de equidade e justiça social. Além disso, com as mudanças recentes na economia mundial, a educação se tornou um instrumento fundamental para garantir a viabilidade econômica do país.

Tais fatos deixam claro que a educação é sem dúvida um instrumento minimizador e mesmo erradicador das desigualdades sociais e econômicas de um país. Entretanto, a problemática da educação no Brasil carrega consigo a herança do atraso no investimento no sistema educacional, assim como na falta de reformas educacionais que funcionem para a realidade brasileira e que levem em consideração não apenas a quantidade de alunos matriculados, mas também, e principalmente a qualidade da educação pública.

Segundo Alves (2006), a educação, no Brasil, foi iniciada após meio século do descobrimento do país pelos portugueses e o ensino superior só se iniciou de forma tênue em 1808, e a primeira universidade somente foi criada na década de 1920. Esse contexto fez com que as reformas da educação se sucedessem com pequenos avanços e retrocessos. Ainda de acordo com o autor:

O ponto crucial da educação brasileira, especialmente a básica, é a baixa qualidade, que provoca repetência e evasão considerável. Os desperdícios são imensos e as consequências irreversíveis. Falta uma política para a educação. O país não tem um Plano Nacional de Educação viável [...]. Há programas nacionais, normalmente de curto ou médio prazos, objetivando atender a interesses muito mais políticos do que técnico. (ALVES, 2006, p 36).

Em outras palavras, deve-se ir muito além do assistencialismo e da formação profissionalizante, não se deve ater apenas à demanda por número de vagas nas escolas públicas, mas também e principalmente à qualidade das escolas, professores e aulas ministradas. As políticas educacionais mais adotadas no Brasil são normalmente as de curto prazo, fato que tem trazido sérios prejuízos para o sistema educacional no país. Sabe-se que a educação é o melhor meio de ascensão social da população, e é considerada como minimizadora da desigualdade de renda. É a partir dela que a população mais pobre vê a chance de obter melhores empregos e assim adquirir melhores condições de vida em suas cidades, sem necessariamente ter que se deslocar para outros lugares.

E indiscutível que a redução da pobreza e da desigualdade passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade, este capaz de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho, e isso justifica a ênfase na melhoria do nível de escolaridade como

objetivo prioritário de política pública. No entanto, hoje, quando quase a totalidade das crianças já frequentam a escola, o desafio consiste em fazer com que ela recupere o seu papel fundamental de mecanismo de mobilidade social, o que depende necessariamente do provimento de ensino público de qualidade (ROCHA, 2006).

Segundo Souza e Lamounier (2010), a educação, no Brasil, tem sido indispensável na criação de chances de acesso à classe média. Mas a cada ano tem sido necessário um maior nível de instrução para que se possa obter bons empregos e melhores rendas. Hoje, o ensino de segundo grau não é mais suficiente para garantir boas oportunidades de trabalho, nem muito menos acesso à classe média, como era até as primeiras décadas do século passado. Nesse sentido, a importância da educação decorre de sua estreita relação com o leque de ocupações existentes, constituindo fator determinante tanto da ocupação exercida pelos indivíduos no presente, como das chances de mobilidade ocupacional de que eles desfrutarão no futuro.

Considerando-se que este estudo vem tratar de questões sobre fluxos populacionais relacionadas à busca de trabalho e melhores condições de vida, faz-se necessário realizar uma breve discussão acerca do vem que a ser trabalho e quais suas possíveis implicações.

A definição do termo “trabalho” apresentou e ainda apresenta certos problemas. Sua conceituação apresenta-se muitas vezes sob a forma de comparação ou distinção entre trabalho e labor, trabalho e emprego, trabalho formal e trabalho informal, quase sempre tentando mostrar o que vem a ser trabalho ou não-trabalho.

Segundo Grint (1998), uma das maneiras de distinguir o que é trabalho é a partir da oposição de Arendt entre labor e trabalho, ao considerar o primeiro como uma atividade corporal concebida para assegurar a sobrevivência, em que os resultados são gastos imediatamente; e o segundo como uma atividade empreendida com as nossas mãos que dá objetividade ao mundo. Contudo, segundo Grint:

[...] a principal dificuldade na abordagem de Arendt é que em muitas sociedades industriais muito pouca actividade gera produtos para consumo imediato, ao passo que em algumas sociedades de caçadores-coletores, muito pouca actividade gera artefactos materiais que dão objetividade ao mundo. (GRINT, 1998:18).

De acordo com Grint (1998) o trabalho tende a ser uma atividade que transforma a natureza e é normalmente empreendido em situações sociais específicas sob as quais, atividades como essas, são empreendidas e, de maneira exigente, como é que estas circunstâncias e atividades são interpretadas por aqueles que estão envolvidos. Sendo assim, o trabalho é construído socialmente, não havendo qualquer coisa permanente ou objetiva chamada trabalho,

nesse sentido, existindo aspectos das atividades sociais que construímos como trabalho. “O que conta como trabalho não pode ser separado do contexto em que se encontra e o contexto muda necessariamente no espaço e no tempo” (GRINT, 1998, p. 17-23). Ainda segundo o autor, a maioria das explicações sobre trabalho está relacionada com o emprego remunerado, mas o emprego como trabalho remunerado a tempo inteiro, numa ocupação em um setor industrial, tem sido um fenômeno comum apenas em um espaço e tempo muito restritos.

De acordo com Antunes e Silva (2004), o trabalho hoje, na visão neoliberal, “teria perdido sua centralidade e, cada vez mais, milhões de pessoas são condenadas à condição de supérfluos, de descartáveis pelo sistema global do capital em escala mundial” (ANTUNES & SILVA, 2004, p. 8). Como se sabe, atualmente são milhares as pessoas levadas a precárias condições de trabalho, tendo muitas vezes que se submeterem a jornadas de trabalho, salários indignos, fatos estes que se traduzem na instabilidade do trabalho, fazendo com que muitos trabalhadores se submetam a um vai e vem constante, de território em território, em busca de oportunidades de trabalho.

Nesse sentido, Vasapollo afirma que com o pós-fordismo e a mundialização econômico-produtiva, o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram sua produção para além dos limites nacionais e, sobretudo, investem em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade (VASAPOLLO, 2006).

Segundo Luciano Vasapollo (2006), a nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, flexibilização e desregulamentação sem precedentes para os assalariados. E a flexibilidade é considerada uma das alternativas para combater o desemprego. No entanto, a flexibilização não pode ser tida como única solução para aumentar os índices de ocupação. Para o autor ocorre justamente o contrário, a flexibilização “é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições”. É a partir daí que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho pelo mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. “O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada”, agora, o que ocorre é o contrário, muitos trabalhadores têm um contrato de curta duração ou de meio expediente, podendo ser alugados por algumas poucas horas ao dia, ou por poucos dias da semana (VASAPOLLO, 2006. p. 45-52). Há uma tendência em atribuir o aumento dos postos de trabalho ao crescimento do processo de flexibilização. Mas, essa “ilusão” apresentada pela

flexibilização se traduz em postos de trabalho que são em sua grande maioria informais e caracteristicamente precários.

Segundo Harvey (2006 b), a flexibilidade trouxe, também, níveis altos de desemprego estrutural e ganhos modestos, além de uma jornada de trabalho que tem, em média, quarenta horas por semana, mas que obriga o empregado a trabalhar bem mais em períodos de muita demanda e é responsável pelo aumento do trabalho temporário e pelas subcontratações, como pode ser observado entre boa parte da mão de obra migrante temporária, a exemplo dos trabalhadores da cana-de-açúcar e da construção civil.

O aumento no número de postos de trabalho por uma dada indústria, ou mesmo um polo industrial, localizado em uma determinada cidade, pode levar a atração de população, de outras localidades, que busca emprego, muitas vezes escassos em seus lugares de origem. Esta população se dirige em busca desses postos ofertados por essas indústrias que necessitam de mão de obra abundante e barata em sua maioria. A busca por melhores condições de vida e, em consequência, por trabalho mais bem remunerado que os oferecidos no local de origem têm levado ao aumento dos fluxos populacionais em direção a regiões mais dinâmicas e mais atrativas do ponto de vista de oferta de trabalho.

Sabe-se que atualmente as migrações não se apresentam apenas relacionadas à busca de sobrevivência, fuga de secas e calamidades naturais, mas a abordagem das migrações laborais será a apresentada neste estudo por se tratar de um caso diretamente relacionado ao fornecimento de mão de obra barata para um complexo industrial e portuário.

De acordo com Carvano, Jannuzzi e Martignoni (2006), o desequilíbrio entre oferta de mão de obra e demanda por trabalho decorre, muitas vezes, do aumento do número de desempregados e de pessoas que ocupam o setor informal da economia. De acordo com estes autores, a oferta de trabalhadores em uma economia é determinada pelo volume populacional, pela estrutura etária e de sexo e pela taxa de participação específica por idade e sexo. Os dois primeiros fatores são determinados pelos efeitos demográficos de fecundidade, mortalidade e migração, enquanto o último é influenciado por fatores econômicos, sociais e culturais. Assim, a diminuição da força de trabalho decorre dos efeitos da emigração e da mortalidade, enquanto fatores culturais e socioeconômicos podem restringir ou potencializar a busca por empregos. Os fatores demográficos relacionados ao desemprego podem ser reflexos da queda de fecundidade, do envelhecimento da população, da sobremortalidade de jovens e da diminuição da imigração.

Dessa maneira, os efeitos da migração, em decorrência da busca de oportunidades de emprego e melhores perspectivas profissionais, podem ter um efeito considerável nos volumes

da População Economicamente Ativa (PEA). Nesse caso, a imigração pode representar um acréscimo da população e, em consequência, uma maior pressão para o mercado de trabalho.

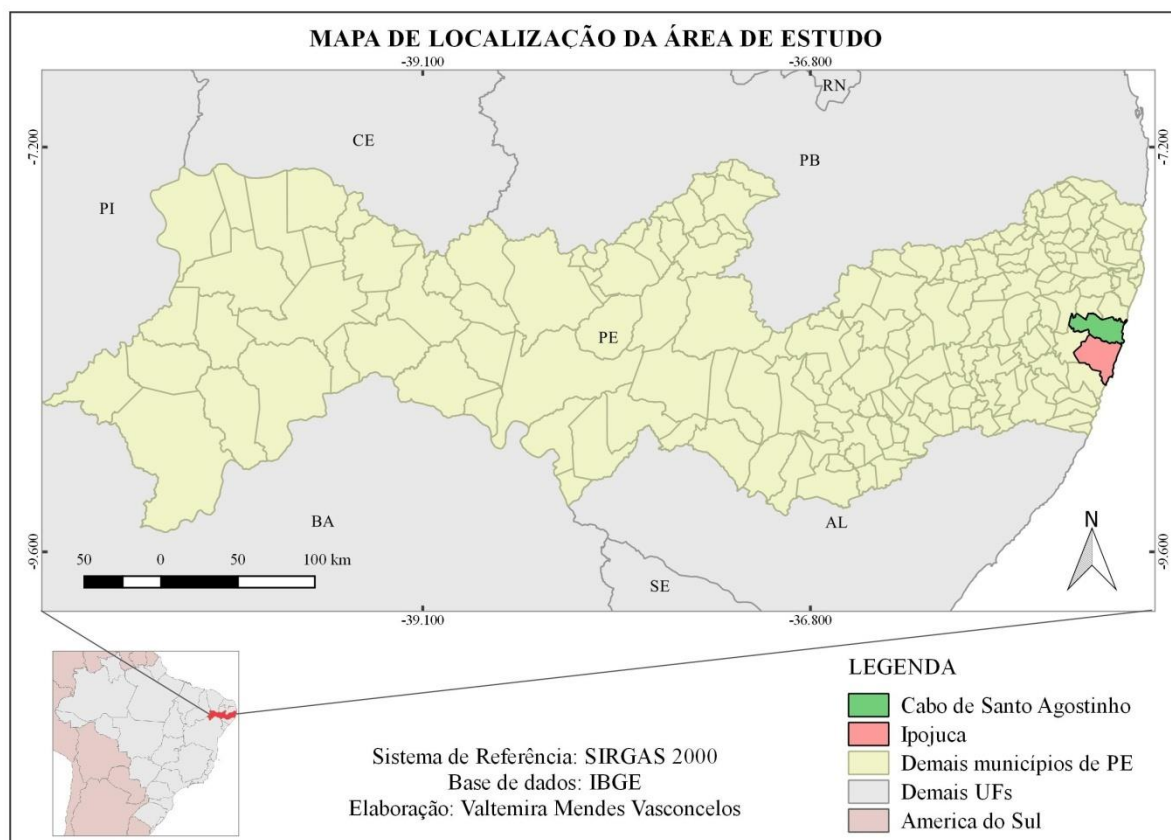
De acordo com Antunes e Silva (2004), são vários os autores que têm demonstrado que a exclusão se reporta aos grupos sociais que foram desalojados socialmente, a exemplo dos chefes de família desempregados, as minorias étnicas, os jovens sem possibilidades de entrar para o mercado de trabalho, as mulheres em ocupações precárias e com tempo parcial, os migrantes, os velhos desprovidos de seguridade social.

4 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA ESPACIAL E DEMOGRÁFICA DA MICRORREGIÃO DE SUAPE

A Microrregião de Suape, com uma área de 975 km², é formada pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca (Mapa 1), sendo uma subdivisão, ao Sul, da Mesorregião Metropolitana do Recife.

A Microrregião de Suape compreende a uma área litorânea e sub-litorânea que faz limite com a Microrregião da Mata Sul de Pernambuco, o que lhe confere características geográficas bem semelhantes, a exemplo do clima As' Tropical Úmido conforme a classificação de Köppen. Segundo Melo (1958), as condições climáticas da faixa litorânea do Nordeste são idênticas às da região canavieira, apresentando temperatura média em torno dos 24° com amplitude térmica que não ultrapassa os 4°. As precipitações são abundantes, sob influência dos ventos Alísios de Sudeste, aproximando-se dos 2.000 mm ao ano, devido à invasão de massas polares oriundas do sul que se incorporam aos Alísios. A intensidade de precipitação durante o período chuvoso, na Microrregião de Suape, está relacionada à posição e intensidade da Alta pressão do Atlântico Sul e à temperatura do Atlântico Sul próximo à costa brasileira (MUEHE, 2006b, *apud* GOUVEIA, 2010).

No que diz respeito aos traços morfológicos, a microrregião de Suape é composta por um conjunto geomorfológico de Planície Litorânea, com linha de recifes de corais, Tabuleiros, Morros Cristalinos e Colinas Vulcânicas. Os Aluviões das várzeas formam os solos de melhor potencial agrícola da área e onde o cultivo da cana-de-açúcar é abundante (ALBUQUERQUE, 1997 *apud* GOUVEIA, 2010).

Mapa 1 - Localização da Microrregião de Suape

Fonte: Base de dados de IBGE.

Segundo Melo (1958), estes solos das várzeas, comumente chamado de Massapês, juntamente com todos os demais elementos naturais da Microrregião de Suape, favoreceu a exploração canavieira, estabelecida desde o século XVI, sendo encontrada, nessa área, uma das maiores produções de açúcar de toda a faixa oriental úmida do Nordeste (MELO, 1958, p. 102).

Segundo Melo (1958), a atividade agrícola dos canaviais ajustava-se a distribuição do parque industrial de tal modo que numa relação de dependência que não se podia falar de uma sem envolver a outra. Os canaviais e as fábricas de açúcar constituíam um todo na paisagem da região ao ponto de se usar o termo “agro-indústria açucareira”. Desse modo, o desenvolvimento da indústria, nessa época, acompanhava o setor agrícola.

Esse cenário histórico, somado à falta de uma política de desenvolvimento regional na área, fez com que a Microrregião de Suape estivesse dependente da monocultura da cana-de-açúcar e toda estrutura socioeconômica que esse sistema impôs até o início do presente século, quando então se iniciou um novo ciclo de crescimento econômico voltado para as atividades turísticas e principalmente para as atividades industriais CIPS.

4.1 CONDIÇÃO REGIONAL ANTERIOR A IMPLANTAÇÃO DO CIPS E A HERANÇA DA CANA-DE-AÇÚCAR

O processo de formação e organização territorial do Brasil se baseia, em grande medida, nas características ambientais do país, aos sistemas econômicos implantados no período colonial, em especial à monocultura da cana-de-açúcar e à criação de gado (AZEVEDO, 1957; FURTADO, 2007; PRADO JÚNIOR, 2012).

De acordo com Azevedo (1957), os ciclos econômicos que tiveram por base a riqueza agropastoril ocupam lugar central na evolução brasileira. No período colonial foram a cana-de-açúcar e a criação de gado os responsáveis por assegurar a sobrevivência do país por dois séculos.

Segundo Furtado (2007) e Prado Júnior (2012), a divisão das terras brasileiras em capitanias teve por finalidade tornar as terras produtivas e incentivar o povoamento. Para isso, fatores especiais foram concedidos aos que instalassem engenhos de produção de açúcar. Como o açúcar era um produto de grande valor na Europa, a principal perspectiva seria a produção da cana. Nas três primeiras décadas do século XVI já se conhecia o bastante do Brasil para saber que nele a produção da cana seria lucrativa. Somado a isto havia a experiência com a produção da cana nas ilhas do Atlântico. Foi justamente sob essa esta base, fundada na grande propriedade de terras que se iniciou a ocupação efetiva e colonização do Brasil, e que se deu seu processo de formação territorial. O açúcar seria a única base em que se assentava a economia brasileira durante mais de um século e meio e o país chegaria a se tornar o maior produtor mundial até meados do século XVIII, quando inicia-se a desorganização do mercado do açúcar com a concorrência aa produção da América Central e das Antilhas.

E com a grande propriedade monocultural que, segundo Furtado (2007) e Prado Júnior (2012), instala-se no Brasil o trabalho escravo. Este é considerado mais rentável, uma vez que Portugal não contava com população suficiente e disposta a se engajar como simples trabalhador assalariado, e pelo fato de que a mão de obra indígena escravizada se mostrou pouco eficiente e de recrutamento incerto. O insucesso da utilização da mão de obra indígena se devia também ao fato do índio ser por natureza nômade, não se adequando aos rigores de uma atividade sedentária como o cultivo da cana, além de não aceitarem a condição de escravidão. A mão de obra africana chegaria com a expansão da empresa agrícola já instalada. Desse modo, o aproveitamento do escravo indígena resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas. Entretanto, ainda de acordo com os autores, o processo de substituição do escravo indígena pelo negro africano foi longo e prolongou-se até o fim da era colonial.

Na região do Nordeste brasileiro, mais especificamente nas porções da Zona da Mata e áreas adjacentes, que possuem as mesmas características fisicogeográficas, o processo de organização do espaço esteve fortemente ligado à produção da monocultura da cana-de-açúcar. A agricultura voltada para o agronegócio, e mais particularmente, para a monocultura para exportação, deixou profundas marcas e graves problemas sociais, sendo responsável, também, pela formação social da elite da zona canavieira de Pernambuco, os senhores de engenho (FREYRE, 1989; ANDRADE, 2005).

De acordo com Freyre (1989), o início da história da formação do Brasil coincide com a história do açúcar e onde atingiu maior importância econômica e interesse social foi nas terras de massapê da Zona da Mata. Foram nelas onde as raízes agrárias tornaram possível o desenvolvimento da simples colônia de plantação em império de plantadores de cana, os senhores de engenho elevados a barões, viscondes, senadores, ministros. As características geográficas dessa parte da região Nordeste, com seu clima, solos, cursos d'água, nas várzeas dos rios, além da proximidade com a Europa e do contato fácil com a África, fornecedora de escravos, tornaram propícia a especialização regional da colonização baseada na cana-de-açúcar.

Esse Nordeste, de acordo com Freyre (1989), é o Nordeste da cana, da primeira fábrica de açúcar, que vai do Recôncavo Baiano ao Maranhão, tendo seu centro em Pernambuco. Em Pernambuco, as sesmarias concedidas por Duarte Coelho e por seus sucessores seguiram as várzeas dos rios, com os primeiros pontos de fixação com base na produção da cana seguindo pelos vales do Capibaribe, na direção de Pau-d'Alho e para os vales do Ipojuca. Foi nesse Nordeste, onde portugueses, africanos e indígenas constituíram o povo brasileiro, mistura dos “sangues” do branco, do negro e do índio, originando o “cabra”, cruzamento caracteristicamente regional que se mostrou desprestigiado pelas doenças e pelas condições de vida.

Foi essa várzea, na paisagem social brasileira, a primeira a povoar-se não de casas-grandes esporádicas e sós, mas de um verdadeiro conjunto delas, ligadas pela água do rio e pelo sangue dos colonos, através dos casamentos que se extremariam depois – aqui, como no Cabo de Santo Agostinho, na várzea do Ipojuca, na do Una, no Recôncavo da Bahia, no Vale do Paraíba, em santo Antônio dos quatro Rios [...] (FREYRE, 1989, p. 57).

A monocultura da cana-de-açúcar, segundo Moreira (2011), vinculava-se a uma economia de exportação, buscando as localizações mais próximas do porto marítimo a fim de baratear os custos com o deslocamento, além de buscar localizações onde o solo fosse fértil

para propiciar um melhor rendimento, ocupando lugares estabelecidos pela combinação da renda diferencial de localização e de fertilidade, características apresentadas por boa parte da região Nordeste do Brasil, e mais especificamente pelo Litoral e pela Zona da Mata de Pernambuco. Conforme o autor é a partir da fazenda de cana, “estruturada numa *plantation*”, que se dá a base do arranjo espacial do período colonial. É nesse sentido que a forma de organização do espaço brasileiro se delineia a partir da disponibilidade de terras abundantes e férteis, e da distribuição delas pelas sesmarias, formando um verdadeiro poderio senhorial.

A monocultura, considerada por Waibel (1979) uma economia unilateral, tem como consequência forte instabilidade das crises econômicas das *plantages*¹⁵, estas que exigem elevadas quantidades de capital e de vasta quantidade de terras, considerada, desse modo como latifúndios, onde a aplicação do trabalho não é menos intensiva, particularmente no período da colheita. O problema da mão de obra nas *plantages* tropicais representa um importante papel, sendo o problema da escravidão nas colônias ligado ao suprimento de mão de obra para o grande empreendimento das *plantages*.

O Brasil herdou, também, do período colonial e da divisão do espaço em sesmarias, problemas fundiários e sociais os mais perversos que podem ser observadas nas atuais configurações dos territórios do Litoral e da Zona da Mata Pernambucana. As consequências desse tipo de economia foi o acúmulo de população pobre nessa região (VASCONCELOS, 2015). De acordo com Freyre (1989), a história natural e social do Nordeste produtor da cana foi uma história de desequilíbrios causados pelo furor da monocultura. Esta causadora da imensa distância social e de relações de extrema subordinação, ao aristocratizar o branco em senhor e degradar o índio e principalmente o negro, primeiro em escravo e depois em pária. A monocultura da cana que deu origem, pela especialização regional de condições de vida, de habitação e de trabalho, a dois tipos de homem: o aristocrata senhor de engenho e um tipo rural de homem do povo. Este último, o homem do povo do Nordeste seria o verdadeiro mestiço brasileiro. “Nesse sistema de relações que dividiu os homens e as suas habitações e a própria paisagem, em metades tão diferentes e até antagônicas” (FREYRE, 1989, p. 89).

Ainda conforme Freyre (1989), a civilização do açúcar no Brasil, e naturalmente em Pernambuco, dependia de modo absoluto do africano. Esta civilização do açúcar não teria sido possível sem essa mão de obra.

¹⁵ De acordo com Waibel (1979), vocábulo oriundo da língua francesa que significa plantação, cultura, vindo do latim *plantatio*. Entretanto, nem toda plantação é uma *plantation*, mas apenas determinados tipos de plantações nos moldes daquelas das índias Ocidentais no século XVIII, ou seja, os grandes empreendimentos agrícolas nos trópicos e subtropicais.

A civilização do açúcar no Nordeste criou nesta região brasileira [...] o seu tipo de aristocrata, o seu tipo de escravo, o seu sistema regional de relações entre senhores e escravos [...]. Dos elementos que foram, por vários motivos, transbordando da estrutura rígida – senhores e escravos – [...] é que se desenvolveu no Nordeste uma especialização regional de gente do povo, às vezes trepidante. (FREYRE, 1989, p. 120-121).

Freyre (1989), Melo (1976) e Suarez (1977) abordam o processo de substituição do antigo engenho pela usina e as consequências decorrentes. Os autores afirmam que a partir do declínio da maioria dos engenhos escravistas, na segunda metade do século XIX, inicia-se o processo de surgimento das usinas, na região Nordeste. Mas foi apenas em fins do século XIX que o sistema usineiro de processamento da cana se expande na paisagem da região, como forma de concorrência com regiões canavieiras mais industrializadas.

Ainda conforme os autores, para que a produção açucareira do Nordeste brasileiro conseguisse, também, concorrer com o mercado externo foram necessárias melhorias no processo produtivo. Estas se dariam justamente por meio da substituição do antigo engenho pela usina. Nesse período de transição, alguns engenhos continuaram resistindo à crise, fazendo uso da mão de obra de ex-escravos, agora trabalhadores livres que continuaram a residir nos engenhos sob um sistema de paternalismo do antigo senhor com este trabalhador livre. Assim, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado não foi um processo automático, havendo, nesse período de transição, formas de trabalho intermediárias à escravidão e às relações salariais “puras”. Na zona da mata, a forma intermediária que predominou foi a do “sistema de morador”. Essa substituição do engenho pela usina, assentada no sistema de latifúndio moderno, que tinha como objetivo imendar os campos de plantação, provocou mudanças estruturais significativas nas relações de produção, de trabalho e consequentemente nas relações sociais. No sistema usineiro, a relação de trabalho seria do usineiro com o proletário. Relações estas, segundo o Freyre (1989), que teriam piorado no novo sistema latifundiário da cana, na medida em que o paternalismo do senhor por seus escravos a princípio, e mais tarde o paternalismo “senhor”- trabalhador livre não tinha mais espaço para se realizar.

Melo (1976) e Suarez (1977) ressaltaram que no período em que se expandiu, na região da Zona da Mata e área circunvizinhas, o sistema de usina, a estratificação social se tornou mais rígida, passando de um regime eminentemente senhorial, nas suas relações internas, para um regime capitalista. Apesar da classe trabalhadora já não ser mais de escravos, a estrutura social herdada dos engenhos deu origem a uma camada social inferior constituída por moradores de diferentes categorias, por trabalhadores-moradores e por assalariados. Estes últimos ou eram

residentes que habitavam moradias não circundadas de áreas de cultivo, ou não residentes, ou seja, os chamados ambulantes que residiam em pequenos aglomerados, vilas e pequenas cidades.

Conforme Melo (1976) e Suarez (1977), outra categoria social também inferior, mas à parte desses grupos citados, é a do trabalhador migrante sazonal, conhecido por corumba, procedente da Zona do Agreste, região esta onde existe uma estação de pouco trabalho coincidente com a época de muito trabalho na colheita na zona da cana. Excluindo-se esse último grupo, que vivia na região por poucos meses, a camada da população mais pobre e inferior da Zona da Mata e sua vizinhança era constituída pela massa dos trabalhadores residentes e ambulantes, ambos comumente chamados de cassacos¹⁶, ou seja, designação que se associava ao baixo nível de existência. No período de transição do engenho para a usina, ao lado da grande lavoura de cana, existia também uma pequena lavoura policultora dos moradores e trabalhadores moradores, formando certo equilíbrio socioeconômico e de subsistência.

Ainda segundo os autores, com o advento da usina, assentada numa estrutura socioeconômica altamente concentradora de renda, tornou-se mais rígida a estratificação social. Somado a isso, o paternalismo assistencial do engenho desaparece, o crescimento demográfico aumenta e as pequenas terras onde os trabalhadores cultivavam seu sustento seriam agora também ocupadas pela cana, agravando ainda mais as condições de existência dos trabalhadores da cana. Além disso, o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963) criou encargos sociais para o produtor de cana, fazendo que com este reduzisse o número de trabalhadores-moradores como forma de diminuir a mão de obra possuidora de vínculo empregatício. Assim, o sistema usineiro da cana-de-açúcar proporcionou a concentração da propriedade fundiária.

De acordo com Melo (1976), no sistema canavieiro de produção existe um conjunto de rede de nódulos industriais e zonas que constituem uma estrutura de organização econômica do espaço produtivo, que faz girar em torno desses núcleos e dos seus centros urbanos, a vida econômica dessa região. Há, assim, uma concentração industrial voltada para essa produção agrícola, bem como há uma concentração da produção da cana-de-açúcar nas mãos de poucas usinas. Como consequência se dá a concentração fundiária entre poucos grupos empresariais. Ao analisar o caso da Zona da Mata de Pernambuco, o autor afirma que a produção canavieira

¹⁶ Cassaco segundo Suarez (1977), é um termo usado no nordeste açucareiro para designar o tipo de trabalhador rural que não podem mais plantar a lavoura de subsistência nas cercanias de sua moradia no engenho, vivendo a partir daí apenas do seu salário. É o “trabalhador clandestino” desprovido da lavoura de subsistência e sem vínculo empregatício direto com a propriedade.

na década de 1970 era obtida em regime de grande lavoura numa proporção superior a 80%. Esse regime de concentração foi o grande responsável pela existência de uma numerosa camada social de baixa renda, responsável por alimentar os fluxos migratórios na região.

Diante do contexto acima referido, concorda-se com Suarez (1977) ao afirmar que a proletarização do trabalhador rural não decorreu unicamente das transformações ao nível da indústria açucareira. Mas está relacionada também a outros fatores, a exemplo de mudanças da legislação trabalhista no campo, bem como à concentração fundiária.

Nas terras das usinas, não haveria mais espaço de moradia, nem de plantio de culturas de subsistência para trabalhadores livres (ex-escravos), destruindo, assim, o sustento do homem pobre e tornando-o unicamente dependente do trabalho da cana. A usina, caracterizando-se por uma exploração cruel do novo trabalhador operário, faltando-lhe alimentos, higiene e condições de moradia, além dos péssimos salários.

Freyre (1989) ao estudar o processo de formação territorial e social da região Nordeste do Brasil, afirma que a história social do Nordeste da cana relaciona-se como talvez a de nenhuma ao esforço do mestiço, este que se tem exercido debaixo de condições bastante desfavoráveis de vida.

Segundo Prado Júnior (2012) o processo de colonização do Brasil foi baseado predominantemente na monocultura da cana, utilizando para tanto da mão de obra escrava. Tal fato gerou uma estrutura socioeconômica baseada no latifúndio, derivado do modelo inglês de *plantation* que concentrava grandes extensões nas mãos dos colonos portugueses, estes que além de grandes proprietários de terras, exerceriam poder militar, jurídico e social naquela região, tornando-a assim, altamente hierarquizada e desigual.

De acordo com Andrade (2005) o período colonial no Brasil foi responsável pela estruturação de uma sociedade aristocrática composta por senhores de engenho, possuidores da estrutura econômica, do poder e do prestígio; lavradores, brancos ou mestiços pobres que não dispunham de meios para produzir a cana-de-açúcar, utilizando-se para tanto, das terras arrendadas dos senhores de engenho; e moradores dos engenhos, população pobre, em sua maioria escravos, dependentes diretamente dos benefícios dos senhores. Segundo Andrade (2003), os elementos fundamentais na formação da estrutura socioeconômica de Pernambuco basearam-se na grande propriedade, na atividade voltada para a produção da cana-de-açúcar e no uso da mão de obra escrava. Tal fato fez com que o Brasil se tornasse a mais rica colônia americana do século XVI, dando respaldo ao surgimento de uma sociedade complexa, hierárquica social e economicamente, além de diversificada em termos de profissões.

No Nordeste, a dependência secular do sistema socioeconômico da cana-de-açúcar reproduz discrepâncias sociais existentes desde a colonização, cuja consequência mais imediata é a acumulação da pobreza, a reprodução de desigualdades sociais e o atraso no desenvolvimento socioeconômico. A superação desse panorama tem sido buscada por meio de estudos regionais sobre o desenvolvimento da região, mas que em grande medida padece de adequadas intervenções políticas (VASCONCELOS, 2015).

O Padre Lebrete (1955) já havia afirmado que o atraso do desenvolvimento do Nordeste se devia em parte ao fato de se pensar a região apenas do ponto de vista da cana-de-açúcar, aspecto que já deveria ter sido superado ainda na década de 1950.

É evidente que numa região em que a riqueza se apoiou historicamente, em parte, sobre a realidade açucareira e sobre a cana de açúcar, se tenha uma tendência para medir tudo em função da situação açucareira, esquecendo-se que isto correspondeu a um estágio superado em que o açúcar pôde representar a riqueza quase única da região, num momento dado, mas de agora em diante, isto não é mais sustentável. (LEBRETE, 1955, p. 15).

Vale salientar que quando se implantou e se expandiu, no Sul de Pernambuco, o sistema de usina, a classe trabalhadora já não era mais composta por escravos. Mas essa população viria ter condições de trabalho análogas aos escravos, constituindo uma classe de indivíduos desprovidos do básico para sobreviver. Observa-se, assim, que o processo de proletarianização¹⁷ do trabalhador da cana o levou a uma condição de precarização do trabalho e consequentemente das suas condições de vida. Estes que por sua vez, só viam a emigração como forma de sair da precarização à qual a usina lhe impôs.

As graves consequências do sistema socioeconômico da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina se expressam nos indicadores de desigualdades da distribuição de renda da população, nos indicadores de educação, bem como em indicadores de saúde e habitação. Com relação à educação, nas áreas rurais canavieiras estão concentrados grandes contingentes dos iletrados do país e, não obstante as tentativas recentes de expansão da educação, parte substantiva da população, particularmente os adultos e idosos, ainda não possui instrução ou apresenta baixos níveis de escolaridade. Em grande medida, este é o resultado da longa duração da exploração canavieira, das elites agrárias detentoras das terras e dos capitais e empregadores de mão de obra escrava no passado colonial. Esta é uma herança, também, de um passado mais

¹⁷ Processo de proletarianização se dá pelo surgimento de um tipo de estrutura social de baixas rendas que é consequência de uma estrutura econômica altamente concentradora, a exemplo da agroindústria canavieira (MELO, 1976).

recente, no qual a população pobre das áreas canavieiras não tinha condições de estudar ou frequentar a escola, dadas a falta de instituições de ensino público nas áreas rurais mais afastadas dos centros urbanos, a falta de tempo dos filhos das classes trabalhadoras para estudar, já que tinham que trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias, e pela demanda de mão de obra pouco escolarizada ligada às atividades do cultivo braçal da cana. Todos esses problemas anulavam e ainda hoje dificultam as chances de mobilidade social pelo trabalho (VASCONCELOS, 2015).

Relativamente à herança pobre da educação brasileira, Deffontaines (1938) afirma que os problemas das escolas e da enorme proporção de iletrados, na época da constituição das cidades e vilas brasileiras, se explicam em não haver, em nenhum centro rural, onde colocar a escola. Não se tinha uma preocupação com formação educacional da grande maioria da população, esta formada pelos trabalhadores das fazendas de cana e de gado. Além do que, as terras, em sua maioria, eram de propriedade dos grandes latifundiários, donos de extensas áreas de engenhos e terras de criação de gado que mais tarde se tornariam senhores da política ligados ao Estado, e quando não ligados diretamente à política, eram possuidores de poder o suficiente para controlar o Estado. Segundo Moreira (2011), em um país onde quem controla metade das terras controla o território e o Estado.

A Microrregião de Suape, que é formada pelos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, onde está instalado o CIPS, apresenta sua história voltada para o cultivo da cana-de-açúcar. O Cabo de Santo Agostinho, atualmente, está menos ligado à monocultura da cana, em razão de ter recebido indústrias ligadas a outros setores econômicos, já há alguns anos, enquanto que Ipojuca ainda é considerado como um dos grandes produtores de cana no país. Vale destacar que o quadro educacional, em ambos os municípios, é bastante precário, justamente em virtude dessa herança da monocultura da cana (VASCONCELOS, 2015).

O Padre Lebre, em meados da década de 1950, já havia se reportado à problemática da falta de profissionais qualificados para atender as exigências das empresas a serem instaladas em Pernambuco, falando da necessidade de investimento em educação no estado, ao discutir sobre a incapacidade do Nordeste em assegurar seu próprio desenvolvimento caso não houvesse investimento e planejamento adequado na região. De acordo com Lebre (1955), a densidade de mão de obra altamente qualificada e de quadros técnicos é insuficiente, aí está um esforço capital a fazer, pois sem isso o desenvolvimento será insuficiente, este sendo impossível sem o indispensável enquadramento técnico, ou seja, os quadros técnicos da mão de obra qualificada ficarão muito abaixo das necessidades, caso haja desenvolvimento, fato que Lebre já vinha prevendo e que se concretizou atualmente. Diante disso, ele traçou diretrizes de um plano a

longo termo para Pernambuco, no qual destaca que é preciso completar a infraestrutura e implantar o equipamento de base, sendo necessário criar os elementos que vão permitir o desenvolvimento econômico do conjunto. E um dos pontos que ele destacou foi a formação de técnicos.

Nesse desenvolvimento a longo termo é necessário, então, dar um lugar proeminente ao equipamento pedagógico. Nada se fará se não houver homens para enquadrar a massa e tornar a mão de obra tão eficaz quanto possível [...]. É necessário ter pessoal qualificado e pessoal altamente qualificado. Nada podendo ser improvisado é preciso criá-lo com urgência. Para o Norte e o Nordeste, dadas as responsabilidades que surgem, será necessário acrescentar o equipamento de ensino superior. (LEBRET, 1955, p. 40).

O contexto traz consigo problemas de ordem urbana, particularmente nas cidades onde há uma recente dinamização regional e onde estão sendo implantados polos econômicos que necessitam de mão de obra qualificada ou especializada para atender aos fins das empresas.

Segundo Araújo (2000), a monocultura da cana sobrevive na Zona da Mata do Nordeste e as terras continuam nas mãos de poucas famílias. Diante disso, até fins do século passado e início do presente, o desemprego não era apenas sazonal, em virtude da época de entressafra que durava seis meses, mas ia se tornando estrutural. As unidades produtoras dos derivados da cana que conseguiam sobreviver, em padrões de competitividade internacional, cortavam custos ao induzir tecnologias poupadoras de mão de obra, gerando mais desemprego.

As usinas dos grupos falidos deixam simplesmente de moer, destruindo milhares de oportunidades de emprego de pessoas, em grande maioria analfabetas e que, há gerações, não fazem senão cortar cana. As periferias das pequenas cidades da Zona da Mata são testemunho vivo dessa crise social. (ARAÚJO, 2000, p. 200).

Araújo (2000) argumenta que a dinâmica regional do Brasil é herança da formação de um país rural, escravocrata e primário-exportador que se deu até fins do século XIX. O Brasil emerge num período urbano-industrial apenas no século XX, e isso em áreas bem específicas do país, a exemplo do eixo Rio-São Paulo. Somente nos anos de 1940 e 1950 é que começava a se verificar um modesto movimento de desconcentração espacial da produção nacional para as regiões Sul, Centro-Oeste e mais tardiamente para o Nordeste.

4.2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA MICRORREGIÃO DE SUAPE ANTES DA IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO CIPS

A região Nordeste do Brasil foi cenário de grandes fluxos populacionais desde o período colonial. O colono europeu e o escravo africano foram os primeiros imigrantes a entrar nessa região. Entre os colonos havia motivação extrativista (dos recursos naturais), agrícola (implantação do sistema canavieiro), e de povoamento, enquanto que o africano era trazido à força para servir de mão de obra escrava, principalmente nos canaviais. Entretanto, segundo Furtado (2007), a ocupação econômica das terras americanas constituiu um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata, desse modo, de deslocamento de população provocado por pressão demográfica. Segundo Freyre (1989), o sistema canavieiro no Nordeste foi o responsável pela atração de muitos europeus e africanos no século XVI e XVII. Desse modo, a dinâmica migratória, particularmente nas áreas úmidas da Zona da Mata, esteve por muitos séculos vinculada ao sistema de monocultura da cana.

De acordo com Andrade (2004), no início do período colonial, a ocupação, bem como a utilização das terras, limitava-se ao Litoral devido às dificuldades de penetração no interior do território, daí os engenhos se localizarem inicialmente nessa área. A demora em definir a ocupação foi devido ao processo de colonização se iniciar pela exploração dos recursos naturais, principalmente o pau-brasil. Esta exploração da nova colônia portuguesa se fez a partir da quarta década do século XVI com a divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias ao estimular os donatários a iniciar o povoamento. Entretanto, das quatorze capitanias hereditárias, apenas a de Pernambuco e São Vicente prosperaram com a expansão de culturas tropicais e com a implantação de povoações. A ocupação dinamizou-se em meados do século XVI com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar para o mercado europeu, o que possibilitou uma grande atração para a conquista de novos territórios. Iniciava-se, com isto, o domínio econômico do engenho moldado na *plantation*, sendo necessário, para tanto, mão de obra abundante que viria a ser fornecida por escravos africanos.

De acordo com Andrade (2004) e Furtado (2007), a cana-de-açúcar determinou a ocupação do Litoral, enquanto que a procura por pastagens para o gado - animal este que serviria de trabalho para o engenho e de carne para alimentar a população - determinou a ocupação do interior do Nordeste. A expansão da atividade açucareira, necessitada de animais, conduziu à ocupação do interior, uma vez que a criação de gado não era viável na faixa litorânea, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. Sendo, assim, a criação de animais induzida, no início, pela própria economia açucareira. Vale salientar que essa penetração no interior do

Nordeste só se tornou expressiva no século XVIII com as entradas na bacia do São Francisco e no Sertão Setentrional, para o estabelecimento de grandes latifúndios pecuaristas. Assim, a cana e o gado foram os responsáveis pelo aumento da população e pela formação de cidades e vilas em Pernambuco.

Segundo Furtado (2007), as formas que assumiram o sistema açucareiro e o criatório, na região Nordeste, com o processo de decadência iniciado na segunda metade do século XVII constituíram elementos fundamentais na formação da economia brasileira no século XX. Entretanto, o comportamento dos desses dois sistemas tinham diferenças significativas. Enquanto a região produtora de açúcar dependia da importação de mão de obra e equipamentos, na região da pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários significativos, uma vez que as condições de trabalho e alimentação na pecuária propiciavam um forte crescimento vegetativo de sua própria força de trabalho. Nessas circunstâncias, a estagnação da produção açucareira não criou a necessidade de emigração, para fora da região Nordeste, de excedente da população livre formada pelo crescimento vegetativo, na medida em que não havendo ocupação na região açucareira, parte da população livre era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Desse modo, condições desfavoráveis na economia açucareira tenderiam ao fluxo de imigrantes para o interior. Nesse sentido o atrofiamiento do sistema açucareiro consistiu no processo mesmo de formação do que viria a ser o sistema econômico do Nordeste no século XIX, e cujas características persistem até hoje.

Como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência. Não fora esse mecanismo, e a longa depressão do setor açucareiro teria provocado, seja uma emigração de fatores, seja a estagnação demográfica [...]. No Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer – e possivelmente tenha intensificado o seu crescimento - em todo o século e meio de estagnação na produção açucareira. (FURTADO, 2007, p. 104-105).

Diante disso, observa-se que a dinâmica migratória no Brasil e no Nordeste, desde o período colonial, esteve fortemente vinculada ao processo de produção do território nacional. Conforme Suarez (1977), as oscilações da produção açucareira no Nordeste, decorrente das oscilações no mercado internacional, devido à concorrência da produção antilhana, condicionou um primeiro movimento de mão de obra para o interior, num desbravamento de novas terras. Essa mão de obra proveniente dos engenhos se dirigia para as fazendas de criação de gado,

onde também havia cultura de subsistência. Tal deslocamento viria a se tornar expressivo nas épocas de retração da produção de açúcar, originando o movimento sazonal do trabalhador. Desse modo, o deslocamento do fator “trabalho” para o interior se deu inicialmente como uma projeção da própria dinâmica da economia açucareira.

Com a proclamação da República o quadro econômico e consequentemente a dinâmica demográfica do país viria a sofrer algumas transformações, particularmente relacionadas ao processo de industrialização. Segundo Andrade (2004), no início do período republicano, iniciava-se um processo de concentração fundiária na área canavieira com a substituição dos velhos engenhos “banguês” pelas usinas. As grandes propriedades ocupavam agora maiores extensões de terras, dificultando o acesso à propriedade da terra pelos mais pobres. Durante os primeiros quarenta anos da Primeira República a questão fundiária foi se agravando na medida em que a população crescia e novos espaços eram incorporados. Tal fato levaria ao surgimento dos primeiros fluxos de caráter rural-urbano. Conforme Suarez (1977), a expulsão de grande leva de trabalhadores do campo à cidade não se daria automaticamente com a abolição do trabalho escravo. Em fins do século XIX a população de escravos recém-liberta dos canaviais foi absorvida pela expansão das atividades agroindustriais. O fluxo de população rural para a cidade se tornaria significativo em nível quantitativo apenas no decorrer das décadas seguintes à implantação do sistema usineiro, quando da absorção das áreas dos sítios dos moradores. Diante disso, Suarez (1977) observa que:

[...] o significado das migrações deste período é portanto muito mais considerável em termos qualitativos, no sentido de que passa a haver oportunidades na cidade até então inexistentes, passíveis de empregar uma população excedente e que em outras épocas ter-se-ia dirigido predominantemente para outras atividades agrícolas mais para o interior. A característica peculiar do processo migratório desta fase é precisamente a conjunção dos fatores de modernização técnica introduzido no campo, com os fatores de atração atuantes na cidade, neste seu primeiro surto de industrialização. (SUAREZ, 1977, p. 28).

De acordo com Moura (1982), o Nordeste que despontava economicamente no início do século passado como uma região importante do Brasil chegaria à década de 1950 com uma participação de apenas 15% da renda interna gerada no país. Essa participação, em 1980, seria pouco superior a 10%. Esse esvaziamento econômico, para o autor, seria a causa do esvaziamento demográfico que se daria no Nordeste na segunda metade do século passado. O Nordeste, a partir do pós-guerra, passou a ser região supridora de mão de obra para polos mais dinâmicos da economia brasileira. Essas transferências de população se intensificaram nos anos de 1950 com ao crescimento da indústria de São Paulo, com a construção de Brasília, expansão

da fronteira cafeeira no Paraná, intensificação da construção civil no Rio de Janeiro, com a integração rodoviária Nordeste/Sudeste, além das duas prolongadas secas no Nordeste.

Ainda segundo Moura (1982), tais fatores influíram bastante para a intensificação da emigração, mas não devem obscurecer a importância dos fatores de natureza estrutural da problemática socioeconômica do Nordeste, uma vez que são fatores de ordem expulsivas que se davam dentro de uma estrutura periférica, frágil e dependente. Isso se explica, ao observar que mesmo quando passou a influência atrativa daqueles fatores, os fluxos emigratórios mantiveram-se, sendo que na década de 1970 o ritmo dessa emigração chegou a se elevar em relação à década de 1960, atingindo as 2,2 milhões de emigrantes entre 1970 e 1980. Observa-se que até a década de 1980 o Nordeste quase não tinha expressão como região de atração de população, sendo que um dos traços fundamentais das migrações nordestinas, nesse período, consistia na evasão da sua população rural, em boa parte, para as áreas urbanas da própria região. O autor ressalta que alguns estados do Nordeste, a exemplo de Pernambuco, chegaram a apresentar estabilidade em áreas rurais, sugerindo a existência também de uma migração rural-rural dentro do próprio estado.

Até a década de 1970 os municípios da região Nordeste do Brasil se caracterizavam por elevados fluxos de emigração para outras regiões, decorrentes de fatores socioeconômicos e climáticos. Esse cenário principiaria a mudar na década de 1980, quando os fluxos começaram a se dar dentro da região. Nas áreas mais úmidas, a exemplo da Zona da Mata, os fluxos de população relacionavam-se diretamente com a produção canavieira que necessitava da mão de obra migrante, enquanto que o Sertão se caracterizava pela tradição da emigração de retirantes das secas.

De acordo com Melo (1976), as migrações no Nordeste até a década de 1970 estão vinculadas a duas características diferenciadoras da região dentro do contexto espacial brasileiro: o subdesenvolvimento e as secas. Entretanto, as migrações na região eram resultantes muito mais do subdesenvolvimento do que das secas, o que confere a esses fluxos uma base predominantemente econômica. Como consequência disso, o espaço nordestino distinguia-se dos demais espaços brasileiros pelo aspecto demográfico relacionado à frequência e intensidade dos deslocamentos populacionais, podendo, a região ser considerada como a de maior volume de movimentos migratórios entre as décadas de 1950 e 1970. Entretanto, ainda segundo o autor, no Nordeste, o fenômeno na época era bastante complexo, ocorrendo com intensidade em todas as áreas interioranas de elevadas densidades demográficas e se dava independentemente do sistema econômico adotado. Diante disso, o fenômeno migratório no Nordeste podia ser dividido em vários tipos de fluxos. Melo (1976), chegou a criar uma tipologia das migrações nordestinas,

ao identificar um bom número de formas das migrações, estas se apresentando por meio o âmbito espacial e temporal. No que se refere ao âmbito espacial, as migrações podiam ser inter-regionais, intrarregionais, interestaduais e intramunicipais, com uma tendência geral de se destinarem aos centros urbanos, e se dando por meio de etapas sucessivas. No âmbito temporal, as migrações eram definitivas ou temporárias, segundo a existência ou não de retorno costumeiro, e podiam ser divididas em três tipos gerais de movimentos migratórios nordestino:

a) os de tipos constante, que ocorrem em fluxos incessantes por efeito das debilidades e das distorções de natureza estrutural e de ordem sócio-econômica e demográfica existentes em determinadas áreas da hinterlândia regional; b) os de tipo sazonal, que são representados principalmente pelo conhecido deslocamento temporário de agrestinos (“corumbas”) para a região canaveira onde permanecem durante os meses de falta de trabalho no Agreste (efeito das culturas de curto ciclo vegetativo), fase que coincide com o período de colheita e, portanto, de maior demanda de braços, na zona canaveira; c) os de tipo episódico, que se verificam em virtude e por ocasião das secas calamitosas, quando multidões de retirantes, premiados pela ausência de meios de sobrevivência, abandonam as áreas atingidas pelo flagelo. (MELO, 1976, p. 08).

Segundo Melo (1976), esses três tipos ocorriam em diferentes âmbitos de deslocamento. Entretanto, a categoria de migração constante revestia-se de importância maior se comparada com as outras duas, pelo fato desse tipo de deslocamento abranger maior número de pessoas, revestindo-se de maior significação em virtude das problemáticas que podiam gerar nas áreas de destino. Ainda conforme o autor, os fluxos migratórios de caráter constante ocorriam com maior intensidade, na época, em determinadas áreas do interior que apresentavam elevada densidade e onde um conjunto de problemas resumia-se em desequilíbrio entre as capacidades de suporte humano e os quantitativos populacionais. Esse desequilíbrio visto na região canaveira e no Agreste de Pernambuco era agravado pela transformação estrutural dos sistemas econômicos que implicavam em mudança de estrutura socioeconômica, o que acarretava a proletarianização de pequenos agricultores, dada a escassez de emprego, esta que acabaria por gerar o aumento dos movimentos migratórios.

Tal estudo, realizado por Melo (1976), teve como objetivo identificar os espaços pernambucanos de mais intensos deslocamentos populacionais. Seu pressuposto era de que os quantitativos populacionais dos espaços representavam sua capacidade potencial de servir de área de origem dos fluxos migratórios. Segundo o autor, as micro-regiões sertanejas eram as áreas de muito baixas densidades, enquanto que as micro-regiões do Agreste e da Zona da Mata apresentavam densidades altas. Não se deve esquecer do elevado grau de concentração humana da micro-região do Recife, considerada como área de muito alta densidade. Vale destacar que existia uma correlação forte entre densidade e os sistemas de organização de recursos em

Pernambuco. Isso se devia ao fato de que alguns cultivos necessitavam de elevada quantidade de mão de obra, a exemplo de culturas como a cana-de-açúcar, que explicaria os elevados índices de povoamento das micro-regiões na Zona da Mata; e do sistema gado-policultura de uso dos recursos que predominava nas microrregiões do Agreste. O oposto ocorria com o sistema de pecuária extensiva, predominante nas micro-regiões sertanejas, que necessitava de pouca mão de obra.

Ainda segundo Melo (1976), os espaços de maiores saldos migratórios negativos, ou seja, indicativos de emigração, eram em áreas do Agreste e da Zona da Mata. Tais áreas eram, também, as de maior contribuição para os fluxos migratórios direcionados para o Recife. Na Zona da Mata e nas áreas limítrofes, os fatores de emigração eram, na época, a concentração dos fatores de produção e o processo de proletarização. Ambos associados ao sistema canavieiro. A concentração dos fatores de produção do sistema canavieiro de exploração de recursos do solo modelou um tipo de organização socioeconômica rural caracterizada por uma assimetria na repartição desses fatores, e da renda, correspondendo a uma estrutura social rigidamente estratificada, com muitos trabalhadores e poucos detentores dos meios de produção. O processo de retirada das terras dos trabalhadores para o cultivo de subsistência, além de ter acentuado o caráter monocultor da cana, agravou a assimetria da distribuição de renda regional e tornou as condições de existência dos trabalhadores ainda piores. Tudo isso fez com que se criasse uma numerosa classe de trabalhadores dependentes, reforçando, desse modo, o fator de *expulsão* causador dos fluxos migratórios. Desse modo, o autor argumenta que a estrutura socioeconômica, as debilidades dos quadros econômicos, o expansionismo imoderado de uma atividade em detrimento de outras e o fenômeno da minifundialização davam indicações sobre o processo que resultava nas migrações da época.

Na contramão dos fluxos de saída dos antigos trabalhadores-moradores, existia também os fluxos de entrada das migrações sazonais dos corumbas na Zona da Mata Úmida, como mencionado anteriormente. Migração esta que serviria para alimentar a grande demanda por trabalhadores para a safra da cana e que se tornaria ainda mais lucrativa para as usinas, uma vez que o trabalhador migrante era mais barato, justamente pelo fato desse tipo de trabalhador ser sazonal, permanecendo apenas por períodos curtos do ano nos arredores. Além do mais, as usinas não teriam despesas com contratação e moradia permanentes com os migrantes sazonais, ou seja, com os Corumbas. Estes trabalhadores eram oriundos do Agreste, onde trabalhavam com a policultura do feijão e do milho em período diverso da safra da cana.

Segundo Melo (1961), as regiões do Agreste e Zona da Mata de Pernambuco são áreas complementares do ponto de vista demográfico, e principalmente do ponto de vista dos fluxos

migratórios. A complementaridade por ser explicada pelo fato de que os mesmos trabalhadores servem como mão de obra para as duas regiões em períodos diferentes do ano. Esta complementaridade está relacionada a dois fatores: a proximidade geográfica e o diferente uso da terra. O uso da terra no Agreste estava relacionado aos quadros agrários variados, enquanto que na Zona da Mata, o uso da terra, a estrutura agrária, econômica e social relacionava-se ao sistema uniforme da monocultura da cana. A área agrestina oriental situada a oeste da região úmida das *plantations* de açúcar, não é propícia ao uso da cana em virtude de condicionamentos climáticos com variações estacionais úmidas e secas, permitindo, assim, lavouras de curto ciclo vegetativo, como o milho, feijão e algodão. Com o passar da colheita, no Agreste, a intensidade de trabalho ia diminuindo, enquanto que nesse mesmo período, nas usinas da região canavieira, a demanda por mão de obra rural aumentava. A safra de açúcar, iniciada em setembro, estaria em pleno vapor nos meses secos do fim do ano, quando não havia mais trabalho para a população do Agreste. É natural que nesse período o número de Corumbas nesse movimento sazonal compreendesse mais de uma centena de milhares de pessoas anualmente, uma vez que tinham pouco trabalho a fazer em suas glebas. Diante disso, “a complementaridade demográfica tem sua expressão principal nas migrações sazonais, ou seja, no já referido movimento dos corumbas ou catingueiros”. (MELO, 1961, p. 74).

No Agreste, os movimentos sazonais são considerados por Melo (1961) como um fator de alívio da pressão demográfica, enquanto que têm efeito contrário na Zona da Mata. Ou seja, sem a migração sazonal, ocorreria uma escassez de trabalhadores nos canaviais da Zona da Mata, o que limitaria o desenvolvimento econômico dessa área. O autor destaca também que as migrações destinadas ao centro sul do país eram bem menores no sul da Zona da Mata do que no Agreste. Tal fato devia-se porque na Zona da Mata as densidades de povoamento eram menores e a demanda por mão de obra era maior e mais regular. Além do mais, a Zona da Mata estava um tanto deslocada em relação aos eixos de circulação para os grandes Estados receptores de nordestinos.

Segundo Suarez (1977), a utilização de trabalhadores sazonais de outras regiões circunvizinhas à *plantation* açucareira remonta a fins do século XIX e começo do século XX. Estes trabalhadores sazonais tinham com função suprir as necessidades de mão de obra demandada na safra da cana na Zona da Mata, período que coincidia com a entressafra do Agreste.

Com o processo de desapropriação das terras utilizadas pelo antigo “trabalhador morador”, desencadeou, de acordo com Suarez (1977), a institucionalização do sistema de empreiteiro¹⁸ que acarretaria a desvinculação progressiva do trabalhador em relação a propriedade rural, mudando, assim, as relações empregatícias da época. Este fato levaria a expulsão, na Zona da Mata, do trabalhador do campo e sua fixação na cidade ou vila nos arredores da *plantation*, dando origem a um “exército agrílico de reserva”. Esse excedente de mão de obra formado pelo exército de reserva localizado nas áreas urbanas da Zona da Mata viria a favorecer a diminuição das migrações sazonais dos corumbas, pelo fato de que este tipo de migrações sazonais levaria a uma fixação da mão de obra do Agreste na Zona da Mata. O migrante sazonal passaria a ser o migrante definitivo devido a fatores de estagnação no Agreste. Vale destacar que ao mesmo tempo em que a Zona da Mata era caracterizada como área de destino de população oriunda do Agreste e Sertão, era também região de emigração em relação à capital Recife.

Conforme Suarez (1977), as migrações sazonais na Zona da Mata de Pernambuco, até fins do século passado, devem ser analisadas enquanto processo social condicionado por processos estruturais, uma vez que são por meio da compreensão do desenvolvimento das relações de produção que se tornam inteligíveis as causas e consequências dos deslocamentos populacionais. Para tanto se faz necessário observar as relações de produção que ocorriam na área àquela época. Relações estas voltadas para a produção da monocultura da cana no sistema usineiro, ansioso por mais terras. Observa-se assim, que as transformações estruturais ocorridas na área, como verificado anteriormente, metamorfoseou o trabalhador rural morador à condição de cassaco e fez com que houvesse uma atração de corumbas num fluxo migratório de caráter socioeconômico. Moura (1982) também corrobora com a tese de que as migrações, no contexto regional do Nordeste, devem ser tratadas como processo social, e a explicação para esse fenômeno não deve ser analisada a partir de fatores individuais, sendo necessário buscar explicações nos aspectos estruturais, mais especificamente na linha dos desequilíbrios e transformações regionais que dão origem aos fluxos. O processo de migração que se dava na região estava conectado aos fatores de industrialização e urbanização, e sua interpretação deve ser inserida no marco histórico da formação socioeconômica do Nordeste.

Vale salientar que o Nordeste era a região mais populosa do país ainda na segunda metade do século passado, correspondendo a mais de 46% do total nacional em 1872. A partir daí, daria

¹⁸ O sistema de empreiteiro na agricultura, segundo Suarez (1977), decorre do longo processo de proletarização do trabalhador rural, culminando com a instauração da legislação trabalhista no campo e com a redefinição do trabalhador assalariado, que viria a se tornar trabalhador clandestino. O trabalho por empreitada é mais vantajoso pelo fato de que o contrato é temporário e se dá em função de determinada tarefa a ser executada, sendo a figura do empreiteiro a encarregada de subcontratar e pagar aos trabalhadores.

início a redução da participação relativa desta região, com um declínio constante até atingir os 27,8% na atualidade. Tal fato está relacionado à ocorrência de continuado processo emigratório durante décadas (OJIMA & FUSCO, 2015).

4.3 A CONDIÇÃO REGIONAL POSTERIOR À IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO CIPS

A economia da área onde está instalado o CIPS foi durante muito voltada para o sistema da produção da cana-de-açúcar, e desse modo esteve sujeita a momentos de crise devidos, na maioria das vezes, às oscilações do mercado, como já discutido anteriormente. Mas, fatores de desconcentração econômica que se deram em todo o país, a partir da década de 1960, viriam mudar o cenário da economia na Microrregião de Suape e consequentemente da sua dinâmica demográfica.

Segundo Lima, Sicsú e Padilha (2007), até décadas anteriores o cenário econômico de Pernambuco apontava para uma estagnação devido a ciclos de expansão e retração observados desde épocas coloniais. As perspectivas econômicas de Pernambuco começaram a ficar mais satisfatórias nos anos de 1960 e 1970, devido aos incentivos fiscais e instrumentos de política regional adotada com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fazendo com que a economia do estado conseguisse atrair parte dos projetos de investimento adotados pelo país.

Tal fato contribuiu, primeiramente, para a diversificação industrial na Região Metropolitana do Recife, enquanto as regiões interioranas continuaram pouco dinâmicas, vindo a se destacar em décadas mais recentes. Após período de crescimento econômico, o estado de Pernambuco passaria por mais um momento de menor dinamismo, a partir da segunda metade da década de 1970, como consequência da menor participação nos incentivos fiscais da Sudene e devido ao surgimento de dinamismo em outros estados da Região Nordeste. Mas esse quadro começou a sofrer algumas melhoras nos anos mais recentes, por meio de medidas políticoeconômicas do governo do Estado de Pernambuco.

Ainda segundo Lima, Sicsú e Padilha (2007), políticas de atração de investimento adotadas pelo governo de Pernambuco a partir dos anos 2000 fizeram com que o desempenho econômico do Estado melhorasse em termos de crescimento relativo. Fato que se deveu a atração de investimentos para alguns polos de desenvolvimento no estado, a exemplo do Complexo Industrial Portuário de Suape, da expansão da fruticultura irrigada em Petrolina e da

expansão das atividades no Polo de Confecções do Agreste. Bem como a uma recuperação da atividade álcool-açucareira e incremento do turismo no eixo Recife-Porto de Galinhas.

Particularmente em termos de incremento nos serviços turísticos, a Microrregião de Suape passou pelo processo de evolução das destinações turísticas por meio do modelo do ciclo dos *resorts*¹⁹ de R. Butler (BARROS, 2014), justamente por ser considerada uma das áreas litorâneas mais bonitas do país, obteve investimento do governo, fazendo que essa região se transformasse em destino turístico para milhares de pessoas do Brasil e de fora do país. Tal fato fez com que a Microrregião de Suape passasse por mudanças significativas em termos de atração de população para servir de mão de obra a rede hoteleira, principalmente no município de Ipojuca.

Desse modo, constata-se que, nas últimas décadas, tem havido um crescimento econômico intenso em alguns municípios de Pernambuco. Crescimento este vinculado ao processo de desconcentração econômica no Brasil que fez surgir diversos polos em regiões antes pouco desenvolvidas ou estagnadas economicamente. Em Pernambuco, alguns desses polos estão localizados tanto no Sertão pernambucano, a exemplos do Polo Gesseiro do Araripe e do Polo Fruticultor de Petrolina, quanto no Agreste e na Zona da Mata. No Agreste Pernambucano pode-se observar a existência do Polo de Confecções do Agreste, onde de desenvolveu, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, de Caruaru e de Toritama, uma indústria de confecções de roupas responsável pelo crescimento econômico dessa sub-região e pelo dinamismo demográfico que se traduz no crescimento populacional desses três municípios via imigração. Já na Zona da Mata Sul de Pernambuco, observa-se o surgimento do grande Complexo Industrial Portuário de Suape, responsável pela atração de grande quantitativo de mão de obra migrante entre 2007 e 2015, período que se refere a estruturação das obras até a desmobilização de trabalhadores da construção civil.

A dinâmica econômica dos municípios onde está instalado o CIPS começou a apresentar profundas mudanças quando se deu início, no Brasil, do processo de desconcentração econômica vinculado às ações governamentais de planejamento regional. Alguns órgãos regionais, segundo Araújo (2000), foram criados como forma de exercer o planejamento em regiões pouco desenvolvidas do país, a exemplo da SUDENE, criada em 1959. O Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980 tinha como objetivo construir um parque industrial importante com a intenção de entrar no elenco das principais potências mundiais. Mesmo com as crises cíclicas,

¹⁹O Modelo do Ciclo dos *resorts* de Butler oferece uma tipologia evolutiva ou temporal para as destinações turísticas por meio de representação teórica sintética da dimensão regional turística (BARROS, 2014).

as duas décadas foram marcadas por um período de expansão e modernização da economia. Entretanto, o planejamento regional teria que se adaptar às regras de uma era conservadora conduzida por sucessivos governos militares. A SUDENE teve que abandonar a proposta de industrialização reformista, que no caso específico da Zona da Mata se daria com a diversificação da economia, e se direcionar para uma industrialização mais situada com o fortalecimento do monopólio da cana. Isso fez com que os anos 1980 fossem marcados por uma crise política e econômica com consequências estruturais, e o planejamento fosse desmontado, abrindo a discussão de novos rumos a seguir. Os anos de 1990 se iniciariam no mesmo contexto de crise dos anos 1980, num processo de desmonte do setor público liderado por um projeto neoliberal, onde não havia espaço para o Estado planejador, e colocando a questão regional no âmbito de políticas compensatórias excludente economicamente e socialmente.

Araújo (2000) ainda argumenta que na década de 1990 novas forças teriam papel fundamental no sentido de alterar a dinâmica econômica do país. Algumas destas forças atuavam no sentido de induzir a desconcentração espacial da produção, enquanto outras atuavam no sentido de concentrar investimentos em áreas mais dinâmicas. Nesse sentido, o contexto econômico da década de 1990, marcado por uma política de abertura comercial, com a integração competitiva, e a desconcentração espacial da produção, redefiniria a dinâmica regional do país no cenário de globalização marcado pela transição para um novo paradigma produtivo e tecnológico. Paradigma este que se deu também na região Nordeste do país, ao observar que esta região não é mais a mesma de final dos anos 1950, quando foram definidas as políticas de desenvolvimento coordenadas pela SUDENE. Nos anos 2000 o Nordeste já contava com um parque industrial muito importante com crescimento e diversificação industrial, de seguimentos não-tradicionais impulsionados pela política recente de incentivos fiscais e financeiros.

No Brasil diversas localidades passaram por transformações econômicas significativas nos últimos anos, e isso se deve ao surgimento de inúmeros polos de desenvolvimento econômico e industrial. Tais polos são os responsáveis pelo desenvolvimento regional ao qual passam muitas das cidades brasileiras. Segundo Araújo (2000), é possível perceber que há um processo de novas polarizações e territorialidades em áreas mais dinâmicas do país. Em favor disso, surge uma nova organização do espaço brasileiro e do respectivo sistema de cidades. Em muitas áreas do Nordeste pode ser observada essa recente dinâmica, verificada a partir do surgimento de numerosos polos, tanto industriais quanto agrícolas, na região. No período em que a economia do país consolidava o mercado interno nacional e promovia sua integração produtiva, a região Nordeste deu partida na dinâmica nacional.

Ainda segundo a autora, nessa fase, inicia-se a busca de novas frentes de investimentos em espaços que se situem além dos centros mais industriais do país, como o Sudeste, ao surgirem no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo, decorrentes do desempenho positivo apresentado pelas atividades econômicas da região. Estas estruturas são tratadas ora como frentes de expansão, ora como polos dinâmicos, ora como manchas ou focos de dinamismo. Tais características contribuem para tornar a realidade regional muito mais complexa. Essas mudanças fizeram surgir “novos Nordestes”, mais diferenciados e dinâmicos, que vêm sendo caracterizados também por uma grande atração de retornados.

Esse processo desencadeia uma nova organização do espaço, o que pode ser observado em algumas das cidades do Nordeste que apresentam uma recente intensificação em sua dinâmica econômica. De maneira geral, os novos polos têm bastante importância no que diz respeito à nova organização do espaço em vigência no Brasil. Conforme Matos (1995), as teorias de centralidade e de desenvolvimento regional polarizado salientaram a importância dos fatores de atração. Estes se agrupam ao processo de formação das grandes concentrações urbanas e se associam aos requerimentos de mão de obra da expansão econômica concentrada. O processo de desconcentração resume as deseconomias de escala, derivadas dos custos crescentes associados a altas densidades no espaço urbano e a atração exercida pelas cidades secundárias, ao se tornarem importantes do ponto de vista das vantagens aglomerativas.

O que se vê, atualmente, é uma nova tendência de concentração de empresas e de população em espaços não metropolitanos, fenômeno este que pode estar relacionado com a expansão econômica dessas áreas que oferecem vantagens locais, como isenção fiscal, subsídios para as indústrias e oferta de empregos para a população, mesmo que estes sejam de baixa qualificação. A dispersão espacial é, assim, registrada pela dinâmica das atividades econômicas e pela redistribuição da população.

Entretanto, algumas áreas do Nordeste resistiriam às mudanças ao manter sua produção econômica voltada para gêneros primários, a exemplo da cana-de-açúcar na Zona da Mata. Conforme Araújo (2000), as zonas cacaueira, canavieira e o sertão semi-árido, de ocupação antiga e estruturada na regidez do velho domínio político das oligarquias tradicionais, permaneceriam com essas velhas estruturas por mais tempo. Nas zonas canavieiras, por

exemplo, a modernização foi restrita a esse segmento, e impulsionada nos anos de 1970 pelo PROÁLCOOL²⁰.

A Zona da Mata Sul de Pernambuco só começou a presenciar mudanças significativas na sua estrutura econômica com a expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape que inseriu a região no *hall* dos grandes empreendimentos industriais estruturadores do país. Na região de Suape o discurso desenvolvimentista do Governo Federal, iniciado no primeiro mandato do Presidente Lula, traduziu-se no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, que tinha como prioridade investir em construção de grandes empreendimentos e requalificação de infraestrutura existente. O PAC também esteve presente no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, que defendia a conciliação do crescimento econômico com sustentabilidade e equidade social (FUNDAJ, 2016).

Esse “novo-desenvolvimentismo” também era seguido em Pernambuco nas duas gestões do Governador Eduardo Campos. No caso particular de Pernambuco, os adeptos do CIPS propõem oferecer mudança na matriz econômica e social do estado, bem como propõem alterar as relações entre os atores envolvidos, com a intenção de ampliar a expansão econômica de Pernambuco, uma vez que o estado estava passando por um período relativamente longo de estagnação em decorrência da competição imposta pela globalização. A aposta no CIPS seria uma forma de dinamizar a economia e alavancar o crescimento. O CIPS surge, então, como um novo mecanismo para estimular a ampliação da estrutura econômica do Estado, que vinha passando por longo período de estagnação econômica, e com a perspectiva de atrair investimentos externos por meio de projetos estruturadores com a finalidade de competição. Desse modo, a estratégia para ampliar a competitividade do complexo se deu por altos investimentos em infraestrutura, modernização das plantas industriais, qualificação de mão de obra e políticas de fomento e de mitigação de impactos (FUNDAJ, 2016).

Segundo Cozic (2005), para entrar na competição imposta pela globalização, é necessário que o país tenha bases estruturais, econômicas e tecnológicas sólidas, além de uma formação e competência adequadas às experiências das empresas globais. É preciso algumas estratégias para se criar uma multinacional, como: ter acesso às matérias-primas e aos produtos para o processo de produção; ter acesso aos mercados nacionais e continentais, implantando suas firmas em territórios cobiçados; além de dispor de poder de reexportação dos bens que são produzidos em países estrangeiros. Tudo isso faz com que haja uma preocupação na

²⁰ O PROÁLCOOL ou Programa Nacional do Alcool foi criado em 1975 pelo governo brasileiro como forma de estimular a produção do álcool em virtude da crise do mundial do petróleo (ANDRADE, 2005).

reorganização dos modelos portuários, com a criação de grandes navios, que comportassem o aumento dos fluxos de mercadorias pelo mundo, cada vez mais crescente no domínio marítimo. Faz-se necessário, assim, uma nova organização logística dos portos e empresas, como sistemas integrados para fluir as mercadorias.

Pode-se dizer que, na nova era de integração das economias em escala mundial, praticamente todas as economias estão conectadas às práticas do mercado global por meio do incremento nos fluxos comerciais pelo mundo, e tal processo vem ocorrendo com a maioria das atividades econômicas. Diante disso, não se pode mais pensar em crescimento por meio de economias isoladas da nova dinâmica econômica global, uma vez que praticamente todos os lugares estão ligados por fatores econômicos, sociais, culturais e/ou políticos. Chegamos a um ponto em que uma simples mudança, seja na produção, seja na comercialização, ou consumo de um produto, pode interferir significativamente na dinâmica econômica de diversas regiões. É a partir desse contexto que vemos a necessidade de não analisarmos isoladamente a economia de um lugar.

Segundo Santos (2008a), a fase atual é aquela em que a economia se torna mundializada e todas as sociedades terminam por adotá-la de forma mais ou menos total e de maneira mais ou menos explícita. Ainda de acordo com Santos (2008b), a uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias, e os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.

É a partir dessa nova lógica que se faz necessário pensar e agir de forma integrada, principalmente no que diz respeito às propostas de planejamento de uma localidade, tentando observar as mudanças e o processo de articulação da economia local com a dinâmica global, e em particular com a concorrência mundial.

O complexo de Suape, segundo Lima, Sicsú e Padilha (2007), proporcionou a recuperação do papel de entreposto comercial do Estado de Pernambuco nos últimos anos. A localização estratégica de Pernambuco fez com que o Estado adquirisse vantagens por parte de políticas estaduais de incentivos fiscais, conseguindo atrair investimentos em centrais de distribuição com conexões externas. O CIPS é um dos instrumentos que dá incentivo fiscal a empresas com interesse em se instalar no Estado, e para tanto prometeu disponibilizar infraestrutura de transporte, redes de abastecimento de água, energia, telecomunicações em todo o complexo, a fim de atender às necessidades dos investidores. Isso fez com que o CIPS atraísse um número significativo de empresas interessadas na região.

Como já afirmado anteriormente, diversas localidades, no país, vêm passando por transformações econômicas significativas se traduzindo em uma descentralização da dinâmica econômica, o que não é diferente em Suape. Em entrevista para *Cais do Porto.com*²¹ Tânia Bacelar de Araújo afirma que a presença do CIPS em Pernambuco é o elemento condutor dessa nova vaga concentradora. Um porto moderno, bem localizado junto a uma área industrial atrai investidores do país e do exterior, afirmando que efeitos positivos sobre a dinâmica econômica estadual são visíveis, mas os impactos ambientais e sociais são adversos e a rapidez com que os investimentos desembarcaram em Suape amplia os impactos sociais indesejados, sendo necessária a intervenção de políticas públicas adequadas para minimizá-los.

O Complexo de Suape foi considerado como a locomotiva do desenvolvimento do Estado de Pernambuco por ser responsável por mais de 25 mil empregos diretos e ter gerado mais 50 mil empregos na construção civil no período de estruturação (SUAPE, 2012). Entretanto, a região de Suape é bastante complexa em termos econômicos e sociais. Apesar de vivenciar um auge de crescimento econômico em virtude do atual processo industrial, com a instalação de dezenas de industriais vinculadas ao CIPS, a região não preparou a população local para ser absorvida por estes empreendimentos, o que gerou busca por mão de obra migrante. Boa parte da população local ainda estava a pouco tempo vinculado a um sistema de emprego que não necessitava de mão de obra qualificada.

As diferenciações sociais internas, não apenas no Nordeste, mas entre os Estados e dentro de um mesmo Estado, segundo Araújo (2000) são grandes e se traduzem nas condições sociais da população. A dinâmica econômica e as transformações na estrutura produtiva da região foram bem mais intensas do que as alterações na qualidade de vida dos nordestinos. A Zona da Mata conviveu por muito tempo com uma demanda irregular por trabalho vinculada ao período de safra da cana, fato que determinava as condições de emprego adversas dos trabalhadores.

Segundo Santos (2015), com a expansão do CIPS a partir do ano 2007, os municípios diretamente impactados pelos CIPS, como é o caso de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, passam por transformações em suas estruturas econômicas, demográficas, sociais e culturais, que não necessariamente impactam de forma positiva a região, mas podem promover a reprodução de desigualdades, sendo necessário, portanto, questionar se o volume e os tipos de investimentos aportados na região têm sido suficientes para promover um desenvolvimento equitativo nestes territórios e de seus habitantes.

²¹Entrevista com Tânia Bacelar para *Cais do Porto.com*. Disponível em: <<http://www.caisdoporto.com/v2/listagem-materias-detalle.php?id=1&idMateria=515>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

A crise em Suape começaria ainda em 2012 devido ao processo de desmobilização e crise econômica e política. Como era de se esperar, a grande maioria dos postos de trabalho do CIPS era composta por contratos temporários, principalmente os relacionados à construção civil. Desse modo, quando as grandes obras foram concluídas deu início o processo de desmobilização de mão de obra com a demissão em massa de grande quantidade de trabalhadores, desmobilização esta que atingiria seu auge em fins de 2014 e início de 2015. A crise na política brasileira iniciada no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, com o surgimento dos escândalos da Petrobrás na Operação Lava Jato, criou um cenário de crise econômica na região do CIPS provocando mais demissões. Desta vez entre os trabalhadores mais qualificados, a exemplo de técnicos, engenheiros e administradores. Os investimentos, a partir desse momento, passaram a ser mais restritos em consequência da crise econômica e financeira global e dos problemas políticos. A carência dos recursos atingiu obras importantes em andamento, a exemplo da dragagem do canal externo de Suape, orçada em R\$ 340 milhões e paralisada em maio de 2013. A continuidade dessa obra seria fundamental para a operação da Refinaria Abreu e Lima. Licitações para a dragagem de dois terminais, o de Múltiplos Usos e outro para movimentação de contêineres (Tecon 2), também foram afetadas (FUNDAJ, 2016).

Em matéria publicada ao G1Pernambuco sobre a mobilização realizada no Cabo de Santo Agostinho, O diretor do Sintepav-PE afirmou que o complexo portuário chegou a empregar 38 mil trabalhadores, reduzindo para apenas 940 pessoas, naquele momento. Segundo o diretor, o objetivo da mobilização foi montar um cadastro com mão de obra local, uma vez que “não é justo deixar que venha gente de fora”, ao se referir aos migrantes contratados pelas empresas de Suape²².

O presidente do Sintepav, em matéria ao Diário de Pernambuco - sobre um ato que reuniu entre 1 mil e 1,5 mil pessoas com objetivo denunciar o desemprego de trabalhadores desligados da Refinaria Abreu e Lima - afirmou que a Refinaria Abreu e Lima tinha 40 mil trabalhadores no auge de sua construção e que naquele momento contava apenas com 800 trabalhadores. O presidente do Sintepav reforçou que é necessária uma mobilização para construir a segunda parte da obra, que deverá empregar 15.000 trabalhadores, ajudando a diminuir o índice de desemprego na região²³.

²² Matéria publicada em 01 de janeiro de 2016 pelo G1 Pernambuco: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/03/multidao-lota-centro-do-cabo-em-busca-de-emprego-em-suape.html>>.

²³ Matéria publicada em 24 de agosto de 2016 pelo Diário de Pernambuco: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2016/08/24/internas_economia,661465/trabalhadores-realizam-protesto-no-cabo-para-denunciar-desemprego.shtml>.

Tabela 1 - Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca - Volume e saldo de admissões e demissões (2007-2016)

Ano	Cabo de Santo Agostinho			Ipojuca		
	Admissões	Demissões	Saldo	Admissões	Demissões	Saldo
2007	8.328	8.050	278	9.513	7.074	2439
2008	11.697	9.104	2593	13.068	10.206	2862
2009	11.931	12.486	-555	18.895	14.103	4792
2010	16.250	12.982	3268	37.453	21.611	15842
2011	18.903	17.084	1819	46.212	38.221	7991
2012	19.284	17.689	1595	46.619	42.911	3708
2013	19.661	19.590	71	45.577	45.726	-149
2014	22.241	27.128	-4887	24.621	47.448	-22827
2015	15.047	17.979	-2932	10.011	26.717	-16706
2016	11.382	13.984	-2602	9.241	9.183	58
Total	154.724	156.076	1.352	261.210	263.200	1.990

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Base de dados: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Na Tabela 1 verifica-se que o volume de admissões foi crescendo paulatinamente nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Entretanto, esse crescimento se deu no primeiro município até o ano de 2015, enquanto que em Ipojuca esse crescimento se deu até o ano de 2014, quando começou a diminuir o volume de admissões. Vale destacar também, que apesar desse crescimento, houve momentos em que o volume de demissões superou o volume de admissões. Isso pode se observado já no ano de 2009 no Cabo de Santo Agostinho que apresentou saldo negativo de 555, e em Ipojuca no ano de 2013, com saldo negativo de 149. Em 2014 o volume de demissões superou as admissões em ambos os municípios, mas em Ipojuca o volume de demissões é quase o dobro do volume de admissões, atingindo um saldo negativo de 22827, enquanto que no Cabo de Santo Agostinho o saldo foi de -4887. Em 2015 ambos os municípios ainda apresentavam saldo negativo, o Cabo com -2932 e Ipojuca com -16706. Em 2016, Ipojuca começou a apresentar saldo positivo, com volume de admissões superando as demissões. Isso se deve ao fato da retomada das atividades da Refinaria Abreu e Lima, paralisadas com a crise econômica e política iniciada no país em fins de 2013 e início de 2014.

Os dados acima demonstram, justamente, o processo de dinamismo econômico vivenciado pela região de Suape entre 2007 e 2013, período em que o CIPS atinge seu auge de crescimento com respaldo na oferta de emprego na região. Vale salientar que, muito desse dinamismo esteve relacionado à oferta de empregos temporários em sua grande maioria, principalmente os empregos voltados para as atividades da construção civil, com contratos de

trabalho que duram em média seis meses. Fato que explica o grande volume tanto de admissões, quando de demissões em um curto intervalo de tempo.

Isso sugere que a região de Suape, apesar das mudanças ocorridas, ao longo do tempo, em virtude de alterações no padrão das atividades econômicas, ainda continua a se caracterizar pela oferta de empregos temporários. Antes voltados mais para as atividades agrícolas da cana-de-açúcar, e hoje relacionados a outros setores de atividades. Entretanto, não podemos deixar de destacar que em termos de qualidade de trabalho e formalização houve uma significativa melhora.

Na Tabela 2 observa-se o volume de admissões e demissões dos dois setores de ocupações com maior dinamismo entre 2008 e 2016. Este período pode ser dividido didaticamente em três fases: início da expansão do CIPS (2008-2010); *boom* do CIPS (2011-2013) e estagnação do CIPS (2014-2016). Nela observa-se que as demissões atingem um ápice entre 2014 e 2016, quando no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca os saldos foram negativos tanto no setor ocupacional da construção civil, quanto na indústria de transformação. Vale salientar que em Ipojuca, no período de estagnação, o volume das demissões na construção civil (26.892), foi quatro vezes maior do que o volume das admissões (6.011), correspondendo a um saldo de -20881. No Cabo de Santo Agostinho esse saldo ficou em -2461. Na indústria de transformação o saldo se apresentou negativo em ambos os municípios, o Cabo de Santo Agostinho com saldo de -2779 e Ipojuca com -7329, mas neste último município as demissões na indústria de transformações foram bem superiores as observadas no Cabo de Santo Agostinho. Na fase do *boom* de Suape, as admissões superaram as demissões em Ipojuca nos dois setores de ocupação. Enquanto que no Cabo de Santo Agostinho as demissões superaram um pouco as admissões no setor da indústria de transformação. Isso pode sugerir uma migração de mão de obra das empresas localizadas no Cabo para empresas localizadas em Ipojuca, uma vez que em Ipojuca estão localizadas as maiores empresas do CIPS, a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul e a Petroquímica Suape. Conforme o relatório de Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015, embora a maior parte dos 13.500 ha do CIPS (61%) se localize no município do Cabo de Santo Agostinho, toda a zona industrial e portuária - geradora de maior receita com a arrecadação de impostos – concentra-se no município de Ipojuca, que detém 39% do CIPS.

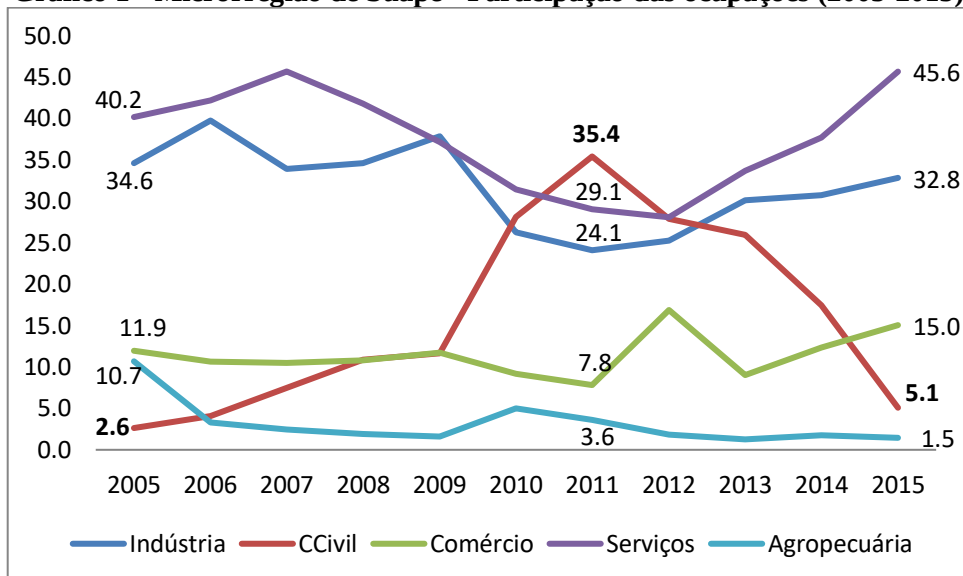
Tabela 2 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Admissões e demissões por setor ocupacional (2008-2016)

Setor de Ocupação	Cabo de Santo Agostinho								
	2008-2010			2011-2013			2014-2016		
	Admissões	Demissões	Saldo	Admissões	Demissões	Saldo	Admissões	Demissões	Saldo
Construção Civil	9.850	7.446	2.404	14.704	13.292	1.412	11.209	13.670	-2461
Indústria de Transformação	16.537	14.909	1.628	17.696	17.923	-227	14.682	17.461	-2779
Setor de Ocupação	Ipojuca								
	2008-2010			2011-2013			2014-2016		
	Admissões	Demissões	Saldo	Admissões	Demissões	Saldo	Admissões	Demissões	Saldo
Construção Civil	28.385	13.571	14.814	74.965	67.911	7.054	6.011	26.892	-20881
Indústria de Transformação	22.632	16.501	6.131	27.736	23.365	4.371	14.206	21.535	-7329

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Base de dados: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

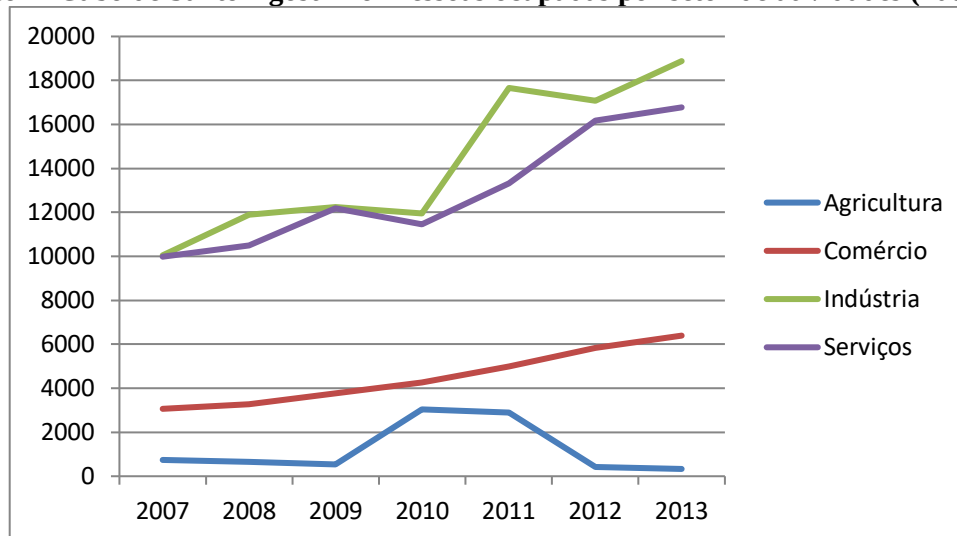
O Gráfico 1 se referente à proporção das ocupações por atividade econômica na Microrregião de Suape a partir da expansão do CIPS. Nele podemos observar que houve uma redução significativa da participação das ocupações ligadas à agropecuária, passando de 10,7% em 2005, para 1,5% em 2015. As ocupações na indústria tiveram momentos de crescimento e de declínio na participação entre 2005 e 2015. O ano de 2016 foi o que apresentou melhor desempenho nas ocupações industriais, correspondendo a mais 35% do total das atividades. Em 2009 inicia-se um período de declínio que vai até 2011, quando retoma o crescimento. Quanto à participação das ocupações na construção civil, podemos verificar que houve um crescimento significativo até 2011, passando de apenas 2,6% para 35,4% em 2011. Isso se deve justamente ao período de maior demanda por profissionais para as construções das grandes obras estruturadoras do CIPS. Observa-se que a partir de 2011 inicia-se um momento de declínio na participação dessas ocupações, em virtude do processo de desmobilização dos trabalhadores da construção civil com o término das grandes obras. Em 2015 a participação das ocupações da construção civil apresentava apenas 5,1%. Vale destacar que, enquanto a participação das ocupações da construção civil atingiu seu auge em 2011, a participação das ocupações ligadas aos serviços chegou a sua menor participação, correspondendo a pouco mais de 24%. Quanto às ocupações ligadas ao comércio, verifica-se que em 2012 foi o ano que apresentou melhor desempenho, ultrapassando os 15%.

Gráfico 1 - Microrregião de Suape - Participação das ocupações (2005-2015)

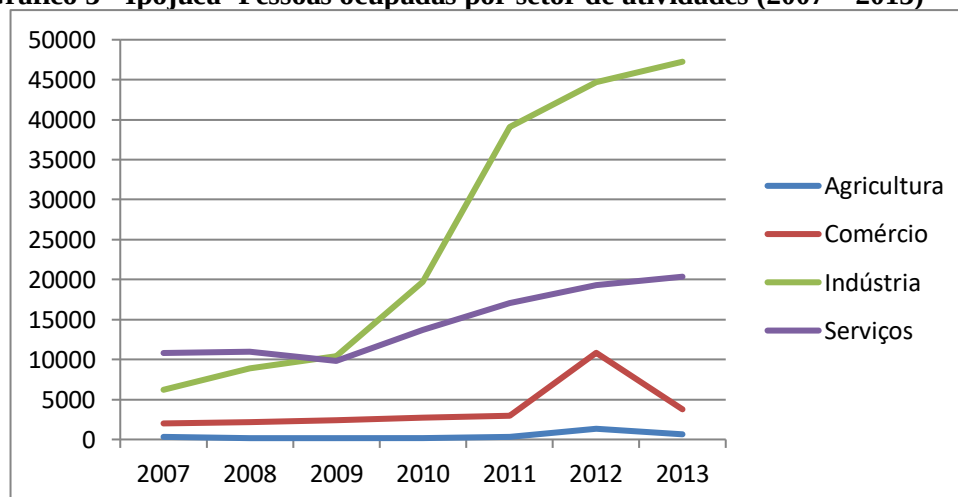
Fonte: Dados da RAIS. Sidartha Sória e Silva, 2017²⁴.

Os Gráficos 2 e 3 apresentam as pessoas ocupadas por setor de atividade no período de 2007 a 2013, para cada um dos dois municípios (Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca). Observa-se que em ambos os municípios houve mudança significativa da participação dos setores de atividade na economia. O crescimento do valor absoluto dos ocupados no setor de atividade da indústria que em 2007 estava na casa dos 10.000 ocupados, passou para quase 19.000 ocupados no Cabo de Santo Agostinho. Em Ipojuca esse crescimento foi bem mais significativo, ao verificar que os ocupados na indústria eram pouco mais de 6.000 pessoas em 2007 e em 2013 chegou a mais de 47.000 pessoas. Isso indica que Ipojuca vem passando por transformações relevantes na sua estrutura econômica em poucos anos, deixando de ser uma economia tradicionalmente rural para se tornar uma economia industrial. Vale destacar que as ocupações ligadas à agricultura estão na contramão desse crescimento, apesar do pequeno crescimento no volume de ocupados na agricultura, entre 2010 e 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho. Em Ipojuca a participação da população ocupada na agricultura permaneceu estável em praticamente todo o período analisado. Quanto aos serviços, observa-se um crescimento significativo em ambos os municípios, o que já era de se esperar, na medida em que ambos estão na rota do turismo do Brasil. Vale destacar o crescimento da participação da população ocupada no comércio, no ano de 2012, justamente quando se dava o auge do CIPS que acabava por atrair população para ambos os municípios.

²⁴ SILVA, Sidartha Sória. Desenvolvimento e Trabalho em PE: evolução recente das ocupações econômicas e redesenho da classe trabalhadora no estado. Mimeo, 2017.

Gráfico 2 -Cabo de Santo Agostinho- Pessoas ocupadas por setor de atividades (2007-2013)

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014. Tabulação Própria.

Gráfico 3 - Ipojuca- Pessoas ocupadas por setor de atividades (2007 – 2013)

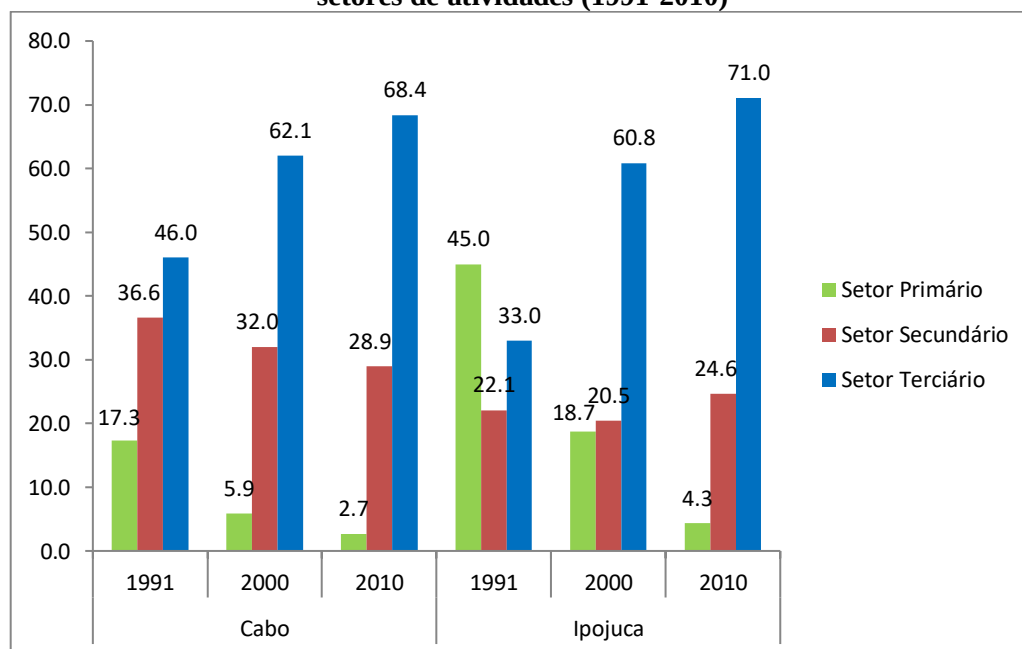
Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014. Tabulação Própria.

No Gráfico 4 está discriminada a evolução do peso de cada setor de atividade na economia dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Nele observamos a nítida mudança na estrutura econômica dos dois municípios ao longo dos três últimos censos demográficos. No Cabo de Santo Agostinho o setor primário que correspondia a 17,3% em 1991, passa para 5,9% em 2000, caindo para apenas 2,7% em 2010. O setor secundário no Cabo também apresentou um declínio na sua participação, passando de 36,6% em 1991, para 28,9 em 2010, mas este declínio foi bem menor do que o observado no setor primário. O oposto é verificado no setor terciário, que apresentou crescimento na participação ao longo das três décadas, passando de 46% em 1991 para 2010.

As alterações na estrutura econômica do município de Ipojuca foram ainda mais significativas, ao observarmos que em 1991 o setor primário correspondia a 45%, ou quase metade da economia do município, caindo para 18,7% em 2000, e para apenas 4,3% em 2010. No setor secundário houve uma queda na participação entre 1991 e 2000, passando de 21,1% para 20,5%, mas retomando seu desempenho entre 2000 e 2010, ao atingir os 24,6% de participação. Quanto ao setor terciário, verificamos que seu peso na economia de Ipojuca aumentou significativamente, passando de 33% em 1991, para 71% em 2010. Isso indica que Ipojuca passou de uma economia meramente voltada para atividades primárias, até a década de 1990, para uma economia altamente voltada para os serviços. Tal fato se deve ao crescimento das atividades turísticas no município, entre 2000 e 2010. Apesar do gráfico não disponibilizar dados mais recentes, sabemos que, a partir de 2005, Ipojuca começou a se destacar também no setor da indústria de transformação.

Vale destacar que o declínio observado na indústria, entre 1991 e 2000, em ambos os municípios, esteve relacionado à crise e fechamento das indústrias e usinas de produção de álcool na década de 1990, quando se iniciou a busca por alternativas econômicas nos municípios.

Gráfico 4 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Evolução da participação dos três grandes setores de atividades (1991-2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE – 1991, 2000 e 2010. Tabulação Própria

Na Tabela 3 podemos analisar melhor a evolução da participação das principais atividades nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Nela verificamos que até a década

de 1990, a principal atividade desenvolvida pela população, em ambos os municípios, era a voltada para a cultura de cana-de-açúcar, o Cabo com uma proporção de 11,5% e Ipojuca com 36,5% do total de todas as atividades. A indústria da construção ocupava a segunda colocação, e os serviços domésticos a terceira, em ambos os municípios. Em 2000, os serviços domésticos passam a ser a principal atividade em ambos os municípios, indicando uma mudança na estrutura do emprego, com uma possível mobilidade da população ocupada para outros setores de atividades, o que pode sugerir uma primeira mobilidade social, que decorreu, justamente da crise na produção da cana-de-açúcar. Já em 2010, a principal atividade exercida pela população no Cabo de Santo Agostinho era as voltadas para as atividades da construção civil, correspondendo a 9,2%. Enquanto que em Ipojuca, o destaque ficou para as atividades relacionadas ao alojamento, sendo visível a mudança na estrutura econômica e consequentemente do emprego, em virtude do crescimento dos serviços turísticos entre 2000 e 2010.

Tabela 3 - Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca- Proporção das principais atividades econômicas (1991-2000-2010)

	Cabo de Sto. Agostinho					
	1991		2000		2010	
	Cultura de cana-de-açúcar	11,5	Serviços domésticos	8,0	Atividades de construção não especificadas	9,2
	Indústria da construção	9,8	Construção de edifícios e obras de engenharia civil	6,8	Serviços domésticos	6,3
	Serviços domésticos remunerados	5,4	Transporte rodoviário de passageiros	4,1	Atividades de comércio não especificadas	3,9
	Demais atividades	73,3	Demais atividades	81,1	Demais atividades	80,6
	Total	37235	Total	41158	Total	60129
	Ipojuca					
	1991		2000		2010	
	Cultura de cana-de-açúcar	36,5	Serviços domésticos	10,1	Alojamento	7,5
	Indústria da construção	7,5	Construção de edifícios e obras de engenharia civil	6,7	Atividades de construção não especificadas	7,0
	Serviços domésticos remunerados	6,9	Cultivos agrícolas mal especificados	6,0	Serviços domésticos	6,7
	Demais atividades	49,1	Demais atividades	77,1	Demais atividades	78,8
	Total	14508	Total	14971	Total	25677

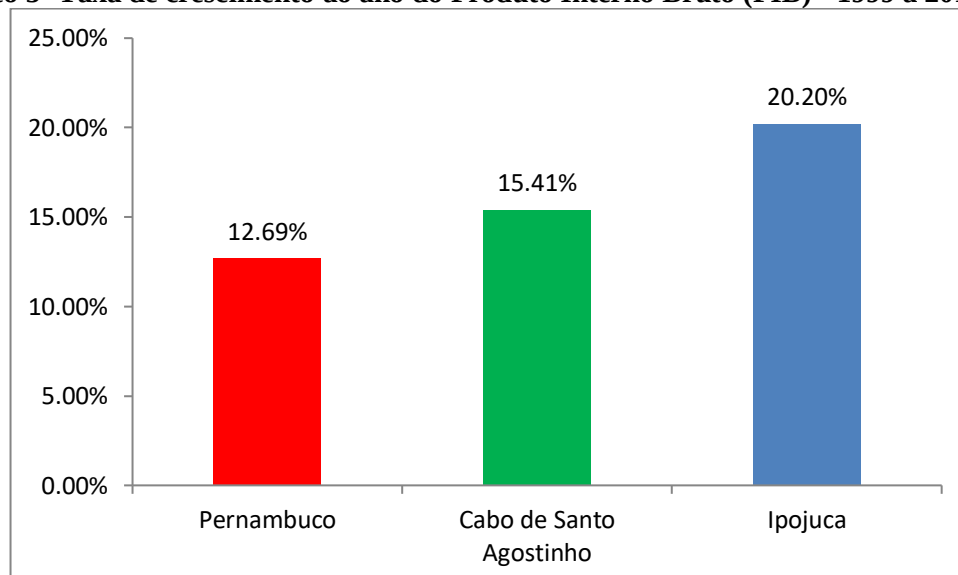
Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE 1991, 2000 e 2010.

No Gráfico 5, que diz respeito à variação percentual do PIB ao ano, no período de 1999 a 2011, podemos verificar que o PIB do município de Ipojuca obteve crescimento bem acima do PIB do Cabo de Santo Agostinho e mesmo do Estado de Pernambuco. O PIB de Pernambuco

era de 24.878.854.000 em 1999, passando para 104.393.980.000 em 2011, um crescimento de 12,69%. Já o PIB do Cabo foi de 967.619.000 em 1999, atingindo 5.401.388.000 em 2011, contando com um crescimento de 15,41%. O município de Ipojuca vem se destacando em relação ao PIB se comparado com os demais municípios do Estado, Ipojuca se apresentava com o segundo maior PIB do Estado de Pernambuco, perdendo apenas para a capital Recife. Ipojuca contava com um PIB de 1.05.1568.000 em 1999, atingindo os 9.560.448.000 em 2011, um crescimento de 20,20%. Vale destacar que até 2011 os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca vivenciavam seu melhor desempenho econômico. Em 2014 o PIB do Cabo de Santo Agostinho correspondia a 8.462.097.000 e o de Ipojuca a 7.245.824.000, indicando uma leve queda no PIB de Ipojuca, se comparado com anos anteriores. Fato que pode ser explicado pela crise econômica e política que afetou significativamente o funcionamento de algumas empresas localizadas em Ipojuca. Mesmo assim, os dados demonstram que Suape, atualmente, tem um peso considerável na participação da economia de Pernambuco.

Entranto, vale destacar que o crescimento econômico refletido no PIB, não se traduzia, nem ainda se traduz em qualidade de vida, bons rendimentos e principalmente em infraestrutura, particularmente em educação, nos municípios analisados, como poderá ser verificado mais adiante nos dados sobre indicadores sociais.

Gráfico 5 -Taxa de crescimento ao ano do Produto Interno Bruto (PIB) - 1999 a 2011



Fonte: IBGE 1999 – 2011. Tabulação Própria

4.3.1 O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)

A idealização do Complexo Industrial Portuário de Suape se iniciou ainda em 1960 quando foram feitos estudos para ver a viabilidade da construção de um “super-porto” na região destinado a exportação e instalação de indústrias no seu entorno com a finalidade de gerar demanda e não apenas atender a demanda já existente na área. A concepção de Suape teve origem no moderno conceito de integração porto-indústria empregado no Porto de Marseille-Fos, na França, e em Kashima, no Japão. A escolha para sua localização se deu a partir de condições geográficas favoráveis, a exemplo da profundidade das águas junto à costa, da formação de arrecifes de corais, constituindo um quebra-mar natural, existência de uma extensa área para se instalar as indústrias e distância da movimentação metropolitana da cidade do Recife. Em 1973 começou a ser elaborado o plano diretor com a finalidade de implantação do complexo industrial e portuário que integraria extensa área para indústrias e serviços de apoio ao porto marítimo. A Pedra Fundamental do Porto de Suape se deu em 1974, mas sua concepção foi definida na segunda metade da década de 1970, quando em 1978 surgiu como instituição pública, por meio da Lei Estadual nº 7.763, que criou a empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário (Imagem 1), com a finalidade de administrar a implantação do distrito industrial e de explorar as atividades portuárias. Entretanto, o CIPS só começou efetivamente a funcionar em 1983, com a movimentação de álcool pela Petrobrás (GOVERNO DE PERNAMBUCO/SUAPE, 2016).

Com Suape em funcionamento, inicia-se o processo de expansão do CIPS, quando em 1986, devido a necessidade de desembarque de outros tipos de cargas, começa a construção do Cais de Múltiplos Usos, o CMU, onde poderiam ser movimentados contêineres e granéis sólidos. A construção do porto interno foi concluída em 1999 por meio de recursos públicos federais de investimentos em infraestrutura portuária, contando, no ano de 1996, com apoio financeiro do Governo Federal com Suape através do Programa Brasil em Ação. A segunda etapa da expansão do porto interno foi iniciada em 2001, e nesse mesmo ano os cais 2 e 3 do porto interno foram arrendados pela empresa Tecon Suape. A partir daí a expansão do CIPS (Imagem 1) se daria em ritmo bastante acelerado, quando entre 2005 e 2007 se deu o auge desse processo de expansão com a pedra fundamental da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima e inauguração do Estaleiro Atlântico Sul, respectivamente. Mas a Refinaria Abreu e Lima iniciou sua operação do primeiro trem de refino em novembro de 2014 (GOVERNO DE PERNAMBUCO/SUAPE, 2016).

Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco e a Condepe/Fidem (2008), a operacionalização do complexo vem se consolidando a partir dos recentes investimentos governamentais e privados, se destacando a refinaria, o estaleiro e o polo petroquímico, o pólo siderúrgico e metal-mecânico, empreendimentos com significativa repercussão na ocupação deste território, que extrapola os municípios onde Suape está inserido.

Imagem 1 – Obras do Complexo Industrial Portuário de Suape



Fonte: Valtemira Mendes Vasconcelos/2013.

Vale salientar que a ideia da construção de um porto exportador de grande porte em Pernambuco surgiu ainda em 1955 com estudos realizados pelo Padre Lebrete acerca do desenvolvimento do Estado de Pernambuco. A sugestão de Lebrete (1955) foi para o aproveitamento do porto do Recife, mas deixou claro que não se pode contentar apenas com um melhoramento do porto que tenda simplesmente a corresponder às necessidades daquele momento. Segundo o autor, como o único porto da região está localizado em Recife será para esta cidade que os produtos futuros convergirão, quer se trate de produtos minerais, ou de transformação desses minerais, quando indústrias metalúrgicas se instalarem na zona. Entretanto, Lebrete não contava que, em vez de se aproveitar a existência do porto do Recife fosse pensada na construção de um novo porto na região de Suape, como forma de desafogar o porto do Recife e propor o desenvolvimento regional a partir da descentralização de polos de desenvolvimento no país, seguindo uma política de desenvolvimento a nível nacional. É sabido que foram várias as motivações para a instalação do CIPS na região de Suape. Entre elas estão as motivações geográficas e logísticas, isenções fiscais que a região ofereceu e ainda vem

oferecendo para as empresas que lá se instalam, alianças entre o Estado e as organizações privadas, assim como seguir uma política de desenvolvimento descentralizada. Lebre, então, propôs um plano de longo prazo para Pernambuco e falou da necessidade de assegurar as indústrias de base e essenciais, como elemento da infraestrutura econômica. Assim, segundo o autor, seria normal que se tivesse, na região do Recife, uma importante refinaria de petróleo.

Não é suficiente ter depósitos; uma refinaria se impõe. [...] Cremos, porisso, que é um dos pontos absolutamente essenciais conseguir uma refinaria de petróleo, nesse imenso espaço a abastecer. E isto é um assunto que consulta rigorosamente o interesse de toda a região. (LEBRE, 1955, p. 36).

Foi a partir desse discurso desenvolvimentista que Suape tornou-se central. A perspectiva do futuro de Pernambuco estaria voltada para essa ideia de construção de um polo industrial portuário que transformaria o território de Suape em um complexo que interligaria o mercado global, regional e local com a finalidade de alavancar o desenvolvimento do Estado. A concepção inicial do complexo se deu entre 1960 e 2004, mas a aceleração econômica empreendida pelo CIPS se deu entre 2005 e 2012.

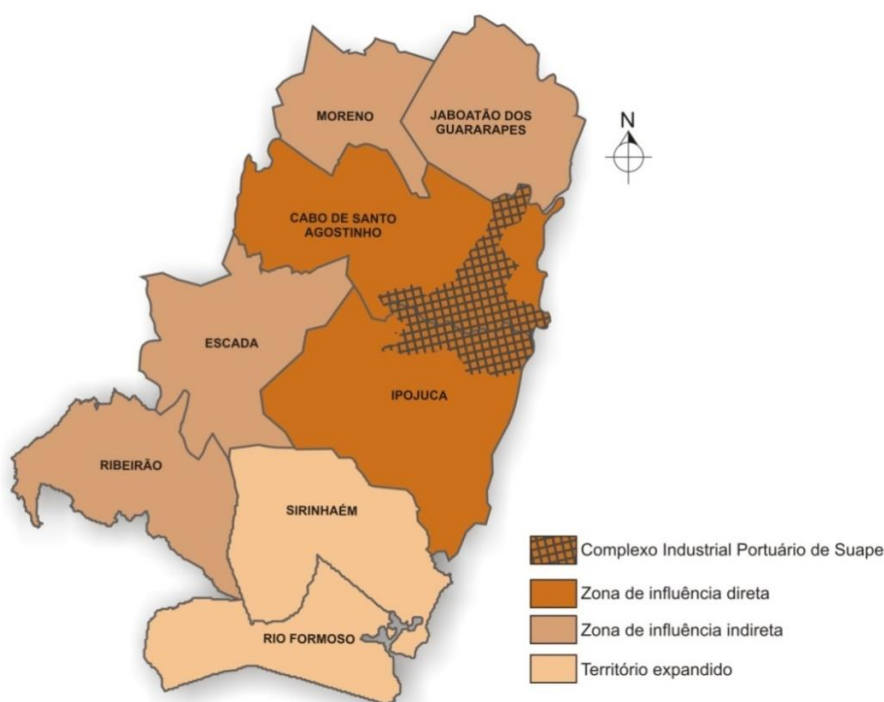
Considerado como um dos grandes projetos de desenvolvimento da economia brasileira nos últimos anos e aliando ao conceito de porto-indústria, o CIPS é um empreendimento que vem oferecendo oportunidades de emprego em diversos setores e atraindo investimentos. Pelo fato de estar interligado a mais de 160 portos pelo mundo, o CIPS se apresenta como o porto público mais estratégico do Nordeste e como um hub port natural concentrador e distribuidor de cargas. Hoje, o complexo é administrado pela estatal SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, com a autorização do Governo Federal, por meio de convênio firmado em 1992 (GOVERNO DE PERNAMBUCO/SUAPE, 2016).

De acordo com o Plano Diretor Suape 2030 (2011), o Complexo Industrial-Portuário Governador Eraldo Gueiros/SUAPE ocupa uma área de 13.500ha situada nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, a porção norte, e no município de Ipojuca, porção sul. A área está inserida na planície litorânea e é bastante irrigada por bacias hidrográficas do rio Tabatinga, possuindo topografia medianamente acidentada e vasta cobertura vegetal com suas principais vias de acessos sendo as rodovias BR-101 e PE-060. Nesse sentido, observa-se que a área é cercada de mananciais e mata atlântica, além de apresentar um relevo acidentado onde se faz necessário um planejamento ambiental e social. Assim, o Decreto nº 37.160, de 23 de setembro de 2011 institui o Plano Diretor - SUAPE 2030 que dispõe sobre o ordenamento do solo da

Empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Entretanto, a preocupação só veio surgir depois de década se sabendo das necessidades de um plano específico e voltado para preocupações socioambientais, que atendesse o ordenamento desse território, onde está instalado o complexo. No Art. 1º fica aprovado o Plano Diretor - SUAPE 2030 que define o zoneamento ambiental, industrial e portuário, bem como as condições de uso, ocupação e parcelamento do solo do espaço territorial de Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.

Nas últimas décadas, tem-se constatado um crescimento econômico intenso no Estado de Pernambuco, principalmente nos municípios que compõem o Território Estratégico de Suape (TES). A irradiação da influência do Complexo Industrial Portuário de Suape atinge oito municípios, os quais compõem o chamado Território Estratégico de Suape: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso. O centro do TES é formado por parte da área do Cabo de Santo Agostinho e por parte da área de Ipojuca, estes que dizem respeito à zona de influência direta. Na zona de influência indireta se encontram os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada e Ribeirão e no território expandido se encontram os municípios de Sirinhaém e Rio Formoso, como pode ser observado no Mapa 2.

Mapa 2 - Território Estratégico de Suape - TES



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/ Agência CONDEPE/ FIDEM.

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco e a Condepe/Fidem (2008), a isenção fiscal e a disponibilidade de terras concedidas pelo Estado de Pernambuco fizeram se consolidar o CIPS. Surgiu, assim, a preocupação em formar um território estratégico na região a fim de facilitar a administração dessa área, já que ela engloba diversos municípios. O relatório que constitui as Diretrizes para a Ocupação Sustentável Território Estratégico de Suape de 2008 tem como objetivo promover a ocupação sustentável do TES com a melhoria da habitabilidade e da competitividade através da sua estruturação e qualificação físico-ambiental, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação das qualidades ambientais. O documento foi construído de maneira integrada, contando com a Empresa Suape, Secretaria das Cidades e as prefeituras dos municípios envolvidos, além de diversos agentes federais e estaduais, sob a coordenação da Agência Condepe/Fidem.

Diante do contexto observa-se que a consolidação do TES pode ser considerada uma forma de divisão política administrativa – que se sobrepõe, mesmo, em algumas situações, ao poder municipal – relacionada com questão da terra, do território e do Estado, o tripé anteriormente mencionado, e que está intimamente ligado à herança da formação territorial do Brasil como afirmou Moreira (2011), onde a lei da “terra” e sua disponibilidade estão sobre jurisdição do Estado, mas onde a maioria da população não tem voz, nem poder de escolha. Ou seja, a terra, o território é de interesse do mercado e dos grandes empresários sobre proteção do Estado. Sem que haja um prévio ordenamento territorial²⁵ e planejamento que atenda às necessidades da população, sejam elas de moradia e infraestrutura básica. Ainda de acordo com Moreira (2006), com o recorte do espaço nasce o território, e o arranjo do espaço pode ser concebido como um complexo de territorialidades, ou seja, um complexo de recortes, de áreas “configurativas” do espaço como uma estrutura genealogicamente tensa e densa de conflitos. Assim, para Moreira (2011), o espaço passa de determinado a determinante. E o veículo para isso é o arranjo espacial, econômico, jurídico-político, cultural que se dá a partir da seletividade e configurado por meio do recorte das escalas.

²⁵ De acordo com Moreira (2006), o ordenamento territorial é a forma como a estrutura espacial territorialmente se autorregula no todo das contradições da sociedade, de modo a manter a sociedade funcionando segundo sua realidade societária.

4.4 DINÂMICA DEMOGRÁFICA POSTERIOR A EXPANSÃO DO CIPS

De acordo com Rigotti (2006), existe um elo entre o crescimento demográfico de uma área e o desenvolvimento econômico regional. Segundo Araújo (2000, p. 191), o agravamento da situação social no Nordeste está relacionado com a questão migratória, na medida em que a emigração funcionou durante muito tempo como uma válvula de escape da tensão social. Entretanto, na década de 1990, a crise exerceu papel inibidor do fluxo direcionado para outras regiões do país. A população começou a se dirigir para os centros urbanos da própria região Nordeste, que nesse momento se apresentava mais atrativa devido ao surgimento de diversos polos industriais.

Segundo Rigotti (2006), o processo de reestruturação produtiva amparado na desconcentração da atividade econômica do país, com a perda, por exemplo, de São Paulo na participação da produção a partir da década de 1970, fez com que se iniciasse uma maior regionalização dos fluxos populacionais, principalmente em relação às redes dos migrantes mais escolarizados. Isso acabaria por alterar a dinâmica populacional no Nordeste.

Ainda segundo o autor, o Nordeste começou a se destacar como região atrativa, inclusive para migrantes mais qualificados. Entre 1986 e 1991, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi identificada, pelo autor, como uma área de troca de mão dupla com o Nordeste, na medida em que era tanto área de destino, quanto área de origem de migrantes mais qualificados. Vale salientar, no entanto, que São Paulo não funcionava como destino mais relevante para emigrantes mais escolarizados do Nordeste nesse período. Já entre 1995 e 2000, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro não se destaca como área fornecedora de migrantes para o Nordeste. São Paulo é quem assume esse destaque, mas enviava população para áreas centrais do Nordeste e não para o litoral, como ocorreu com o Rio de Janeiro, sugerindo que a existência de uma migração de retorno para o interior do Nordeste. Quanto aos migrantes menos escolarizados, entre 1986 e 1991, o Nordeste absorvia população dos aglomerados metropolitanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de absorver, também, população procedente da própria região para a capital mais próxima do entorno. Entretanto, São Paulo, nessa época ainda exercia função de absorvedora de migrantes de baixa escolaridade. O autor ressaltou que houve alteração importante no padrão espacial dos fluxos, de população menos escolarizada entre 1995 e 2000, ao observar que o destino desse tipo de migrante era bem delimitado por poucas regiões do entorno das áreas de repulsão. Além disso, o interior do Nordeste se apresentou com muitas mesorregiões receptoras desses migrantes menos

escolarizados, indicando a existência de retornados, mas a Região Metropolitana de São Paulo continuava sendo o principal destino dos migrantes com menos escolaridade (RIGOTTI, 2006).

A população migrante inter-regional, no Brasil, sempre foi composta em sua maioria por nordestinos. Mesmo sendo considerada como região expulsora durante décadas, ao apresentar saldos migratórios líquidos negativos de 1950 a 2000 (NETTO JÚNIOR, MOREIRA, ARAÚJO & FIGUEIREDO, 2003), o Nordeste começa, ainda na década de 1980, a diminuir a evasão populacional e a aumentar os fluxos de imigração, adquirindo maior complexidade com a predominância de deslocamentos urbano-urbano. Atualmente, o contexto migratório no Nordeste é mais heterogêneo em virtude do surgimento de outros tipos de mobilidade, que passaram a assumir maior peso em termos gerais, bem como em aspectos seletivos e qualitativos (OJIMA & FUSCO, 2015).

O Nordeste começava a atrair migrantes originados não apenas da própria região, como também de regiões que anteriormente eram suas receptoras de população. Isso se daria em conjunto com outras alterações verificadas na dinâmica migratória nacional. Mas isso não se daria em todas as localidades do Nordeste, nem ao mesmo tempo. Alguns Estados e municípios alterariam sua dinâmica demográfica apenas recentemente, por meio de políticas governamentais de incentivo ao crescimento econômico de áreas estagnadas, a exemplo do já mencionado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, que favoreceu a retomada de crescimento de muitos dos municípios do Nordeste (NETTO JÚNIOR, MOREIRA, ARAÚJO & FIGUEIREDO, 2003).

Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca começaram a ganhar importância em termos quantitativos de fluxos populacionais de entrada, justamente a partir de 2007, em virtude da expansão do CIPS. Ao longo de décadas, ambos os municípios se apresentavam como área tradicional de baixa dinâmica migratória ao longo de décadas, particularmente em termos de atração de migrantes. Isso se devia ao fato desta região estar inserida, durante décadas, numa economia atrelada a atividades de empresas que não inovavam internamente ou inovavam pouco, a exemplo da produção da cana-de-açúcar, promovendo atividades laborais empobrecidas que apresentavam situações pouco vantajosas para o emprego. A região ficou atrativa quando foi criado um ambiente econômico competitivo com o surgimento de postos de trabalho nas indústrias do CIPS, ao dar respaldo para a expansão do comércio e dos serviços. Os fluxos de entrada de migrantes mais recentes para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca estão relacionados com o período de maior dinamismo no CIPS, ou seja, nos anos de 2007 a 2010. Momento em que o complexo portuário consolida-se com a

instalação do Estaleiro Atlântico Sul, da Petroquímica Suape, da Bünge, da Petrobras / PDVSA e da Refinaria de Petróleo (FUNDAJ, 2015).

Esses empreendimentos mudaram substancialmente a dinâmica demográfica dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca ao favorecer a atração de população com diversos perfis sociais. A população migrante não é apenas composta por migrantes pouco qualificados e oriundos de zonas rurais da própria região Nordeste, como foi no passado. Atualmente, são vários os tipos de migrantes, bem como os tipos de modalidades de fluxos de entrada na região de Suape. Os migrantes com maior qualificação e experiência profissional vêm aumentando, do mesmo modo que a origem de boa parte dos fluxos tem sido de regiões mais distantes e até mesmo mais desenvolvidas economicamente. Além disso, têm ocorrido, cada vez mais, fluxos temporários em virtude da demanda, do setor industrial e dos serviços, por mão de obra específica.

No caso particular da demanda para o CIPS, os profissionais migrantes se diferenciam em termos de qualificação e nível socioeconômico, podendo ser desde peões da construção civil, até técnicos, administradores e engenheiros altamente qualificados. Entretanto, vale salientar que, nas primeiras fases de construção dos empreendimentos, o maior volume de migrantes é composto por mão de obra com menor nível de instrução e perfil socioeconômico menor, a exemplo de peões da construção civil, isto não significa que não possuem qualificação ou experiência profissional. Já nas etapas seguintes, como a demanda é por profissionais mais escolarizados, os migrantes são em boa parte técnicos e pessoal com nível superior.

Conforme dados do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco, publicados no Jornal de Comércio, de um total de 42 mil operários da construção da refinaria Abreu e Lima, em Suape, 17,6 mil eram de fora do Estado de Pernambuco, correspondendo a 42% do total de trabalhadores da refinaria no início de 2014. Estes são em sua grande maioria trabalhadores do trecho que “peregrinam Brasil afora de obra e obra” e que transformaram bairros dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca em comunidades operárias, acomodados nos grandes alojamentos das empresas (a Vila Residencial do Consórcio Conest alojava mais de 3.000 operários) ou nas repúblicas de peões formadas em condomínios e pousadas. Os baianos são maioria, correspondendo a 60% ou 70% dos trecheiros, pelo fato de ser mão de obra de melhor custo benefício para as empreiteiras, em virtude da qualificação, para a atividade industrial, adquirida com a experiência do polo petroquímico de Camaçar. Segundo Wilson Fusco, pesquisador da Fundaj, a região de Suape presencia um fenômeno oposto de migração, na medida em que esses tipos de fluxos se davam, geralmente, da periferia para o centro e atualmente, observa-se a presença de muitos migrantes vindos de regiões mais desenvolvidas

do país. Tal fato se deu pela necessidade de suprir a lacuna de mão de obra qualificada na região²⁶.

Na Imagem 2 podemos observar a concentração de migrantes temporários da construção civil, também conhecidos como peões do trecho. A Imagem 3 retrata um momento de distração dos peões do trecho na Vila Residencial do Consórcio Conest que alojava mais de 3.000 operários de diversos estados do país.

Imagem 2 - Concentração de Peões do Trecho



Foto: Paula Sampaio Fonte: Projeto Nordeste Emergentes/Fundaj/2013.

Imagem 3 - Peões do Trecho na Vila Residencial do Consórcio Conest



Foto: Paula Sampaio Fonte: Projeto Nordeste Emergentes/Fundaj/2013.

A evolução da população dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca pode ser observada no Gráfico 6. Nele verificamos que a população do Cabo era de 75.829 mil em

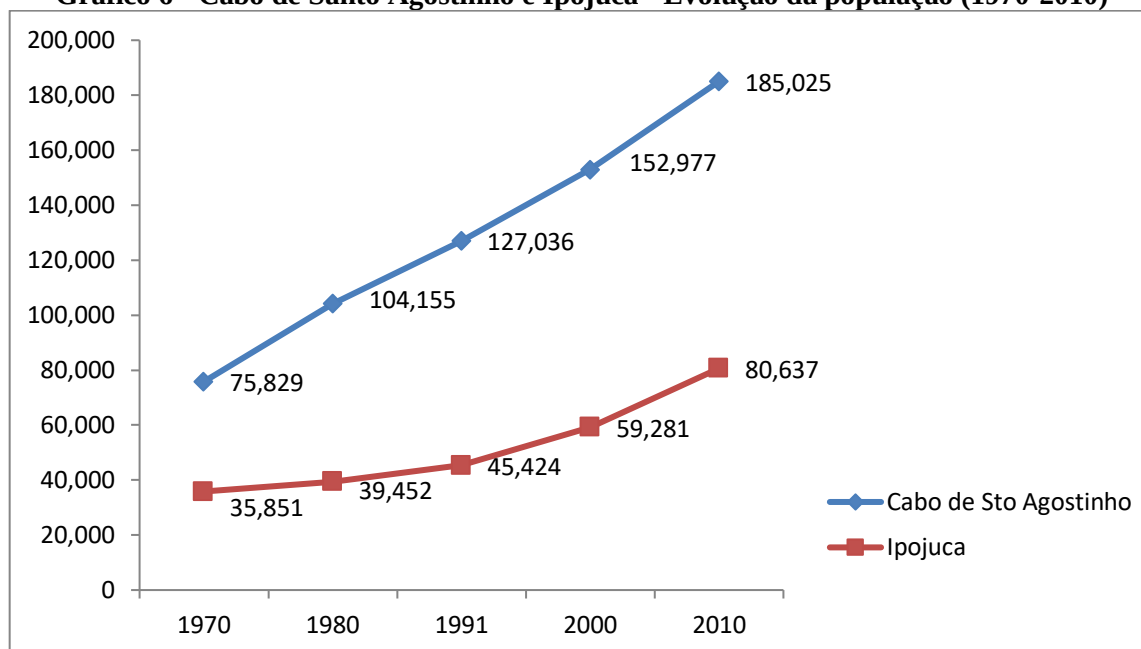
²⁶ Publicação impressa no JC Mais do Jornal do Comércio por Adriana Guarda. Publicado em: 04 de maio de 2014.

1970, passando 104.155 mil em 1980, correspondendo a uma taxa de crescimento geométrico anual de 3,22%. Em 1991 a população do Cabo era de 12.036 mil, sendo que de 1980 a 1991 a taxa de crescimento no Cabo foi de 1,82% ao ano. A população continua a crescer e passa para 152.977 mil em 2000, isso significa uma taxa de crescimento ao ano de 2,09%, passando para 185.025 mil em 2010, ou seja, um crescimento anual de 1,92%. Observa-se que o Cabo de Santo Agostinho apresentou a maior taxa de crescimento anual entre 1970 e 1980, período em que o município começa a se destacar no processo de industrialização, voltada para outros seguimentos que não a produção de álcool, e de urbanização. A segunda maior taxa de crescimento foi entre 1991 e 2000, quando dá início a expansão do CIPS.

Em Ipojuca a população contava com 35.851 mil habitantes em 1970, aumentando para 39.452 mil em 1980, o que significa uma taxa de crescimento geométrico de apenas 0,96% ao ano. Entre 1980 e 1991, a população de Ipojuca cresceu a uma taxa de 1,29%, chegando a um total de 45.424 mil pessoas em 1991. Em 2000 a população aumenta para os 59.281 mil habitantes, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 3% entre 1991 e 2000, e atingindo os 89.637 mil em 2010, obtendo um crescimento de 3,12%. O que podemos constatar é que o município de Ipojuca começou a se destacar em termos de crescimento populacional mais acentuado a partir de 1991, quando este município dá entrada no processo de industrialização, crescimento no setor dos serviços turísticos e urbanização, chegando a ultrapassar a taxa de crescimento do estado de Pernambuco nos períodos de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010. Já no Cabo de Santo Agostinho, as taxas de crescimento, em todos os períodos analisados, estiveram acima da verificada em Pernambuco.

Pernambuco apresentou taxa de crescimento anual de 1,76% entre 1970 e 1980, de 1,36% entre 1980 e 1991, de 1,18% no período de 1991 a 2000, e de 1,06% no período de 2000 a 2010. A população de Pernambuco era de 5.160.640 milhões de habitantes em 1970, passando para 6.141.993 milhões em 1980, 7.127.855 milhões em 1991, 7.918.344 milhões em 2000, e atingindo os 8.796.448 milhões em 2010.

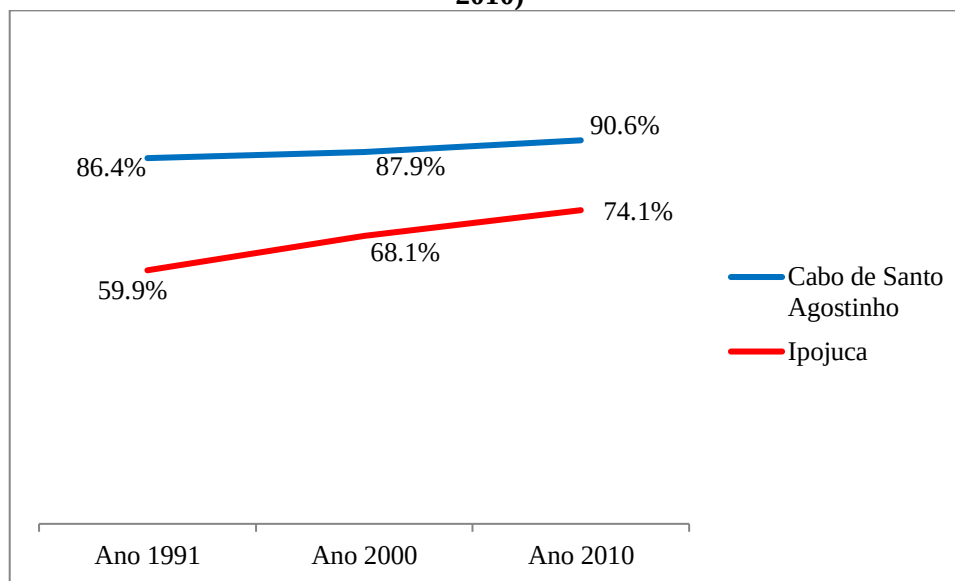
O cenário acima indica que vem ocorrendo um crescimento acelerado nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, o qual acredita-se estar relacionado à entrada de população via migração. Pelo fato de que é em ambos os municípios onde o Complexo Industrial Portuário de Suape está instalado, o qual vem atraindo trabalhadores de diversas localidades do país e em menor proporção de fora do país, como poderá ser observado mais detalhadamente no capítulo cinco.

Gráfico 6 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução da população (1970-2010)

Fonte: Censo Demográfico do IBGE. Tabulação Própria.

O Gráfico 7 mostra a evolução da população urbana nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Nele observa-se que até o ano de 1991 a população urbana de Ipojuca era composta por 59,9%, passando para 74,1% em 2010. Enquanto que no Cabo de Santo Agostinho a população urbana em 1991 já era de 86,4%, atingindo os 90,6% em 2010. Isso indica que o processo de urbanização no Cabo de Santo Agostinho se deu bem antes do que o observado em Ipojuca, pelo fato de que o primeiro município ingressou no circuito dos distritos industriais ainda na década de 1960 e segundo só começou a presenciar o aumento de sua população urbana com a expansão das atividades turísticas a partir da década de 1990, tornando-se mais expressivo com a expansão do CIPS.

Gráfico 7 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução da população urbana (1991-2000-2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991, 2000 e 2010. Tabulação Própria.

A região onde se encontra instalado o CIPS é bastante complexa do ponto de vista demográfico, particularmente com relação a entrada de população, tanto de migrantes, sejam eles permanentes, sejam eles temporários ou sazonais. As motivações são várias e a atração de população se dá tanto para os menos qualificados, quanto para os mais qualificados, uma vez que o complexo industrial demanda por profissionais em todos os níveis de qualificação, desde os peões da construção civil, técnicos específicos, até profissionais altamente qualificados como engenheiros e gestores, por exemplo. Daí a necessidade de articulação de diferentes abordagens e metodologias que possam dar conta da conceituação da migração. Assim, a corrente de pensamento histórico-estrutural consegue explicar apenas parte da realidade regional da área em estudo, consequentemente só consegue explicar alguns tipos de fluxos populacionais, necessitando, assim de outras abordagens que respondam ao fenômeno às particularidades numa escala regional.

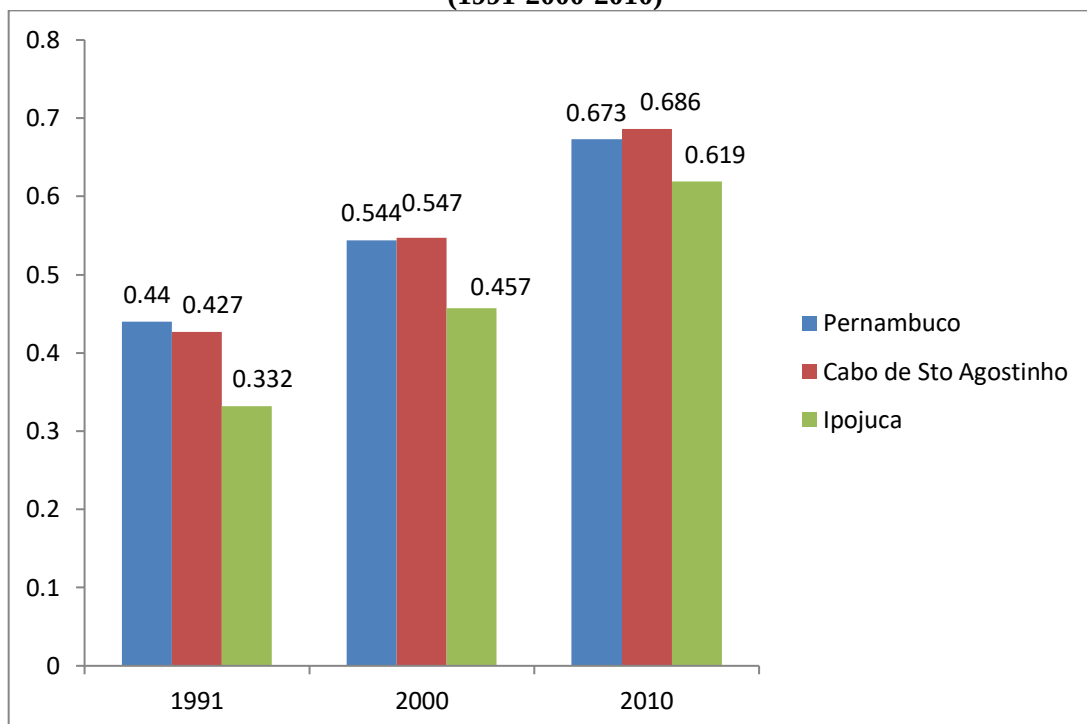
5 RESULTADOS QUANTITATIVOS

5.1 PERFIL SOCIOCONÔMICO DA POPULAÇÃO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E DE IPOJUCA

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador social que mede o grau de desenvolvimento e condições de vida da população de alguma unidade territorial, seja ela um País, Unidade da Federação ou Município. De acordo com Jannuzzi (2009), um indicador social é uma medida usada para quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, sendo também um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade, e que se presta a subsidiar as atividades de planejamento público e formulações de políticas sociais, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda e varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2014).

O Gráfico 8 diz respeito a evolução do IDH de Pernambuco, do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca em 1991, 2000 e 2010. Nele podemos observar que o IDHM obteve melhora nas três unidades territoriais analisadas. Em Pernambuco o IDH era de 0,44 em 1991, passando para 0,544 em 2000, e para 0,673 em 2010. Já o IDHM do Cabo de Santo Agostinho obteve uma melhoria mais significativa se comparado com o de Pernambuco. O IDHM do Cabo foi 0,427 em 1991, ficando abaixo do índice de Pernambuco. Em 2000, o IDHM do Cabo passou para 0,547, chegando a 0,686 em 2010. O IDHM de Ipojuca, mesmo apresentando melhoria, nos três anos analisados, ainda foi inferior ao IDH de Pernambuco e mesmo ao do município do Cabo de Santo Agostinho. Em Ipojuca o IDHM foi de 0,332 em 1991, passando para 0,457 em 2000 e 0,619 em 2010. Conclui-se que, apesar do aumento no IDHM ao longo dos anos, Ipojuca ainda apresenta baixos indicadores de desenvolvimento. O que comprova que o crescimento econômico presenciado por Ipojuca não se traduziu necessariamente em desenvolvimento.

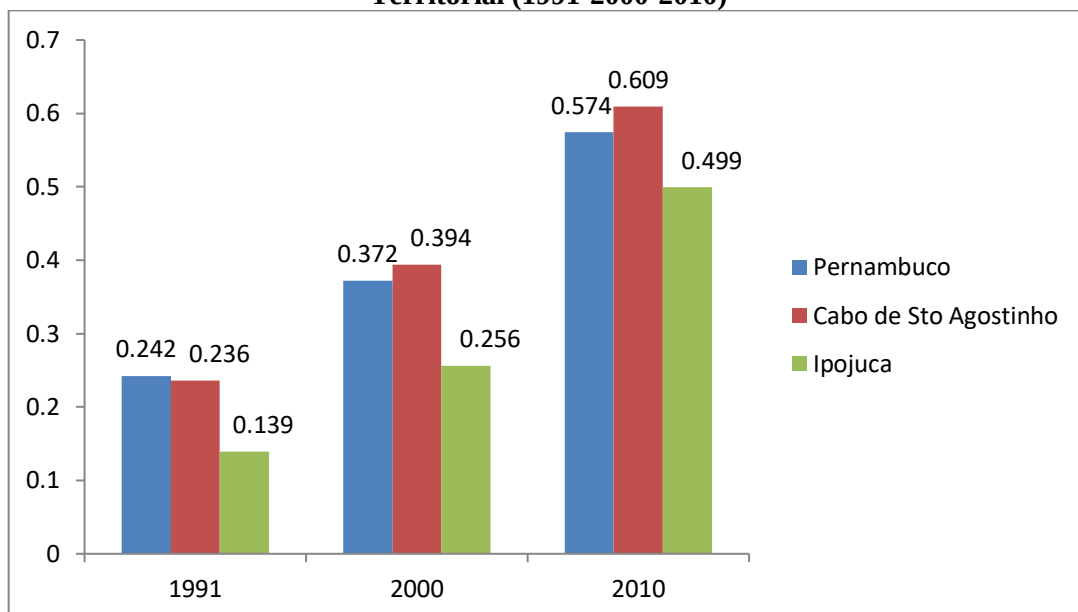
Gráfico 8 - Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – IDHM por Unidade Territorial (1991-2000-2010)



Fonte: PNUD 1991, 2000 e 2010. Tabulação Própria.

Se separarmos por temas, verificamos no Gráfico 9 que o IDHM Educação obteve crescimento nas três unidades territoriais, ao longo dos três anos analisados. O IDH Educação passou de 0,242 em 1991 para 0,372 em 2000 e 0,574 em 2010, no estado de Pernambuco. No Cabo de Santo Gaostinho o IDHM passou de 0,236 em 1991 para 0,394 em 2000 e para 0,609 em 2010. Equanto que em Ipojuca, o IDHM foi de 0,139 em 1991, passando para 0,256 em 2000, e para 0,499 em 2010. Ou seja, no Cabo o IDHM Educação foi melhor do que o IDH Educação de Pernambuco, tanto em 2000 quanto em 2010, mas o mesmo não ocorreu em Ipojuca, sugerindo que o índice de educação em Ipojuca não vem acompanhando o mesmo ritmo do desenvolvimento apresentado por seu vizinho Cabo de Sannto Agostinho, que também integra a Microrregião de Suape, nem muito menos acompanhando o ritmo do desenvolvimento apresentado pelo estado de Pernambuco. Esse contexto se traduz na qualidade da educação em Ipojuca e conseqüentemente na falta de profissionais qualificados para atender as necessidades das empresas de Suape e os serviços mais especializados ofertados na Microrregião.

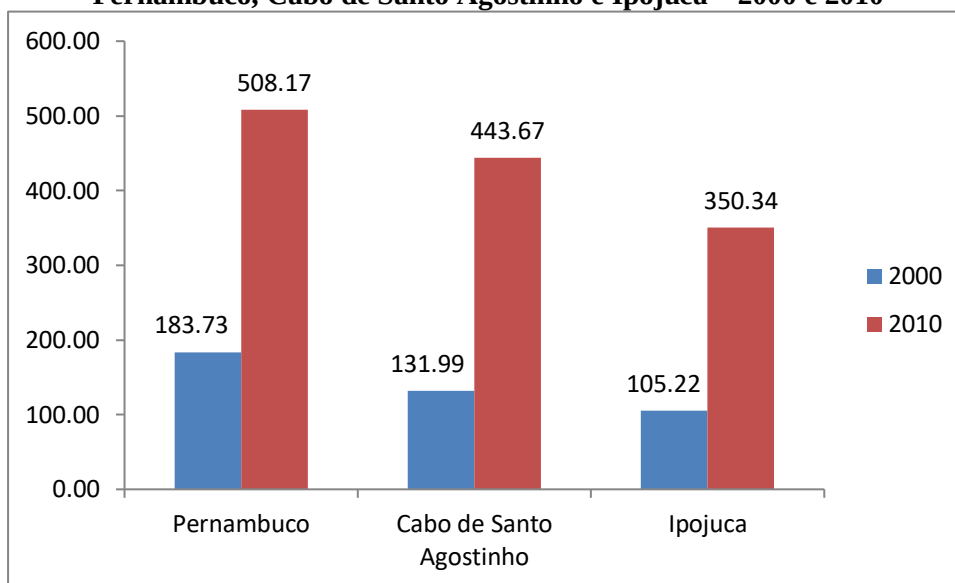
Gráfico 9 - Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca- IDHM Educação por Unidade Territorial (1991-2000-2010)



Fonte: PNUD 1991, 2000 e 2010.

A renda média apropriada em reais da população é calculada partir da divisão da Soma da Renda Total de todos os indivíduos dividido pela População Total. No Gráfico 10 observamos que enquanto a renda média apropriada de Pernambuco em 2000 foi de 183,73 reais, no Cabo ela foi de 131,99 reais e em Ipojuca foi de apenas 105,22 no mesmo ano. Em 2010, a renda apropriada se elevou tanto em Pernambuco, quanto no Cabo e em Ipojuca, mas em ambos os municípios a renda média apropriada continuou menor do que a de Pernambuco. Ou seja, em Pernambuco foi de 508,17 reais, no Cabo foi de 443,67 reais e em Ipojuca foi de 350,34, no ano 2010. O quadro pode demonstrar que apesar do grande dinamismo econômico verificado nos dois municípios a partir da instalação do CIPS na região, o rendimento da população ainda ficou abaixo do rendimento verificado no Estado. Isto pode sugerir que, o destaque no PIB, em ambos os municípios, não necessariamente indica que o crescimento econômico está sendo traduzido em bons rendimentos para a população.

Gráfico 10 - Renda Média Apropriada em Reais da População por Unidade Territorial – Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – 2000 e 2010



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000 – 2010. Tabulação Própria.

Os microdados do Censo Demográfico de 2010 indicam que no Cabo de Santo Agostinho quase metade da população com 18 anos ou mais de idade possui até o ensino fundamental incompleto; e, destes, 13% são de analfabetos. Em Ipojuca a situação é ainda mais grave, já que quase 60% da população com 18 anos ou mais de idade têm até o ensino fundamental incompleto; e, entre estes, 22% são analfabetos (IBGE, 2010). De acordo com os microdados do Censo Demográfico de 2010, observou-se que no Cabo de Santo Agostinho 55% dos responsáveis pelos domicílios não tinham instrução ou possuíam até o ensino fundamental incompleto, enquanto em Ipojuca essa porcentagem subia para 65,7%. Em ambos os municípios, 14% dos responsáveis pelos domicílios possuíam ensino fundamental completo ou até o médio incompleto. Na faixa dos que possuíam o ensino médio completo e superior incompleto, o Cabo correspondia a 27,8% e Ipojuca a correspondia a 17,8%, enquanto apenas 2,8% dos responsáveis pelo domicílio no Cabo de Santo Agostinho e 2,3% em Ipojuca possuíam o ensino superior completo.

Na análise da Tabela 3 foram separadas as pessoas com 18 anos e mais de idade, a fim de se obter informações relativas às proporções de pessoas por nível de instrução. A escolha da população com 18 anos e mais de idade se deu pelo fato de que pessoas a partir dessa idade já deveriam ter ao menos concluído o ensino fundamental, uma vez que este nível de instrução deve ser atingido por pessoas com pelo menos 13 ou 14 anos de idade, se estas tivessem iniciado seus estudos aos 5 anos e que não tivessem repetido nenhum ano.

Nessa tabela verificamos que em Pernambuco, 55,5% das pessoas com 18 anos de mais de idade não tinham instrução ou tinham apenas até o fundamental incompleto em 1991. Em 2000 a proporção de pessoas nessa situação passou para 65,9%, caindo para 53% em 2010. No Cabo de Santo Agostinho a redução da população com níveis baixos de instrução foi maior do que a observada em Pernambuco. Nesse município, 43,7% da população com 18 anos e mais de idade não tinham instrução ou tinham até o fundamental completo em 1991, passando para 64,5% em 2000, caindo para 48,4% em 2010. Ainda de acordo com a Tabela 3, observa-se que as proporções de pessoas com 18 anos e mais de idade com fundamental completo ou médio incompleto apresentou redução significativa nos períodos analisados Pernambuco e Cabo. Em Pernambuco as pessoas nessa faixa de instrução eram 30,8% em 1991, caindo para 12,3% em 2000, passando para 14,5% em 2010. No Cabo de Santo Agostinho, a população com fundamental completo ou médio incompleto correspondia a 44,5% em 1991, caindo para 15,5% em 2000 e para 15,4% em 2010. Apesar dessa queda, as proporções ficaram acima das observadas para o estado de Pernambuco. Em relação ao município de Ipojuca verificamos que 65,5% da população com 18 anos ou mais de idade se encontrava na faixa das pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto em 1991, passando para 76,9% em 2000 e 59,3% em 2010, proporções bem acima das observadas em Pernambuco e no Cabo no mesmo período. Vale destacar que em Ipojuca, apesar da redução da população com baixo nível de instrução, ao longo das décadas, podemos constatar que a proporção de pessoas com baixa qualificação ainda se apresentava muito acentuada em 2010. A proporção das pessoas com 18 anos e mais na faixa dos que tinham fundamental completo e médio incompleto em Ipojuca era de 27,8% em 1991, passando para 10,9% em 2000 e para 15,9% em 2010. Observamos que a proporção de pessoas com 18 anos e mais de idade nas duas faixas de menor nível de instrução é bem acentuada, nas três unidades territoriais, indicando que a população era pouco qualificada em termos educacionais.

Ainda na Tabela 4 observamos que a proporção de pessoas com 18 anos e mais de idade vai caindo na medida em que aumenta o nível de instrução. Isso é esperado quando verificamos a faixa de maior nível de instrução, pois pessoas com até pouco mais de 18 anos de idade ainda não poderiam ter concluído o ensino superior. Ou seja, o último nível de instrução não pode ser levado em consideração, porque no filtro entram as pessoas com 18 anos de idade ou com idade insuficiente para completar o ensino superior. Entretanto, a população com essa idade já deveria ter concluído ao menos o ensino médio. No Cabo de Santo Agostinho apenas 10,3% das pessoas com 18 anos e mais de idade se encontravam na faixa de médio completo e superior incompleto em 1991, aumentando para 17,6% em 2000 e atingindo os

32,4% em 2010. Em Ipojuca apenas 5,7% desse grupo tinha o médio completo ou o superior incompleto em 1991, passando para 10% em 2000, e atingindo os 21,7% em 2010, 15,9% das pessoas na faixa etária em análise tinham médio completo ou superior incompleto em Pernambuco 2000, e em 2010 essa proporção aumentou para 25,2%.

Verificamos que houve melhora significativa em termos de instrução nas três unidades territoriais, mas em menor proporção no município de Ipojuca. Podemos concluir a partir dos dados que o quadro educacional do município de Ipojuca é bem ruim se comparado ao Cabo de Santo Agostinho e ao Estado de Pernambuco. Isso se deve a herança de poucos investimentos em educação durante décadas, como foi demonstrado anteriormente. Em Ipojuca a tradição de atividades relacionadas ao agronegócio deixou marcas intensas no desenvolvimento educacional das pessoas, que logo cedo e ainda crianças iniciavam seus trabalhos na lavoura, não restando tempo para o estudo. Até hoje Ipojuca carrega consigo traços de pouco investimento em educação, mesmo com recursos suficientes para isso, a exemplo do elevado PIB, já mencionados antes. E mesmo com o processo de universalização do ensino no Brasil, Ipojuca ainda apresenta indicadores de educação bem aquém do esperado.

Tabela 4 - Pernambuco, Cabo do Santo Agostinho e Ipojuca - Proporção de pessoas com 18 anos ou mais de idade segundo nível de instrução (1991-2000-2010)

Unidade Territorial	Ano	Nível de Instrução						Total %
		Total	Sem Instrução e Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo	Não Determinado	
Pernambuco	1991	22739841	55,5	30,8	10,3	3,4	0	100,0
	2000	4928699	65,9	12,3	15,9	4,4	1,5	100,0
	2010	6044442	53	14,5	25,2	6,9	0,4	100,0
Cabo de Santo Agostinho	1991	69293	43,7	44,5	10,3	1,3	0,2	100,0
	2000	95396	64,5	15,5	17,6	1,5	0,9	100,0
	2010	128496	48,4	15,4	32,4	3,2	0,6	100,0
Ipojuca	1991	23121	65,5	27,8	5,72	0,9	0	100,0
	2000	34274	76,9	10,9	10	1,1	1,1	100,0
	2010	51904	59,3	15,9	21,7	2,6	0,5	100,0

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000 – 2010. Tabulação Própria.

Na Tabela 5 observa-se que o rendimento médio *per capita* mensal em Ipojuca era menor do que o rendimento médio no município do Cabo e em Pernambuco, isso para os três anos em análise. A renda média em Ipojuca era de 123,97 reais em 1991, passando para 206,67 em 2000, atingindo os 362,68 reais. Em 2010 a renda média em Ipojuca era quase 100 reais a menos do que a apresentada no Cabo de Santo Agostinho, que foi de 467,07, e ainda bem menor do que

a observada em Pernambuco, que foi de 525,64. Mesmo assim, a taxa de crescimento acumulada do rendimento per capita entre 1991 e 2010 foi maior em Ipojuca, 192,6%, do que as taxas observadas no Cabo e em Pernambuco, 137,9% e 90,8% respectivamente. Isso indica que em Ipojuca o rendimento da população nas décadas anteriores era bastante baixo, mas vem melhorando significativamente nos últimos anos. Tal fato pode estar relacionado com a mudança nas estruturas socioeconômica e ocupacional ocorridas em Ipojuca com a expansão do CIPS.

Tabela 5 - Pernambuco, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Média de rendimento *per capita* em Reais (1991-2000-2010)

Unidade Territorial	1991	2000	2010	Taxa de crescimento acumulada* (%)
Pernambuco	275,49	367,31	525,64	90,8
Cabo de Santo Agostinho	196,33	210,17	467,07	137,9
Ipojuca	123,97	206,67	362,68	192,6

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Base de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Tabulação própria.

*Taxa de crescimento acumulada no período 1991-2010.

Na Tabela 6 verificamos que a proporção de crianças foi diminuindo ao longo dos últimos censos no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, uma tendência normal em todos os municípios brasileiros em virtude da queda na taxa de fecundidade. Entretanto, em ambos os municípios, a faixa etária que compreende as crianças ainda era elevada em 2010, com mais 25% da população no Cabo de Santo Agostinho e mais de 29% em Ipojuca. Ao observar a faixa que compreende as pessoas com 65 anos e mais de idade, notamos que no Cabo de Santo Agostinho, o inverso ocorreu, ou seja, a proporção aumentou. Neste município, a proporção de pessoas nessa faixa etária era de 3,7% em 1991, passando para 4,2% em 2000, e para 5,2% em 2010, sugerindo que ocorreu o envelhecimento da população, também em decorrência da queda da fecundidade. Em Ipojuca o aumento na proporção de pessoas com 65 anos e mais também aumentou, passando de 3,7% em 1991 para 4% em 2000, atingindo os 4,1% em 2010. A faixa etária que corresponde à população em idade produtiva, ou seja, de 15 a 64 anos aumentou ao longo dos últimos censos em ambos os municípios. No Cabo de Santo Agostinho, a população nessa faixa etária correspondia a 58% em 1991, aumentando para 64,8% em 2000 e atingindo os 69,6% em 2010. Enquanto que em Ipojuca a população que compreende a faixa etária da

população dos 15 aos 64 anos de idade era de 54,5% em 1991, passando para 61% em 2000, atingindo os 66,5% em 2010.

Os dados demonstram que a Razão de Dependência²⁷ da população diminuiu nos dois municípios ao longo dos anos. Mas se compararmos o Cabo com Ipojuca, verificamos que a Razão de Dependência em Ipojuca sempre foi bem acima da apresentada pelo Cabo de Santo Agostinho. Em Ipojuca a Razão de Dependência ficava acima dos 83% em 1991, enquanto que no Cabo de Santo Agostinho essa razão era de pouco mais de 72%. Em 2000 a Razão de Dependência em Ipojuca era de pouco mais de 63% e de pouco mais de 54% no Cabo. Em 2010, essa razão era de pouco mais de 43% no Cabo e de mais de 50% em Ipojuca. O que indica que o peso das crianças e idosos sobre a população em Idade Ativa em Ipojuca era superior do apresentado pelo município do Cabo de Santo Agostinho. Tal fato acarreta sérios problemas em termos de infraestrutura educacional para as crianças e jovens, bem como de infraestrutura de saúde, principalmente para os idosos, fazendo com que haja um maior investimento nesses serviços para a população. Além do mais, a razão de dependência elevada nos dois municípios, mas ainda mais acentuado em Ipojuca, revela o peso da população idosa em termos de previdência social para a população em Idade Ativa.

A Razão de Dependência é uma medida complementar às taxas de natalidade e crescimento da população de alguma unidade territorial e por isso é um indicador importante e de maior especificidade para a formulação de políticas, uma vez que permite uma indicação mais precisa do perfil etário da população (JANNUZZI, 2009).

²⁷ A Razão de Dependência ou Carga de Dependência é um indicador definido como a razão do número de crianças (até 14 anos de idade) e idosos (65 anos ou mais de idade) em relação à população adulta (total da população entre 15 e 64 anos de idade) (JANNUZZI, 2009).

Tabela 6 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Distribuição da população segundo faixa etária e razão de dependência (1991-2000-2010)

Faixa Etária	Ano					
	1991		2000		2010	
Cabo de Santo Agostinho						
0-14	48635	38,3	47424	31,0	46643	25,2
15-64	73685	58,0	99194	64,8	128753	69,6
65 e mais	4716	3,7	6359	4,2	9629	5,2
Total	127036	100,0	152977	100,0	185025	100,0
Razão de Dependência	72,4		54,2		43,7	
Ipojuca						
0-14	18974	42,8	20571	35,0	23729	29,4
15-64	24754	54,5	36243	61,0	53593	66,5
65 e mais	1696	3,7	2467	4,0	3315	4,1
Total	45424	100,0	59281	100,0	80637	100,0
Razão de Dependência	83,5		63,6		50,5	

Fonte: Microdados do censo demográfico do IBGE – 1991, 2000, 2010. Tabulação Própria Chamada: (1) Razão de Dependência = (número de crianças de até 14 anos + número de idosos de 65 anos ou mais)/(número de pessoas de 15 a 64 anos)* 100

5.2 PERFIL DOS MIGRANTES E DOS PENDULARES

Na Tabela 7 podemos observar a proporção da população do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca segundo status migratório, incluindo todos os migrantes, independente do tempo de residência, ou seja, somados os migrantes de estoque, estes com 10 ou mais anos de residência nos municípios. Nela constatamos que em Ipojuca a proporção de migrantes cresceu bastante de 1991 a 2010, neste último censo atingindo os 34,9%. No Cabo de Santo Agostinho o crescimento na proporção de migrantes não foi tão acentuado, chegando inclusive a cair de 32,5% em 1991 para 30,1% em 2000, voltando a crescer em 2010. O destaque se deu para Ipojuca, uma vez que este município, tradicionalmente, não tinha uma dinâmica econômica acentuada, expulsando mais população do que atraindo, e nos últimos anos chegou a ultrapassar a proporção de migrantes verificada no Cabo de Santo Agostinho. O Cabo, diferentemente de Ipojuca, já tinha uma tradição de indústrias, desde a formação do distrito industrial do Cabo, na década de 1960. A proporção de migrantes de retorno é relativamente pequena se comparada ao total da migração nos dois municípios.

O crescimento anual de migrantes em ambos os municípios se apresentou bastante expressivo de 2000 para 2010. No Cabo de Santo Agostinho o crescimento anual de migrantes foi de 3,08%, enquanto que em Ipojuca foi mais significativo, apresentando crescimento anual de 7,68%.

Tabela 7 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Evolução da população segundo status migratório (1991-2000-2010)

Status migratório	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Cabo de Santo Agostinho						
Não Migrantes	83226	65,5	103019	67,3	117810	63,7
Migrantes de Retorno	2562	2,0	3938	2,6	4860	2,6
Migrantes*	41249	32,5	46020	30,1	62355	33,7
Total	127036	100,0	152977	100,0	185025	100,0
Ipojuca						
Não Migrantes	35100	77,3	44976	75,9	50820	63,0
Migrantes de Retorno	892	2,0	864	1,5	1640	2,0
Migrantes	9432	20,8	13441	22,7	28177	34,9
Total	45424	100,0	59281	100,0	80637	100,0

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991 - 2000 - 2010. Tabulação Própria.

*Exceto os migrantes de retorno.

Quando separamos os migrantes por tempo de residência nos municípios em análise, na Tabela 8 observa-se melhor como vem se comportando a dinâmica demográfica na região. Nessa tabela foram separados os migrantes dos migrantes de estoque, pois entre os migrantes de estoque é de se esperar que já estejam adaptados e integrados ao lugar. Nesse sentido, essa análise vai se deter aos migrantes com menos de 10 anos e residência. No Cabo de Santo Agostinho 15% dos migrantes entrevistados em 2010 tinham até um ano de residência no município. Em Ipojuca essa proporção chegou a 15,2%. A proporção dos migrantes entre 2 e 3 anos de residência no Cabo em 2010 era de 9% e de 12,1% em Ipojuca. Ou seja, os migrantes recentes, com até três anos de residência no município, correspondiam a 24% no Cabo de Santo Agostinho e a 27,3% em Ipojuca. Enquanto que os migrantes mais antigos, de 4 a 7 anos de residência nos municípios, correspondiam a uma proporção de apenas 12,9% no Cabo de Santo Agostinho e de apenas 16,6% em Ipojuca. Os dados demonstram a recente dinâmica migratória em ambos os municípios, com destaque para Ipojuca, ao verificamos que 27,3% dos migrantes residiam nesse município há menos de 4 anos. Isso indica o elevado poder de atração de população da região nos últimos anos, certamente vinculado ao CIPS.

Tabela 8 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Proporção de migrantes segundo tempo de residência (2010)

Tempo de residência	Cabo de Sto. Agostinho	Ipojuca
até 1 ano	15,0	15,2
de 2 a 3 anos	9,0	12,1
de 4 a 5 anos	6,7	8,8
de 6 a 7 anos	6,2	7,8
de 8 a 9 anos	4,3	6,3
10 ou mais anos	58,8	49,8
Total	67215	29816

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010. Tabulação Própria.

No que se refere a uma das variáveis que interferem na seleção dos potenciais migrantes, a saber, a composição por idade, observamos que não há grandes diferenças entre as proporções de migrantes do sexo masculino e do feminino nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca nos três períodos analisados.

A Tabela 9 diz respeito à distribuição dos migrantes com menos de dez anos de residência no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca segundo sexo. O objetivo foi verificar se entre os migrantes mais recentes se a seletividade em termos da variável sexo apresentaria alguma correspondência. Uma vez que ambos os municípios passaram por um processo de demanda de trabalhadores para as atividades da construção dos grandes empreendimentos estruturadores na Microrregião de Suape, fato que indicaria um processo de masculinização da população.

Verificamos na Tabela 9 que, em 1991 e 2000, a proporção de mulheres era um pouco superior do que a proporção de homens, tanto no Cabo de Santo Agostinho, quanto em Ipojuca. No Cabo de Santo Agostinho a proporção de mulheres era de 51,29% em 1991, para 48,71% de homens. Em Ipojuca essa proporção era de 50,02% de mulheres e de 49,98% de homens. Em 2000, a proporção de mulheres era de 52,52% no Cabo de Santo Agostinho e de 52,17% em Ipojuca, enquanto que a proporção de homens era de 47,48% no Cabo de Santo Agostinho e de 47,83% em Ipojuca. Já em 2010 a situação se inverte, ao observarmos que a proporção de homens supera a de mulheres em ambos os municípios. No Cabo de Santo Agostinho a proporção de homens era de 52,71% e a de mulheres correspondia a 47,29%. Em Ipojuca a proporção de homens foi de 51,27% e a de mulheres 48,73%.

Tabela 9 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Distribuição dos migrantes com menos de dez anos de moradia no município segundo sexo

Ano	Cabo de Santo Agostinho					Ipojuca				
	Masculino		Feminino		Total	Masculino		Feminino		Total
	N	%	N	%		N	%	N	%	
1991	7813	48,71	8227	51,29	16040	2516	49,98	2518	50,02	5034
2000	8479	47,48	9380	52,52	17859	3723	47,83	4061	52,17	7784
2010	13514	52,71	12122	47,29	25636	7287	51,27	6925	48,73	14212

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991, 2000 e 2010. Tabulação Própria.

Apesar dos dados não apresentarem grandes diferenças em termos de proporção de homens e mulheres migrantes, podemos verificar que em 2010 a composição por sexo teve uma leve alteração em favor do aumento do número de migrantes do sexo masculino. Fato que indica um início do processo de seletividade de migrantes homens em virtude da grande demanda por peões da construção civil em Suape a partir de 2007. Mas essa pequena proporção pode estar sub-representada pelo fato de que a maioria dos migrantes do sexo masculino entrou, nos dois municípios, via imigração temporária. São os trecheiros do sexo masculino que lotam as cidades por onde passam, por um breve período de tempo, mas que deixam, muitas vezes, consequências para estas cidades, a exemplo do aumento do consumo de álcool, prostituição e violência. População esta que normalmente não é contabilizada pelos censos demográficos do IBGE, pelo caráter de residência temporária.

Na Tabela 10 verificamos que a população migrante, no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, é composta em sua maioria por adultos, seguidos de jovens. Fato que é de se esperar, uma vez que a seleção migratória se dá mais fortemente entre a População Economicamente Ativa. No Cabo de Santo Agostinho a população migrante adulta correspondia a 42,7% em 1991, a 53,6% em 2000 e 47,0% em 2010, e os jovens migrantes representavam 29,6% em 1991, 26,7% em 2000 e 24% em 2010. Em Ipojuca os migrantes adultos correspondiam a 38% em 1991, 37,4% em 2000 e 37,1% em 2010 e os jovens representavam 28,2% dos migrantes em 1991, passando para 32,3% em 2000 e atingindo os 31,3% em 2010.

Se compararmos o Cabo de Santo Agostinho com Ipojuca verificamos que a proporção de crianças e idosos entre os migrantes era superior no segundo município, nos três períodos analisados. Em Ipojuca a faixa etária que compreende as crianças era composta por 21,5% dos migrantes em 1991, por 18% em 2000 e por 23,8% em 2010. Enquanto que no Cabo de Santo Agostinho as crianças eram representadas por 17,1% dos migrantes em 1991, por 11,4% em 2000 e por 15,4% em 2010. Já na faixa dos idosos, enquanto em Ipojuca os migrantes correspondiam a 12,3% em 1991 e em 2000, reduz para 7,8% em 2010; no Cabo de Santo Agostinho essas proporções eram de 10,6% em 1991, de 8,3% em 2000 e de 13,6% em 2010.

Isso indica que em Ipojuca, a população migrante representada pelas faixas etárias das crianças e idosos, acarreta o aumento da Razão de Dependência desse grupo em função da população dos jovens e adultos. Essa elevada proporção de crianças e idosos entre os migrantes, em Ipojuca, leva a necessidade de maior investimento em infraestrutura de educação e saúde.

Tabela 10 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Composição etária dos migrantes (1991-2000-2010)

Composição Etária	Ano					
	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Cabo de Santo Agostinho						
Crianças	7056	17,1	5240	11,4	9615	15,4
Jovens	12207	29,6	12284	26,7	14975	24,0
Adultos	17606	42,7	24664	53,6	29331	47,0
Idosos	4381	10,6	3832	8,3	8434	13,6
Total	41250	100,0	46020	100,0	62355	100,00
Ipojuca						
Crianças	2028	21,5	2417	18,0	6697	23,8
Jovens	2660	28,2	4348	32,3	8843	31,3
Adultos	3591	38,0	5025	37,4	10445	37,1
Idosos	1152	12,3	1651	12,3	2192	7,8
Total	9431	100,00	13441	100,00	28177	100,00

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991, 2000 e 2010. Tabulação Própria.

Na Tabela 11 verificamos que os saldos migratórios em 1991, 2000 e 2010 foram positivos, tanto no Cabo de Santo Agostinho, quanto em Ipojuca. Isso significa que entraram, e lá pernameceram, mais migrantes do saíram, indicando que o fator migração tem interferido no incremento populacional nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Os saldos migratórios foram calculados a partir da variável de migrante data-fixa, que indica o lugar de residência há exatos cinco anos antes do respectivo censo.

Ainda na Tabela 11 podemos observar que em 1991 o valor do saldo migratório no Cabo de Santo Agostinho era de 638, passando para 3.503 em 2000, atingindo o valor de 6.182 em 2010. Em Ipojuca o saldo migratório ao longo dos três períodos intercensitários também aumentou. Em 1991 o saldo migratório em Ipojuca era de 222, passando para 1.934 em 2000, atingindo o valor de 3.336 em 2010. Esse aumento significativo apresentado nos valores dos saldos migratórios, nos três períodos intercensitários, indica que os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, além de estarem atraindo bastante migrantes, vêm conseguindo

reter população, possivelmente em virtude do dinamismo econômico de ambos os municípios nas últimas décadas.

Tabela 11 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Imigrantes, Emigrantes e Saldo Migratório (1991, 2000, 2010)

Cabo de Santo Agostinho			
Ano	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
1991	8333	7695	638
2000	9717	6214	3503
2010	12676	6494	6182
Ipojuca			
Ano	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
1991	3174	2952	222
2000	4730	2796	1934
2010	6198	2862	3336

Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991, 2000 e 2010. Tabulação Própria.

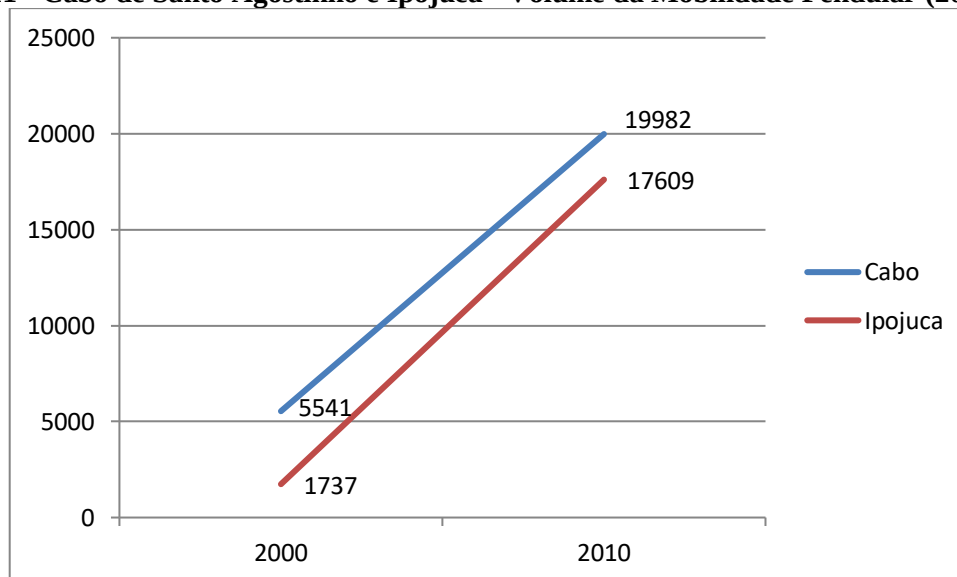
No Gráfico 11 podemos observar que o volume da mobilidade pendular cresceu consideravelmente de 2000 para 2010 em ambos os municípios. No Cabo de Santo Agostinho, o volume de pendulares em 2000 era de 5.541, passando para 19.982 em 2010, correspondendo a um crescimento anual de 13,69%. Em Ipojuca, o volume de pendulares era de 1737 em 2000, passando para 17.609 em 2010, o que significa um crescimento de 26,06% ao ano, bem acima do apresentado pelo município do Cabo de Santo Agostinho. Os dados indicam que a mobilidade pendular vem se tornando bastante expressiva na Microrregião de Suape, e particularmente em Ipojuca. Apesar de Ipojuca ser considerado um município pequeno em termos de população, se comparado a outros municípios de Pernambuco, vem se destacando na dinâmica demográfica não apenas em relação à entrada de migrantes, mas também em relação à entrada de população diária via mobilidade pendular, seja a trabalho ou a estudo, embora a mobilidade pendular por razões de trabalho seja bem mais expressiva do que a por razões de estudo. E isto se deve ao fato da atração de pendulares para trabalhado ser sempre maior do que a atração de pendulares para estudo. Se compararmos a taxa de crescimento anual de pendulares com a taxa de crescimento anual de migrantes, podemos verificar que os pendulares apresentaram maior crescimento anual, proporcionalmente, do que os migrantes. Os migrantes apresentaram taxas de crescimento anual de 3,08% e 7,68%, para Cabo e Ipojuca, respectivamente, no período de 2000 a 2010.

Nos microdados do censo demográfico de 2010 são apresentados os pendulares por motivo de trabalho ou estudo separadamente. De acordo com esses dados verificamos que o

maior volume da mobilidade pendular se dava por motivos de trabalho nos dois municípios analisados. No Cabo de Santo Agostinho, os trabalhadores pendulares correspondiam a 17.624 casos, enquanto os estudantes pendulares correspondiam a apenas 2.358 casos. Em Ipojuca, os trabalhadores pendulares correspondiam a 16.480 casos, enquanto que os estudantes pendulares correspondiam a 1.129. O que indica que a mobilidade pendular é mais expressiva por razões de trabalho, em ambos os municípios, o que é de se esperar, uma vez que nenhum dos dois municípios são referências em termos de educacionais. A não ser para alguns outros municípios do entorno que possuem menor estrutura educacional se comparados com Cabo de Santo Agostinho, e principalmente Ipojuca.

Os dados dão indícios de que está ocorrendo na Microrregião de Suape, ou seja, um aumento significativo no volume de outras modalidades de fluxos populacionais que não apenas a imigração, a exemplo da mobilidade pendular. Outras formas de mobilidade também vêm se tornando expressivas, a exemplo da migração temporária de trabalhadores, não apenas em decorrência das indústrias vinculadas ao CIPS, mas também da expansão do setor de serviços. Entranto, o volume desse tipo de fluxo é de difícil mensuração, uma vez que não são computados pelas estatísticas oficiais. Apesar de sabermos que são bastante expressivos e importantes para a dinâmica da região.

Gráfico 11 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Volume da Mobilidade Pendular (2000-2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000 e 2010. Tabulação Própria.

A análise do saldo migratório permite mensurar mais adequadamente a influência das migrações para o crescimento populacional de uma dada região, em um período determinado. O saldo migratório é a diferença entre o volume de imigrantes (pessoas que residiam na região

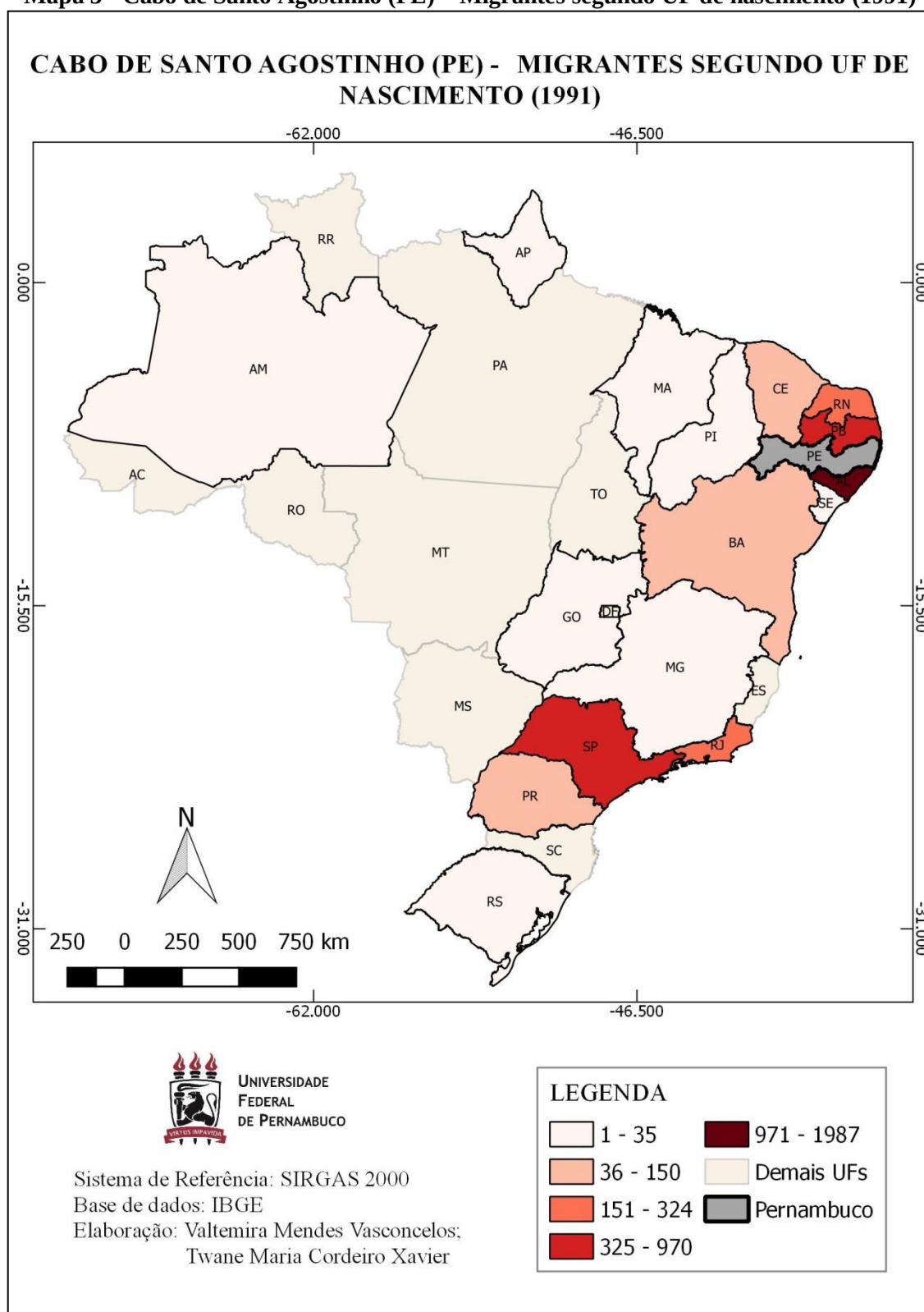
no início do período em análise e para lá migraram) e o volume dos emigrantes (pessoas que lá residiam no início do período e de lá saíram). Ou seja, o saldo migratório e à diferença entre imigrantes e emigrantes de data fixa²⁸ (CARVALHO & RIGOTTI, 1997).

Nos Mapas 3, 4, 5, 6, 7 e 8 podemos verificar a composição dos migrantes no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, respectivamente, segundo Unidade da Federação de nascimento, ou seja, dizem respeito a naturalidade dos migrantes. Vale destacar que não entraram na composição dos mapas os migrantes intraestaduais, ou seja, os migrantes naturais da UF de Pernambuco. Ao analisar os mapas deve-se ficar atento à gradação de cores apresentada: quanto mais escura a cor maior o volume de migrantes, e quanto mais clara a cor menor o volume de migrantes. Os intervalos dos valores apresentados nas legendas não estão padronizados, uma vez que a padronização iria dificultar a interpretação dos mapas. Diante disso, optou-se por apresentar nas legendas valores que de fato existem. Em cada intervalo, o volume existente corresponde ao segundo valor, ou seja, o mais elevado. Vale salientar também que, na legenda, os casos ‘não válidos’ foram denominados de ‘Demais UFs’.

No Mapa 3 verifica-se que, em 1991, os migrantes no Cabo de Santo Agostinho eram em sua maioria naturais das UFs de Alagoas (1.987 migrantes), Paraíba (970 migrantes) e São Paulo (708 migrantes), respectivamente. Colocado de outra forma, a UF de Alagoas era responsável por mais de 42% dos migrantes no Cabo, seguida da UF da Paraíba, com cerca de 20% e da UF de São Paulo, com cerca de 15% dos migrantes. Vale destacar que os migrantes intraestaduais no Cabo de Santo Agostinho, ou seja, os naturais do próprio Estado de Pernambuco correspondiam a 36.560 pessoas, enquanto os migrantes interestaduais correspondiam a 4.682. O volume de migrantes internacionais era insignificante, correspondendo a apenas seis casos, todos naturais da França.

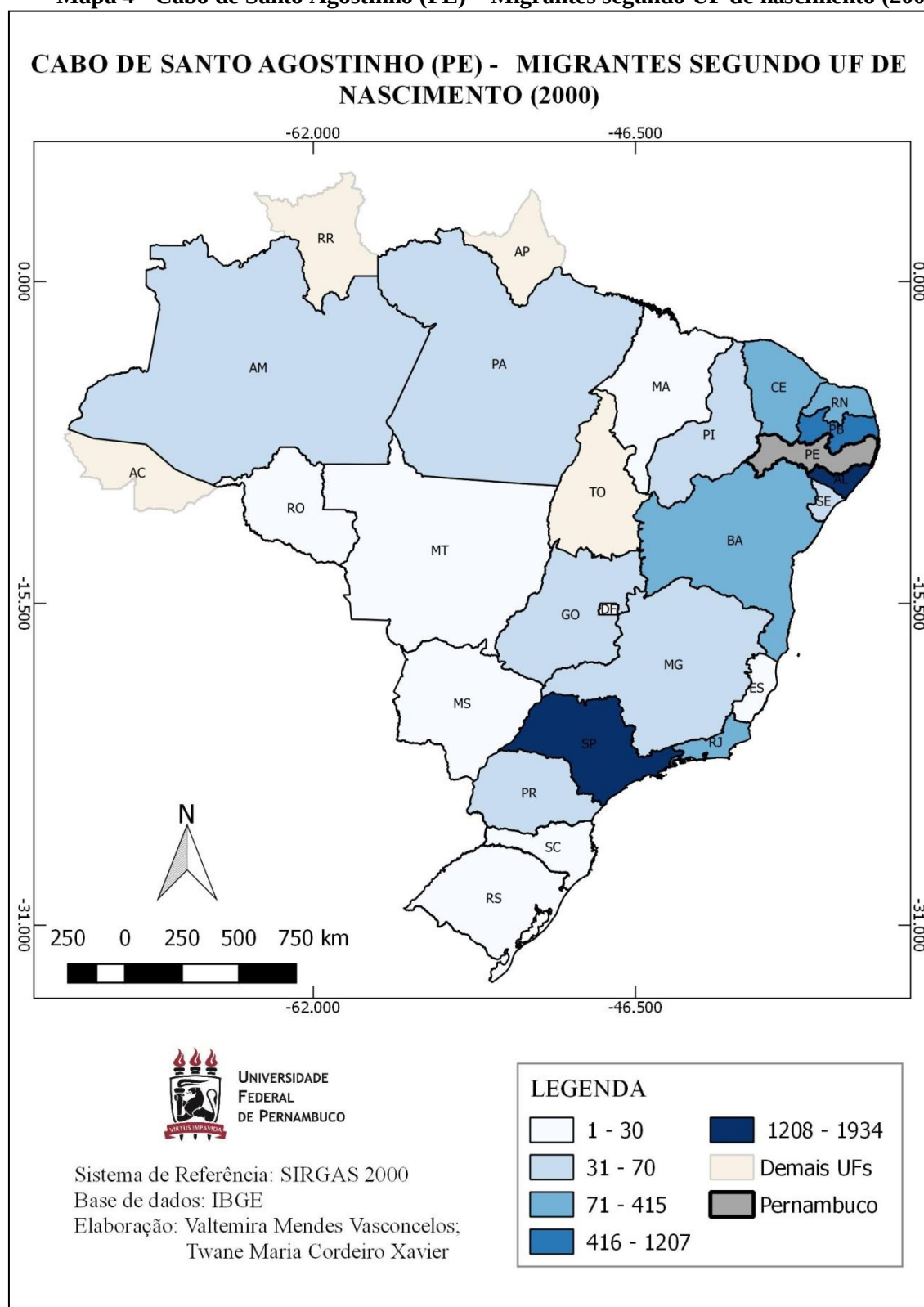
²⁸ A variável de data fixa possibilita registrar casos de indivíduos que residiam há cinco anos da data de referência do Censo em localidade diferente da que residiam.

Mapa 3 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (1991)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991.

Mapa 4 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2000)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE2000.

No Mapa 4 observa-se que, em 2000, as principais UFs de naturalidade dos migrantes no Cabo de Santo Agostinho foram as mesmas verificadas em 1991. Entretanto, a UF de São Paulo passa a assumir a segunda posição, trocando de lugar com a UF da Paraíba, que cai para a terceira posição. Alagoas, no entanto, permanece como a principal UF de naturalidade dos migrantes no Cabo de Santo Agostinho. A UF de Alagoas correspondia à naturalidade de cerca de 30% (1.934) dos migrantes no Cabo, São Paulo correspondia à UF de nascimento de cerca de 21% (1.330) dos migrantes, enquanto que a UF da Paraíba correspondia à naturalidade de cerca de 19% (1.207) dos migrantes no Cabo.

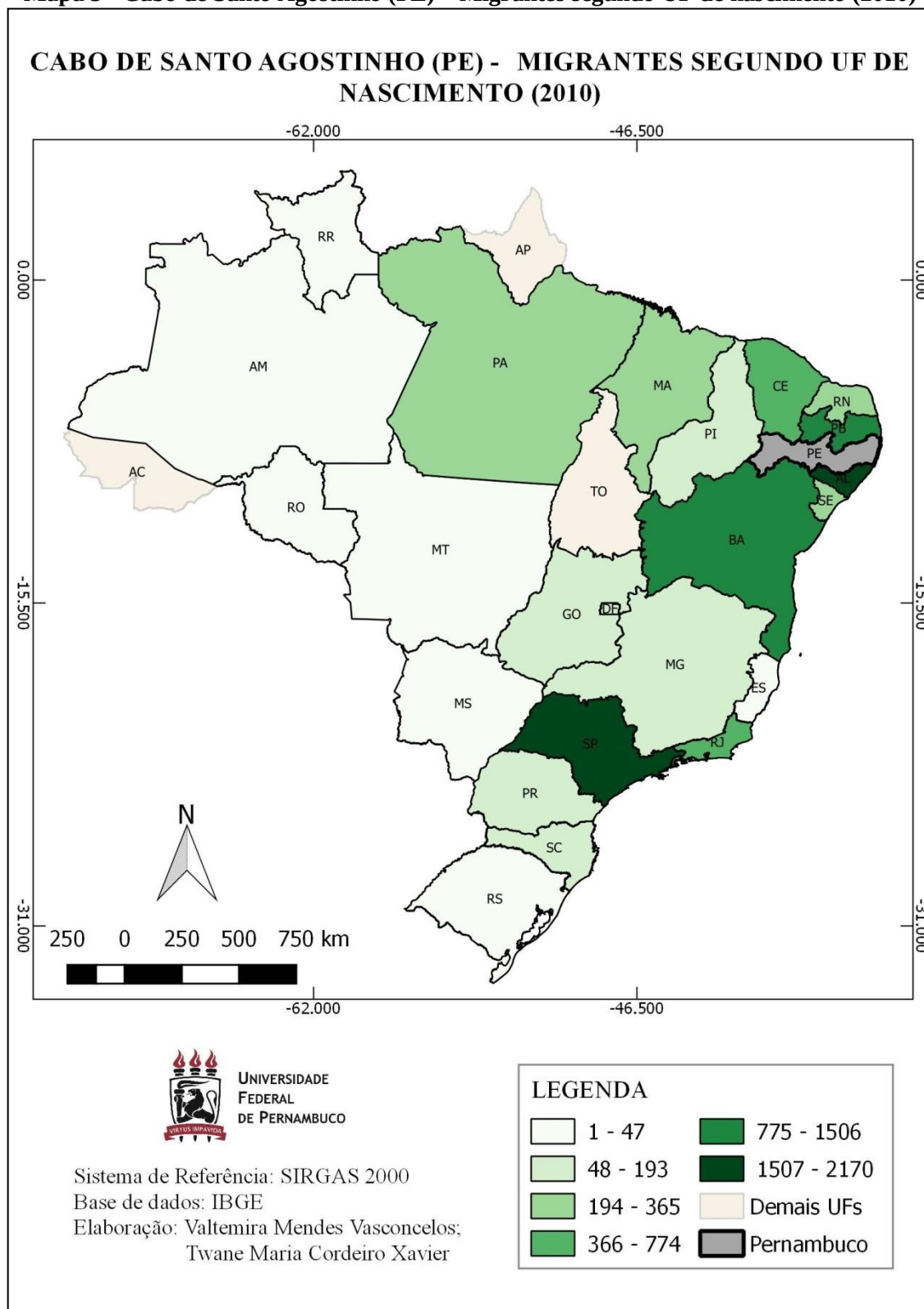
Os migrantes intraestaduais (naturais de Pernambuco) no Cabo de Santo Agostinho correspondiam a um total de 39.714 pessoas, enquanto que os migrantes interestaduais (de fora da UF de Pernambuco) correspondiam a um total de 6.269 pessoas. O volume de migrantes internacionais aumentou um pouco, mas ainda assim era bem baixo, apenas 36 casos. Destes casos, 17 eram da Grã-Bretanha e 19 da Suíça.

No Mapa 5 observa-se que em 2010 a UF de Alagoas permanecia ocupando a primeira posição em termos de naturalidade dos migrantes no Cabo de Santo Agostinho, seguida da UF de São Paulo, da Bahia e da Paraíba. Cerca de 20% (2.170) dos migrantes no Cabo eram naturais de Alagoas e outros 20% (2.094) eram naturais de São Paulo. As UFs da Bahia e da Paraíba correspondiam a 14% (1.506) e 12% (1.324) dos migrantes, respectivamente.

A proximidade de Alagoas a Pernambuco, bem como sua baixa dinâmica econômica, explica o fato de Alagoas ser a principal origem dos migrantes no Cabo de Santo Agostinho nos três períodos analisados. O surgimento da Bahia, como uma das principais fornecedoras de migrantes para o Cabo de Santo Agostinho, em 2010, pode indicar a atração de uma mão de obra experiente em termos de qualificação profissional, oriunda do município de Camaçari, conhecido ser uma cidade industrial. Mão de obra esta atraída pela atual dinâmica do CIPS.

Enquanto que os migrantes intraestaduais correspondiam a 51.151 pessoas, os migrantes interestaduais correspondiam a 10.404 pessoas e os internacionais a 163 pessoas. Podemos observar que ao longo dos três últimos censos, o volume de migrantes internacionais, bem como a diversidade de origem aumentou consideravelmente. Os migrantes internacionais no Cabo de Santo Agostinho em 2010 eram naturais de 10 países, a maioria composta por alemães (33) e Franceses (20).

Mapa 5 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

Os Mapas 6, 7 e 8 representam os migrantes em Ipojuca segundo UF de nascimento. No Mapa 6 verificamos que os migrantes em Ipojuca eram naturais, em sua maioria, da UF de Alagoas, correspondendo a quase 50% dos migrantes (366 pessoas), seguida pela UF da Paraíba, correspondendo a com cerca de 18% dos migrantes em Ipojuca (133 pessoas) e pela UF de São Paulo que apresentou cerca de 13% dos migrantes (97 pessoas). O mesmo ocorreu no município do Cabo de Santo Agostinho (Mapa 3) onde as UFs de Alagoas, Paraíba e São Paulo assumiram as primeiras posições quanto a naturalidade dos migrantes.

Vale destacar que os migrantes intraestaduais em Ipojuca correspondiam a um volume de 8.697 pessoas, e os migrantes interestaduais eram representados por apenas 735 pessoas. Já com relação aos migrantes internacionais, não foi computado nenhum caso em Ipojuca.

No Mapa 7 verificamos que a UF de Alagoas continua se destacando como a principal UF de nascimentos dos migrantes que residiam em Ipojuca no ano 2000. A segunda posição foi assumida pela UF de São Paulo e a UF da Paraíba ficou com a terceira colocação em termos de naturalidade dos migrantes. A UF de Alagoas correspondia a mais de 32% dos migrantes em Ipojuca (711 pessoas), enquanto que São Paulo correspondia a cerca de 20% (438 pessoas) e a Paraíba a cerca de 15% (344 pessoas) dos migrantes em Ipojuca. O mesmo ocorreu no município do Cabo em 2000, ao verificar que Alagoas, São Paulo e Paraíba eram as principais fornecedoras de migrantes respectivamente.

Em Ipojuca eram 11.243 migrantes intraestaduais, 2.180 migrantes interestaduais e apenas 18 migrantes internacionais. Destes últimos, todos eram naturais da Alemanha.

No Mapa 8 verificamos que a maioria dos migrantes em Ipojuca, no ano 2010, são naturais da UF de Alagoas, correspondendo a mais de 27% (1.072 pessoas), seguida pela UF de São Paulo, com mais de 21% (828 pessoas), pela UF da Paraíba, correspondendo a cerca de 10% (393 pessoas), e a quarta posição sendo assumida pela UF da Bahia, com pouco mais de 9% (349 pessoas). A situação de Ipojuca se assemelha em parte a observada no Cabo de Santo Agostinho, quando verificamos que Alagoas permanece como a principal fornecedora de migrantes seguida pela UF de São Paulo. Entretanto, em Ipojuca a terceira colocação é assumida pela UF da Paraíba, enquanto que no Cabo essa posição é assumida pela Bahia.

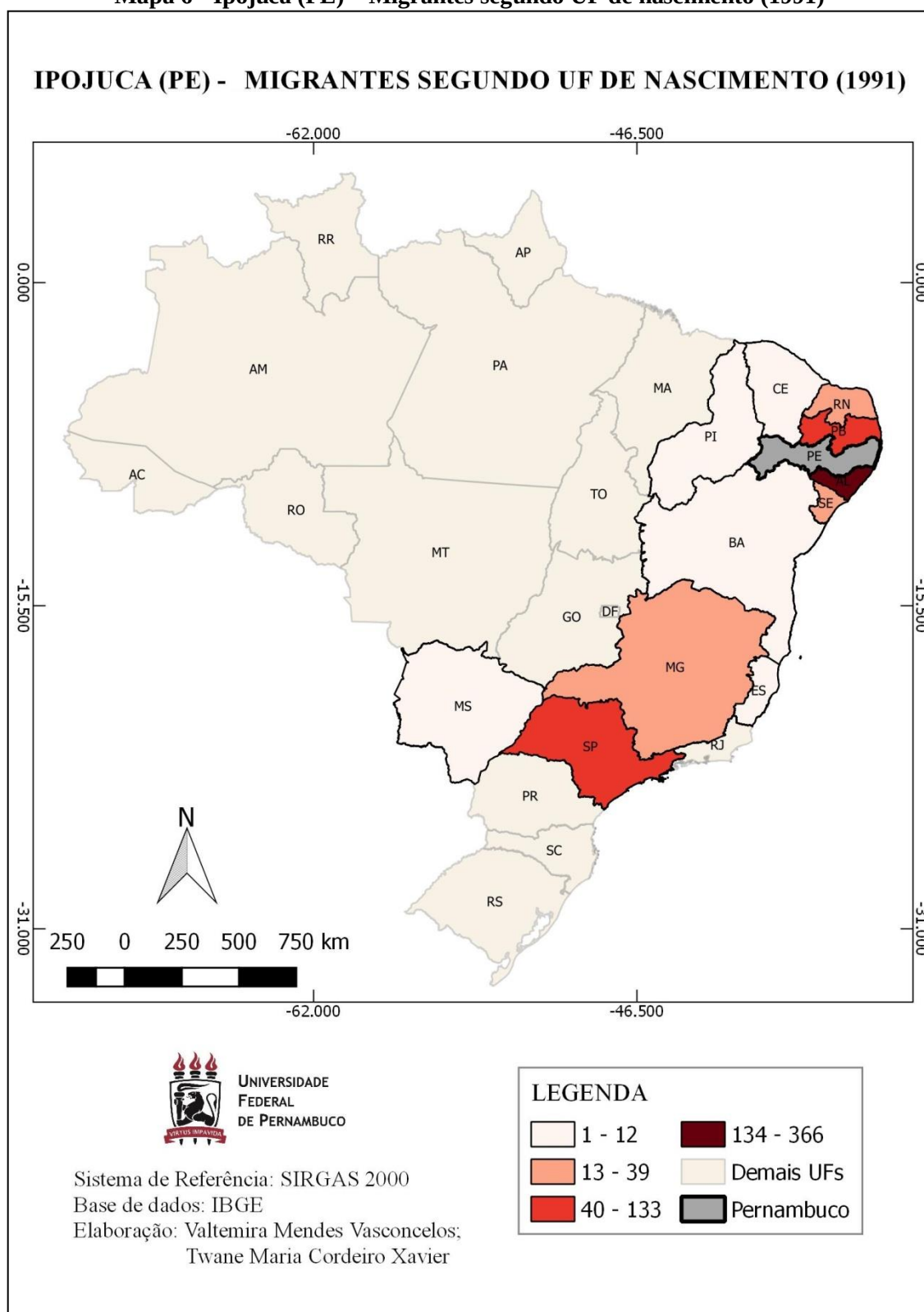
Os dados demonstram que em 1991, o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca eram destinos, em sua maioria, de migrantes da própria Região Nordeste, especificamente das duas UFs vizinhas, indicando uma migração marcadamente intrarregional. O grande volume de migrantes naturais da UF de São Paulo, em ambos os municípios entre 1991 e 2000, pode estar relacionado ao fato de São Paulo ter sido, durante décadas, o destino de grande quantitativo de migrantes da Microrregião de Suape. Estes migrantes Nordestinos, do Cabo e de Ipojuca, podem ter

constituído família em São Paulo e ao retornar trazem seus filhos nascidos lá. Já a explicação desse elevado volume em 2010 pode estar ligada à atração de população para atender as necessidades de mão de obra do CIPS.

Podemos observar também que o surgimento de outras UFs na composição da naturalidade dos migrantes no Cabo e em Ipojuca a partir de 2010, UFs estas que não apareciam nos mapas de 1991, a exemplo de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, entre outras, indicando uma atração de migrantes naturais de UFs distantes.

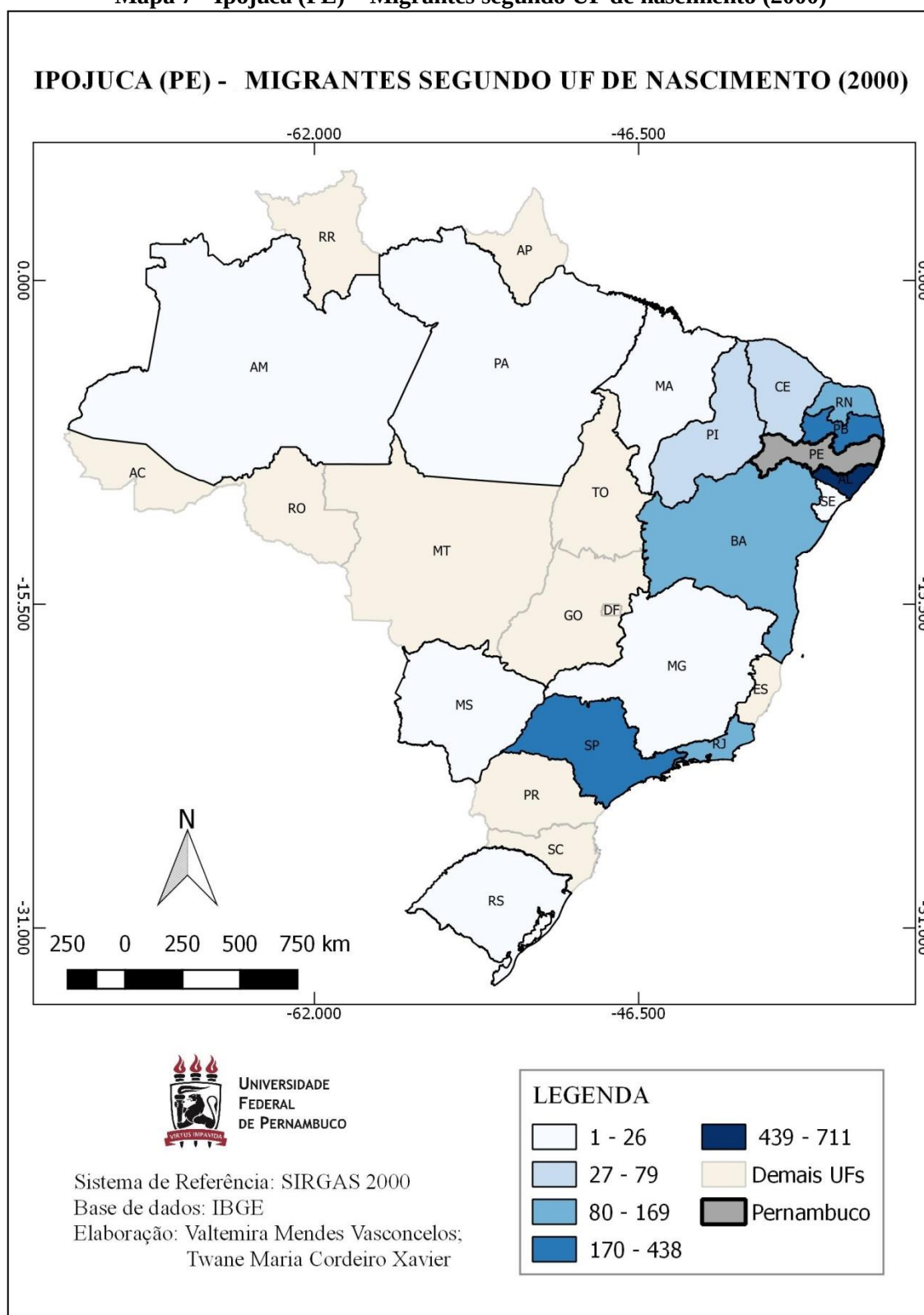
Ao comparar os mapas do município do Cabo de Santo Agostinho com os de Ipojuca observamos que o primeiro município apresentava uma dinâmica migratória mais significativa em termos de volume até 2000. Isso veio a mudar no ano 2010, quando verificamos que o município de Ipojuca começa a se destacar em termos de atração de população, tanto de migrantes com origens próximas, como migrantes das demais UFs do Brasil, e também de fora do país.

Mapa 6 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (1991)



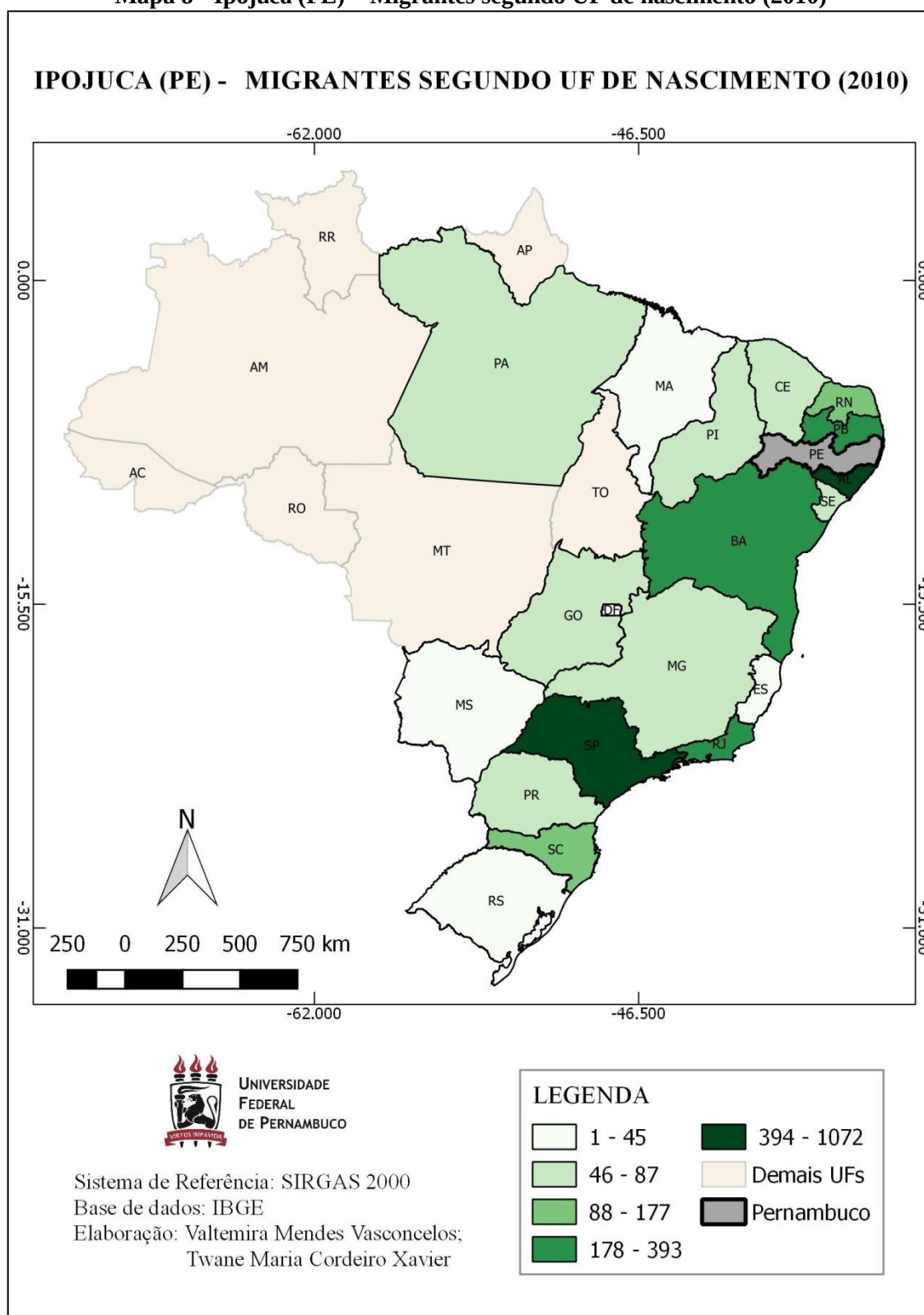
Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE1991.

Mapa 7 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2000)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000.

Mapa 8 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de nascimento (2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

As informações apresentadas nos mapas confirmam o que já foi visto na revisão da literatura, que na região de Suape vem ocorrendo uma recente dinâmica demográfica vinculada

às atividades desenvolvidas pelo CIPS. A dinâmica migratória vem se apresentando com mudanças significativas em termos de tipos de migrantes, perfil e origem, a exemplo de origens em UFs como São Paulo e Rio de Janeiro, ambas consideradas UFs receptoras de população durante décadas, mas que têm perdido um pouco essa característica.

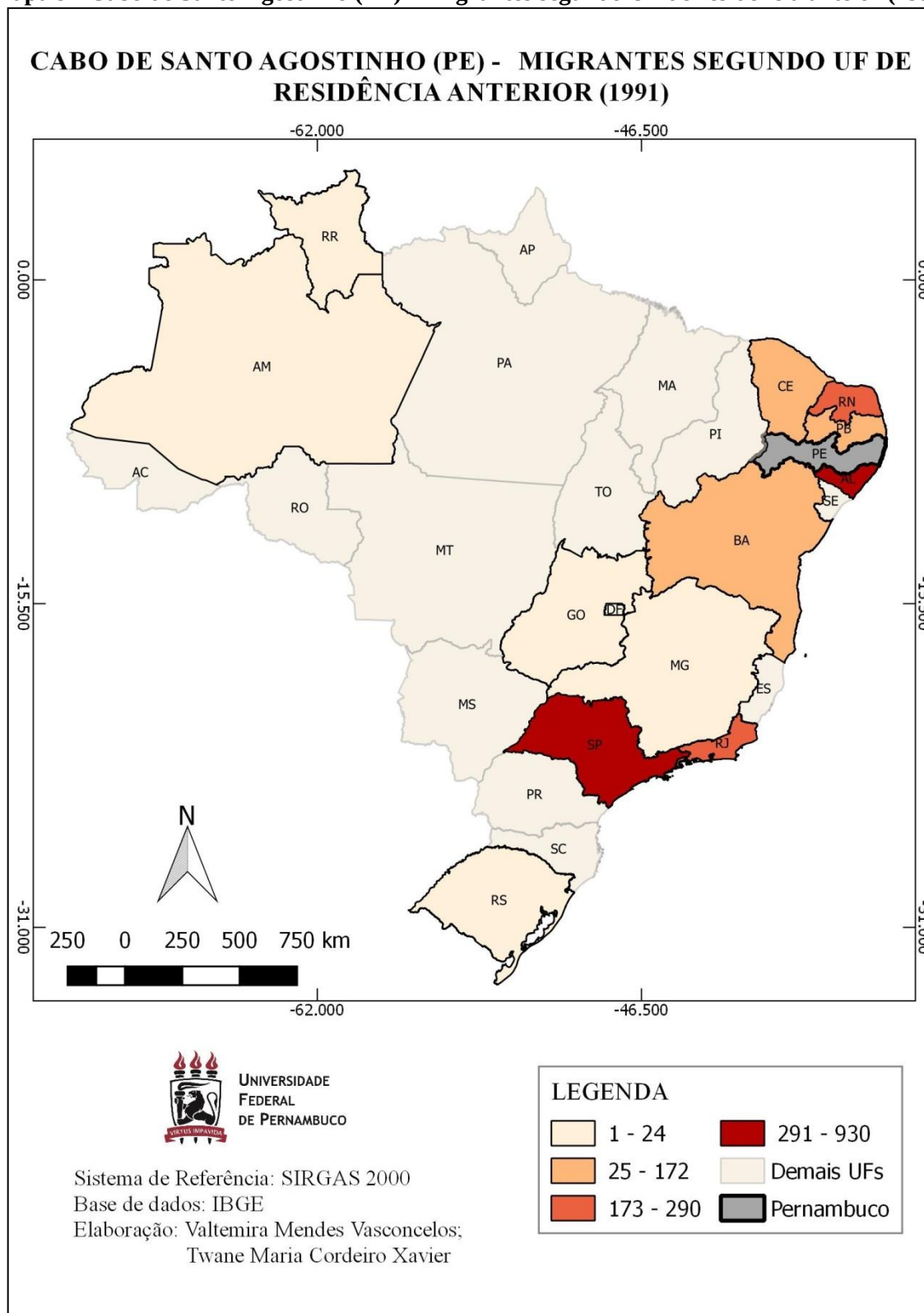
Os Mapas 9, 10, 11, 12, 13 e 14 são referentes aos migrantes no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca segundo UF de residência anterior. Compreende, desse modo, à UF de última etapa dos migrantes antes do deslocamento para o Cabo ou para Ipojuca. Nesse caso, podem ser migrantes de única etapa, com origem na mesma UF de nascimento ou migrantes com várias etapas migratórias, isto é, a UF de origem não necessariamente é necessariamente a mesma da de nascimento.

No Mapa 9 verifica-se que as principais UFs de residência anterior dos migrantes no Cabo de Santo Agostinho em 1991 eram: Alagoas, apresentando uma proporção de mais de 32% (930 pessoas); São Paulo com outros 32% (915 pessoas), Rio Grande do Norte correspondendo a pouco mais 10% (290 pessoas); e Rio de Janeiro correspondendo a quase 10% (277), respectivamente. Ao interpretar o mapa podemos observar o surgimento das UFs do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro como uma das principais fornecedoras de migrantes para o Cabo de Santo Agostinho em 1991.

Podemos observar no Mapa 10, que no ano 2000 São Paulo assume a primeira posição como a principal UF de residência anterior dos migrantes residentes no Cabo de Santo Agostinho, correspondendo a quase metade, cerca de 50% (2.097 pessoas) dos migrantes de última etapa no Cabo. Alagoas passa a assumir a segunda posição com pouco mais de 13% (568 pessoas) e a UF do Rio de Janeiro fica na terceira colocação com pouco mais de 8% (357 pessoas). Fica claro de acordo com o Mapa 10 que o município do Cabo de Santo Agostinho passa a atrair um elevado quantitativo de migrantes inter-regionais de São Paulo e Rio de Janeiro. Até décadas passadas essas duas UFs eram os dois maiores destinos de migrantes do Nordeste, passando a ser fornecedoras de migrantes para esta região. Observa-se, também, o surgimento de diversas UFs fornecedoras de migrantes para o Cabo de Santo Agostinho em 2000.

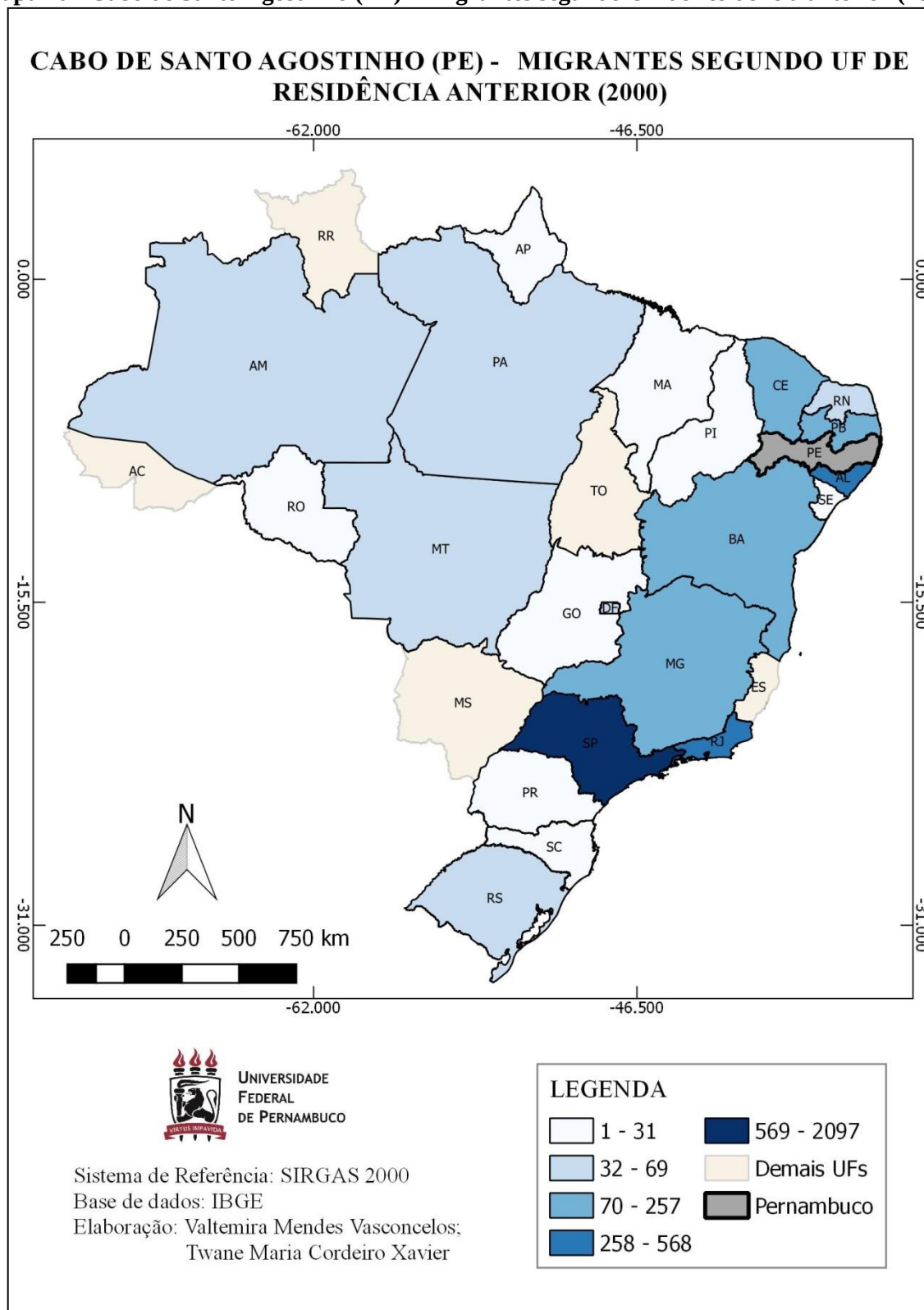
No Mapa 11 podemos observar que o destaque ficou para as UFs de São Paulo e da Bahia, respectivamente, como os dois principais fornecedores de migrantes de última etapa para o município do Cabo de Santo Agostinho, no ano 2010. A UF de São Paulo correspondendo a mais de 26% (1.815 pessoas) dos migrantes e a da Bahia correspondendo a 21% (1.437 pessoas). A UF do Rio de Janeiro cai para a segunda posição, ao apresentar pouco mais de 11% de migrantes no Cabo, e a UF de Alagoas fica na quarta posição com pouco mais de 9% (649) dos migrantes de última etapa no Cabo de Santo Agostinho.

Mapa 9 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (1991)



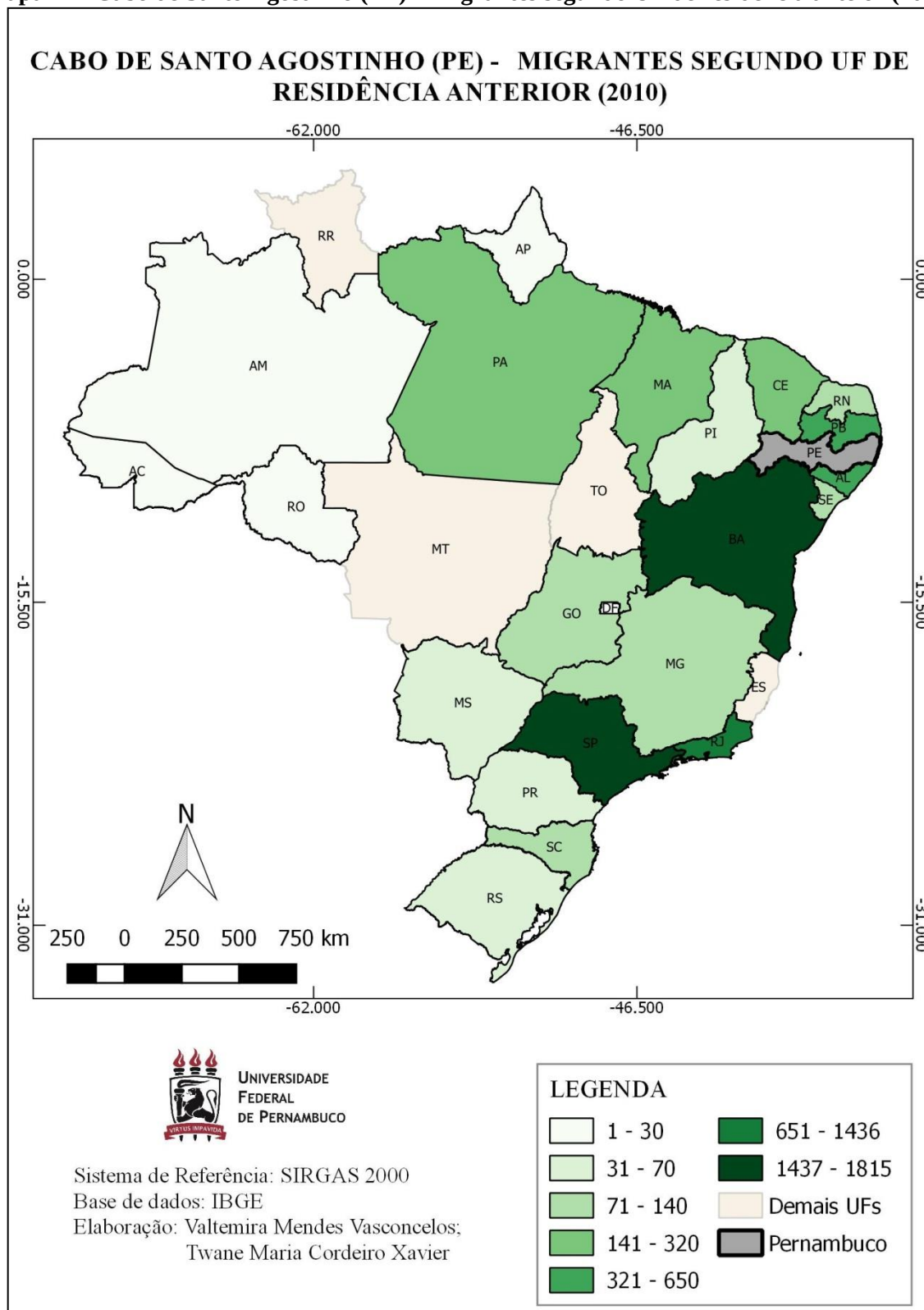
Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991.

Mapa 10 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2000)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000.

Mapa 11 - Cabo de Santo Agostinho (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

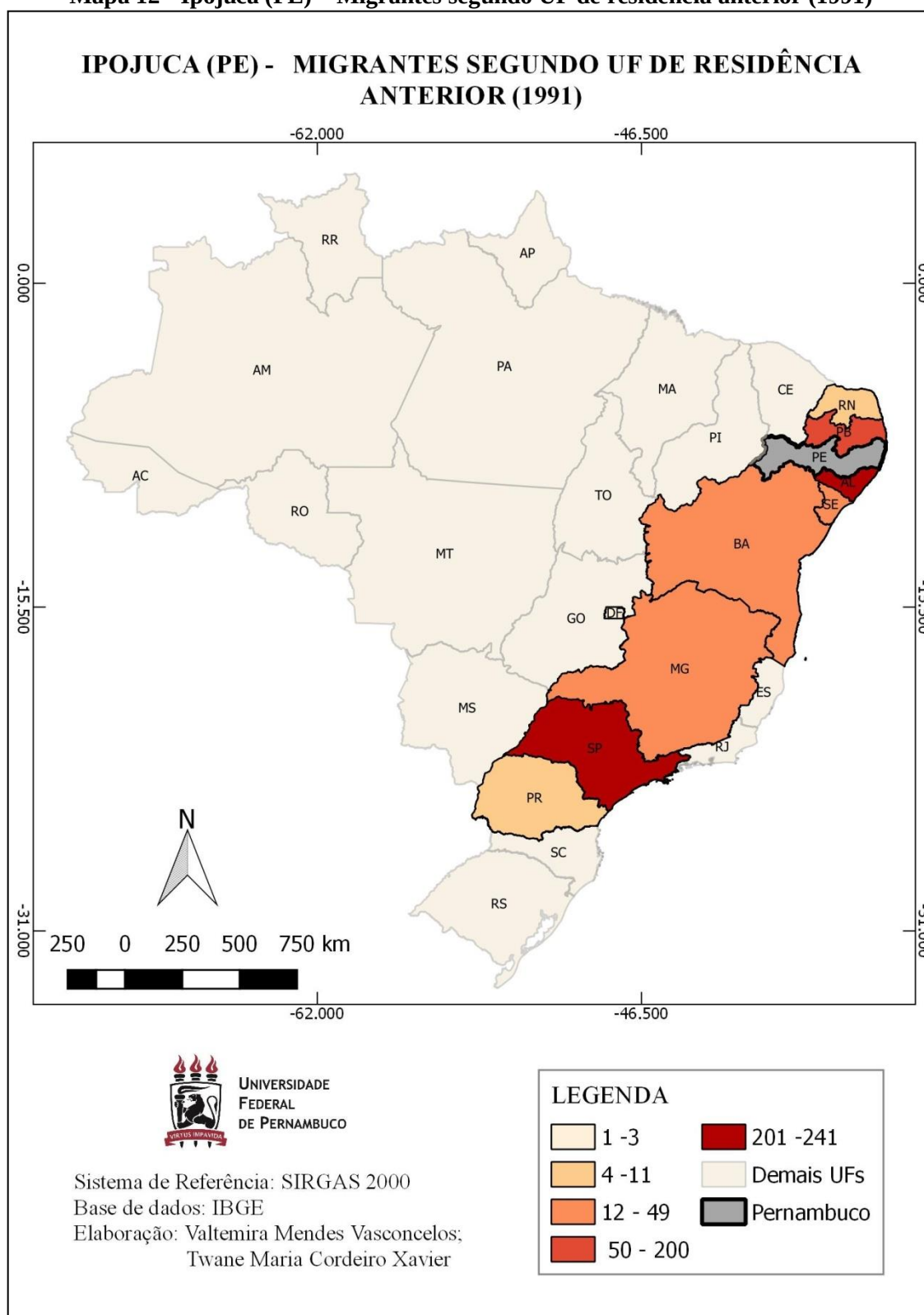
Observa-se no Mapa 12 que as principais UF's de residência anterior dos migrantes em Ipojuca, no ano de 1991, era Alagoas, com uma proporção de mais de 34% (241 pessoas), seguida por São Paulo, correspondendo a quase 31% (215 pessoas), e Paraíba, com pouco mais de 11% (77 pessoas). Ao comparar com o Mapa 9, do Cabo de Santo Agostinho verifica-se que as duas principais origens dos migrantes de última etapa são as mesmas para ambos os municípios. A diferença ficou para a terceira posição, que no Cabo de Santo correspondeu a UF do Rio Grande Norte, enquanto que em Ipojuca ficou com a Paraíba.

No ano 2000 a UF de São Paulo assume a primeira posição como a principal fornecedora de migrantes de última etapa para o município de Ipojuca, correspondendo a mais de 30% (563 pessoas). O mesmo ocorreu no município do Cabo de Santo Agostinho (Mapa 10). As outras três UF's que mais forneceram migrantes para Ipojuca foram: Alagoas, compreendendo 19% (358 pessoas); seguida da UF da Paraíba, com pouco mais de 13% (242); e da UF do Rio Grande do Norte, correspondendo a mais de 9% (176).

No Mapa 14 podemos observar que em 2010 a UF de São Paulo continuou a ser a principal fornecedora de migrantes de última etapa para Ipojuca, correspondendo a mais 26% (690 pessoas), seguida ainda da UF de Alagoas, agora correspondendo a quase 17% (463 pessoas). A mudança fica a cabo da terceira posição, assumida em 2010 pela UF da Bahia, com 11% (286 pessoas). Já no município do Cabo de Santo Agostinho (Mapa 11), a UF da Bahia foi a segunda que mais forneceu migrantes para o Cabo de Santo Agostinho.

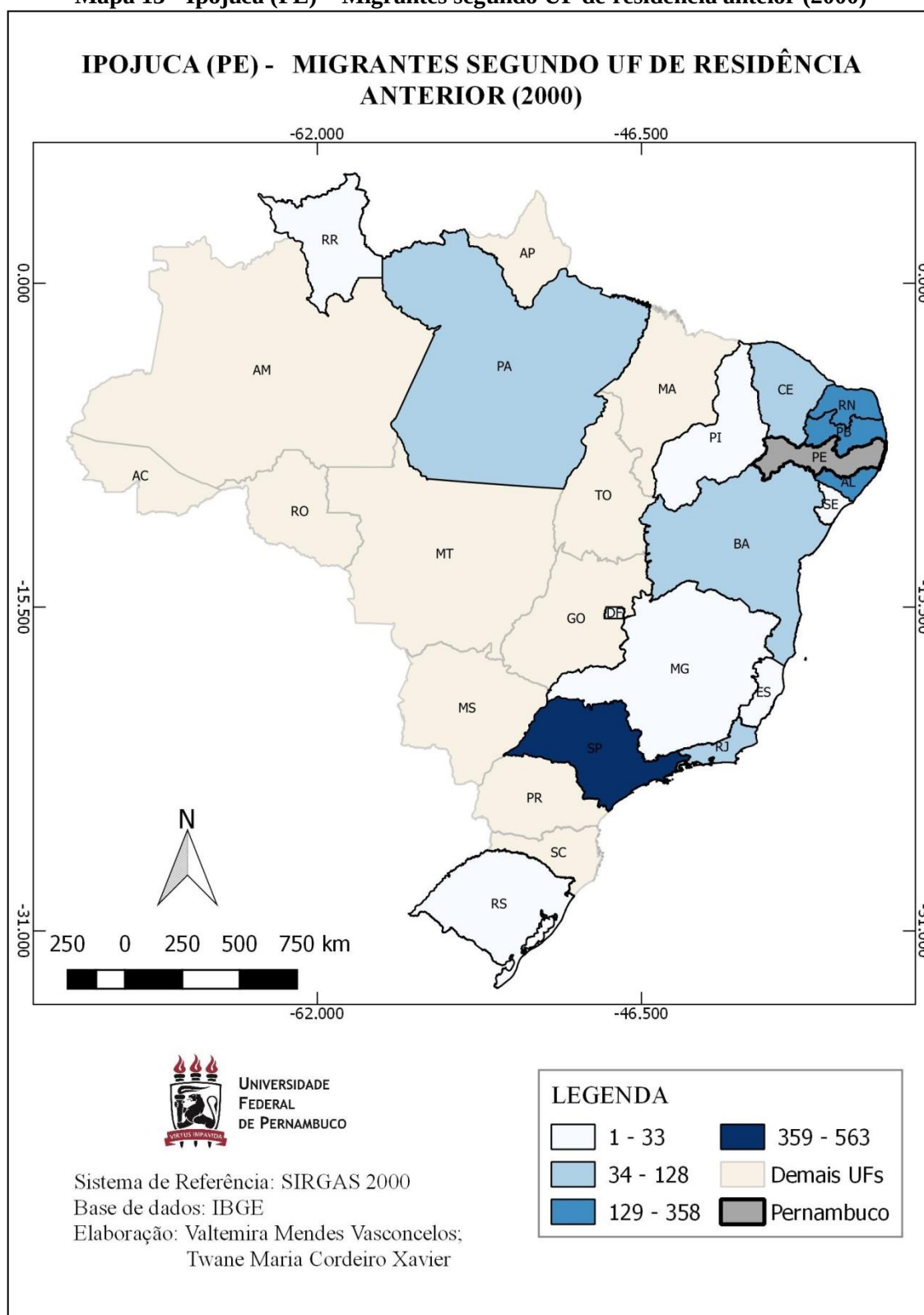
Do mesmo modo que observado nos Mapas 5 e 8 (UF's de nascimento dos migrantes), onde a UF da Bahia surgiu como umas das principais fornecedoras de migrantes para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca em 2010, nos Mapas 11 e 14 (UF's de residência anterior) a UF da Bahia obteve ainda maior destaque como fornecedora de migrantes de última etapa para Cabo e Ipojuca em 2010. As informações obtidas com a interpretação desses mapas indicam que a Bahia pode está fornecendo uma grande quantidade de mão de obra, para o CIPS, oriunda do polo industrial de Camaçari. Esse fato pode ser assim considerado na medida em que há uma tendência de transferência de população de um polo para outro, principalmente quando esses polos têm atividades afins.

Mapa 12 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (1991)



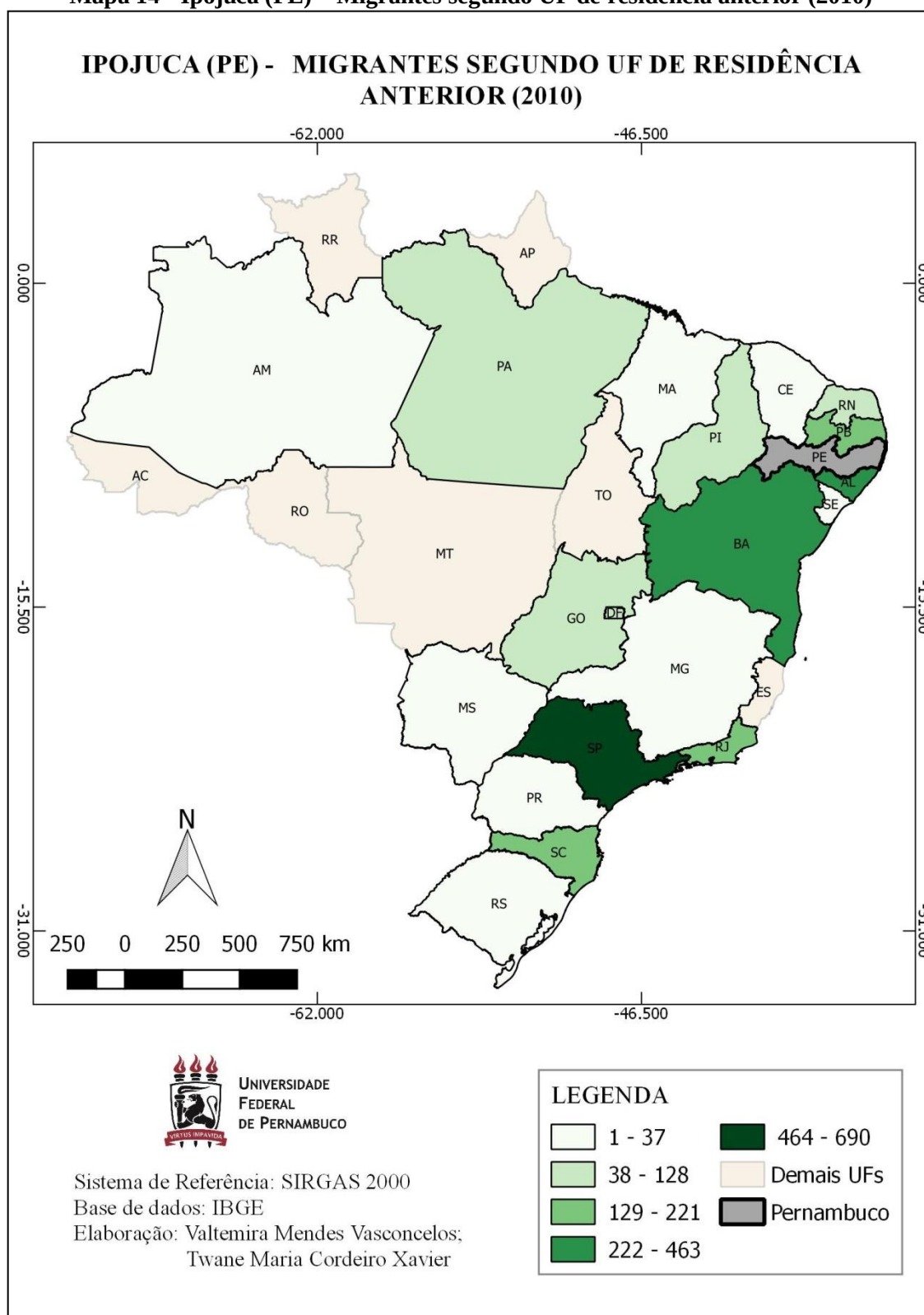
Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 1991.

Mapa 13 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2000)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000.

Mapa 14 - Ipojuca (PE) – Migrantes segundo UF de residência anterior (2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

A literatura também nos indica que está havendo alterações nos padrões migratórios já há algum tempo, e isso nas mais diferentes regiões do Brasil e do mundo. A migração definitiva, que antes era vista como única opção de fluxo populacional e que ainda é bastante significativa, vem aumentando o volume de outros tipos de fluxos populacionais, a exemplo da migração temporária e dos fluxos pendulares em áreas fora das grandes regiões metropolitanas e tradicionais em termos de dinâmica econômica e demográfica do país.

De acordo com Ojima e Fusco (2015), houve uma diminuição da emigração no Nordeste, mas o saldo migratório negativo continua influenciando a distribuição da população pelo território nacional, pelo fato de que as mudanças ocorridas na economia nacional ainda não foram suficientes para eliminar as desigualdades regionais.

Atualmente, em cidades médias e pequenas da Região Nordeste a migração temporária e a mobilidade pendular para trabalho já fazem parte da dinâmica populacional. E isso se deve ao surgimento de inúmeros polos econômicos na região, e não apenas no litoral, mas no Agreste e Sertão dos Estados.

Os Mapas 15, 16, 17 e 18 dizem respeito a origem dos pendulares nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Vale destacar que o IBGE não disponibilizou esse tipo de dado no Censo Demográfico de 1991 ao ano 2000, por isso só estão apresentadas informações de 2000 e de 2010. No censo de 2000, os dados são agregados, ou seja, não há separação entre quem se desloca por razão de estudo ou por razão de trabalho. Já no censo de 2010 houve essa separação. Desse modo, como forma de facilitar a interpretação dos dados e uma vez que o volume de pessoas que se deslocam por razão de estudo ser pequeno, optou-se por analisar, em 2010, apenas os dados referentes aos trabalhadores pendulares.

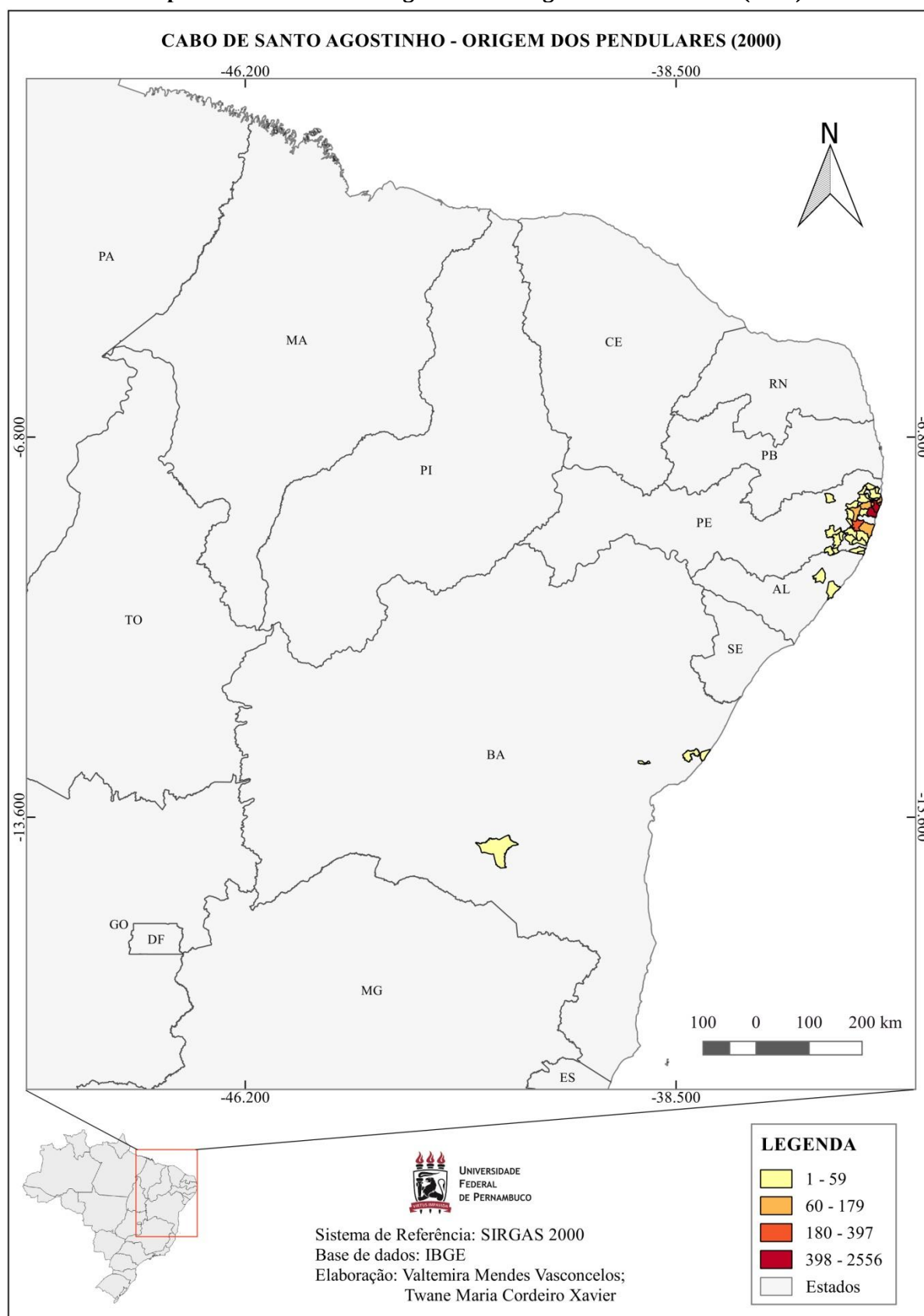
No Mapa 15 verifica-se que as principais origens dos pendulares que se deslocam para o Cabo de Santo Agostinho em 2000 são de municípios da própria UF de Pernambuco. A maioria dos pendulares no Cabo de Santo Agostinho eram do município de Jaboatão dos Guararapes, correspondendo a uma proporção de cerca de 46% (2.556 pessoas). O segundo município que mais forneceu pendulares para o Cabo de Santo Agostinho, em 2000 foi Recife, correspondendo a pouco mais de 21% (1.282 pessoas). Os municípios de Olinda e de Escada ficaram na terceira e quarta posição, respectivamente. O primeiro era a origem de pouco mais de 7% dos pendulares, e o segundo era a origem de mais de 5% dos pendulares no Cabo de Santo Agostinho. É importante observar também a presença de pendulares, no Cabo de Santo Agostinho, oriundos de fora do estado de Pernambuco, a exemplo de Alagoas e Bahia, obviamente que em menor quantidade do que os pendulares com origem no próprio Estado, e

particularmente em cidades do entorno do Cabo. Vale salientar que o total de pendulares no Cabo de Santo Agostinho, em 2000, foi de 5.541 pessoas.

No Mapa 16 estão apresentados apenas os pendulares que se deslocavam para Cabo de Santo Agostinho, em 2010, por motivo de trabalho, ou seja, o mapa diz respeito aos trabalhadores pendulares. Nele verifica-se que o município que mais fornecia trabalhadores pendulares era Jaboatão dos Guararapes, correspondendo a mais de 40% (5.773 pessoas). O município de Recife era o segundo que mais fornecia trabalhadores para o Cabo de Santo Agostinho em 2010, correspondendo a mais de 25% (3.616 pessoas); seguido de Escada, que apresentou uma proporção de 8,7% (1.249 pessoas).

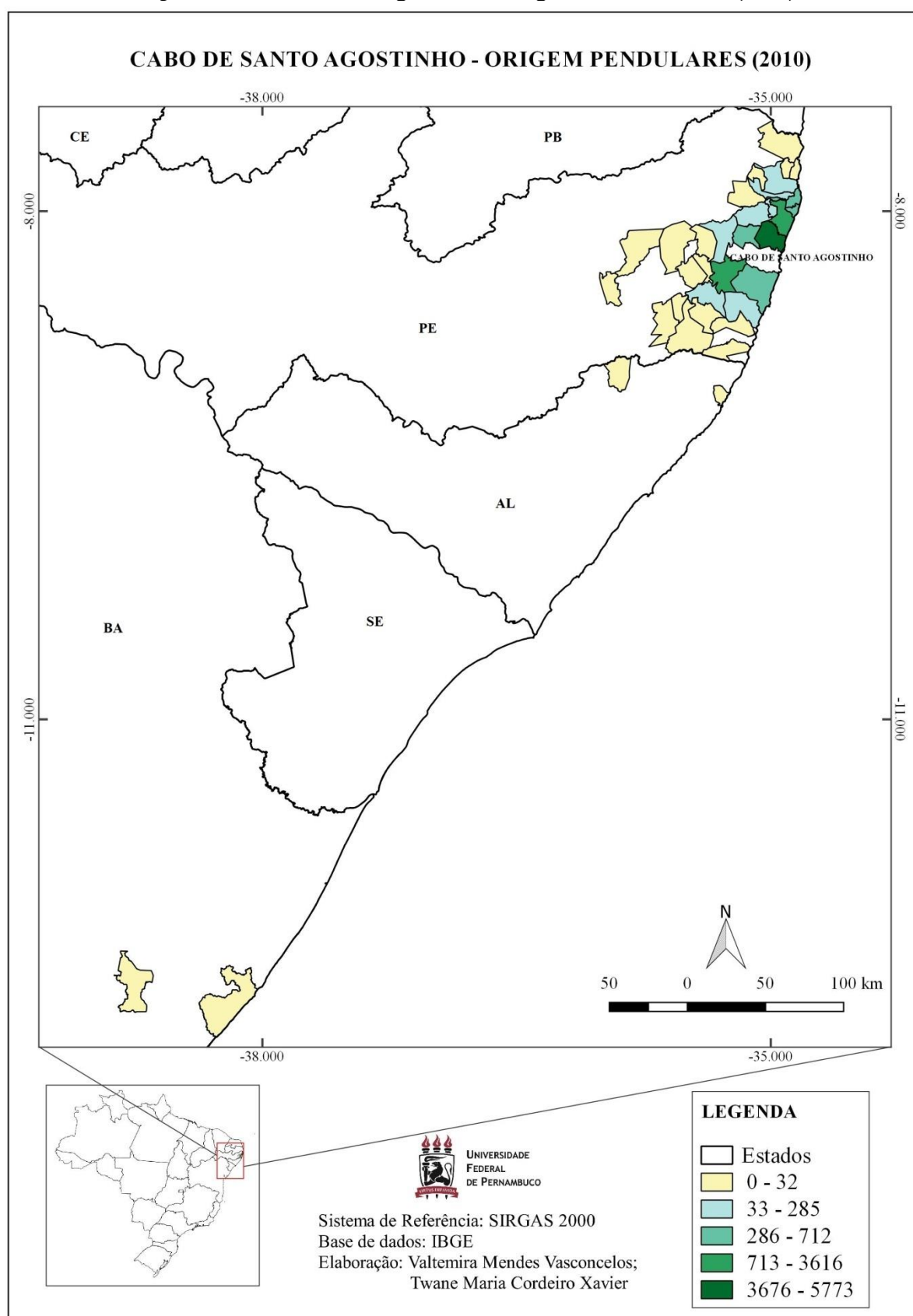
Ao comparar o Mapa 15 com o Mapa 16 podemos observar que não houve mudanças em termos das três principais origens dos pendulares no Cabo de Santo Agostinho de 2000 para 2010. Entretanto, podemos constatar o surgimento de diversos municípios fornecedores de pendulares para o Cabo de Santo Agostinho em 2010, se comparado com 2000, onde os municípios de origem dos pendulares se concentravam em um raio relativamente pequeno, em torno do Cabo de Santo Agostinho. Isso fica nítido ao observar o espalhamento das cores no Mapa 16, onde constatamos o surgimento de outros municípios em Pernambuco como fornecedores de trabalhadores pendulares para o Cabo de Santo Agostinho, em 2010. Vale salientar que os trabalhadores pendulares no Cabo de Santo Agostinho em 2010 eram representados por 14.326 pessoas.

Mapa 15 - Cabo de Santo Agostinho – Origem dos Pendulares (2000)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000.

Mapa 16 - Cabo de Santo Agostinho – Origem dos Pendulares (2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

No Mapa 17 estão representados os pendulares em Ipojuca no ano de 2000. Nele podemos verificar que os municípios fornecedores de pendulares para Ipojuca se concentravam, praticamente, em alguns poucos municípios do entorno, com exceção de um número bastante reduzido de casos em Alagoas, Paraíba e Maranhão. O número de municípios fornecedores de pendulares para Ipojuca, em 2000, era bem menor se comparado com o Cabo (Mapa 15), no mesmo ano. Verifica-se no Mapa 17 que a principal origem dos pendulares em Ipojuca era o município do Cabo de Santo Agostinho, correspondendo a mais 47% (828 pessoas) dos casos. Os outros três municípios que mais forneciam pendulares para Ipojuca eram: Jaboatão dos Guararapes, sendo representado por mais de 13% (239 pessoas); seguido do Recife, com 13% (230 pessoas); e Sirinhaém, correspondendo a pouco mais de 8% (146 pessoas) dos casos. Vale destacar que em Ipojuca, no ano de 2000, o volume de pendulares era de 1.737 pessoas.

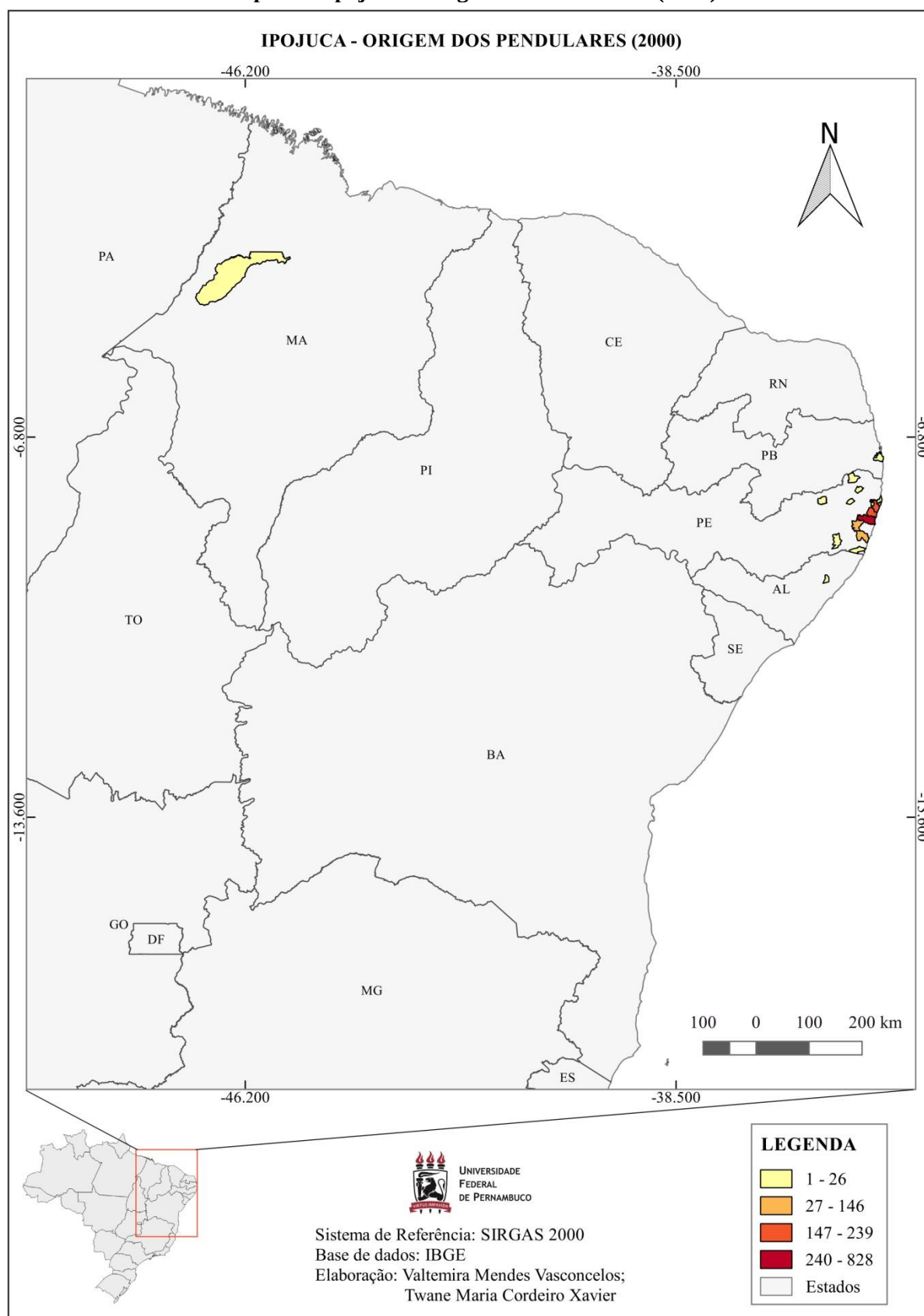
No Mapa 18 podemos verificar a evolução em termos de quantidade dos pendulares em Ipojuca no ano de 2010. Neste ano, o Cabo de Santo Agostinho era a principal origem dos trabalhadores pendulares em Ipojuca, correspondendo a 41,9% (5.804 pessoas) dos casos. Os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Recife, também se destacaram como as principais origens dos trabalhadores pendulares em Ipojuca. Jaboatão dos Guararapes era a origem de 21% (2.907 pessoas) dos trabalhadores pendulares e Recife era representado por 18,7% (2.595 pessoas) dos casos. Em 2010 surgem diversos municípios de Pernambuco como fornecedores de trabalhadores para Ipojuca. Vale destacar que em Ipojuca, no ano de 2010, o volume de trabalhadores pendulares foi de 13.860 pessoas.

O destaque em termos de volume, em 2010, para os municípios de Jaboatão dos Guararapes e de Recife, como origem dos trabalhadores pendulares para Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, pode estar relacionado à questão de melhor infraestrutura proporcionada pelos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Recife. Tal hipótese contraria estudos mais antigos sobre mobilidade pendular no Brasil, que demonstravam, particularmente, a atração de pendulares, de cidades menores e com menos infraestrutura, exercida pelas cidades grandes, particularmente as capitais. Esse tipo de mobilidade era antes característica das grandes cidades, mas hoje crescem também nas médias e pequenas cidades de todas as regiões do país.

A atração exercida pelo dinamismo econômico local proporcionou uma forte movimentação pendular em direção aos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Uma possível explicação é de que as atividades industriais ligadas ao CIPS, bem como as atividades ligadas à indústria do turismo, ambas que demandam mão de obra mais especializada, acabam por atrair trabalhadores mais qualificados, estes que preferem residir em locais com maior infraestrutura urbana.

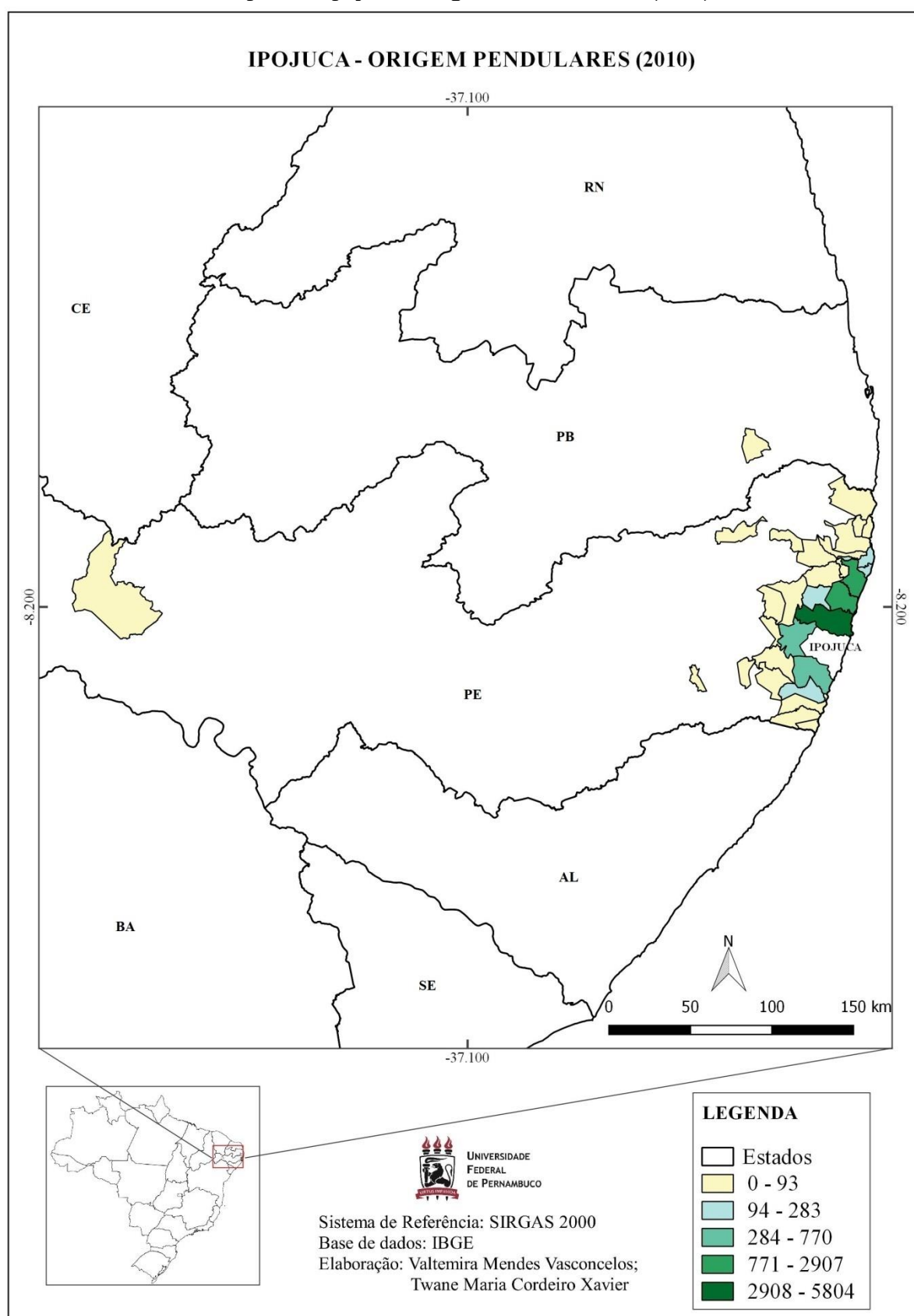
Observa-se que vêm surgindo no Brasil tipos de deslocamentos com periodicidade, duração e destinos diversos, em que a mudança permanente de residência não é mais necessária (OLIVEIRA, 2006). Zelinsky (1971), em seu estudo sobre a transição da mobilidade já abordava a questão do crescimento da mobilidade de pessoas através do espaço e do tempo, e isso se deve ao processo de modernização. O autor identifica alterações na duração, periodicidade, distância, destinos e categorias dos fluxos populacionais decorrentes do avanço da tecnologia dos transportes e da ampliação das informações. Tudo isso faria com que houvesse a passagem de uma mobilidade tradicional para mobilidades mais flexíveis em termo de periodicidade e distância. Desse modo, a mobilidade pendularidade e demais movimentos circulares surgem como uma alternativa à migração permanente.

Mapa 17 - Ipojuca – Origem dos Pendulares (2000)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2000.

Mapa 18 – Ipojuca - Origem dos Pendulares (2010)



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

5.3 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS GRUPOS ANALISADOS NA PESQUISA DA FUNDAJ/CIPS

Como exposto anteriormente, o survey foi elaborado a partir de uma amostra construída para os domicílios urbanos do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca que tinham pelo menos um migrante residindo. Nesse sentido, não se pode fazer uma análise representativa para a população como um todo e nem mesmo para os migrantes, podendo-se apenas sugerir indicações mais gerais a respeito da situação atual em ambos os municípios.

Nesses dados podemos observar que a renda média *per capitados* indivíduos analisados no Cabo de Santo Agostinho foi de 520,45 reais. Já em Ipojuca a média da renda caiu para 413,62 reais, o que indica que, atualmente, a renda média em Ipojuca fica bem abaixo da verificada no Cabo, sugerindo a precariedade de rendimentos no município de Ipojuca, apesar deste se encontrar com um dos melhores PIBs do Estado de Pernambuco. Ou seja, o PIB não pode indicar se o município tem uma boa distribuição de renda.

Na Tabela 12 verificamos a renda média em reais separada por dois grupos: não migrantes e migrantes. Os dados podem indicar que, dentro dos grupos analisados, a renda média dos migrantes é maior se comparada com a renda média dos não migrantes, e isso nos dois municípios. A renda média dos migrantes no Cabo foi de 208,11 reais a mais do que a renda média dos não migrantes. Em Ipojuca a renda média dos migrantes foi de 115,44 reais a mais do que a renda média dos não migrantes.

O maior rendimento entre o grupo dos migrantes se comparado com os naturais, pode ser explicado, segundo Borjas (1987), por meio da seletividade na migração, justamente por causa da decisão de migrar por parte do potencial migrante. Este que compara os rendimentos no lugar de origem com os potenciais rendimentos no lugar de destino, tomando a decisão de migração ou não com base nesses diferenciais de renda.

Tabela 12 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Renda Média dos Não Migrantes e Migrantes

Município	Renda Média	
	Não Migrante	Migrantes
Cabo de Santo Agostinho	419,01	627,12
Ipojuca	368,10	483,54

Fonte: Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015.
Tabulação Própria.

A Tabela 13 diz respeito à quantidade de não migrantes e migrantes entrevistados no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, a partir da amostra composta pelos domicílios urbanos

com pelo menos um migrante. Nela observamos que no Cabo foram entrevistados 60,53% de migrantes e 39,47% de não migrantes. Em Ipojuca foram entrevistados 62,17% de migrantes e 37,83% de não migrantes. A proporção elevada de migrantes entrevistados nos dois municípios se justifica exatamente pelo fato da amostra ser composta apenas por domicílios com migrantes.

Tabela 13 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Status Migratório do grupo analisado (2015)

Status Migratório	Cabo		Ipojuca	
	N	%	N	%
Não Migrante	476	39,47	519	37,83
Migrante	730	60,53	853	62,17
Total	1206	100,00	1372	100,00

Fonte: Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015. Tabulação Própria.

Na Tabela 14 observamos que a maioria das pessoas analisadas na pesquisa se encontravam na faixa etária dos 15 aos 64 anos de idade, correspondendo a 72,84% no Cabo de Santo Agostinho e a 70,74% em Ipojuca. Apesar dos dados não serem representativos do universo, podem indicar que a razão de dependência das crianças e idosos sobre o grupo de pessoas na faixa dos 15 aos 64 anos de idade diminuiu se comparada com os dados do censo demográfico de 2010. Neste censo, a Razão de dependência foi de 47,7% no Cabo e de 50,46% em Ipojuca. Enquanto que, de acordo com os dados da pesquisa de 2015, a Razão de dependência no Cabo de Santo Agostinho foi de 37,28% e de 40,97%. Verifica-se também, nos dados abaixo, que a Razão de Dependência em Ipojuca ainda permaneceu superior do que a observada no Cabo de Santo Agostinho. Isso sugere que em 2015 o peso das crianças e idosos para a população em Idade Ativa ainda era elevado, principalmente em Ipojuca. O que pode estar relacionado com a atração de migrantes em Idade Ativa para servirem de mão de obra para os empreendimentos da Microrregião de Suape, nos últimos anos.

Tabela 14 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Distribuição da população segundo faixa etária e razão de dependência (2015)

Faixa Etária	Cabo de Santo Agostinho		Ipojuca	
	N	%	N	%
0-14	192	15,20	290	19,88
15-64	920	72,84	1035	70,94
65 e mais	151	11,96	134	9,18
Total	1263	100,00	1459	100,00
Razão de Dependência	37,28		40,97	

Fonte: Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015. Tabulação Própria.

Ao analisarmos apenas o grupo de migrantes selecionados no *survey* verificarmos, na Tabela 15, que a maioria dos migrantes era de adultos, na faixa dos 29 aos 64 anos de idade, correspondendo a 50,55% no Cabo de Santo Agostinho e de 45,25% em Ipojuca. Quanto às crianças migrantes verificamos que em Ipojuca a proporção era maior se comparada ao município do Cabo de Santo Agostinho em 2015, sugerindo que em Ipojuca o peso desse grupo de crianças migrantes sobre a população em Idade Ativa é maior do que no Cabo de Santo Agostinho. O que indica uma possível pressão, ainda em 2015, por infraestrutura de educação em Ipojuca, particularmente em termos de educação infantil.

Tabela 15 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Composição etária dos migrantes (2015)

Composição Etária	Cabo de Santo Agostinho		Ipojuca	
	N	%	N	%
Crianças	48	6,58	110	12,90
Jovens	122	16,71	224	26,26
Adultos	369	50,55	386	45,25
Idosos	191	26,16	133	15,59
Total	730	100,00	853	100,00

Fonte: Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015. Tabulação Própria.

Na Tabela 16 observamos que dentre os migrantes analisados no *survey* a maior proporção era de migrantes estabelecidos, ou seja, com oito anos ou mais de residência, tanto no Cabo de Santo Agostinho, quanto em Ipojuca. Mas se comparamos apenas as duas primeiras faixas, migrantes antigos e migrantes recentes, verificamos que no Cabo de Santo Agostinho a maior proporção era de migrantes recentes, correspondendo a 14,66% para 12,88% de migrantes antigos. O oposto foi observado em Ipojuca, quando constamos que os migrantes recentes correspondiam a 13,6% para 15,36% de migrantes antigos. Tais dados são importantes, pois podem indicar como a dinâmica migratória em ambos os municípios vem se apresentando nos últimos anos.

Tabela 16 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Proporção de migrantes segundo tempo de residência (2015)

Tempo de residência	Cabo de Santo Agostinho		Ipojuca	
	N	%	N	%
Migrantes Recentes (0-3 anos)	107	14,66	116	13,6
Migrantes Antingos (4-7 anos)	94	12,88	131	15,36
Migrantes Estabelecidos (8 e mais anos)	529	72,47	606	71,04
Total	730	100,00	853	100,00

Fonte: Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015. Tabulação Própria.

Ao inquirir os migrantes a respeito da intencionalidade de permanência nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, podemos observar, na Tabela 17, que 77,9% dos inquiridos no Cabo responderam que sim, tinham intenção de permanecer no município, e apenas 22,1% responderam que não. Em Ipojuca a proporção de inquiridos que responderam sim a este quesito foi de 78,7%, maior do que a apresentada pelo Cabo de Santo Agostinho, enquanto que apenas 21,3% dos inquiridos em Ipojuca responderam que não tinham intenção de permanecer no município. Os dados sugerem que os migrantes em Ipojuca apresentam um grau de satisfação com o município maior do que os migrantes que residem no Cabo de Santo Agostinho. Tal fato pode estar relacionado tanto às características de cunho econômico, uma vez que em Ipojuca estão concentradas as maiores empresas do CIPS e as atividades de serviços da rede hoteleira, ambas que têm atraído mão de obra; como também pode estar relacionado com o fato de Ipojuca apresentar características naturais que proporcionam uma estrutura de lazer bastante atrativa, não apenas para os migrantes que se dirigem para este município por motivações de trabalho, mas principalmente para os migrantes que tiveram como motivação do deslocamento justamente as características naturais, a exemplo de belas praias de águas quentes o ano inteiro.

Tabela 17 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Migrantes segundo intenção de permanecer residindo no município (2015)

Intenção de permanecer no município	Cabo de Santo Agostinho		Ipojuca	
	N	%	N	%
Sim	569	77,9	669	78,7
Não	161	22,1	181	21,3
Total	730	100,0	850	100,0

Fonte: Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015. Tabulação Própria.

A questão das motivações no ato migratório será abordada mais detalhadamente no item referente aos dados da pesquisa de campo qualitativa, uma vez que as estatísticas oficiais que trabalham com a temática das migrações, no Brasil, não contemplam o quesito motivacional. Além disso, a Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 também não contemplou esse quesito.

5.4 TESTES DE HIPÓTESES

A primeira hipótese que norteou o trabalho foi a de que, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução do que os não migrantes.

Para testar essa hipótese, foram realizadas análises descritivas e testes de correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ (considerada como a variável independente, ou seja, hipoteticamente capaz de influenciar o comportamento da variável dependente) e ‘Nível de instrução’ (considerada como a variável dependente), utilizando duas bases de dados distintas. A primeira base de dados é o Censo Demográfico 2010 e a segunda base de dados é a pesquisa Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades (Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015).

A vantagem da utilização simultânea de duas bases de dados para a realização dos testes relativos à referida hipótese é que: 1) o Censo Demográfico 2010 diz respeito a uma base de dados oficial do governo brasileiro, constituindo amostra representativa do universo populacional dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Com isto, os resultados encontrados a partir da utilização desta amostra podem ser expandidos para o universo populacional dos municípios referidos; 2) a utilização da amostra da Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015, embora não se configure em amostra representativa dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, guardadas as devidas proporções, pode representar uma atualização do panorama socioeconômico e demográfico dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, uma vez que a referida pesquisa foi realizada quatro anos após a realização do Censo Demográfico 2010.

Vale ressaltar que a ideia inicial contida neste projeto de pesquisa era utilizar as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Anos de estudo’. A partir destas duas variáveis, seria possível testar a hipótese de trabalho de que nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca os migrantes tendem a apresentar maiores níveis de instrução do que os

não migrantes, comparando a média de anos de estudos entre os dois grupos populacionais, isto é, os migrantes e os não migrantes residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

No entanto, no Censo Demográfico 2010 não foi incluída a variável ‘Anos de estudos’ (a variável consta nos Censos Demográficos de 1991 e 2000), tendo sido substituída pela variável ‘Nível de instrução’, apresentando nível de mensuração ordinal, o que impossibilita a realização de testes de diferenças de médias. Como forma de superar esta limitação de ordem metodológica, optou-se por utilizar as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’, analisando-se as características da escolarização dos migrantes e dos não migrantes nos municípios. Para isso, utilizou-se análise descritiva e testes de correlação entre as duas variáveis. Com isto, a hipótese a ser testada é de que existe correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’. Vale ressaltar que, apesar de ambas as bases de dados apresentarem as mesmas variáveis, estas apresentam categorias de respostas diferentes. No caso do Censo Demográfico 2010, a variável ‘Nível de instrução’ é composta por *quatro* categorias, incluindo nas faixas de instrução pessoas que ainda não tinham concluído alguma série de estudo (ensino incompleto), e no que diz respeito às quatro categorias de resposta da variável ‘Nível de instrução’ da Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT/2015, agrupam pessoas segundo a conclusão das faixas de instrução (ensino completo). Apesar desta diferença de ordem metodológica, considera-se relevante comparar os resultados obtidos em ambas as bases de dados.

Para a realização dos testes da hipótese de trabalho referida, procedeu-se primeiramente à análise descritiva do Censo Demográfico de 2010. Com relação à proporção de indivíduos por *status* migratório (se são naturais do município ou se são migrantes) segundo o nível de instrução nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, os dados apresentados na Tabela 16 demonstram que, no Cabo de Santo Agostinho, os migrantes apresentam a maior proporção de indivíduos sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (52,7%), se comparados com os naturais do município (46,3%). Em contrapartida, verificamos que os migrantes apresentam a maior proporção de indivíduos com o ensino superior completo (3,6%), contra 2,9 % dos não migrantes. Isto indica que há uma dispersão entre os dados tornando-os de difícil conclusão, ou seja, não se pode afirmar que os migrantes possuem maior nível de instrução que os naturais do Cabo de Santo Agostinho.

O município de Ipojuca apresenta dinâmica diferente daquela registrada no Cabo de Santo Agostinho. De acordo com os dados apresentados na Tabela 18, é possível observar que os migrantes tendem a possuir maior nível de instrução do que os não migrantes. Os naturais do

município apresentam a maior proporção de indivíduos sem instrução e com fundamental incompleto (63,7%) e a menor proporção de pessoas com o ensino superior completo (1,8%). Já entre os migrantes a proporção de pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto é de 52,9% e 3,9% possuem o ensino superior completo.

Tabela 18 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - População com 18 anos e mais de idade por status migratório segundo nível de instrução – 2010

Município	Nível de instrução	Status Migratório			
		Não Migrantes		Migrantes	
		N	%	N	%
Cabo de Santo Agostinho	Sem instrução e fundamental incompleto	3573	46,3	2589	52,7
	Fundamental completo e médio incompleto	1249	16,2	717	14,6
	Médio completo e superior incompleto	2675	34,7	1428	29,1
	Superior completo	220	2,9	179	3,6
Total		7717	100	4913	100
Ipojuca	Sem instrução e fundamental incompleto	1965	63,7	1021	52,9
	Fundamental completo e médio incompleto	490	15,9	317	16,4
	Médio completo e superior incompleto	575	18,6	516	26,7
	Superior completo	54	1,8	76	3,9
Total		3084	100	1930	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulação própria.

O número de casos válidos da amostra do Censo Demográfico 2010 da população com 18 anos e mais de idade para as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de Instrução’ é de 17.752 casos, para os dois municípios, conforme indicado na Tabela 19. Para a realização dos testes estatísticos é aconselhável que se utilize apenas o número de casos da amostra, sem a utilização do “peso” que possibilita a amostra seja expandida para o universo, uma vez que a utilização do “peso” poderia interferir no resultado dos testes. Diante disso, os dados expandidos para o universo da população só são apresentados nos dados descritivos.

Como forma de analisar a possível existência de correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’ e, a partir desta correlação, inferir a hipótese de que os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução que os não

migrantes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, passa-se à análise dos testes de correlação (Gama) e significância (Escore Z) entre as variáveis²⁹.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 20, verifica-se que, no Cabo de Santo Agostinho, os testes de correlação (Gama) e de significância (Escore Z) realizados entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de Instrução’ obtiveram valores³⁰ de -0,061 e 0,001, respectivamente. Diante deste resultado, é possível afirmar, com nível de confiança de 99%, que existe correlação desprezível entre as variáveis, de modo que não é possível confirmar a hipótese de que há correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’ no Cabo de Santo Agostinho. Este resultado indica fragilidade na hipótese de trabalho de que os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução que os não migrantes no Cabo de Santo Agostinho.

Ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela 20, verifica-se que, no município de Ipojuca, os testes de correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’ apresentam valores de Gama de 0,126 e significância de 0,001. Este resultado indica, com nível de confiança de 99%, haver correlação positiva baixa entre as variáveis analisadas, confirmando, ainda que de forma bastante frágil, a hipótese de trabalho de que existe correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’.

Tabela 19 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de instrução’- População com 18 anos e mais de idade – 2010

Município	Casos Válidos	%
Cabo de Santo Agostinho	12.710	71,06
Ipojuca	5.042	28,40
Total	17.752	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulação própria.

²⁹ A escolha do tipo de teste de correlação a ser utilizado ocorre em função do nível de mensuração das variáveis. No presente caso, as variáveis apresentam níveis de mensuração nominal (Desde o nascimento sempre morou no município) e ordinal (Nível de instrução), devendo-se optar pelo teste Gama.

³⁰ Os valores de correlação e significância entre as variáveis estão apresentados no Anexo A, no quadro 1.

Tabela 20 - Teste de correlação (Gama) entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’

Município	Valor Gama	Significância (Escore Z)
Cabo de Santo Agostinho	-0,061	0,001
Ipojuca	0,126	0,001

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010.

Diante dos resultados obtidos a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 não é possível afirmar que, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução que os não migrantes no município.

Vale ressaltar que, no que diz respeito aos testes de correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’, no município de Ipojuca, é preciso inserir variáveis controle, isto é, variáveis intervenientes que desagreguem a correlação entre as duas variáveis de análise, como forma de obter a confirmação, ou refutação, de existência de correlação entre as variáveis. Isto porque, como o resultado obtido no município de Ipojuca indica existência de correlação baixa entre as duas variáveis, é possível que esta correlação seja espúria, em outras palavras, seja uma falsa correlação, que na realidade é motivada pela influência de outras variáveis que não foram incluídas nesta análise. Como forma de aprofundar a investigação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’, sugere-se que sejam incluídas como variáveis controle as variáveis ‘sexo (masculino e feminino)’, ‘cor/raça (brancos e não brancos)’ e ‘faixas etárias’ (jovens, adultos e idosos) ’.

Ainda a respeito da possível correlação entre as variáveis utilizadas, os dados apresentados na Tabela 20 indicam que, no município de Cabo de Santo Agostinho, os migrantes apresentam a maior proporção de indivíduos na faixa de menor nível de instrução (Sem instrução e ensino fundamental incompleto), representados por 40,5% enquanto os naturais correspondem a 29,7%. Ao observarmos a faixa correspondente ao maior nível de instrução (superior completo), podemos notar que os migrantes são a minoria, representados por menos de 1%, em detrimento dos naturais com 1,6%. Estes resultados apontam fragilidade na hipótese de que existe correlação entre as variáveis investigadas.

Já em relação ao município de Ipojuca, os dados apresentados na Tabela 21 indicam que, na faixa correspondente ao menor nível de instrução há certa equivalência entre as proporções de migrantes e de naturais, mas os primeiros são representados por uma menor proporção, 41,4%, e os naturais com uma proporção de 42,7%. Verificamos que, na medida em que vai aumentando o nível de instrução, também vai aumentando a proporção de migrantes, de modo

que é possível supor que, em Ipojuca, os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução que os não migrantes.

Tabela 21 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – População com 18 anos e mais de idade por status migratório segundo do nível de instrução – 2015

Município	Nível de instrução	Status Migratório			
		Não Migrantes		Migrantes	
		N	%	N	%
Cabo de Santo Agostinho	Sem instrução e fundamental incompleto	94	29,7	236	40,5
	Fundamental completo	54	17	58	10
	Médio completo	164	51,7	283	48,6
	Superior completo	5	1,6	5	0,9
	Total	317	100	582	100
Ipojuca	Sem instrução e fundamental incompleto	154	42,7	254	41,2
	Fundamental completo	43	11,9	68	11
	Médio completo	162	44,9	282	45,8
	Superior completo	2	0,6	12	1,9
	Total	361	100	616	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

A Tabela 22 diz respeito ao resumo descritivo dos casos válidos da pesquisa da Fundaj/Observatório/LAEPT/2015, dos indivíduos com 18 anos e mais de idade, para as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de Instrução’ é de 1.876 casos.

Tabela 22 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de escolaridade’ – População com 18 anos e mais de idade - 2015

Município	Casos Válidos	%
Cabo de Santo Agostinho	899	47,9
Ipojuca	977	52,1
Total	1.876	100

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Como forma de testar a suposta existência de correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’, foram realizados testes de correlação Gama, bem como teste de significância (Escore Z).

Os resultados apresentados na Tabela 23 indicam que a correlação entre as variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou neste município’ e ‘Nível de instrução’ apresenta valor de Gama de 0,070 e 0,024, para o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente. E o teste de significância apresentou valores de 0,024 e 0,434, para ambos os municípios. Os resultados indicam não haver correlação entre as variáveis, em ambos os municípios e também não havendo significância estatística. Portanto, estes resultados não confirmam a hipótese de trabalho de que nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução que os não migrantes nestes municípios.

Tabela 23 - Teste de correlação (Gama) entre as variáveis 'Desde o nascimento sempre morou neste município' e 'Nível de instrução'

Município	Valor Gama	Significância (Escore Z)
Cabo de Santo Agostinho	-0,081	0,024
Ipojuca	0,027	0,434

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Como forma de se fazer uma conclusão preliminar, observamos que os resultados obtidos a partir da análise do Censo Demográfico 2010 e da Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT, 2015 apontam para a refutação da hipótese de trabalho de que nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca os migrantes tendem a apresentar maior nível de instrução que os não migrantes.

Como forma de aprofundar as investigações a respeito dos indicadores de escolarização nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, sugere-se uma hipótese de trabalho alternativa: os migrantes recentes tendem a apresentar maior nível de instrução que os migrantes antigos e que os migrantes estabelecidos. Com isto, sugere-se que sejam investigadas as possíveis correlações entre duas variáveis: ‘Nível de instrução’ e ‘Tempo de moradia no município’, utilizando-se a base de dados da Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015.

Do ponto de vista teórico-conceitual, a variável ‘Tempo de moradia no município’ abrange apenas pessoas que não nasceram nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ou seja, migrantes. A referida variável será operacionalizada em três grupos: 1) *migrante recente*, pessoas que residiam a menos de quatro anos nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca; 2) *migrante antigo*, composto por pessoas que residiam entre 4 e 7 anos nos municípios; e 3) *migrantes estabelecidos*, pessoas que residem nos municípios há 8 anos e mais.

Como forma de testar a hipótese de que os migrantes mais recentes têm maior nível de instrução que os migrantes com maior tempo de residência procedeu-se primeiramente à análise descritiva do Censo Demográfico de 2010. Na Tabela 24 podemos verificar, com relação à proporção de indivíduos por tempo de migração (migrantes recentes, migrantes antigos ou migrantes estabelecidos) segundo o nível de instrução nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, que no Cabo de Santo Agostinho, os migrantes estabelecidos apresentam a maior proporção de indivíduos sem instrução, correspondendo a uma proporção de 55,1%, se comparados com os migrantes antigos (51,3%) e com os migrantes recentes (44,7%). Em contrapartida, verificamos que os migrantes antigos apresentaram maior proporção de indivíduos com o ensino superior completo (4,6%), contra 3,6% dos migrantes estabelecidos e apenas 3% dos migrantes recentes. Entretanto, os dados apenas dão indícios de que os migrantes estabelecidos, ou seja, com mais tempo de residência, no Cabo de Santo Agostinho, se encontravam na faixa de menor nível de instrução e os migrantes recentes são os que apresentam maior proporção em relação à faixa que compreende o ensino médio completo e superior incompleto, correspondendo a 34,8% se comparado com os 28,4% dos migrantes antigos e 28% dos migrantes estabelecidos.

Quanto ao município de Ipojuca é possível observar mais nitidamente que os migrantes recentes tendem a apresentar maior nível de instrução do que os migrantes com maior tempo de residência no referido município. Na Tabela 24 verifica-se que 5,1% dos migrantes recentes possuíam nível superior completo, enquanto que apenas 1,9% dos migrantes antigos, e 3,6% dos migrantes estabelecidos se encontravam nessa faixa de maior nível de instrução. Ao analisar a faixa de menor nível de instrução, observa-se que os migrantes estabelecidos, ou seja, com mais tempo de residência no município, apresentaram maior proporção se comparado com os 42,5% dos migrantes recentes e com os 49,7% dos migrantes antigos.

Se agruparmos as quatro faixas de nível de instrução em duas grandes faixas, menor nível de instrução e maior nível de instrução, podemos verificar mais nitidamente que os migrantes recentes demonstraram uma tendência de ter maior nível de instrução do que os migrantes antigos e estabelecidos, em ambos os municípios. Ou seja, ao somarmos as proporções das duas menores faixas de instrução e das duas maiores, observa-se que, no Cabo de Santo Agostinho, 62,2% dos migrantes recentes se encontravam na faixa de menor nível de instrução, se comparado aos 67% dos migrantes antigos e dos 68,4% dos migrantes estabelecidos. O oposto ocorre ao analisar a faixa de maior nível de instrução, quando verificamos que está entre os migrantes recentes a maior proporção de indivíduos, correspondendo a 37,8% para 33% dos migrantes antigos e apenas 31,6% dos migrantes estabelecidos. Em Ipojuca, 61,4% dos

migrantes recentes se encontravam na faixa de menor nível de instrução, se comparado com os 68,6% dos migrantes antigos e dos 73,6% dos migrantes estabelecidos. Enquanto que a maior proporção, dos migrantes recentes se encontravam na maior faixa de nível de instrução, correspondendo a 38,7%, para 31,3% dos migrantes antigos e apenas 26,5% dos migrantes estabelecidos. Isso sugere que, quanto mais recente o tempo de residência no município em análise, maior é o nível de instrução do migrante e quanto maior o tempo de residência, menor é o nível de instrução.

Tabela 24 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - População com 18 anos e mais de idade por Tempo de Migração segundo Nível de Instrução – 2010

Município	Nível de instrução	Tempo de Residência					
		Migrantes Recentes		Migrantes Antigos		Migrantes Estabelecidos	
		N	%	N	%	N	%
Cabo de Santo Agostinho	Sem instrução e fundamental incompleto	4561	44,7	2934	51,3	21034	55,1
	Fundamental completo e médio incompleto	1787	17,5	898	15,7	5082	13,3
	Médio completo e superior incompleto	3548	34,8	1622	28,4	10687	28,0
	Superior completo	303	3,0	264	4,6	1358	3,6
	Total	10199	100,0	5718	100,0	38161	100,0
Ipojuca	Sem instrução e fundamental incompleto	1934	42,5	1471	49,7	7956	58,0
	Fundamental completo e médio incompleto	858	18,9	559	18,9	2138	15,6
	Médio completo e superior incompleto	1529	33,6	870	29,4	3139	22,9
	Superior completo	230	5,1	57	1,9	490	3,6
	Total	4551	100,0	2957	100,0	13723	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulação própria.

Com a finalidade de analisar a possível existência de correlação entre as variáveis ‘Tempo de moradia no município’ e ‘Nível de instrução’ e, a partir da eventual correlação, inferir a hipótese de que os migrantes mais recentes apresentam maior nível de instrução que os migrantes mais antigos e estabelecidos nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, passa-se à análise dos testes de correlação (Gama) e significância (Escore Z), utilizados para variáveis de nível ordinal (DANCEY & READY, 2006).

O número de casos válidos da amostra do Censo Demográfico 2010 da população com 18 anos e mais de idade para as variáveis ‘Tempo de moradia no município’ e ‘Nível de Instrução’ é de 7.405 casos, para os dois municípios, conforme indicado na Tabela 25.

Os dados apresentados na Tabela 26 indicam que com nível de significância de 99%, existe correlação negativa baixa (-0,127 e -0,199) entre as variáveis ‘Tempo de moradia no município’ e ‘Nível de instrução’ nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, respectivamente. Este dado demonstra não haver indícios suficientes de que exista correlação entre as duas variáveis investigadas.

Tabela 25 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de instrução’ - População com 18 anos e mais de idade - 2010

Município	Casos Válidos	%
Cabo de Santo Agostinho	5340	72,1
Ipojuca	2065	27,9
Total	7405	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulação própria.

Tabela 26 - Teste de correlação (Gama) e significância (Escore Z) entre as variáveis ‘Tempo de moradia no município’ e ‘Nível de instrução’

Município	Valor Gama	Significância (Escore Z)
Cabo de Santo Agostinho	-0,127	0,001
Ipojuca	-0,199	0,001

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010.

As Tabelas 27, 28 e 29 dizem respeito aos dados da pesquisa da Fundaj/Observatório/LAEPT/2015. A partir deles pôde-se inferir a existência de correlação entre as variáveis ‘tempo de moradia no município’ e a variável ‘Nível de instrução’ num período de tempo mais recente, uma vez que a coleta dos dados da referida pesquisa se deu no ano de 2014.

Na Tabela 27 podemos verificar que, no Cabo de Santo Agostinho, os migrantes antigos se concentram em maior proporção na faixa que compreende o maior nível de instrução, correspondendo a 12,5%, seguidos dos migrantes estabelecidos (11,1%) e dos migrantes recentes (4,7%). Em contrapartida, verificarmos que, entre os migrantes estabelecidos, apenas 0,9% se encontravam na faixa que compreende as pessoas sem instrução ou com até o ensino fundamental incompleto, se comparado com nenhum caso para os demais grupos de migrantes.

No município de Ipojuca, do mesmo modo que observado no Cabo de Santo Agostinho, os migrantes antigos apresentam maior proporção de pessoas na faixa que compreende o maior nível de instrução, correspondendo a 11,7% seguido dos migrantes estabelecidos com 9,4% e dos migrantes recentes com 4,7%. Na faixa que compreende as pessoas com menor nível de instrução, ou seja, sem instrução ou com o fundamental incompleto, a situação é a mesma em Ipojuca se comparado com o Cabo de Santo Agostinho. Isso indica que há uma dispersão entre os dados dificultando uma conclusão mais precisa, ou seja, não se pode afirmar que os migrantes recentes possuem maior nível de instrução que os migrantes com maior tempo de residência nos municípios.

Como forma de simplificar a análise, podemos agrupar as quatro faixas de nível de instrução em duas grandes faixas, menor nível de instrução e maior nível de instrução. Desse modo, observa-se que os migrantes antigos são os que apresentam melhor situação em relação ao nível de instrução, na medida em que compreende a menor proporção de pessoas na faixa de menor nível de instrução, correspondendo a apenas 16,7%, seguido dos migrantes recentes com 30,2% e dos migrantes estabelecidos com 48,5%. Na faixa que compreende o melhor nível de instrução são os migrantes antigos que apresentam a maior proporção (83,3%), bem acima das proporções apresentadas pelos migrantes recentes (69,8%) e dos migrantes estabelecidos (51,4%).

Tabela 27 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Migrantes com 18 anos e mais de idade por Tempo Migração segundo do nível de instrução – 2015

Município	Nível de instrução	Tempo de Migração					
		Migrantes Recentes		Migrantes Antigos		Migrantes Estabelecido	
		N	%	N	%	N	%
Cabo de Santo Agostinho	Sem instrução e fundamental incompleto	0	0,0	0	0,0	4	0,9
	Fundamental completo	26	30,2	12	16,7	202	47,6
	Médio completo	56	65,1	51	70,8	171	40,3
	Superior completo	4	4,7	9	12,5	47	11,1
	Total	86	100,0	72	100,0	424	100,0
Ipojuca	Sem instrução e fundamental incompleto	0	0,0	0	0,0	4	0,9
	Fundamental completo	20	23,3	28	29,8	211	48,2
	Médio completo	62	72,1	55	58,5	182	41,6
	Superior completo	4	4,7	11	11,7	41	9,4
	Total	86	100,0	94	100,0	438	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

A Tabela 28 diz respeito ao resumo descritivo dos casos válidos da pesquisa da Fundaj/Observatório/LAEPT/2015, dos indivíduos com 18 anos e mais de idade, para as variáveis 'Tempo de moradia no município' e 'Nível de Instrução' é de 1.200 casos.

No município de Cabo de Santo Agostinho, o teste de correlação entre variáveis Gama, na Tabela 29, utilizado para variáveis de nível ordinal, indica existir associação negativa baixa (-0,291) entre as variáveis 'Tempo de moradia neste município' e 'Nível de instrução'. Isto significa que, tendencialmente, no Cabo de Santo Agostinho, quanto menor o tempo de residência no município maior tende a ser o nível de instrução dos residentes. No entanto, analisando-se os dados descritivos presentes na Tabela 28, verifica-se que o grupo formado pelos migrantes antigos (4 a 7 anos de residência no município) apresenta nível de instrução maior do que os outros grupos de migrantes, seguido pelo grupo formado pelos migrantes recentes (0 a 3 anos de residência no município). O grupo formado pelos migrantes estabelecidos (8 anos e mais de residência no município) apresenta pessoas com menor nível de instrução (ver Tabela 27). Uma hipótese possível para explicar este fenômeno é a demográfica, ou seja, de que as pessoas mais velhas tendem a apresentar menores níveis de instrução, e, como o grupo dos migrantes estabelecidos apresenta maior proporção de pessoas mais velhas, o nível de instrução dessas pessoas mais velhas influencia o baixo nível de instrução geral das pessoas que compõem o grupo de migrantes estabelecidos.

A explicação do fenômeno da melhoria da situação do migrante por tempo de residência pode estar relacionada ao processo de adaptação progressiva no local de destino, até que se equiparam à população natural; como também pode estar ocorrendo evasão de pessoas menos capacitadas no local de destino. A explicação mais convincente é a de que a retenção seletiva dos elementos mais capacitados acaba por relevar uma visão de que os migrantes são mais qualificados em termos profissionais e educacionais se comparada com a população natural. Tal fato levaria a existência de uma elevada população nômade, a exemplo dos trabalhadores volantes e bóias-frias, em busca de subsistência. Tudo isso levaria a concluir que os migrantes mais antigos são mais escolarizados do que os migrantes recentes (MARTINE 1980).

Entretanto, vale salientar que os migrantes antigos (4 a 7 anos de residência), entrevistados em 2014, dizem respeito às pessoas que migraram para o Cabo de Santo Agostinho e para Ipojuca entre 2007 e 2010, justamente o período do *boom* de Suape, sugerindo que na fase desse *boom* em Suape pode ter havido uma atração de migrantes com maior nível de instrução. Outra hipótese que explicaria esse fenômeno - mais ligada à teoria - é a de que os migrantes tendem a aumentar seu nível de instrução, na medida em que o tempo vai passando,

e estes migrantes se integram a sociedade de destino, por meio da busca por melhor salário e destaque na carreira. Já observamos que Martine (1980) demonstra que parte das análises sobre migração identifica padrões evolutivos semelhantes no que se refere ao posicionamento dos migrantes segundo tempo de residência, sugerindo que, na medida em o tempo de residência do migrante aumenta, a sua situação socioeconômica melhora. Entretanto, o autor alerta para o fato de que, mesmo comparando apenas os migrantes segundo tempo de residência, verifica-se que os migrantes mais antigos tiveram a chance de se inserir em um contexto diferente do encontrado pelos migrantes mais recentes. Desse modo, deve-se ficar atento a outras variáveis que possam estar interferindo no suposto melhor posicionamento dos migrantes mais antigos em relação aos mais recentes, sendo necessário o uso de variáveis “controle” sobre fatores intervenientes, a exemplo da variável sexo e idade, uma vez que possíveis diferenças se dão pelo fato de existir divergências diferenças na estrutura demográfica dos grupos analisados.

Tabela 28 - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca - Resumo descritivo das variáveis ‘Desde o nascimento sempre morou no município’ e ‘Nível de escolaridade’ – População com 18 anos e mais de idade - 2015

Município	Casos Válidos	%
Cabo de Santo Agostinho	582	48,5
Ipojuca	618	51,5
Total	1.200	100,0

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

Tabela 29 - Teste de correlação (Gama) entre as variáveis 'Tempo de moradia neste município' e 'Nível de instrução'

Município	Valor Gama	Significância (Escore Z)
Cabo de Santo Agostinho	-0,291	0,001
Ipojuca	-0,310	0,001

Fonte: Pesquisa Fundaj/Observatório/LAEPT, 2015. Tabulação própria.

A variável ‘nível de instrução’ é utilizada, usualmente, para mensurar o nível socioeconômico de um indivíduo e desse modo é empregada como forma de explicar diversas teorias, a exemplo de algumas sobre migração. Entretanto, um nível de instrução elevado nem sempre significa uma boa colocação no mercado de trabalho. Obviamente há uma tendência de que um indivíduo que possua maior nível de instrução ocupe melhores posições ocupacionais e conseqüentemente sociais, mas na prática essa tendência nem sempre se confirma por razões as mais variadas, e a depender do contexto analisado.

Diante disso, as variáveis ‘situação na profissão’ e a ‘ocupação’, analisadas conjuntamente podem explicar melhor a possível melhor posição dos migrantes se comparado com os não migrantes na Microrregião de Suape. Para tanto, a utilização de um modelo que una essas duas variáveis - ‘situação na profissão’ e ‘ocupação’ - em uma variável síntese pode comprovar essa hipótese.

5.5 ESTRUTURA DE CLASSES SOCIAIS NA MICRORREGIÃO DE SUAPE POR MEIO DA TIPOLOGIA ACM

A análise da estrutura de classes ACM permite conhecer o processo de transformação estrutural ocorrido em uma dada unidade territorial, bem como permite observar a mobilidade social da população residente na unidade territorial em análise. O ACM é um modelo de tipologia de classes sociais que, por meio de uma variável sintética, construída com a junção de duas outras variáveis – ‘grandes grupos profissionais’³¹ e ‘situação na profissão’³² – com o intuito de analisar e compreender como a população ocupada está distribuída hierarquicamente em termos de posições na ocupação profissional e quais processos socioeconômicos influenciam os padrões de distribuição e mudanças na estrutura de classes.

Desse modo, a utilização da Tipologia ACM permite conhecer as mudanças socioeconômicas estruturais ocorridas na Microrregião de Suape. Para tanto, se fez uso dos microdados dos censos demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, com a intenção de analisar tais mudanças ao longo das últimas décadas, período em que a região se inseriu na dinâmica econômica proporcionada pelos grandes empreendimentos estruturadores lá instalados, principalmente o CIPS.

Os tipos que compõem a Tipologia ACM (ver a matriz no Anexo C) são: EDL (empresários, dirigentes e profissionais liberais) PTE – profissionais técnicos e de enquadramento; TI - trabalhadores independentes; AI – agricultores independentes; EE – empregados executantes; OI – operários industriais; e AA – assalariados agrícolas. Os dois tipos localizados no topo da hierarquia, o tipo EDL e o tipo PTE, são as categorias sociais mais dotadas de recursos econômicos, culturais e sociais. O tipo EDL compreende o quadro superior

³¹ A variável utilizada para compor os grandes grupos profissionais foi a variável ‘ocupação’ do Censo Demográfico do IBGE, que diz respeito aos códigos das ocupações relativos a CBO (Código Brasileiro de Ocupações). A construção desses grandes grupos profissionais foi uma adaptação dos grupos analisados em Portugal para a realidade brasileira (MACHADO & SANTOS, 2017).

³² A variável ‘situação na profissão’ é uma variável do Censo Demográfico do IBGE composta por três categorias: patrões; trabalhadores por conta própria mais empregados familiares; e trabalhadores por conta de outrem.

da administração pública, dirigentes e quadro superior de empresas, além de especialistas das profissões intelectuais que se situam na posição de empregadores, trabalhadores por conta própria ou empregados. O tipo PTE, particularmente, é uma categoria marcada pela posse de recursos altamente qualificados das profissões intelectuais e científicas. O tipo TI é composto por pessoal da administração, serviços e comércio, além de operários, artífices e similares, todos trabalhadores independentes, por conta própria. O tipo AI compreende os trabalhadores da agricultura e pesca, qualificados ou não, mas que tem em comum o fato de serem trabalhadores por conta própria. O tipo EE compreende os empregados assalariados de base dos serviços administrativos, comerciais, pessoais e de segurança. O tipo OI corresponde os operários da indústria, construção, transporte, além de artífices e similares, qualificados ou não, mas que tem em comum o fato de serem empregados. Por fim, o tipo AA são os empregados assalariados da agricultura e da pesca, qualificados ou não (MACHADO, 2002; MACHADO et. al., 2003).

Na Tabela 30 observamos as mudanças ocorridas na estrutura de classes da população ocupada na Microrregião de Suape ao longo dos três últimos censos demográficos. Nela podemos verificar que 3,4% da população ocupada em 1991 se encontravam no topo da hierarquia, representada pelo tipo EDL. Em 2000, essa proporção aumenta para 4,2% e em 2010 apresenta uma redução, correspondendo a 3,3%, inclusive, abaixo da proporção registrada em 1991. Na segunda melhor hierarquia, que compreende os PTE, houve um aumento ao longo do tempo, passando de 6,4% em 1991, para 8,1% em 2000, atingindo os 8,6% em 2010. Quanto a terceira melhor hierarquia, compreendida pelos TI, verifica-se que houve um aumento entre 1991 e 2000, passando de 13,1% para 16,9%, mas reduz entre 2000 e 2010, correspondendo a apenas 9,7% em 2000. O tipo AI aumentou um pouco de 2,7% em 1991 para 2,9% em 2000, apresentando um crescimento maior em 2010 (9,7%). O tipo EE foi responsável pelas maiores proporções nos três censos se comparado com os demais tipos. Isso se deve, justamente, ao fato de que no tipo EE se encontram os indivíduos que trabalham como empregados executantes do comércio ou serviços. Em 1991 os EE correspondiam a 25,1%, passando para 33,6% em 2000, atingindo os 37,3% da população ocupada em 2010. Quanto aos dois tipos mais baixos na hierarquia, observa-se que o OI apresentou redução entre 1991 e 2000, passando de 28,9% em 1991, para 27,2% em 2000, voltando a crescer em 2010 (28,6%); enquanto que os AA reduziram drasticamente ao longo dos três últimos censos. Em 1991 os AA representavam 20,4% da população ocupada, reduzindo para 7,1% em 2000, atingindo apenas 6,2% em 2010.

Os dados demonstram que houve um “declínio estrutural” significativo no tipo AA, ou seja, nas ocupações relativas aos trabalhadores assalariados agrícolas. Isso sugere que a Microrregião de Suape vem passando, nas últimas décadas, por um desmonte no sistema da

monocultura da cana de açúcar, com a possível mobilidade social de parte dos trabalhadores agrícolas da cana para outras ocupações, a exemplo das relacionadas à indústria, comércio e serviços. O crescimento na proporção dos EE nos três períodos analisados, bem como a retomada de crescimento da proporção do tipo OI entre 2000 e 2010, dá indícios dessa mobilidade social.

Os dados ainda podem indicar que a Microrregião de Suape vem passando por um crescimento em termos de pessoal ocupado qualificado, ao verificar o aumento na proporção do tipo PTL, nos três censos, ou seja, o tipo que compreende a população altamente qualificada e com elevado nível de instrução.

Tabela 30 - Microrregião de Suape - População Ocupada segundo Tipologia ACM

ACM	Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca		
	1991	2000	2010
EDL	3,4	4,2	3,3
PTE	6,4	8,1	8,6
TI	13,1	16,9	9,7
AI	2,7	2,9	5,4
EE	25,1	33,6	37,3
OI	28,9	27,2	28,6
AA	20,4	7,1	6,2
Total	100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulação própria.

A Tabela 31 diz respeito à Proporção de migrantes ocupados segundo Tipologia ACM segundo. Nela podemos observar que no tipo EDL, localizado no topo da hierarquia de classes sociais, os não migrantes representavam 3% da população ocupada em 1991, passando para 3,1% em 2000 e para 4,4 em 2010. Já os migrantes apresentaram maiores proporções se comparados com os não migrantes nos três períodos analisados, correspondendo a 4% em 1991, 6% em 2000 e 5,9% em 2010. No PTE, segundo melhor tipo, os não migrantes apresentaram maiores proporções do que os migrantes entre 1991 e 2000. Os não migrantes apresentaram uma proporção de 6,8% em 1991 e de 8,8% em 2000, enquanto que os migrantes apresentaram proporção de 5,9% em 1991 e de 7,8% em 2000. Entretanto, em 2010 os migrantes assumiram a maior proporção, atingindo os 9,5%, se comparado com os 7,7% dos não migrantes. Os dados sugerem que os migrantes assumiram as melhores posições na hierarquia se comparados com os não migrantes, principalmente nos últimos anos. Tal fato dá indícios de que as

transformações na estrutura econômica, na Microrregião de Suape, decorridas da expansão do CIPS, bem como do comércio e serviços tem atraído migrantes mais qualificados. Além disso, podemos sugerir que houve mobilidade social ao longo dos anos entre os dois grupos analisados, mas com maior destaque entre os migrantes.

O fenômeno da migração por etapa poderia explicar o destaque da mobilidade social entre os migrantes. Segundo Martine (1980) os migrantes tendem a fazer estágios, iniciando as primeiras etapas migratórias em destinos menores, menos desenvolvidos e mais próximos do lugar de origem, migrando gradativamente para destinos cada vez maiores, mais desenvolvidos e mais distantes. Esses movimentos múltiplos fazem com que os migrantes adquiram cada vez mais experiência, tendo a oportunidade de se qualificar e crescer profissionalmente, o que lhe permitiria uma fixação. Entretanto, o autor chega a sugerir que tal hipótese não era comprovada no contexto latino-americano. Diante disso, o que melhor explicaria o destaque da mobilidade social entre os imigrantes seria o processo de reemigração em busca de subsistência, o que também ampliaria a experiência dos imigrantes.

Já conforme Chiswick (1999), o que explicaria o sucesso no mercado de trabalho por parte dos migrantes seria a auto-seleção dos potenciais migrantes. Os migrantes econômicos tendem a ser "auto-selecionados" positivamente por serem mais ambiciosos, empreendedores e mais motivados do que os nativos.

Ainda na Tabela 31 verificamos que no tipo EE houve crescimento nos dois grupos analisados entre 1991 e 2000. Os não migrantes apresentaram uma proporção de 25,8% em 1991, passando para 34,5% em 2000, enquanto que os migrantes apresentaram uma proporção de 23,7% em 1991, aumentando para 33,3% em 2000. Já em 2010, os não migrantes praticamente mantiveram a proporção no tipo EE, com 34,4%, mas os migrantes apresentam um aumento na proporção, atingindo os 40,1% de ocupados no tipo EE. No tipo OI, o segundo pior na hierarquia, verifica-se que os migrantes apresentavam a maior proporção em 1991, correspondendo a 29,3%, se comparado com os 28,6% dos não migrantes. Entretanto, a partir de 2000, a situação começa a se alterar e os não migrantes assumem as maiores proporções no tipo OI, correspondendo a 28% em 2000 e 30,3% em 2010, para apenas 26% dos migrantes em 2000 e 2010. Os dados referentes à proporção estável de migrantes no tipo OI entre 2000 e 2010 podem estar mascarados, uma vez que boa parte dos migrantes, que se dirigiram para a Microrregião de Suape nos últimos anos era composta por migrantes temporários, os chamados trecheiros ou operários da construção civil que não são contemplados pelas estatísticas oficiais. Tal fato pode ter influenciado essa baixa proporção de migrantes no tipo OI. No tipo AA, localizado na base da hierarquia, ou seja, que corresponde a pior situação em termos de

ocupação, observa-se que houve uma queda considerável nas proporções de não migrantes e migrantes ao longo do período analisado. Os migrantes correspondiam a 18,3% dos indivíduos no tipo AA em 1991, os quais caem para apenas 5,3% em 2000 e 3,4% em 2010. Os não migrantes, que correspondiam a 22,1% em 1991, caem para apenas 4% em 2000. Vale salientar que houve um pequeno crescimento do tipo AA, entre os não migrantes, de 2000 para 2010 (8,6%). Se comparar os não migrantes com os migrantes, observa-se que em 2010, a proporção de migrantes (3,4%) no tipo AA era bem menor do que a proporção verificada entre os não migrantes (8,6%), indicando que os não migrantes ocupavam piores posições na hierarquia. O aumento na proporção do tipo EE e adiminuição significativa no tipo AA ao longo dos períodos analisados, principalmente entre migrantes, pode indicar que houve uma transição na estrutura econômica na Mesorreigão de Suape, bem como uma expressiva mobilidade social de indivíduos anteriormente empregados em atividades tipicamente agrícolas para atividades do comércio e serviços, estas últimas que geralmente são mais bem remuneradas, mas também que exigem maior nível de instrução ou qualificação.

Tabela 31 -Microrregião de Suape –Proporção de Migrantes segundo Tipologia ACM

Tipos (ACM)	Status Migratório					
	Não Migrantes			Migrantes		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
EDL	3	3,1	4,4	4	6	5,9
PTE	6,8	8,8	7,7	5,9	7,8	9,5
TI	11,3	18,4	8,8	15,6	18,8	10,6
AI	2,4	3,2	5,8	3,2	2,8	4,5
EE	25,8	34,5	34,4	23,7	33,3	40,1
OI	28,6	28	30,3	29,3	26	26
AA	22,1	4	8,6	18,3	5,3	3,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Dados: Amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulação própria.

O fato dos migrantes ocuparem melhores posições na estrutura socioprofissional pode estar relacionado à questão da adaptação dos migrantes. Conforme Martine (1980), os migrantes ao adquirir experiência e qualificação profissional conseguem se inserir no lugar de destino de tal forma que conseguem se equiparar ou superar a população natural em termos de escolaridade, qualificação profissional e renda.

6 RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA

6.1 TIPOLOGIA DOS FLUXOS POPULACIONAIS NA MICRORREGIÃO DE SUAPE

A coleta de dados qualitativos - por meio de entrevistas semi-estruturadas em profundidade com tipos distintos de migrantes e trabalhadores pendulares - proporcionou a construção de uma tipologia, ainda que bem simples, dos fluxos populacionais de entrada na Microrregião de Suape. A coleta proporcionou também a análise das trajetórias dos tipos encontrados, em termos de mobilidade espacial e socioprofissional. Segundo Fonseca (1990), a análise das trajetórias dos migrantes é importante na medida em que tais trajetórias estão articuladas aos fatores estruturais e as motivações individuais.

As entrevistas semi-estruturadas em profundidade foram realizadas em dois momentos distintos. O primeiro momento se deu em março de 2015, quando foi necessária uma força tarefa para conseguir entrevistar indivíduos que ainda estivessem empregados nas empresas do CIPS, uma vez que neste período já estava ocorrendo o processo de desmobilização de trabalhadores do CIPS. Tal fato fez com que as entrevistas fossem realizadas com migrantes recém desempregados ou já em aviso prévio. Houve inclusive a tentativa de utilizar o método de bola de neve com a finalidade dos entrevistados indicarem outros, mas sem o sucesso esperado. A crise na política brasileira iniciada em fins de 2014 acarretou um processo de desestabilização de diversas atividades realizadas no CIPS com consequentes demissões em massa. Somado a isso, algumas das obras estruturadoras no complexo de Suape haviam sido concluídas, gerando ainda mais demissões. O segundo momento se deu em fevereiro de 2017, quando algumas atividades das empresas do CIPS voltaram a funcionar. Nesse momento as entrevistas foram direcionadas para busca de dos tipos de mobilidade ocorridas na região. Desse modo, não foram entrevistados apenas migrantes que trabalham no CIPS, mas outros tipos de migrantes, bem como trabalhadores pendulares e indivíduos com motivações de deslocamento as mais variadas, e não apenas as relacionadas às motivações de trabalho no CIPS.

No primeiro momento foram entrevistados quatro indivíduos, sendo uma mulher e três homens. Destes, apenas um residia em Ipojuca; os outros três no Cabo de Santo Agostinho. Chegou-se a esses casos por meio de incursão em campo o que possibilitou selecionar quatro tipos de migrantes que possuíam em comum o fato de estarem ligados direta ou indiretamente à atração proporcionada pelas empresas instaladas no CIPS. Em uma das entrevistas realizadas verificou-se um tipo clássico da literatura sobre migração, que é o migrante que se desloca motivado pelo fato de ‘acompanhar a família’. Esse é o caso da esposa de um imigrante

temporário que foi contratado pela Refinaria Abreu e Lima e que migrou para o Cabo de Santo Agostinho sozinho, mas, com a esperança de permanecer no emprego e no lugar, principalmente após a sua instalação em um domicílio particular no município, conseguiu trazer a esposa e os dois filhos para residirem juntos no município. A referida entrevistada é natural de Salvador, capital do Estado da Bahia, e o seu primeiro trabalho, ainda em Salvador, foi de diarista. Antes de migrar para o Cabo de Santo Agostinho ela já havia migrado, no ano de 2013, para Niterói, no Rio de Janeiro, também pelo mesmo motivo que a fez migrar para o Cabo de Santo Agostinho em 2014, ou seja, para acompanhar o marido que, na época, havia sido contratado por uma refinaria de petróleo localizada no Estado do Rio de Janeiro. Vale salientar que, além da motivação de acompanhar o marido no deslocamento, a entrevistada relatou que a esperança de também encontrar um trabalho com melhor remuneração em Suape teria contribuído com a decisão de migrar com os filhos para o Cabo de Santo Agostinho. Tal fato fez com que ela abandonasse o trabalho formal de copeira em um hospital na cidade do Rio de Janeiro. Ao ser questionada sobre o que pensa de Suape, a entrevistada relatou:

Eu vim acompanhar meu marido e tentar a sorte aqui. Tinha carteira de trabalho assinada, agora estou desempregada. Um ano aqui e não consegui trabalho, muito difícil aqui [...] Eu vejo o que tem de bonito, as praias, mas em questão de emprego é difícil, nunca consegui. Imaginava um lugar bonito, morar perto da praia. Pensei que não era tão difícil. Pensei que tinha muito emprego (Entrevistada A, 32 anos).

Com base no relato da entrevistada A observa-se que a sua trajetória migratória ocorreu, primeiramente, com a sua saída, junto com marido, da região Nordeste com destino ao Rio de Janeiro, Sudeste do país, onde experimentou, no lugar de destino, uma posição socioprofissional ascendente, com emprego formal, indicando a ocorrência de uma mobilidade social consequente da mobilidade espacial ou geográfica. Posteriormente ao seu retorno para a Região Nordeste, agora para o município do Cabo de Santo Agostinho, vivenciou a situação de mobilidade social descendente, em virtude da busca mal sucedida por emprego, implicando em queda de seu *status* socioprofissional³³.

De acordo com Zelinsky (1971), Fonseca (1990), Plane & Rogerson (1994), Coutinho (1975) e Levy (2000), a mobilidade espacial ou geográfica pode proporcionar ao indivíduo uma melhor posição socioprofissional traduzida em uma mobilidade social ascendente, seja por meio

³³ Para Claude Dubar (2005), a expressão *status socioprofissional* significa que a posição ocupacional desempenhada pelo indivíduo no mercado de trabalho representa mais do que mera participação econômica. A posição profissional implica, também, *prestígio/status*, isto é, uma determinada posição simbólica dentro da hierarquia social típica das sociedades capitalistas.

do aumento no nível de instrução, seja por meio da aquisição de habilidades, proporcionando ao migrante uma progressão na carreira.

O entrevistado B, dessa etapa, foi um migrante temporário do trecho (peão do trecho), com ensino médio completo, natural do município de Feira de Santana, no Estado da Bahia. Esse migrante relatou que foi para o Cabo de Santo Agostinho por conta própria, ou seja, não tinha contrato de trabalho prévio e se deslocou motivado por amigos que já estavam trabalhando nas empresas do CIPS. Antes do deslocamento para o Cabo de Santo Agostinho, o entrevistado B já havia migrado para Salvador, capital da Bahia, onde atualmente tem residência fixa e onde moram seus seis filhos e sua esposa. Entretanto, ele não soube informar quando migrou para Salvador, mas relatou que foi por motivo de trabalho, uma vez que começou a trabalhar como ajudante de pedreiro nas atividades da construção civil quando ainda tinha 14 anos de idade. O entrevistado B relatou, também, que seu primeiro trabalho foi aos oito anos de idade, como embalador. De Salvador começou a seguir a trajetória no trecho, sempre com trabalhos temporários, acompanhando as construções dos grandes empreendimentos estruturadores do país. Seu primeiro deslocamento no trecho foi para a capital São Paulo, onde passou dois anos. De São Paulo, seguiu para Betim, no Estado de Minas Gerais, onde passou três anos, quando em setembro de 2010 se deslocou para o município do Cabo de Santo Agostinho. Ao chegar neste município, o entrevistado B ficou dois meses a procura de trabalho, dividindo residência com os amigos, até ser contratado temporariamente pelo estaleiro em Suape, onde exerceu a ocupação de montador, o que lhe proporcionou alugar uma casa e morar sozinho. Ele relatou que sempre migrou sozinho ou com amigos, enquanto a família permanecia em Salvador. Do Cabo de Santo Agostinho, o entrevistado B seguiria para Fortaleza, capital do Ceará, pois já estava desempregado há um ano, desde que foi demitido da Refinaria Abreu e Lima, onde exercia a ocupação de lixador. O entrevistado B relatou também, que seu rendimento era maior quando exercia a ocupação de montador no estaleiro, pois trabalhava de domingo a domingo. Ao ser questionado sobre a vida no trecho e sobre o que pensa do CIPS, ele declarou:

Tá rolando trabalho num lugar eu vou e sigo. É tudo a mesma coisa, já viajei muito. Suape era bom demais, a cidade me recebeu de braços abertos, pra mim é uma alegria, mas agora muita gente tá sendo botada pra fora. Achava que ia permanecer com muito emprego, mas tem muito desemprego agora. Minha vida melhorou, mas agora eu faço bico de pedreiro, carpinteiro... Não sei por que me formei. Vou ficar só esse mês aqui. Vou para Fortaleza, um amigo falou de trabalho. Vou seguir no trecho e continuar do mesmo jeito (Entrevistado B, 39 anos).

As informações acima demonstram que esse é um caso típico de migração temporária. Esse tipo de migração, apesar de ser abordado pela literatura, é analisado em menor proporção

se comparado à migração permanente, uma vez que os esses migrantes temporários compõem uma população mais flutuante do que os migrantes permanentes. Fato que dificulta sua mensuração e por isso são analisados de uma forma mais qualitativa. Segundo Silva (2005), a economia atual é dependente dessa mão de obra dos migrantes temporários, pelo fato de ser uma mão de obra mais flexível e com menor custo para as empresas.

O relato do entrevistado B indica a existência de uma rede social na migração, composta por amigos e/ou colegas do trecho. O relato confirma a presença, ainda marcante, do deslocamento de pessoas com baixo nível de instrução e pouca qualificação que vão tentar a sorte no lugar de destino, mas que não possuem nenhuma promessa de trabalho, nem muito menos contrato pré-estabelecido, sugerindo que o volume dos deslocamentos de migrantes com baixo nível de instrução, que se aventuram em busca de trabalho, é ainda bastante significativo.

De acordo com Tilly (1976), Lee (1980), Massey (1998), Fusco (2002 e 2007) e Fazito (2001) a existência de uma rede social composta por familiares e amigos, no lugar de destino, facilita na tomada de decisão do indivíduo em se deslocar ou não. Essa rede pode se dar por meio de informações privilegiadas acerca do lugar de destino, vagas de trabalho, bem como por meio de ajuda financeira e de hospedagem.

No que diz respeito à trajetória migratória do entrevistado B, observa-se que todos os seus trajetos foram marcados por motivações de busca por trabalho. Sua trajetória migratória lhe proporcionou além da conquista do trabalho, mesmo que temporário em todos os deslocamentos, uma mobilidade social ascendente em termos de qualificação profissional, mas não em termos de nível de escolaridade. Conforme Coutinho (1994) existe uma perspectiva de ascensão social por meio da progressão na carreira, pelos migrantes menos escolarizados da construção civil. Mas essa progressão se dá no próprio setor de atividades com a aquisição de habilidades no ofício, não implicando a saída, do migrante, da condição de operário.

O entrevistado C também era um migrante temporário do trecho que se desloca em função das oportunidades de trabalho oferecidas pelas empresas instaladas em territórios estratégicos, ou seja, a motivação do deslocamento é a busca por trabalho. Entretanto, diferentemente do caso do entrevistado B, o entrevistado C já possuía um emprego pré-estabelecido com a empresa Odebrecht antes do deslocamento, como também possuía melhor qualificação profissional. Nesse caso, observa-se um tipo de migrante mais qualificado profissionalmente.

A trajetória migratória do entrevistado C se iniciou aos 21 anos de idade, quando ele saiu de São Luís, capital do Estado Maranhão, convidado por uma tia que já estava em Macapá, no Estado do Amapá. Após passar seis meses em Macapá, o entrevistado C retorna ao Estado do Maranhão, mas agora para o município de Iperatriz, onde começa a trabalhar na área industrial

como trecheiro. Porém, ele relata que permaneceu poucos meses em Imperatriz, decidindo remigrar para o município de Macapá, dessa vez na companhia do pai, onde permaneceu apenas 30 dias. Depois de Macapá segue para o município de Itabirito, em Minas Gerais, permanecendo oito meses. De Minas Gerais segue para Pareopeba, no Pará, onde passa pouco tempo. Em seguida migra para Goiás, por incentivo de colegas que já estavam lá, permanecendo um ano de três meses. A última etapa migratória do entrevistado C tinha se dado de Goiás para o município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, onde estava residindo há quatro anos e nove meses, na data da entrevista. Ao ser questionado sobre sua trajetória migratória, ele relata:

Eu migro por questão trabalhista [...] e também tem a questão financeira. Você pensa que tem um salário bom na cidade natal, mas você pode ganhar o dobro em outra cidade [...]. Quando terminei meus estudos minha tia me convidou para ir para Macapá. Ela foi na frente e logo em seguida ela me mandou dinheiro pra eu viajar pra lá e trabalhar[...] De Goiás eu vim pra aqui, onde estou há quatro anos e nove meses, e me sinto já pernambucano. E onde eu consegui vários objetivos, vários cursos. Fiz o meu técnico agora e terminei. Comprei um terreno, comprei um carro, minha esposa montou o negócio dela. Primeiro eu vim, depois de cinco meses que ela veio, porque primeiro eu me estabilizo, vejo a questão da cidade, vejo se dá pra mim conciliar trabalho com família. Das outras vezes também foi nesse mesmo sistema, eu vou e depois levo ela, caso contrário eu vou só e fico pegando a folga de campo, de três em três meses para ver a família[...]. Meu pai trabalhou no mesmo ramo que eu, viajando. (Entrevistado C, 31 anos).

Podemos observar, de acordo com o relato do entrevistado C, que sua trajetória migratória se caracteriza por uma mobilidade constante conduzida por motivos de busca de oportunidades de trabalho, ao seguir as grandes obras estruturadoras realizadas pelo país. O caso do entrevistado C é típico de uma mobilidade constante, podendo ser considerado como um migrante temporário que faz parte de uma população altamente flutuante e de difícil mensuração, fazendo com que muitos estudos não considerem esse tipo de deslocamento como migração, mas sim como mobilidade. Observa-se também que houve a presença de uma rede na migração, na medida em que o entrevistado obteve: ajuda financeira para o deslocamento, acomodação e informações sobre oportunidades de trabalho, por parte de familiares, e incentivo e informações de colegas sobre o lugar de destino.

Ao ser questionado sobre as ocupações exercidas ao longo da sua trajetória migratória e sobre contratos prévios de trabalho antes do ato migratório, o entrevistado C relata que, em todos os casos, o trabalho era temporário, com contratos que variavam de 60 a 120 dias. No primeiro deslocamento, para Macapá, ele trabalhou em uma madeireira. Em Imperatriz, no segundo deslocamento, trabalhou como vigilante e logo depois iniciou a carreira de trecheiro

na área industrial. Ao retornar para Macapá ocupou vaga de mecânico montador, ao seguir para Pareopeba, no Pará, ocupou o cargo de caldeireiro e em Goiás trabalhou como mecânico de montador. Ao chegar ao município do Cabo de Santo Agostinho, continuou a ocupar o cargo de mecânico de montador, na empresa Odebrech, localizada no CIPS. Ao sair desta empresa, conseguiu emprego na Camargo Corrêa, também localizada no CIPS, onde ocupou inicialmente o cargo de serralheiro, mas, devido ao plano de carreira oferecido por esta última empresa, foi promovido a caldeireiro, depois a encanador, em seguida ocupou o cargo de líder dos funcionários até atingir o cargo de encarregado. O entrevistado C também relata que em todos os casos, antes do seu deslocamento para a cidade de destino, já havia um pré-contrato estabelecido com a empresa empregadora, que garantia todos os custos com o deslocamento entre a cidade de origem e a de destino.

Em todos os casos eu já tinha emprego certo, com pré-contrato por telefone. A empresa arca com os custos antes do deslocamento ou quando chega no destino [...]. Eu cheguei no Cabo dia 23 de junho de 2010 para trabalhar na Odebrech como mecânico de montador [...]. A Camargo Corrêa teve um plano de carreira pra mim. Comecei como serralheiro, me deram promoção para caldeireiro, logo em seguida de encanador, líder e por último encarregado, todos em Cabo. O contrato era temporário, em alguns lugares é 60 dias, em outros 90 e também em outros é 120 dias. Já aqui, quando cheguei, era de 120 dias, quatro meses [...] Minha última ocupação foi de caldeireiro na Camargo Corrêa e passei 10 meses. Agora eu tô parado, devido também a essa crise que tendo no Brasil aí. Eu já tô com dois meses parado, mas tenho procurado trabalho[...] Isso é só uma fase, vai passar (Entrevistado C, 31 anos).

O relato do entrevistado C indica a existência de uma mobilidade social no trabalho por meio da progressão na carreira, como sugerido por Coutinho (1975), mas não supera a condição de operário do indivíduo. Desse modo, não pode ser considerado como migração de carreira em resposta a oportunidades de mudança de posição dentro ou entre grandes estruturas, uma vez que não diz respeito ao deslocamento de um indivíduo altamente qualificado em termos de nível de instrução, como sugerido Tilly (1976). O caso de Jorge se enquadra num tipo de movimento recorrente, com intenção de retorno em um curto espaço de tempo, também conhecido como migração circular, conforme Tilly (1976) e Balbim (2004). Este tipo de mobilidade se dá principalmente entre os migrantes com menor nível de instrução³⁴ que são direcionados para um destino por meio de um conjunto de arranjos, com um retorno certo à origem após um intervalo de tempo bem definido.

³⁴ Nesse caso não significa dizer que o imigrante não tem qualificação profissional, em termos técnicos. Apenas não se enquadra na categoria de migrantes altamente qualificados em termos de nível de instrução, a exemplo de cientistas, pesquisadores e pessoal com nível superior.

É possível identificar, também, a partir do relato, a existência de outro tipo de rede na migração. Mas esta não diz respeito à rede familiar de apoio, nem mesmo à rede de informações de colegas, e sim a uma rede estrutural das empresas que se articulam com a finalidade de trocar informações sobre o quadro de funcionários e ex-funcionários. Esse tipo de rede se dá não apenas entre migrantes altamente qualificados, ocorrendo também entre os peões de trecho. É comum as empresas possuírem um grupo de pessoal “disponível” a viajar seguindo os randes empreendimentos estruturadores, e isso se dá em todo o mundo. Nesse caso, a teoria dos sistemas migratórios consegue explicar a existência das redes migratórias nos diferentes níveis de análise ao incorporar as dimensões micro, meso e macro (MASSEY *et al.* 1998), devendo ser analisadas a partir de uma ótica de estrutura comunitária e não apenas por meio de características individuais (TILLY, 1990 *apud* SANTOS, 2005).

Ao ser questionado sobre a visão que tem de Suape, o entrevistado C afirma que há dois anos considerava Suape como o centro do país, fazendo com que muitos trabalhadores de fora se dirigissem para os municípios do entorno de Suape. Mas que a crise instalada no Brasil decorrente dos escândalos da “Lava Jato” acarretou o processo de desmobilização de trabalhadores na região.

Está previsto para agora a demissão de 5 mil pessoas [...]. Eu fui demitido devido essa crise que se instalou no Brasil, a Lava Jato e tal [...]. Bom, na minha visão há uns dois anos atrás se tornou o centro do Brasil, aí a maioria das pessoas queriam vim trabalhar em Pernambuco, e mais localizado em Suape, devido à refinaria, petroquímica e o estaleiro, as fábricas que estavam vindo pra cá, a Shineray, a Cone, a Fiat. Aí o quê que aconteceu? A área de emprego aumentou para muita gente. Era visto como prosperidade. E foi! Mas devido a esses escândalos que teve aí, muita gente acho que se desiluiu e não vem mais pra cá [...]. Eu conversei com uns pessoal que são local. Eles disseram que antigamente, há uns cinco anos, você não via essa alta demanda de pessoas, tanto no comércio, como na indústria. Aí devido a explosão que teve aqui na refinaria e no estaleiro, a demanda de emprego [...]. A cidade, que no meu ponto de vista não tava preparada para receber esse alto índice de pessoas, que é tipo uma enxurrada. Aí a cidade não se preparou para atender, não há estrutura, tanto na logística, como cultural, porque vieram pessoas de vários estados: Bahia, Maranhão, São Paulo [...]. Espero que essa crise pare, têm vários empresários se desinstalando, indo embora devido essa falta de consumidores. Porque a maioria dos consumidores era de fora, E enquanto não se resolver essa questão, a tendência é a cidade se esvaziar (Entrevistado C, 31 anos).

Ao ser questionado sobre a influência exercida pelas empresas na quantidade de empregos ofertados, o entrevistado C relata que as empresas proporcionam um aumento nos postos de trabalho e faz uma comparação. Fala que antes de Suape explodir, ficou sabendo que a população local tinha um baixo rendimento oriundo de postos de trabalho no comércio, em lojas do centro da cidade, mas com a explosão de Suape a população conseguiu dobrar seu rendimento.

Eu acho que vai voltar o que era antes. Se você se qualifica na área que você quer, você tem mais rendimento. Pode não ser aqui, mas pode ser fora [...]. Como eu brinco até com uns colegas meu: vocês deixaram que gente de fora tirasse o que é de vocês aqui, vocês tendo chance de se qualificar. Como eu falei outro dia: vocês tiveram chance de se qualificar e ter conhecimento maior na área, em vez de você se tornar um imigrante, poderia se qualificar e ficar nas vagas daqui, que são suas. Era menos custo pra empresa, porque ela não ia gastar com a mobilidade, trazendo pessoas pra cá. A mão de obra, a maioria é de fora (Entrevistado C, 31 anos).

O discurso apresentado pelo entrevistado C demonstra a esperança da retomada do CIPS, quando ele afirma que é apenas uma fase e que vai passar. Podemos indicar, também, a presença de elevada quantidade de migrantes assumindo os postos de trabalho da população local, menos qualificada em termos profissionais, e que não atende às exigências das empresas do CIPS.

Ao ser questionado sobre possível melhora de vida ao chegar ao Cabo de Santo Agostinho e sobre perspectiva de futuro, ele relata:

Vou ser bem grotesco. Melhorou muito! Não tenho do que reclamar não [...]. Se dissesse pra mim: tem emprego certo e com salário razoável, até por mil e quinhentos reais, eu ficaria aqui tranquilo [...]. Eu pretendo parar de viajar, quero parar aos 33 anos, no máximo (Entrevistado C, 31 anos).

O relato do entrevistado C indica uma ascensão social por meio da mobilidade espacial ao afirmar que a vida melhorou muito desde que chegou ao Cabo de Santo Agostinho. Isso fica claro quando observamos, em seu discurso, o desejo de mudar de vida, de abandonar o trecho para se tornar um migrante permanente no Cabo de Santo Agostinho. Os baixos rendimentos recebidos em um dado lugar fazem com que uma proporção significativa de migrantes remigre em busca de subsistência ou melhores salários (MARTINE, 1980). Desse modo, os migrantes tenderiam a se fixar onde conseguisse atingir seus objetivos, seja em termos de melhores rendimentos, seja pela aquisição de bens materiais e ou capital social. Isso poderia ser explicado por meio da Teoria do Capital Humano, que entende a migração como um mecanismo de busca por melhor condição de trabalho e de vida, sendo desse modo investimento no qual se ponderam os custos e benefícios (SCHULTZ, 1973 *apud* NETTO JÚNIOR, MOREIRA, ARAÚJO, 2003). Se o entrevistado C conseguir se instalar permanentemente no Cabo de Santo Agostinho, seria um caso típico de mudança de um movimento para outro, em que o indivíduo passaria da condição de migrante circular para um tipo mais definitivo, como abordado por Tilly (1976). Isso se dá quando o migrante deixa um resíduo com perfil mais ascendente no destino.

O entrevistado D, último dessa primeira etapa, foi um migrante natural de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Ao se deslocar para a praia de Porto de Galinhas, no município

de Ipojuca, Pedro se caracterizava como um migrante temporário do trecho, qualificado em termos técnicos e educacionais, uma vez que possuía nove cursos técnicos e tecnológicos, além de nível superior, no período da entrevista, todos realizados no SENAI e financiados por ele mesmo. Dentre os cursos realizados por ele estão: cálculo técnico; meteorologia; mecânica; eletricitista; torneiro; manutenção de empilhadeira; informática; técnico em segurança do trabalho; hidráulica e curso superior de Arquitetura. O entrevistado D afirma que, ao constituir família, em Ipojuca, pretendia permanecer no município e se fixar, uma vez que sua esposa é natural de Ipojuca. Mas a demissão recente poderia atrapalhar seus planos. No dia da entrevista, o entrevistado D tinha acabado de ser demitido da refinaria Abreu e Lima onde ocupou o cargo de técnico de segurança do trabalho. Ao ser questionado por sua trajetória migratória ele relata:

Eu sempre migrei só. Só depois me casei, mas já aqui em Ipojuca, e agora moro com minha esposa e meu filho [...]. Eu sempre migrei já com contrato pré-estabelecido e em todos os deslocamentos a empresa pagava minha passagem, só no da Bahia que eu paguei [...]. Eu gosto de morar aqui, consigo me adaptar em todo lugar, porque trabalho no trecho[...]. Eu fui demitido faz poucos dias, nem entrei com o seguro ainda, minha carteira ainda está presa [...]. Eu quero permanecer aqui, minha esposa é daqui, mas vai depender de ter trabalho, se não tiver eu levo a esposa e o filho. Onde tiver trabalho eu estou indo (Entrevistado D, ----³⁵).

No discurso do entrevistado D podemos observar o desejo de permanecer em Ipojuca, indicando uma possível mudança no tipo de migração, de migrante temporário para migrante permanente.

A trajetória migratória do entrevistado D foi marcada pelo trecho, exercendo atividades em diversos lugares do país. Seu primeiro deslocamento se deu de Porto Alegre para o município de Tramadaí, também no Rio Grande do Sul, onde passou seis anos trabalhando na refinaria. De Tramadaí seguiu para Pelotas, ainda no Rio Grande do Sul, onde passou dois anos. Do Rio Grande do Sul segue para o Estado da Bahia, na cidade de Itabuna. Após um ano e quatro meses em Itabuna, segue para o município de Araucária, no Paraná, permanecendo dois anos. E deste município segue para Ipojuca, onde permanecia há três anos. Ele relata que desde Pelotas trabalhava para a Petrobras como técnico de segurança do trabalho, mas ao ser demitido obteve dois contratos de trabalho na Petroquímica Suape. Seu último trabalho em Ipojuca tinha sido na Refinaria Abreu e Lima como fiscal, o que lhe possibilitou um melhor rendimento. O entrevistado D relata que todas as demais ocupações exercidas por ele, ao longo de todos os

³⁵ A idade não foi informada.

trajetos, foi no cargo de segurança do trabalho e que apenas na Refinaria Abreu e Lima que obteve progressão na carreira. Ao ser questionado sobre a visão que tem de Suape, ele relata:

Minha visão é que tinha muito trabalho e consegui meus objetivos, comprei imóvel, melhorei minha qualificação. Melhorei muito depois que cheguei. Eu gosto de morar aqui, mas agora não estou trabalhando [...]. Acho que as condições aqui não vão melhorar, acho que não. Não tem verba pra nada, só investigação (Entrevistado D, --).

O relato do entrevistado D sugere que houve uma mobilidade social por meio de uma ascensão profissional advinda da mobilidade espacial, na medida em que seu discurso deixa claro as diversas conquistas obtidas com o deslocamento, a exemplo da aquisição de bens materiais e não materiais (capital social). Do mesmo modo que o caso do entrevistado C, o do entrevistado D também pode ser explicado por meio da Teoria do Capital Humano.

Na segunda etapa foram entrevistadas cinco pessoas em profundidade, entre estas, três mulheres e dois homens. Vale salientar que, além das entrevistas em profundidade, a segunda etapa teve como um dos objetivos identificar os diversos tipos de mobilidade encontrados na Microrregião de Suape. Diante disso, além das entrevistas em profundidade, serão indicados todos os tipos encontrados, mas nem todos foram entrevistados de forma aprofundada.

A primeira pessoa a ser entrevistada nessa segunda etapa foi uma mulher, ela é uma senhora aposentada natural da Ilha da Madeira em Portugal. A motivação da migração para a praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca, se deu devido às características naturais do lugar, a exemplo do clima e belas praias, além da tranquilidade do lugar. A trajetória migratória da entrevistada E se deu para dois destinos: Lisboa, quando foi acompanhar o marido, que é natural de dessa cidade e onde permaneceu por dez anos; e Ipojuca, onde reside há seis anos. A entrevistada E relata que viajou o Brasil praticamente inteiro, junto com marido, com a finalidade de escolher a cidade onde iriam residir.

Vim apenas com meu marido, não tenho filhos [...]. Conheci o Brasil inteiro a passeio com meu marido. Estava a viajar para decidir o sítio que iria morar. Meu marido deixou a escolha para mim [...]. Amo morar cá! A tranquilidade fez-me escolher Porto de Galinhas [...]. Retornar para Portugal? Não tenho esse pensamento (Entrevistada E, 66 anos).

O caso da entrevistada E é típico de migração internacional motivada pelas amenidades proporcionadas pelo lugar de destino. Isso é bastante comum no município de Ipojuca, principalmente entre os aposentados. São muitos os aposentados que escolhem a praia de Porto Galinhas para passar a velhice, os quais são de diversas origens, caracterizando tanto uma

migração interna, quando os destinos são das demais Unidades da Federação do Brasil, quanto uma migração internacional, quando os destinos são de outros países.

O relato da entrevistada E mostra que sua trajetória migratória se iniciou com uma migração interna de curta distância, dentro de Portugal, caracterizando-se como uma migração local, onde um o indivíduo ou agregado é deslocado dentro de uma mesma área geográfica, no caso um mesmo país, a uma distância pequena por meio da motivação do casamento. Não havendo, dessa forma, grande ruptura com o lugar de origem (Tilly, 1976). Ao sair de Portugal com direção ao Brasil, a entrevistada E passa a se tornar uma migrante internacional de longa distância no Brasil.

Entretanto, antes do ato migratório permanente para o Brasil, a entrevistada E, juntamente com seu marido, realizou diversos deslocamentos dentro do Brasil, que não se caracterizam como simples viagens a passeio. Estes deslocamentos se deram com uma intenção pré-estabelecida de descobrir o melhor lugar para se fixar, após a aposentadoria. Mesmo assim, nesse caso, tal deslocamento deve se caracterizar como uma mobilidade em virtude do turismo (Balbim 2004 e Tilly, 1976). O discurso de dona Conceição sugere que a escolha de Porto de Galinhas se deu pela semelhança climática e paisagística com seu lugar de nascimento, uma vez que ambos possuem belas praias de águas quentes.

Ao ser questionada sobre Suape, a entrevistada E relata que no início existiam muitos empregos e eram muitas as pessoas de fora que vieram trabalhar nas empresas instaladas no CIPS.

Os empregos eram muitos, mas agora acabou. Não me resta mais nenhum cliente de Suape. Eu trabalho com quitutes [...]. Tinha um bom cliente que trabalhava em Suape (Entrevistada E, 66 anos).

O discurso da entrevistada E deixa claro que o processo de desmobilização dos trabalhadores do CIPS teve um rebatimento direto no comércio local, na medida em que o volume de pessoas em Ipojuca e no seu entrono diminuiu consideravelmente. Esse discurso se assemelha ao do entrevistado C, trabalhador do trecho, que também relatou sobre o impacto da desmobilização sobre o comércio no município do Cabo de Santo Agostinho.

O entrevistado F, segundo dessa etapa, é engenheiro de produção na Refinaria Abreu, localizada no CIPS. Edson é natural de João Pessoa, capital da Paraíba, mas atualmente mora em Recife com sua esposa que também foi engenheira da Refinaria Abreu e Lima. Ao ser questionado sobre sua trajetória migratória e profissional, ele relata:

Até os 26 anos de idade eu fiquei em João Pessoa mesmo. Aí depois eu saí, justamente para trabalhar [...] fui para o Rio Grande Norte, no município de Mossoró. Aí fiquei lá por um ano e meio. Depois tive a oportunidade de trabalhar em Fortaleza, no Ceará, mas meu trabalho era em Maracanaú, que é uma cidade industrial. É como Ipojuca. Em Fortaleza eu passei um ano. Aí eu voltei para o Rio Grande do norte, para trabalhar em Guamaré, passei por volta de nove meses. Aí foi quando eu vim direto para Recife. [...] Sempre com minha esposa. Na verdade em Fortaleza eu fui pra lá e ela ficou em Mossoró [...] porque ela estava trabalhando em Mossoró. [...] Sempre foi por motivo de trabalho [...]. Eu comecei a trabalhar num estágio de ensaios tecnológicos [...]. Eu sempre fui ligado à área de construção civil [...]. Depois do estágio eu fiquei numa central de usina em João Pessoa, por em torno de seis anos e meio. Foi aí que eu saí dela e fui fazer um curso de especialização dentro do Sistema Petrobrás, em Mossoró. E lá em Mossoró tinha uma unidade dessa mesma empresa que eu trabalhei em João Pessoa. E eu fiquei lá já como estágio para superior [...]. Depois teve essa oportunidade de ir para Fortaleza gerenciar uma empresa de concreto também (Entrevistado F, 36 anos).

O relato do entrevistado F mostra que ele é um migrante altamente qualificado em termos técnicos e educacionais, uma vez que ele fez diversos cursos técnicos, e possui também nível superior completo. O discurso dele indica que ele é um migrante permanente no Recife, mas um trabalhador pendular em Ipojuca, na medida em que não mora no município de trabalho. A situação do entrevistado F se enquadra num tipo de migração de carreira, abordada por Tilly (1976), em que o indivíduo altamente qualificado migra em resposta a oportunidades de mudança de posição dentro ou entre grandes estruturas empresariais. Isso fica ainda mais claro quando observamos, em seu relato, um deslocamento proporcionado pela empresa empregadora com a finalidade de aprimoramento por meio de cursos. Ainda ao ser questionado sobre trajetória profissional, escolaridade, relações trabalhistas e ocupações exercidas, ele relata:

Eu tenho curso técnico em edificações, curso de supervisor de planejaneto, através do Sistema Petrobrás e tenho o curso superior de engenharia da produção. [...] Na verdade já tinha um contrato pré-acordado. [...] Foi um contrato por telefone. Eu só fui para lá porque já tinha esse acordo prévio. [...] até eu ir pra Guamaré eram contratos permanentes, sobre o regime de CLT. Quando a gente entrou no Sistema Petrobrás, que começou em Guamaré, nós trabalhamos ligados a um contrato, um contrato de obra. Ou seja, quando a obra acaba, provavelmente nós somos desmobilizados também. [...] A ocupação anterior era a mesma [...] as mesmas atribuições, porém é como em qualquer carreira. Antes, em Guamaré eu era assistente de técnico em planejamento e hoje eu sou o planejador responsável de um contrato. [...] Em Guamaré eu trabalhava em outra refinaria. [...] São três momentos, na verdade. Em Guamaré a gente tinha um salário x, aí a gente veio pra Recife com um salário bem melhor, e a gente ficou um bom tempo, praticamente seis anos, no Sistema Petrobrás, aumentando o salário. Mas quando a gente saiu, no ano passado, aí quando teve todo o processo de reestruturação da Petrobrás, todos os salários diminuíram. [...] Eu fiquei desempregado quatro meses e meio, saí em agosto de 2016 e entrei em janeiro deste ano. [...] Na mesma empresa não, mas é a mesma função, mas com o salário reduzido. [...] Os dois trabalhos foram na mesma Refinaria Abreu e Lima, mas em empresa diferente. [...] A gente era fiscal, hoje eu sou o outro lado, o lado que faz a obra, executante. Mas mesmo quem fiscaliza está hoje com salário ruim (Entrevistado F, 36 anos).

O discurso do entrevistado F indica que ele é um tipo de migrante altamente qualificado que migra em busca melhores oportunidades de trabalho, mas que não se aventura sem antes ter ao menos um acordo de trabalho pré-estabelecido, o que não ocorre com a grande maioria dos migrantes, principalmente os menos qualificados. Indica também uma mobilidade social bastante ascende, em decorrência de uma mobilidade espacial motivada por uma progressão na carreira, possibilitando-lhe um período de estabilidade no trabalho, enquanto esteve vinculado ao Sistema Petrobras. A perspectiva de ascensão social pelos migrantes qualificados da construção civil é comum, sendo inclusive uma das motivações principais do deslocamento, este visto como um projeto de carreira (COUTINHO, 1980). Entretanto, após sua demissão do Sistema Petrobras passou pela experiência de regressão na carreira, ao perder o cargo de fiscal. Ao ser questionado sobre a motivação do deslocamento para Recife, ele relata:

Quando a gente estava lá em Guamaré, todos estavam sabendo do grande projeto que ia ter aqui em Suape [...]. Aí a gente teve um curso de supervisor de planejamento, e a gente conheceu algumas pessoas que já estavam ligadas ao Sistema Petrobrás, e uma delas veio pra cá trabalhar [...]. Aí ela começou a falar do nosso desempenho e do currículo para algumas pessoas da refinaria aqui [...]. Eu enviei currículo, a pessoa analisou, vim fazer entrevista, assim como minha esposa também, e fomos contratados. A oportunidade e benefícios eram bem melhor do que em Guamaré [...]. Pedimos demissão para vir pra cá (Entrevistado F, 36 anos).

O relato do entrevistado F sugere a existência de uma rede na migração, esta baseada tanto em laços sociais no lugar de destino, como também baseada na lógica da grande estrutura da empresa, como abordado por Tilly (1976). O relato, também confirma que o caso do entrevistado F é de um migrante de carreira, uma vez que migrou em busca de uma melhor posição na estrutura empresarial. Quando questionado sobre o motivo de não morar município de trabalho, ele relata:

Assim, basicamente é por questão de infraestrutura. [...] Quando a gente veio pra aqui, em 2009, a gente já estava certo de morar ou no cabo ou em Ipojuca. Ipojuca hoje está muito melhor estruturada do que era há oito anos atrás. Não tinha escola técnica, não tinha essas UPAs [...]. E o Cabo a gente só conhecia por efeito de internet e das pessoas falarem. Por ser uma cidade turística, a gente pensava que era uma cidade altamente estruturada. Quando a gente chegou lá, a gente se espantou. [...] Fazer só uma ressalva. A gente chegou a morar em Jaboatão, em Piedade e Candeias, nos três primeiros anos, quando a gente veio pra cá. Aí depois que a gente foi pra Boa Viagem e depois aqui, nesse local que é a Imbiribeira. Piedade e Candeias era o mais próximo e com um mínimo de estrutura. [...] Eu vou todos os dias para Ipojuca (Entrevistado, 36 anos).

O discurso do entrevistado F deixa claro que ele é um trabalhador pendular em Ipojuca, e que não mora nesse município, nem no Cabo de Santo Agostinho, por questões de falta de infraestrutura desses municípios. Desse modo, optou, primeiramente por Jaboatão dos

Guararapes, pela proximidade do trabalho e por oferecer um pouco mais de infraestrutura, e em seguida mudou-se para a capital Recife, indicando mais um tipo de mobilidade percorrida por Edson, a saber, a mobilidade intraurbana.

Observou-se que entre os trabalhadores migrantes mais qualificados que trabalham no CIPS, a exemplo dos engenheiros, é comum a escolha de Recife e Jabotão dos Guararapes como local de residência, justamente pelo fato destes apresentarem uma infraestrutura urbana melhor se comparado aos municípios do Cabo e de Ipojuca. Desse modo, os migrantes altamente qualificados que vieram trabalhar no CIPS optam por realizar um deslocamento diário a trabalho do que migrar permanentemente para o Cabo ou Ipojuca. A mobilidade pendular pode mostrar o processo de extensão da metropolização corrido na região, como sugerido por Ojima (2007). Ao ser questionado sobre a visão que tem de Suape, o entrevistado F relata:

Suape é interessante, porque têm dois polos gigantes, que é o polo industrial, da parte alimentícia, e tem a parte industrial mesmo de óleo e gás. [...] Por ser uma cidade que também é turística, pra mim seria um dos polos industriais mais importantes do Brasil, porque além de gerar muito emprego, é uma via de acesso muito boa e estratégica. [...] A partir de 2006, quando começaram a petroquímica, estaleiro e refinaria, eu acho que só fez ter um crescimento exponencial. [...] Eu vejo que teve várias vantagens e benefícios para a população vizinha, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, assim como a Grande Região de Recife, e outros Estados próximos [...]. E depois quando teve os grandes projetos veio muita gente de Minas gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia. Eu acredito que mesmo com esse problema que teve, ela não va cair, porque já é consolidada. Já é um polo industrial consolidado (Entrevistado F, 36 anos).

O relato do entrevistado F mostra uma visão semelhante a que foi divulgada pelos discursos governamentais e dos grandes empresários. Um discurso acerca do dinamismo econômico proporcionado pelas indústrias instaladas no CIPS, com rebatimento no comércio e serviços, tanto na Microrregião de Suape, quanto em todo o Território Estratégico de Suape e entorno. No relato de Edson também podemos observar que o CIPS atraiu população, via migração, de diversas localidades do país, incluindo estados anteriormente atrativos. Tal fato pode sugerir que o CIPS alavancou o dinamismo da região, ao menos por alguns anos. Quando questionado sobre o volume de trabalhadores migrantes e naturais no CIPS e sobre a variação de salários entre migrantes e naturais, ele relata:

Eu tenho uma noção boa sobre isso, porque, assim como eu trabalhava na fiscalização, a gente tinha um índice lá de mão de obra local. E isso era respeitado e tinha que ser regido nos contratos que eram assinados pela Petrobrás. Eu tenho consciência de que, no Sistema Petrobrás, 70% é de mão de obra local lá. Tem Ipojuca, Charneca, Escada, Cabo de Santo Agostinho. Porém, a mão de obra mais especializada e mais técnica, eu acho que é de fora. Aí vem de outros Estados, da Grande Recife. Agora saindo da esfera. [...] Olha, eu acredito que, quem é de fora recebe mais. Agora a possibilidade

de ficar mais tempo, na empresa, é de quem é daqui. Por questão de custos extras, moradia, deslocamento (Entrevistado F, 36 anos).

O discurso do entrevistado F dá indícios de que as empresas dos CIPS contratam mais mão de obra migrante para assumir os postos de trabalho que demandam maior especialização e qualificação profissional. Sugere também que o rendimento dos migrantes, no CIPS, é superior ao rendimento da população natural, indicando que os migrantes estão assumindo melhores posições em termos de posição no trabalho do que a população natural.

O entrevistado G, terceiro da segunda fase, é natural de Orobó, município localizado no interior de Pernambuco e trabalha como caseiro em um condomínio na praia de Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, onde permanece por quinze dias seguidos, em uma pequena casa dentro do condomínio, que funciona como residência nesse período. A cada quinze dias ele tem uma folga, quando é liberado para ir ficar com sua família em Bom Jardim, onde permanece por dois dias. Ao ser questionado sobre sua trajetória migratória, trabalho e grau de instrução, o entrevistado G relata:

Eu nasci em Orobó, mas moro em Bom Jardim. Passo quinze dias em Porto de Galinhas e tenho folga de dois dias pra ir pra Bom Jardim [...]. Eu já morei em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo foi em Vinhedo, perto de Campinas e no Rio de Janeiro foi em Xerém, vizinho de Duque de Caxias [...]. Eu fui por conta de trabalho. Passei dois anos em São Paulo e um ano e meio no Rio [...] Em São Paulo, no começo eu trabalhei numa padaria, era trabalho permanente e depois trabalhei no Rio na construção civil[...]. Eu ganhava mais na construção civil, trabalhando com montagem de ferragem [...] Eu migrei com amigos e minha família ficou em Bom Jardim[...]. Estudo eu só fiz até o segundo ano do ensino médio. Pretendo fazer um curso de técnico (Entrevistado G, 24 anos).

O relato do entrevistado G indica que ele é um migrante permanente intraestadual em Bom Jardim, mas em Ipojuca se encaixaria na situação de mobilidade com dupla residência, uma vez que divide sua vida entre dois municípios e duas residências distintas. Entretanto, quando esteve em São Paulo se enquadrava na situação de migrante permanente, e no Rio de Janeiro no tipo migração temporária ou circular do trecho. O conceito de permanência não se aplica aos tipos de mobilidade extrema ou com dupla residência, conforme Sorre (1984). Quando foi questionado sobre a visão que tem de Suape, ele relata:

Acho que deve ser bom, gera muito emprego. Nunca cheguei a pensar em trabalhar em Suape, mas tenho amigos de Bom Jardim que trabalharam lá[...]. Acho que melhorou depois de Suape, mas a minha vida mesmo permaneceu a mesma coisa [...]. Estou satisfeito com meu trabalho (Entrevistado G, 24 anos).

O relato apresentado pelo entrevistado G pode indicar que o CIPS é uma realidade distante para a população local menos qualificada, ao menos diretamente. Pode até ter rebatimentos para o comércio e serviços prestados pela população local, mas a falta de qualificação dessa população torna-se um entrave para a contratação por parte das empresas instaladas no CIPS.

A entrevistada H, quarta pessoa entrevista, é uma mulher natural do município de Angelim, localizado no interior de Pernambuco. Atualmente, Luana mora na praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca, onde está há oito anos e onde constituiu família. Entretanto, sua trajetória migratória é marcada por diversos deslocamentos, todos dentro do Estado de Pernambuco. Ao ser questionada sobre sua trajetória migratória, ela relata:

Eu nasci em Angelim e quando tinha dez anos de idade eu fui morar em Garanhuns com meus pais [...] passei três anos lá. Quanto tinha quatorze anos eu fui pra São João e fiquei dois anos. Depois fui pra Canhotinho, aí eu já tinha dezesseis anos e fiquei três anos lá. Depois fui pra Lajeto, quando eu já tinha 20 anos. Quanto fiz vinte e um anos eu vim pra Ipojuca pra trabalhar [...]. Nos outros lugares eu fui porque tinha que acompanhar meu pai que era vaqueiro nas fazendas dos patrões e vivia se mudando [...]. Pra Ipojuca eu vim com promessa de trabalho pra trabalhar em casa de família. Aí foi quando eu vim sozinha e fui morar com o pessoal, na casa da minha patroa [...]. Quem pagou minha passagem foi a minha patroa. Uma amiga que já estava aqui que me indicou pra essa família, porque a pessoa meter a cara e vim sem conhecer ninguém é difícil. [...] Depois eu trouxe minhas irmãs tudo pra cá (Entrevistada H, 27 anos).

A partir do discurso da entrevistada H podemos constatar que ela é uma migrante intraestadual residente em Ipojuca. Sua trajetória migratória se iniciou pela motivação de acompanhar a família, situação esta que perpassou o segundo, terceiro e quarto deslocamento. Apenas na quinta e última etapa migratória o motivo do deslocamento se deu por razões de trabalho. No relato dela podemos observar a presença de uma rede social na migração que se deu por meio de informações de uma amiga a respeito de trabalho. Em seguida, ao se adaptar ao lugar, ela manda buscar as irmãs para trabalharem em Ipojuca. As despesas com o deslocamento ficou a cargo da patroa, o que é comum entre os migrantes menos qualificados. Podemos observar no discurso da entrevistada H que as informações sobre o lugar de destino, bem como a promessa de trabalho, foram cruciais na tomada de decisão de migrar ou não migrar, ao ponderar os custos e benefícios no ato migratório. Ou seja, quanto mais elevados os custos da migração, menor é a propensão para migrar (CHISWICK, 1999). Quando questionada sobre sua trajetória de trabalho e escolaridade, ela relata:

Eu acho que comecei a trabalhar com 16 anos, em casa de família. [...] Não tinha carteira assinada não. Quando vim pra cá continuei em casa de família, só depois

arrumei trabalho em loja. Antes quando cheguei era doméstica. [...] Agora sou vendedora em loja e assinam minha carteira. [...]. Quando eu trabalhava em casa de família eu ganhava menos. [...] Terminei o ensino médio. [...] Nuca fiz curso técnico não (Entrevistada H, 27 anos).

O relato da entrevistada H indica que houve uma mobilidade social decorrente da migração, ao observar que após o período de integração ao lugar ela assume uma posição melhor em termos de ocupação, rendimento e situação no trabalho, uma vez que deixou de ser doméstica, sem carteira assinada e passa a ocupar o cargo de vendedora de loja com carteira de trabalho assinada. Ao ser questionado sobre a visão que tem de Suape, ela relata:

Suape é tudo. Mas agora a maioria dos amigos do meu marido perderam o emprego em Suape e meu marido também. [...] Meu marido trabalhava em Suape e agora trabalha em hotel.[...] veio muita gente de fora pra cá. Mas agora é muito ambulante. Tem argentino entregando currículo em loja (Entrevistada H, 27 anos).

Podemos observar a partir do discurso da entrevistada H, que logo no começo ela afirma que Suape é tudo e logo em seguida relata os casos de demissões que conhece, inclusive do seu marido. A afirmação de que Suape é tudo, indica que o discurso promovido pelo governo e empresas de que Suape é a locomotiva de desenvolvimento do Estado de Pernambuco ainda está marcado na memória da população, apesar das demissões em massa e a crise que se instalou em muitas empresas do complexo.

A entrevistada I, quinta entrevistada dessa segunda etapa, é uma espanhola natural do País Basco, no Norte da Espanha. Andresa está temporariamente na praia de Porto de Galinha, em Ipojuca, motivada pela aventura de conhecer lugares diferentes, mas não se fixando por muito tempo em nenhum deles. Ao ser questionada se está morando em Porto de Galinha, a entrevistada I relata:

Estou morando temporariamente, porém tem um mês e meio, coisa assim. Não passo muito tempo. [...] No Brasil estou há dois anos e meio. [...] Então, eu estou viajando tem cinco anos, aí eu fui para diferentes lugares e finalmente eu cheguei aqui no Brasil.[...] Desde que sou criança que o meu sonho é conhecer o Amazonas. Aí o último lugar que eu estava morando era Búzios, aí eu decidi ir para o Amazonas para conhecer. Aí eu fui conhecendo o litoral no caminho, na volta, e Porto de Galinhas estava no trajeto. Sabe? Então, aí parei aqui também. [...] Daqui a quinze dias estou indo embora também. [...] Por enquanto quero continuar com a viagem. Colômbia, Costa Rica, Venezuela, outros países. Só que eu gostei muito do Brasil, gostei mesmo. [...] Morei uma e meio na Escócia, e depois estive é... na Argentina, eu fiquei seis meses. Sempre lugares diferentes. Na Bolívia quatro meses. Aí morava dois meses ou três meses em um lugar e depois ia para outro (Entrevistada I, 31 anos).

O discurso da entrevistada I deixa claro que ela há muito tempo não tem uma residência fixa, não sendo considerada, desse modo, como migrante, mas sim como viajante. A trajetória

de mobilidade de Andressa é bastante fluida, na medida em que o carácter temporário é prevalescente. O relato mostra que os deslocamentos foram variados ao longo dos anos, com passagens em diversos países e cidades do Brasil. Quando questionada sobre trabalho, e motivações dos deslocamentos, ela relata:

Tem muito pouco tempo que faço bijuterias, menos de dois anos. Antes eu procurava um trabalho para ganhar uma grana para continuar viajando. O propósito é sempre continuar viajando. Meu propósito nunca foi trabalhar para comprar uma casa, nunca foi isso. [...] Até Búzios, eu morei no Rio, né? Eu morei um ano e meio, mas o propósito nunca foi ficar. O propósito sempre foi ganhar um dinheiro para continuar viajando. [...] Eu estava viajando de bike, mas agora não mais. [...] Agora estou com meu namorado, mas ... A gente se conheceu em Maceió. Mas antes eu viajava sozinha (Entrevistada I, 31 anos).

O discurso da entrevistada I deixa claro que a única motivação dos deslocamentos é o simples aproveitamento das viagens e dos lugares por onde passa. Não há nesse caso a presença de uma trajetória de trabalho, o qual às vezes é exercido com a única finalidade de ganhar um pouco de dinheiro para financiar as próximas viagens.

O relato da entrevistada I indica que ela faz parte de um grupo de indivíduos andarilhos que se desloca sem perspectiva de retorno ao lugar de origem, nem fixação por muito tempo nos lugares de destino. Ela se enquadra, desse modo, a um tipo de movimento linear, não recorrente na ausência de intenção de retorno breve, abordado por Balbim (2004), e também conhecido como transeuntes, conforme Plane e Rogerson que se deslocam motivados pelo turismo (1994).

A entrevistada J, sexta entrevistada da segunda etapa, mora atualmente no município do Cabo de Santo Agostinho, mas antes de sair de Aliança (localizado na Zona da Mata Norte de Pernambuco), município onde nasceu, emigrou para a capital Recife, onde foi trabalhar como doméstica, residindo por três anos. De Recife, ela migrou para o Cabo de Santo Agostinho, permanecendo por três anos, posteriormente retornou para o Recife, para o bairro do Jordão, onde ficou por seis anos. Em seguida vai morar em Jaboatão dos Guararapes, no Bairro de Prazeres, onde passou três anos, seguindo para Jaboatão dos Guararapes, no bairro de Barra de Jangada, onde passou cinco anos, seguindo depois para Ponte dos Carvalhos (Pontezinha), no Cabo de Santo Agostinho. A entrevistada J cursou até o sexto ano do ensino fundamental e sempre trabalhou como empregada doméstica ou como diarista. Ao ser questionada sobre sua trajetória migratória, ela relata:

Nasci em Aliança. [...] saí com 19 anos. Eu vim pro Recife. [...] Minha prima trabalhou nessa casa de família aí saiu e eu fiquei no lugar dela. Pra trabalhar. [...] Em Recife eu

tava morando na casa da minha prima. Depois fui pra Ponte dos Carvalhos. [...] Porque eu arranjei outra casa pra morar, num fui trabalhar não, fui pra morar mesmo. [...] Eu casei e fui morar lá. [...] me mudei depois pra Recife[...] Porque eu me separei. [...] Fiquei morando muito tempo alí, no Jordão. Quando eu voltei pro meu marido, depois de seis anos, foi que eu fui morar em Prazeres.[...] Eu fui morar em Prazeres em 2008 é.... depois eu fui pra Barra de Jangada. Em 2011 é.... 2010 eu fui pra Barra de Jangada.[...] Cinco anos em Barra de Jangada. [...] Pontezinha. [...] Eu queria morar em Pontezinha porque o homem pediu a casa de Barra e em Pontezinha era mais perto do trabalho. Assim, perto do trabalho de Luís (Entrevistada J, 45 anos).

A partir do relato da entrevistada J podemos constatar que ela é um tipo de migrante permanente pouco qualificada que saiu do lugar de nascimento em busca de trabalho e melhor condição de vida. Esse tipo de migração se dá quando o potencial migrante faz uma escolha racional de migrar em respostas aos atrativos do lugar de destino. Esse tipo de migração possui uma ligação à perspectiva neoclássica da economia, abordada por Lee (1980). O relato também sugere que uma rede social foi acionada por meio do contato familiar no lugar de destino, para que houvesse a migração para o Recife. Entretanto, nos demais deslocamentos não houve a influência dessa rede, uma vez que ela já estava adaptada à Região Metropolitana do Recife. Os demais deslocamentos se deram por outras motivações que não a busca por trabalho, a exemplo do deslocamento para acompanhar o marido. Esses últimos deslocamentos podem ser considerados como mobilidade residencial intrametropolitana uma vez que deu dentro de uma mesma região metropolitana, conforme a tipologia de Plane e Rogerson (1994).

Ao ser questionada sobre trajetória de trabalho, a entrevistada J relata que começou a trabalhar aos treze anos de idade, ainda em Aliança, município de nascimento, mas não tinha carteira de trabalho assinada.

Eita, foi nova! Comecei a trabalhar eu tinha treze anos, lá em Aliança. [...] de doméstica. [...] Não, não tinha carteira. O resto eu trabalhei em Recife, tudo em Recife. [...] De doméstica tinha uns com carteira. [...] Agora diarista. [...] Meus pais trabalhavam na cana [...] num engenho em São José, pro lado de cá. [...] Os dois analfabetos. [...] Eu estudei até a quinta (Entrevistada J, 45 anos).

O relato da entrevistada J demonstra que não houve uma mobilidade social com a migração, nem mesmo com processo de inserção nos lugares de destino. Tal fato se deve ao seu baixo nível de instrução e a ocupação exercida por ela que não proporciona um melhor posicionamento socioprofissional. Se comparada com os pais, a entrevistada J obteve pouca melhoria em termos socioprofissionais, não conseguindo romper a barreira da reprodução social da pobreza. Quando questionada sobre o que sabe e pensa de Suape, ela relata:

Eu acho uma negação, porque tem trabalho pra uns e pra outros não. Porque o que tem de povo desempregado. E vai ... E agora tá tendo trabalho pra gente de fora e não daqui. [...] Meu filho botou currículo que só por lá, mas nada. [...] Porque a preferência tá assim agora, de gente de fora do que do próprio lugar mesmo. Quando tem é se for peixada, né? [...] Não sei não, por que é não (Entrevistada J, 45 anos).

No relato da entrevistada J observa-se a expressão de desilusão com CIPS, ao argumentar que as empresas de Suape só dão oportunidades para quem é de fora da região e que há muitas pessoas desempregadas. Esse discurso de que o CIPS emprega mais trabalhadores de fora do TES já está marcado no censo comum entre a população local. Entretanto, ao entrevistar³⁶ o coordenador da agência do trabalho do município de Ipojuca e o diretor da agência do trabalho do Cabo de Santo Agostinho, pôde-se observar que essa ideia, de que as empresas do CIPS contratam mais mão de obra imigrante em detrimento da local, não é tão equivocada como possa parecer.

Segundo o coordenador da agência do trabalho de Ipojuca, a oferta de emprego caiu bastante. Antes eram cerca de 100 vagas de emprego por dia, hoje só são 15 vagas. Em novembro de 2014, 801 pessoas entraram com pedido de seguro desemprego, em janeiro de 2015 foram 446 pessoas, e em fevereiro foram 779 pessoas. Ele ainda afirma que a rede hoteleira não oferta tantas vagas de emprego, uma vez as ofertas são sazonais. Desse modo, Suape veio como uma alternativa de trabalho. Segundo ele, eram muitas vagas, mas agora são muitas demissões, e o comércio e serviços não são fortes o suficiente para atender a demanda.

O seguro desemprego vai bater limite. [...] Chega mais gente do que a quantidade de pessoas que as empresas podem atender. [...] Mas a maioria das demissões foram da construção civil. [...] Hoje as ocupações são mais básicas como de auxiliar de serviços gerais e recepcionistas, que não exigem muita escolaridade e qualificação. [...] O perfil dos trabalhadores de fora da região é um pouco maior do que o perfil da população local. [...] Agora é que não vai ter vaga para o perfil exigido por Suape (Coordenador da agência do trabalho do município de Ipojuca).

O relato do coordenador da agência de trabalho de Ipojuca indica que o processo de desmobilização esteve ligado, em sua maior parte, às atividades da construção civil. O que é de se esperar, uma vez que ao término das obras sempre há demissões. Indica também que as vagas de emprego no momento não são para as ocupações mais qualificadas do CIPS. Ainda no discurso do coordenador podemos verificar que os postos de trabalho mais qualificados eram ocupados por migrante.

³⁶ As entrevistas com os diretores das agências de trabalho dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca foram realizadas em março de 2015.

Segundo o diretor da agência do trabalho do município do Cabo de Santo Agostinho, cerca de 2000 pessoas são atendidas na agência do Cabo, muitas com o pedido de seguro desemprego. Ele ainda afirma que muitos já foram embora depois do processo de desmobilização, cerca de 2.000 pessoas.

A situação no momento é crítica. Atendemos cerca de 200 por dia, mais da região mesmo. Muita gente já foi embora para suas cidades. [...] Antes as principais ocupações ofertadas eram de soldador, caldeireiro e ajudantes em geral. Hoje tem emprego, mas para serviços e comércio, e com salário mais baixo do que o povo recebia antes. [...] As pessoas qualificadas são de fora, as que não têm qualificação são do município (Diretor da agência do trabalho do município do Cabo de Santo Agostinho).

O discurso apresentado pelo diretor da agência do Cabo de Santo Agostinho mostra a situação da elevada taxa de desemprego no município em virtude do processo de desmobilização dos trabalhos ligados ao CIPS, sugerindo que houve um crescimento no volume de emigrantes. O discurso ainda demonstra que os migrantes são mais qualificados do que a população natural.

Diante disso pode-se sugerir que as empresas do CIPS tendem a contratar mais mão de obra imigrante em detrimento da mão de obra local. Isso pode se dever ao fato dos migrantes possuírem um perfil que mais se adequa às exigências das atividades desempenhadas pelo CIPS. Esse perfil diferenciado pode sugerir que a mão de obra imigrante é mais qualificada em termos técnicos.

Diante do quadro observado a partir das entrevistas em profundidade e das visitas *in loco*, viu-se a necessidade de se criar uma tipologia para os fluxos populacionais na Microrregião de Suape. Tal tipologia, no entanto, não é fechada, podendo ter outros tipos de mobilidade que não foram identificados.

Além dos tipos identificados e analisados em profundidade, como pôde ser observado no item anterior, foram identificados outros tipos de fluxos ainda na fase da sondagem da Pesquisa da FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015; nas demais incursões no campo, conseguiu-se obter informações que dizem respeito às modalidades de fluxos populacionais na área em estudo. Observou-se, também, que as motivações do deslocamento para ambos os municípios, nos últimos anos, não apresentam diferenças significativas.

Entretanto, como já afirmado anteriormente, no município de Ipojuca ainda há uma tradição forte voltada para a agroindústria da cana-de-açúcar. Em virtude disso foi verificado que há distritos com características rurais neste município, onde pode ser observada a existência de tipos de migrantes com características bem específicas. Migrantes, especificamente os

antigos, com origem em áreas também rurais de outros municípios das proximidades e que possuíam, no passado, ocupações voltadas para a produção e corte da cana para as usinas das redondezas. Vale destacar também que há um grupo de indivíduos considerados como migrantes, mas que tinham apenas nascido fora de Ipojuca, residindo todo o tempo neste município. Este grupo diz respeito às pessoas que nasceram fora de Ipojuca devido à ausência de uma maternidade nesse município. Guardadas essas diferenças, os demais tipos de fluxos são os mesmos, tanto no Cabo de Santo Agostinho quanto em Ipojuca.

Os demais tipos identificados, tanto na fase da sondagem, quanto nas demais incursões no campo foram: a) os migrantes internos – intraestaduais ou interestaduais, com motivação de acompanhar a família; b) os migrantes de retorno; c) os migrantes temporários da cana-de-açúcar, d) os trabalhadores circulares da rede hoteleira, que possuem dupla residência; e) os estudantes pendulares; f) os migrantes aposentados – intraestaduais ou interestaduais, que buscam as amenidades do lugar; g) os migrantes internacionais altamente qualificados que trabalham no CIPS; h) e os migrantes internacionais que uniram o atrativo do lugar com atividades comerciais. Esses tipos não são exclusivos, ou seja, um indivíduo pode estar enquadrado em um ou mais desses tipos. No Apêndice A pode ser verificada a tipologia dos fluxos populacionais de entrada para a Microrregião de Suape.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho procurou-se identificar as mudanças socioeconômicas e demográficas dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca decorrentes do processo de expansão do CIPS, dando ênfase aos aspectos da mobilidade espacial da população, e relacionando-os às características educacionais em termos de nível de instrução e de qualificação profissional.

Pôde-se observar que as transformações econômicas ocorridas ao longo das últimas décadas nos municípios em análise, por meio de alterações no sistema produtivo com a implantação de diversas atividades industriais na região, fez com que o espaço, antes considerado predominantemente agroindustrial e de atividades turísticas, se tornasse um dos complexos industriais mais importantes do país. Essas transformações provocaram alterações marcantes na função econômica dos municípios.

Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca têm apresentado, nas últimas décadas, outras funções econômicas além do sistema canavieiro, sendo este setor cada dia menos expressivo na Microrregião de Suape. Atualmente, as funções econômica e territorial desses municípios estão fortemente atreladas ao Complexo Industrial de Suape e aos serviços turísticos; estes dois setores têm mudado consideravelmente a dinâmica migratória nesses dois municípios. As atividades do CIPS, particularmente, fizeram com que os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca deixassem de ser áreas de expulsão de população e se tornassem áreas de atração de um grande contingente populacional, via migração e demais tipos de fluxos advindos de várias localidades do país e de fora do país. Então, o *habitat* geográfico que anteriormente era tipicamente rural, hoje se tornou um grande polo industrial, podendo ser considerado uma das áreas mais dinâmicas do país.

O efeito atrativo da Microrregião de Suape é visto não apenas no grande número de migrantes que têm entrado no seu território para trabalhar nas empresas do CIPS e no setor dos serviços, mas também na quantidade de outras modalidades de fluxos de população com origens em diversos municípios de dentro e de fora do Estado de Pernambuco, que vêem o atual polo como uma oportunidade de trabalho e ganhos financeiros.

Com a análise dos dados socioeconômicos e demográficos podemos constatar que, apesar do crescimento econômico vertiginoso nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, com rebatimento no aumento de postos de trabalho para a população local e de fora da microrregião, não houve a preocupação de traduzir esse crescimento econômico em

desenvolvimento, não obstante os baixos indicadores sociais da população residente e problemas de infraestrutura urbana.

Comparando-se os dados referentes às diferentes dimensões socioeconômicas, a exemplo do nível de instrução, rendimentos e posição na profissão, observa-se que a população residente nesses municípios, tanto os naturais quanto os migrantes, apresentam condições socioeconômicas bastantes precárias. Vale destacar que não houve uma preocupação, por parte do governo e das instituições privadas, em preparar a população em termos de educação e qualificação profissional antes do processo de expansão do CIPS, a fim de que pudesse se beneficiar de forma quantitativa e qualitativa das atividades disponibilizadas pelo CIPS.

Entretanto, podemos constatar que o grupo composto por migrantes apresentou um perfil socioeconômico um pouco melhor se comparado com a população natural, particularmente em termos de rendimento e situação socioprofissional. Ao analisarmos o status migratório segundo situação na profissão e ocupação, por meio da Tipologia de Classe ACM, verificamos que havia mais migrantes ocupando o topo dessa hierarquia de classes sociais. Tal resultado sugere que existe um processo de seletividade na migração, em que os indivíduos são positivamente selecionados.

No que diz respeito ao nível de instrução entre os migrantes e os naturais, verificamos, por meio dos testes estatísticos, que essa correlação não é tão forte. Desse modo, não podemos afirmar que os migrantes possuem melhor nível de instrução do que a população natural. Ao compararmos os migrantes por tempo de residência segundo nível de instrução, verificamos que também não houve correlação forte entre as variáveis. Entretanto, essas correlações baixas podem estar subestimadas pelo fato de que uma parcela significativa de migrantes temporários altamente qualificados não é contemplada pelas estatísticas oficiais. Além do fato de que os migrantes mais qualificados, necessários para o funcionamento das atividades, começaram a se dirigir para região nos últimos dois anos, com o término das obras e o início efetivo das atividades que demandam mais qualificação, a exemplo de técnicos, engenheiros, químicos, administradores, entre outros.

Podemos concluir que as empresas do CIPS tendem a contratar mais mão de obra imigrante em detrimento da mão de obra local, devido ao fato dos migrantes possuírem um perfil que mais se adequa às exigências das atividades desempenhadas pelo CIPS. Esse perfil diferenciado pode sugerir que a mão de obra migrante é mais qualificada em termos técnicos.

Com os dados quantitativos e qualitativos puderam ser identificadas as diversas modalidades de fluxos populacionais de entrada na Microrregião de Suape. Isso proporcionou a construção de uma tipologia dos fluxos, ainda que bastante simples, mas que nos dá uma ideia

de como a dinâmica migratória, na microrregião, mudou com o surgimento e expansão de outras atividades econômicas, a exemplo das atividades industriais do CIPS.

Como já abordado anteriormente, a Microrregião de Suape tem conseguido reter e mesmo atrair população, via migração e demais tipos de fluxos. Antes, os fluxos de entrada se caracterizavam como: migração permanente, de pessoas menos qualificadas com motivações reduzidas às questões de trabalho em atividade de comércio e serviços, ou acompanhar a família; e imigração temporária (sazonal) de trabalhadores com baixíssimo nível de instrução para o sistema canavieiro. Atualmente, observa-se uma enorme diversidade de fluxos de entrada, desde os mais definitivos até os com características mais fluidas em termos de tempo. Verificou-se o surgimento da migração de carreira, de pessoal altamente qualificado, a migração circular, ligada às atividades do CIPS, a exemplo da migração temporária dos peões de trecho; a migração de aposentados em busca das amenidades do lugar; a migração internacional em busca dessas amenidades, e também com motivação de trabalho, particularmente no CIPS; a mobilidade de pessoal transeunte em virtude do lazer e turismo; além da mobilidade pendular ou cotidiana para estudo e principalmente para trabalho.

O volume, bem como o surgimento de diferentes tipos de fluxos de entrada na Microrregião de Suape comprovam que ela vem passando pela transição de uma mobilidade mais permanente para uma mobilidade mais fluida. E isso se deve ao processo de expansão da industrialização e da modernização da região, ao se transformar de um espaço meramente agrário para um espaço diversificado em termos de indústria e serviços.

As análises das entrevistas permitiram sugerir a existência da seletividade na migração, quando observamos que os migrantes na Microrregião de Suape foram positivamente selecionados. Muitos destes, apresentando uma mobilidade social ascendente em virtude da mobilidade espacial e do processo de inserção e adaptação no lugar.

Como forma de ampliar o conhecimento do processo migratório e seus efeitos na Microrregião de Suape se faz necessário a realização de mais estudos na área. Outras hipóteses surgiram no decorrer do fim da pesquisa e podem ser indicações de futuros estudos, são elas: há relação entre o *status* migratório e o rendimento, de modo que os migrantes tendem a obter rendimentos maiores que os não migrantes; há relação entre o tempo de migração e o rendimento, de modo que os migrantes recentes tendem a obter menores rendimentos do que os migrantes antigos.

A tipologia dos fluxos populacionais não é fechada e comporta outros tipos de fluxos que possam ser identificados por meio de estudos interdisciplinares mais aprofundados. Do mesmo modo, a questão da seletividade pode ser analisada com o olhar detalhado com o potencial

migrantes ou com os migrantes, na origem e no destino, como forma de comprovar a existência da seletividade positiva entre os migrantes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, João Roberto Moreira. O que ainda falta ser feito na educação básica no Brasil. In: Wilhelm Hofmeister. (org.). **Brasil: o que resta fazer?**. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, 2006.v. VII, n. 3. cap. 4, p. 33-40.
- AMIN, Ash. Política Regional em uma Economia Global. In: DINIZ, Clélio Campolina (org.). **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia pernambucana no século XVI**. Recife: Ed. Universitária, 2003.
- ANTUNES, Ricardo, SILVA, Maria A. M. **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 7-12.
- ARÉVALO, Jorge. La definición de migración, UIECP (Unión Internacional para el Estudio Científico de la Población). In: **Actas de la Conferencia Regional Latinoamericana de Población**. 1970. p. 533-537.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste/Nordestes: que Nordeste?. In: _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. parte II, p.170-194.cap.3
- AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 25, p. 31-69, março. 1957.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não-metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENSMigracaoOuroPreto1999p535a562.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2013.
- BALBIM, Renato. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. **Palestra CETESB, Secretaria do Meio Ambiente**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento_cap01.pdf> Acesso em: Abril de 2016.
- BARROS, N.C.C. . Especiação na Antropogeografia de Frederico Ratzel. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/107/62>>. Acesso em: Novembro de 2011.
- _____. O geral e o regional na História da Geografia. **Revista Geográfica**, Lima, n 152, p. 25-33, jul./dez. 2012.

_____. O modelo do ciclo da destinação (região) turística: uma breve revisão bibliográfica. **Revista de Geografia**, Recife, v.31, n. 1, p. 133-145, 2014.

_____. Alterações demográficas da população local ao longo do desenvolvimento da região turística: um estudo no município de Tibau do Sul (RN). In. OJIMA, R.; FUSCO, W. **Migrações Nordestinas no século 21: um panorama recente**. São Paulo: Blucher, 2015.

BAUER, M., GASKELL, G., ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In. BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In. BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BAUER, M., AARTS, B. Construindo um *corpus* de pesquisa. In. BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Olga M. S. Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In. CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. **Explorações Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 319-367. cap. 9.

BIRDSALL, Nancy. Educação: O Patrimônio do Povo. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. TEÓFILO, Edson (org.). **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília: Estudos NEAD 2, 2000. (Relatório Técnico).

BORJAS, George J. . Self-Selection and the Earnings of Immigrants. **The American Economic Review**, v.77, n. 4. , p. 531-553, 1987. PDF

BOSE, Pablo S. Mapping movements: interdisciplinary approaches to migration research. In. VARGAS-SILVA, Carlos. **Handbook of research methods in migration**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2012.

BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C.de F.; MOURA, R. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, Movimentos Migratórios nas Metrópoles. Fundação Seade, 2005.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In. BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paolo (Org.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMPOS, M. B. Seletividade e Migração. In: BRUNO, Miguel.. (Org.). **População, Espaço e Sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, v. , p. 187-202.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y Ciencia en La Geografía Contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os dados censitários Brasileiros sobre Migrações Internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Abep, 1997. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a136.pdf>>. PDF. Acesso em: Agosto de 2007.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. Dimensão Antropogeográfica dos Movimentos Migratórios. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. São Paulo. v. 5, n. 94, agosto. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-5.htm>>. Acesso em: Novembro de 2011.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os dados censitários Brasileiros sobre Migrações Internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Abep, 1997. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a136.pdf>>. PDF. Acesso em: Agosto de 2007.

CARVANO, Luiz M.; JANNUZZI, Paulo de M.; MARTIGNONI, Enrico Moreira. Força de trabalho de desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1990: o efeito dos fatores demográficos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.23, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext?pid=S0102-30982006000200006>>. Acesso em: Agosto de 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 617p.
CASTLES, Stephen. Understanding the relationship between methodology and methods. In: VARGAS-SILVA, Carlos. **Handbook of research methods in migration**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 117-140, 2007.

CAVALCANTI, Helenilda W. de Vasconcelos, SOUSA, Maria Ângela de Miranda. Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades. **Relatório de Pesquisa**. FUNDAJ/Observatório PE/LAEPT. Recife, 2015.

CAVALCANTI, Helenilda e ROCHA, Danielle. “Nordestes Emergentes. Uma “Expedição Fotográfica” no “Admirável Mundo Novo”: O Complexo Industrial Portuário de Suape”. **Relatório de Pesquisa**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

CHISWICK, Barry R. Are immigrants favorably self-selected?. **The American economic review**, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Ed. da UFSC, 2011.

CORRÊA, R.L. Interações espaciais. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L.(orgs). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In. **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.

COUTINHO, Ronaldo do Livramento. **Operário de construção civil: urbanização, migração e classe operária no Brasil**. Achiame, 1980.

COZIC, Bertrand. Os modelos portuários na Globalização e as suas implicações territoriais. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo, Anais... 20 a 26 de março de 2005. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/14.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2015.

CUNHA, José Marcos Pinto. Redistribuição Espacial da População: tendências e trajetórias. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 17, n.3-4, p. 218-233, 2003.

CUNHA, J. M. , BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros, no período recente: principais tendências e mudança. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. PDF

DANCEY, Christine P. , REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DANTAS, Ana Raquel M. , FREIRE, Flávio Henrique Miranda de A. Migração e Seletividade na Região Nordeste: um estudo apartir dos dados do Censo Demográfico de 2010. In. OJIMA, Ricardo, FUSCO, Wilson. **Migrações Nordestinas no Século 21: um panorama recente**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 51-81, cap. 3.

DE HAAS, Hein. Migration and development: a theoretical perspective1. **International migration review**, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constitui no Brasil a Rede de Cidades. **Boletim Geográfico**, São Paulo, n. 9, ano 59, p. 141-148, dez. 1938.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Redes, sociedades e territórios**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-Fria: acumulação e miséria**. 8ª edição, Petrópolis: Vozes, 1975.

DOLLFUS, Olivier. O Espaço Geográfico. São Paulo: Difel, 1991.

DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos. In. CUNHA, José Marcos P. **Mobilidade espacial da população**. Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO/UNICAMP, p. 33-44, 2011.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EDWARDS, Richard C.; GORDON, David M.; REICH, Michael. Labor Market Segmentation. A Research Report to the U. S. Department of Labor. 1973.

FAZITO, Dimitre. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 2002, Ouro Preto, **Anais**. Curitiba: ABEP, novembro de 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1Fazito_texto.pdf>. Acesso em: Abril de 2008.

FAZITO, Dimitri; RIOS-NETO, Eduardo Luiz G.. Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos: as redes sociais e o papel de intermediação nos deslocamentos exercido pelas agências de turismo. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25, p. 305-323, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a07>. Acessado em: julho de 2016.

FONSECA, Maria Lucinda. **População e território do país à área metropolitana**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspecto da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 1989. 7 ed. 255 p.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novasterritorialidades. **Relatório de Pesquisa**. Recife, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSCO, W. . Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares. **Textos NEPO** (UNICAMP), Campinas - SP, v. 40, p. 1-96, 2002.

FUSCO, W. . Capital Social e Dinâmica Migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos. **Textos NEPO** (UNICAMP), v. 52, p. 1-83, 2007.

GARCIA, Carlos. MUSSALEN, Josué. Suape, muito mais que um porto: uma visão econômica. Recife: Comunigraf, 2011.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. **O Homem na Terra: a geografia em ação**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1993.

_____. **Geografia da População**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. Geografia Conceitos e Temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. **Migrações e desenvolvimento**. Universidade Aberta, Porto: Fronteira do Caos, 2009.

- GRINT, Keith. **Sociologia do Trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. 460 p.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 395 p.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: _____. **Condição Pós-Moderna**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 115-177. cap. 2.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados do Censo Demográfico 1991: Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados do Censo Demográfico 2000: Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados do Censo Demográfico 2010. Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>>. Acesso em: junho de 2017.
- KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEBRET, L. J. **Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. Recife: CDEP, 1955.
- LEE, Everett. Uma teoria sobre as migrações. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, p. 89-114. cap. 2.
- LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade; Tradução de Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud. **Geographia**, v. 3, n. 6, p. 7-17, 2009. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/62>>. Acesso em: março de 2016.
- LIMA, João Policarpo R.; SICSÚ, Abraham B.; PADILHA, M. F. F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 525-541, 2007.
- LINS, Carlos José Caldas. Região e Regionalização. **Notas e Comunicações de Geografia**, Recife, v. 12, p. 4-53, 1998.
- MACHADO, F. L. **Contrastes e Continuidades: migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal**. Oeiras: CELTA, 2002.
- MACHADO et. al. **Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 66, p. 45-80, outubro de 2003.

MACHADO, Luís Fernando, SANTOS, Breno Bittencourt. **Para onde vai o Brasil? Meio século de transformações na estrutura social brasileira**. 2017. (No Prelo).

MASSEY *et al.* **Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the Millennium**. Oxford: Clarendon Press Oxford, 1998.

MASSEY, Douglas S. A Missing Element in Migration Theories. **Migration Letters**, v. 12, n. 3, p. 279, 2015.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.12, jan./jun. 1995. PDF.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

MARTINE, George. A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. **São Paulo perspect**, v. 3, n. 3, p. 46-56, 1989.

MARTINS, Estevão C. R. . O futuro da educação e a reforma universitária. In: Wilhelm Hofmeister. (Org.). **Brasil: o que resta fazer**. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, 2006, v.VII, n. 3. cap.5, p. 41-60.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

_____. **As migrações para o Recife, I: Estudo Geográfico**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1961.

MELO, Mário Lacerda de. Proletarização e emigração nas regiões canavieira e agrestina de Pernambuco. **Ciência & Trópico**, v. 4, n. 1, 1976.

MENEZES, Maria Lucia Pires. A Crise do Estado do Bem Estar e a Caracterização de Processos Territoriais da Migração no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 94, agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-85.htm>>. Acesso em : Março de 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Dados Caged. Disponível em:<<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/caged-3/>>. Acesso em: Junho de 2017.
MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011. 1157 p.

_____. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In. SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2a ed. Rio de Janeiro, dP&A, 2006.

MOURA, Hélio A. Nordeste: migrações internas e desequilíbrios regionais. **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, Recife, V. 9, n. 2, p. 191-207, jul./dez., 1982.

NETTO JÚNIOR, José Luís da S., MOREIRA, Ivan T., ARAÚJO, Adriano Fimino V., FIGUEIREDO, Erick Alencar de. Fluxos migratórios e dispersão das rendas per capita estaduais; uma análise por dados em painel no período de 1950-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 3, p. 379-404, jul./set., 2003. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar>>. Acesso em: Agosto de 2007.

OJIMA, Ricardo. A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. OJIMA, Ricardo (coord.); SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael H. de Moraes. **Relatório de Pesquisa**. NEPO/Unicamp. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunicacao_1_mob_pen_def.pdf> PDF. Acesso em: Fevereiro de 2008.

OJIMA, Ricardo, FUSCO, W. . Migrações e Nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In:_____. **Migrações Nordestinas no Século 21: um panorama recente**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 11-25, cap. 01.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Dos Movimentos Migratórios Populacionais a Pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambú, **Anais... Caxambu: Abep**, 18-22 de Setembro de 2006. 17 p. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: Fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Kleber F. de, JANNUZZI, Paulo de M. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2005, Caxambú, **Anais... Caxambu: Abep**, 20-24 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=OLIVEIRA++JANNUZZI+Motivos+para+migra%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil%3A+padr%C3%B5es+et%C3%A1rios%2C+por+sexo+e+origem%2Fdestino+2004&lr=&as_ylo=&as_vis=0>. Acesso em: Novembro de 2011.

OXFORD, Connie. Using qualitative research methods in migration studies: a case study of asylum seekers fleeing gender-based persecution. In: VARGAS-SILVA, Carlos. **Handbook of research methods in migration**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2012.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões. **Encontro Nacional sobre Migração**. Curitiba, Brasil, v. 12, 1997.

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos para discussão: Escola Nacional de Ciências Estatística**, n. 7, 2003. PDF.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: Setembro de 2011.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas**. SOCIUS—Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004. Disponível em

<http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>. Acessado em: dezembro de 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In. BOSCHETTI, Ivanete. (Org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIORE, Michael J. et al. **Birds of passage**. Cambridge Books, 1979. Disponível em <<http://ebooks.cambridge.org/ebook.jsf?bid=CBO9780511572210>>. Acessando em: janeiro de 2016.

PLANE, A. David, ROGERSON, Peter. A. *The Geographical Analysis of Population with Applications to Planning and Business*. Toronto: John Wiley & Sons, INC, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RACINE, J. B. ; RAFFESTIN, C. ; RUFFY, V. . Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1) : 123 – 135 jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. Recenseamento e Poder. In: _____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. parte II, cap. 1.

RAVENSTEIN. E.G. As Leis da Migração. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, p. 19-88. cap. 1.

RICHARDSON, Roberto Jarret *al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, mai./agosto, 2006.

ROCHA, Sonia. Dez pontos de consenso sobre a questão da pobreza no Brasil. In. _____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 7, p. 173-193.

ROXO, Stélio Emanuel de Alencar. Infra-estrutura. LOPES, Ney; LOPES, Stella Prata da Silva (orgs.). In: **O Homem e a Cidade**. Simpósio sobre política urbana. Brasília: Fundação Milton Campos. Brasília, 1975, vol.2. p. 233-245.

SALES, Teresa. **Agreste agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasileira de Ciências, 1982.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. Travessia. **Revista do Migrante**, v. 7, n. 19, 1992.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In. DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 51-78, 2005.

SANTOS, José Vicente T. dos. Camponeses e trajetórias migratórias: do Sul para a Amazônia Ocidental”. **Anuário Antropológico**, v. 91, p. 61-86, 1993.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981. 203 p.

_____. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec/AMPUR, 1982.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 386 p.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5. Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. As Causas da Pobreza. In. _____. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SINGER, Paul. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio. de. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, p. 211-244. cap. 6.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. 2011. **Ciência Geográfica**, Bauru, Janeiro/Dezembro, v. 14, 2011.

SJAASTAD, Larry A. The costs and returns of human migration. **Journal of political Economy**, v. 70, n. 5, Part 2, p. 80-93, 1962.

SORRE, Maximilien. Migração e Mobilidade do Ecúmeno; Tradução de Januário Francisco Megale. São Paulo: Ática, 1984. PDF

SOUZA, Amaury de, LAMOUNIER, Bolívar. Educação e mobilidade. In. SOUZA, Amaury de, LAMOUNIER, Bolívar (Orgs.). **A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, Roberto Lobato Corrêa. **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116. cap. 3.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Governo do Estado de Pernambuco. O que é Suape e Histórico. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 10 de Julho de 2012.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. **Cassacos e corumbas**. São Paulo: Ática, 1977.

TILLY, Charles. **Migration in modern European history**. University of Michigan, 1976.

TREWARTHA, Glenn Thomas. **Geografia da População: padrão mundial**. São Paulo: Atlas, 1974. 222 p

VASAPOLLO, Luciano. O Trabalho atípico e a Precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In. ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. Parte I, p. 45-57. cap. 3.

VASCONCELOS, Valtemira Mendes. Herança da monocultura da cana-de-açúcar na formação espacial da Zona da Mata Sul de Pernambuco: uma análise sobre o impacto do Complexo Industrial Portuário de Suape nos fluxos populacionais dos municípios do Cabo de Sto Agostinho e de Ipojuca. *Revista de Geografia*, Recife, v. 32, n. 1, 2015.

VETTORASSI, Andréia. Vivendo e aprendendo a jogar: formas de sociabilidade entre migrantes temporários no interior paulista. **Fórum Social das Migrações–Travessias na De \$ ordem Global. Porto Alegre**, p. 241-246, 2005.

VIEITES, R. G., FREITAS, I. A. A Influência de Maximilien Sorre e Vidal de La Blache na Geografia Médica de Josué de Castro. **Scientia Plena**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, 2009. Disponível em: <<http://www.scienciaplenu.org.br/ojs/index.php/sp/article/view/633>>. Acesso em: Dezembro de 2011.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 2 ed. 326 p.

ZELINSKY, Wilbur. *Introdução à Geografia da População*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ZELINSKY, Wilbur. *The Hypothesis of the Mobility Transition*. *Geographical Review*, American Geographical Society, Apr. 1971, v. 61, n. 2, p. 219-249.

**APÊNDICE A - TIPOLOGIA DOS FLUXOS POPULACIONAIS – MICRORREGIÃO
DE SUAPE**

Tipologia dos Deslocamentos Populacionais				Motivações	
Internacional		Migração Permanente		Trabalho	
		Migração Temporária		Aproveita as amenidades do lugar	
		Mobilidade		Lazer/Turismo (traseuntes)	
Interna	Intra e interestadual	Migração Permanente		Trabalho	
				Estudo	
				Acompanhar a Família	
				Trabalho e qualificação profissional (migrantes de carreira)	
				Aproveita as amenidades do lugar	
		Migrante de Retorno		Trabalho	
				Acompanhar a Família	
		Migração Temporária	Sazonal	Trabalho (safra da cana-de açúcar)	
			Circular	Trabalho (peões de trecho)	
		Mobilidade Pendular		Trabalho	
				Estudo	
		Mobilidade		Lazer/Turismo (traseuntes)	

ANEXO A - METODOLOGIA DA PESQUISA FUNDAJ/OBSERVATÓRIO- PE/LAEPT/2015

A primeira fase da construção da amostra da pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 se deu com etapa de sondagem, na qual previu-se que seriam identificados e mapeados aproximadamente 5.000 domicílios, sendo 2.962 domicílios no Cabo de Santo Agostinho e 2.038 domicílios em Ipojuca.

Para a etapa efetivada aplicação dos questionários da pesquisa, previu-se adotar um processo de amostragem probabilístico proporcional (n), denominado de *amostra da pesquisa – objeto de estudo*, para definir as unidades de observação e/ou análise, garantindo que os domicílios particulares permanentes urbanos ocupados que possuísem pelo menos um migrante recente (a partir do ano de 2010), resultantes do sorteio aleatório da sondagem, figurassem na composição das unidades amostrais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Portanto, “ p ” é a estimativa amostral de P ($p=c/n$); “ q ” é a estimativa amostral de Q ($q=c'/n$); e “ Np ” é a estimativa amostral da característica C , ou seja, o número total estimado dessa característica C (LYRA *et. al.*, 2015).

Originalmente, o universo para o cálculo do tamanho da amostra da sondagem foi constituído por domicílios urbanos ocupados nos municípios inseridos na área de influência direta de Suape, cujo número, revelado pelos dados da Amostra do Censo Demográfico de 2010, foi de 48.171 domicílios para o município do Cabo de Santo Agostinho e 16.884 para o município de Ipojuca, contabilizando um total de 65.055 domicílios urbanos.

Para os objetivos em pauta, foram retirados do universo da pesquisa os domicílios urbanos do bairro do *Paiva*, por abrigarem uma população de renda alta que destoava do perfil de domicílios de interesse da pesquisa. Procedimento similar foi realizado para os domicílios do distrito de *Jussaral*, que, apesar de serem urbanos, estão cercados por grande área rural, localizado a uma distância considerável do Complexo Industrial Portuário de Suape. As áreas do Paiva e de Jussaral situam-se no município de Cabo de Santo Agostinho (LYRA *et. al.*, 2015).

A determinação do tamanho “ n ” da amostra, tanto para a etapa da sondagem quanto para a constituição da amostra da pesquisa seguiu *quatro* critérios: o objetivo visado; ao tipo de parâmetro, no caso, proporção; à precisão da estimativa, isto é, ao erro máximo que se admite para a estimação do parâmetro (5%); e à confiabilidade da estimativa de 95%. A fórmula para o cálculo do tamanho da amostra se expressa a seguir:

$$\frac{N^2 \cdot PQ}{n}$$

$n = \frac{N^2 \cdot PQ}{n}$; onde

$$\frac{N^2 \cdot PQ + N^2}{n}$$

N = número dos domicílios urbanos da área de influência direta de Suape

n = tamanho da amostra

$\frac{1}{2}$ = valor do afastamento normal, correspondente à confiança de 95% ($\frac{1}{2} = 1,96$)

$\frac{1}{2}$ = erro da estimativa de, no máximo, 0,05.

Com a finalidade de preservar a precisão dos resultados amostrais, foi calculada, para a etapa da sondagem, uma amostra probabilística proporcional de $n_1 = 2.962$ domicílios urbanos no Cabo de Santo Agostinho e uma amostra de $n_2 = 2.038$ domicílios urbanos no município de Ipojuca, totalizando-se 5.000 domicílios urbanos representativos do já referido universo de 65.055 domicílios urbanos dos municípios citados, apresentando uma fração de amostragem de 6,1%, 12,1% e 7,7%, respectivamente (LYRA *et. al.*, 2015).

A distribuição espacial dos resultados amostrais da sondagem é apresentada na Tabela 12. Nela observa-se que no município do Cabo de Santo Agostinho, dentre as áreas de ponderação existentes, as maiores percentagens de domicílios com pelo menos um migrante de última etapa migratória (entre os anos de 2005 e 2010) estão concentradas no distrito de *Santo Agostinho*, com 46,8%. Em seguida, vem uma parte do distrito de *Cabo de Santo Agostinho/Ponte dos Carvalhos* com 28,2% e, na sequência, aparece parte do distrito do *Cabo de Santo Agostinho*, com 23,5%. Observa-se, também, a concentração de migrantes nas Áreas de Ponderação do município de Ipojuca, sobressaindo parte do distrito de *Camela* e *Nossa Senhora do Ó*, com a percentagem de 40,4%, seguindo do restante do distrito de *Camela* com 34,6% e o distrito de Ipojuca com 21,7% (LYRA *et. al.*, 2015). Os dados apresentados na Tabela 12 mostram que o universo da pesquisa, segundo as Áreas de Ponderação nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, apresenta a sua distribuição concentrada nos migrantes mais recentes e reunida em poucas Áreas de Ponderação, isto é, os domicílios dos migrantes mais recentes possuem a particularidade de estarem localizados próximos às áreas de maior dinamismo do Complexo Industrial Portuário de Suape (LYRA *et. al.*, 2015).

A partir dos cálculos de distribuição da amostra da sondagem, foi realizado um sorteio aleatório dos domicílios urbanos. Os domicílios sorteados foram, então, dispostos em mapas, separados por bairros e/ou distritos, correspondentes aos municípios do Cabo de Santo

Agostinho e Ipojuca, com o propósito de obter-se uma visão geral da distribuição espacial da amostra da sondagem para facilitar a localização do domicílio pelo pesquisador de campo. Cada imóvel sorteado e localizado espacialmente recebeu um selo virtual de identificação com uma numeração para ser pesquisado (LYRA *et. al.*, 2015).

De forma a buscar contornar alguns problemas encontrados na etapa da sondagem, decidiu-se reduzir o número de domicílios e pessoas que comporiam a amostra do estudo. Tal decisão inviabilizou a elaboração de uma amostra probabilística representativa do universo pesquisado. Nos novos cálculos para a construção da sondagem, previu-se que deveriam ser identificados e localizados o número mínimo de 800 domicílios e coletadas informações de aproximadamente 2.500 pessoas, distribuídos entre as áreas urbanas dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, na proporção de 50% dos domicílios para cada município. A nova meta estipulada foi alcançada, sendo identificados e mapeados 805 domicílios e 2.722 pessoas. Os resultados obtidos com a sondagem são apresentados na Tabela 13.

Mesmo com limitações metodológicas, os dados construídos na Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015 podem apresentar um panorama recente das condições socioeconômicas, demográficas e de qualidade de vida dos habitantes de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Área de Influência Direta de Suape - Sondagem. Distribuição do Universo de Domicílios Particulares Permanentes Urbanos Ocupados, segundo Área de Ponderação, Proporção de Domicílios com pelo menos 1 migrante de última etapa e Tamanho da Amostra de Domicílios Urbanos Ocupados nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca em 2010

Código da área de Ponderação - AP ou AED	Municípios / Distritos	Domicílios nas áreas urbanas			p (proporção de domicílios com pelo menos 1 migrante de última etapa)	q = 1 - p (domicílios com não migrantes)	Universo N	Amostra n		
		Pelo menos 1 migrante de última etapa	Não migrantes	Total			Domicílios Urbanos ocupados Ajustados (1)	Domicílios urbanos ocupados da amostra	%	Domicílios urbanos ocupados da amostra arredondados
MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO										
2602902003001	Cabo de Santo Agostinho	681	3518	4199	0,1622	0,8378	4199	289	5,75	287
2602902003002	Santo Agostinho	2097	2381	4478	0,4683	0,5317	4347	503	9,99	501
2602902003003	Cabo de Santo Agostinho	923	3805	4728	0,1952	0,8048	4728	334	6,64	332
2602902003004	Ponte dos Carvalhos	2346	11281	13627	0,1722	0,8278	13627	318	6,33	316
2602902003005	Cabo de Santo Agostinho/Ponte dos Carvalhos / Sto Agostinho	953	3280	4233	0,2251	0,7749	4233	364	7,25	362
2602902003006	Cabo de Santo Agostinho	1258	4096	5354	0,2350	0,7650	5354	382	7,59	379
2602902003007	Cabo de Santo Agostinho / Ponte dos Carvalhos	1062	3861	4923	0,2157	0,7843	4333	355	7,06	353
2602902003008	Cabo de Santo Agostinho / Ponte dos Carvalhos	2069	5281	7350	0,2815	0,7185	7350	435	8,65	432
Total		11389	37503	48892	0,2329	0,7671	48171	2979	59,24	2962
MUNICÍPIO DE IPOJUCA										
2607208003001	Camela	1192	2250	3442	0,3463	0,6537	3442	681	13,55	677
2607208003002	Ipojuca	776	2804	3580	0,2168	0,7832	3580	541	10,75	538
2607208003003	Camela / N. Sra do Ó	3986	5876	9862	0,4042	0,5958	9862	828	16,46	823
Total		5954	10930	16884	0,3526	0,6474	16.884	2.050	40,76	2038
MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA										
Total geral		17.343	48.433	65.776	0,2637	0,7363	65.055	5029	100,00	5000

Fonte: CAVALCANTI *et. al.*, 2014. Reprodução.

Base de dados:: IBGE - Censo Demográfico 2010. Sinopse e Microdados da amostra 2010

Chamada: (1) Foram retirados do universo os domicílios urbanos (131) do bairro do Paiva, por abrigarem uma população de renda alta, destoando do perfil de domicílios de interesse da pesquisa. Procedimento idêntico foi realizado para os domicílios do distrito de Juçaral ((590), que, apesar de serem urbanos, estão cercados por grande área rural, localizados a uma considerável distância do Complexo Industrial e Portuário de Suape

(2) Probabilidade de confiança adotada de 95% e o desvio-padrão, ou seja, valor do afastamento normal, correspondente à desejada probabilidade de confiança (DP = δ = 1,96).

Erro da estimativa: E= 4,1% e E²=0,001681 Cabo de Santo Agostinho;

E=3,2% e E²=0,001024 Ipojuca.

Proporção de domicílios e pessoas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca na composição na base de dados da Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015

	Domicílios		Pessoas	
	N	%	N	%
Cabo de Santo Agostinho	388	48,2	1.263	46,4
Ipojuca	417	51,8	1.459	53,6
Total	805	100	2.722	100

Fonte: Base de dados da Pesquisa FUNDAJ/Observatório-PE/LAEPT/2015. Tabulação Própria.

ANEXO B - CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS

Quadro1

Intervalos de valores correspondentes aos graus de correlação entre variáveis.	
Valor da associação	Grau de associação
+ 1	Correlação positiva perfeita
+ 0,70 a + 0,99	Correlação positiva muito forte
+ 0,50 a + 0,69	Correlação positiva substancial
+ 0,30 a + 0,49	Correlação positiva moderada
+ 0,10 a + 0,29	Correlação positiva baixa
+ 0,01 a + 0,09	Correlação positiva desprezível
0,00	Sem correlação
- 0,01 a - 0,09	Correlação negativa desprezível
- 0,10 a - 0,29	Correlação negativa baixa
- 0,30 a - 0,49	Correlação negativa moderada
- 0,50 a - 0,69	Correlação negativa substancial
- 0,70 a - 0,99	Correlação negativa muito forte
- 1,00	Correlação negativa perfeita

**ANEXO C - MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DO INDICADOR INDIVIDUAL DE
CLASSE DA TIPOLOGIA ACM**

Grandes Grupos Ocupacionais	Situação na profissão		
	Empregadores	Trabalhadores por conta própria (e trabalhadores familiares)	Empregados
1. Quadros superiores da administração pública e de empresas	EDL	EDL	EDL
2. Especialistas das profissões intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4. Pessoal administrativo e similares	EDL	TI	EE
5. Pessoal dos serviços e vendedores	EDL	TI	EE
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	EDL	TI	OI
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	OI
9.1. Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	EDL	TI	EE
9.2. Trabalhadores não qualificados da agricultura e da pesca	EDL	AI	AA
9.3. Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes	EDL	TI	OI

EDL: Empresários, dirigentes e profissionais liberais; PTE: Profissionais técnicos de enquadramento; TI: Trabalhadores independentes; AI: Agricultores independentes; EE: Empregados executantes; OI: Operários industriais; AA: Assalariados agrícolas.

Fonte: Machado *et al.*, 2003. Adaptado.